

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIO DE CIDADANIA:
ENSAIOS DE GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA
NA MATA ATLÂNTICA**

PAULO DIMAS ROCHA DE MENEZES

**BELO HORIZONTE
FEVEREIRO DE 2012**

Paulo Dimas Rocha de Menezes

**TERRITÓRIO DE CIDADANIA
ENSAIOS DE GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA NA MATA ATLÂNTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia, Doutorado em Geografia, do
Instituto de Geociências da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção
do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço
Orientador: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Paula Meneses

**Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
Fevereiro de 2012**

Aos cidadãos da Mata Atlântica

Agradecimentos

Aos amigos e companheiros de nosso território, pela oportunidade.

A Cássio Hissa, pela guia, inspiração e incentivo.

A Mara Hissa, pela atenção e cuidado.

A Paula Meneses e Paula Paes, pela acolhida.

A Paulo Antônio e Danuza, pelo apoio e abrigo.

A Marília, por tudo.

A Ju e Iuri, pela nossa vida.

RESUMO

A Mata Atlântica é o domínio em que habita esta pesquisa-ação. Antes, muito mais, abriga cinco séculos da geografia de uma nação que extraiu daquela mesmo seu nome, Brasil. O impacto desta história: em apenas 8% das florestas remanescentes, ilhas de megadiversidade biológica configuram um dos 25 hotspots mundiais — pontos do planeta que mais concentram espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Situação análoga, quanto à diversidade cultural: a fragmentação do bioma resultou na extinção de línguas e etnias, no isolamento dos povos nativos e na invisibilidade de seus saberes. Neste universo, uma utopia transescalar se desenha. A sustentabilidade deste domínio e a manutenção de suas diversidades são objetivos de iniciativas locais, regionais e internacionais que se interconectam no Extremo Sul da Bahia. Neste território — patrimônio da humanidade — que abrigou um dos últimos reencontros da diáspora humana, sujeitos-autores se encontram para reescrever uma história e ensaiar outra geografia: inverter os fluxos da colonização, respeitar alteridades, valorizar diversidades, traduzir diferenças, resolver conflitos, revelar igualdades, dialogar, refletir, agir — governar. Na escala do lugar, se mobilizam para repor florestas e reduzir pobreza em um Corredor Ecológico; também ali se reúnem, em diversas instâncias de deliberação participativa, para determinar um projeto de sustentabilidade regional; na escala do bioma, se articulam para a configuração de um amplo pacto nacional pelas florestas da Mata Atlântica. Sustentar teórica e politicamente a vertente emancipatória destes projetos é o objetivo desta tese. O conceito de cidadão governante determina a hipótese de insuficiência da democracia para realização de interesses públicos. Tal hipótese demanda outros modos de ação e reflexão — modos libertários e republicanos, que complementam os modos democráticos correntes, para reinvenção da cidadania como forma de governo. A iluminação do encontro trans-histórico entre o pensamento político ameríndio e as primeiras reflexões libertárias da modernidade possibilita ir além das fronteiras da competição e da guerra — ou do paradigma colonial moderno. Avançar nesta trilha significa resgatar, sob os escombros da ideologia do progresso, a dimensão política da amizade, da autonomia e da cooperação, na tentativa de desenhar um verdadeiro estado de exceção no ocidente. A viabilidade tópica — geográfica — deste outro estado demanda a explicitação efetiva da autonomia imediata de todo aquele que se declara concidadão para atuação em processos de compartilhamento da gestão pública. Nesse caminho, os sujeitos do conhecimento e da ação coletiva são também coautores de outra geografia política, determinante de múltiplas soberanias em territórios compartilhados. Em seus movimentos de cidadania e organizações em rede realizam uma pulsão libertária original, que ultrapassa o nível da mera indignação, manifestação e participação, para efetivação de uma liberdade e igualdade imanentes e invioláveis. Um único imperativo é capaz de se impor a estes cidadãos, exatamente porque deles é constituinte — governai-vos.

Palavras-chave: cidadania; geografia política; território; diversidades; autonomia.

ABSTRACT

The Atlantic Forest is the domain where this action-research inhabits. Much more, it shelters five centuries of a nation's geography that extracted from that forest even its name, Brazil. The impact of this history: in only 8% of the forest remnants, islands of biological megadiversity configure one of the 25 world hotspots — places in the planet with the highest concentration of endemic and threatened species. Analogue situation on cultural diversity: the fragmentation of the biome has resulted in loss of languages and ethnicities, in isolation of native people and in the invisibility of their knowledge. Within this universe, a cross-scale utopia is designed. The sustainability of this domain and the maintenance of its diversities are the objectives of local, regional and international efforts, interconnected in Far Southern region of Bahia state. In this territory — World Heritage — which harbored one of the last reencounters of the human diaspora, subjects-authors find themselves to rewrite a history, to rehearse another geography: to invert colonial fluxes, respect alterities, valorize diversities, translate differences, solve conflicts, reveal equalities, dialogue, reflect, act — to govern. In the local scale, they mobilize themselves to restore forests and reduce poverties in an Ecological Corridor; they also meet each other, in many instances of participatory deliberation to establish a project of regional sustainability; in the biome scale, they organize themselves to the setting of a broad national pact for the forests. To provide theoretical and political support to the emancipatory slope of these projects is the purpose of this thesis. The concept of governing citizen determines the hypothesis of insufficiency of democracy to assure public interests. This hypothesis demands other modes of action and reflection — libertarian and republican ones, that complement the current democratic modes, to reinvent the citizenship as a way of government. The enlightenment of the transhistorical meeting between Amerindian political thought and the first modern libertarian thinking enables one to go beyond the borders of competition and war — or modern colonial paradigm. This advance means the rescue, from under the ruins of progress ideology, the political dimension of friendship, autonomy and cooperation, in an attempt to draw a real state of exception in the West. The topical — geographical — viability of this other state demands the effective explicitation of the immediate autonomy of anyone who declares himself as a fellow citizen, for acting in shared public management processes. In this road, the knowing and acting subjects are also the co-authors of another political geography, which determines multiple sovereignties in shared territories. Through their Citizenship Movements and network organizations, they perform an original libertarian impulse, going beyond the level of mere indignation, demonstration and participation, for the achievement of an immanent and inviolable liberty and equality. Only one imperative can be imposed on these citizens, precisely because it is constitutive of their essence — govern yourself.

Keywords: citizenship; political geography; territory; diversities; autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Domínio da Mata Atlântica — remanescentes do bioma original	12
Figura 2: Corredor Central da Mata Atlântica — hotspot	15
Figura 3: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)	17
Figura 4: Sítio do Patrimônio Mundial Natural do Descobrimento	19
Figura 5: Desmatamento no Extremo Sul da Bahia	23
Figura 6: Terras indígenas, quilombolas e Reservas Extrativistas Marinha	24
Figura 7: Momento do depoimento de Nô Pataxó, em Boca da Mata	27
Figura 8: Caiçaras, nativos, pescadores	28
Figura 9: Ocupação e uso do solo no Extremo Sul da Bahia – 2010	30
Figura 10: Atividades rurais no Extremo Sul da Bahia	31
Figura 11: Indústria de celulose e serviços de turismo	32
Figura 12: Desenvolvimento Humano, Social e Violência no Extremo Sul da Bahia	34
Figura 13: Pacto: áreas potenciais para restauração florestal	44
Figura 14: Concentração de espécies ameaçadas e endêmicas	47
Figura 15: Mobilização social na bacia do rio Caraíva	51
Figura 16: Desenho participativo do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil	52
Figura 17: Visitas aos proprietários rurais pelos agentes do projeto	53
Figura 18: Fundadores da CooPlantar e oficinas de capacitação em restauração florestal	54
Figura 19: Áreas focais do Corredor Central da Mata Atlântica na Bahia	56
Figura 20: Território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia	59
Figura 21: Território do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia	61
Figura 22: Territórios das Regiões de Planejamento para Águas do Extremo Sul da Bahia	64
Figura 23: Costa das Baleias e Costa do Descobrimento: áreas de influência das empresas de celulose	65
Figura 24: PPA 2012-2015: eixos estruturantes, núcleos temáticos e temas	68
Figura 25: Fragmentação da gestão territorial: planos paralelos	72
Figura 26: Cidadania e res publica: incidência transversal	75
Figura 27: Ciclo básico da pesquisa-ação	87
Figura 28: Debate sobre atuação em rede no Conselho Gestor	90
Figura 29: Vista aérea de Caraíva	176
Figura 30: Caraíva vista do rio: vila turística de pescadores	177
Figura 31: Rio visto de Caraíva: herança indígena e extrativismo	178
Figura 32: Receptivo indígena no rio Caraíva – TI Barra Velha	181
Figura 33: Paisagem típica das fazendas de gado em 2004	182
Figura 34: Paisagem típica das fazendas de eucalipto em 2004	184
Figura 35: Cobertura florestal no corredor Monte Pascoal Pau Brasil (1990 – 2005)	185
Figura 36: Evolução do conceito de Corredor Ecológico	189
Figura 37: Primeiros mutirões de restauração florestal	193
Figura 38: Uso do solo e manifestações de apoio ao projeto nas sub-bacias prioritárias	197
Figura 39: Áreas elegíveis para créditos de carbono no Corredor	203
Figura 40: Áreas elegíveis típicas: “pasto limpo” e “pasto sujo”	204
Figura 41: Procedimentos iniciais da restauração florestal	210
Figura 42: Trabalhadores cooperados e resultados preliminares da restauração	211
Figura 43: Oficinas de Educação Ambiental em Itaporanga e Monte Pascoal	213
Figura 44: Oficina de beneficiamento de sementes nativas	214
Figura 45: Oficina para pequenos produtores rurais e proprietários de RPPN	215
Figura 46: Modos de organização em rede	221

Figura 47: Evolução da rede de gestão do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil	228
Figura 48: Lógicas paralelas: territórios prioritários	237
Figura 49: Território prioritário: validação sob outras lógicas de interesse público	243
Figura 50: Território prioritário: compatibilização com a gestão estatal	244
Figura 51: Incidência do Território prioritário sobre as principais atividades rurais	248
Figura 52: Incidência do Território prioritário sobre as principais atividades econômicas	249
Figura 53: Evolução proposta para a rede de gestão pública compartilhada	271
Figura 54: Estrutura triádica para atuação da cidadania	282
Mapa 1: Corredor Monte Pascoal Pau Brasil: áreas protegidas	48
Mapa 2: Alternativas de caminhos prioritários para o corredor	194
Mapa 3: Caminho prioritário do Corredor — sub-bacias dos rios Jambreiro e Capoeira	195
Mapa 4: Território certificado pelo CCBA para projetos de carbono florestal	200
Mapa 5: Superposição e interseção: território prioritário	240
Mapa 6: Prioridade sequencial para atuação coletiva no Estremo Sul da Bahia	241
Mapa 7: Expansão da rede do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil	246
Quadro 1: Consórcio Executor dos projetos de carbono florestal	201
Quadro 2: Investimento inicial no Corredor Monte Pascoal Pau Brasil (2005-2008)	206
Quadro 3: Investimentos no Corredor Monte Pascoal Pau Brasil (2009-2011)	207
Quadro 4: Premissas, objetivos, interesses e iniciativas regionais	252
Tabela 1: Comparação de resultados financeiros: 2009-2011 / 2005-2008	207

SUMÁRIO

PARTE 1 – INTRODUÇÃO	9
Território de pesquisa e ação	10
Uma utopia transescalar	42
PARTE 2 – MODOS DO AGIR E DO PENSAR	76
Ensaio de geografia política	77
A constelação da cidadania	92
PARTE 3 – REFLEXÃO PARA AÇÃO	109
Encontros e reencontros originais	110
Espaço e cidadania: territórios, escalas, interstícios	134
Poderes da cidadania: <i>kratiadiversidade</i>	147
PARTE 4 – AÇÃO PARA REFLEXÃO	170
Horizontalidades: fragmentação e conectividades	171
Cidadania em rede	219
Verticalidade: interseções e confluências	235
PARTE 5 – A CONCLUIR: O HORIZONTE DA CIDADANIA	256
Plano de ação e reflexão	257
REFERÊNCIAS	284
ANEXO 1 – RELATÓRIO FINAL DO PROJETO	295

1

INTRODUÇÃO

TERRITÓRIO DE PESQUISA E AÇÃO

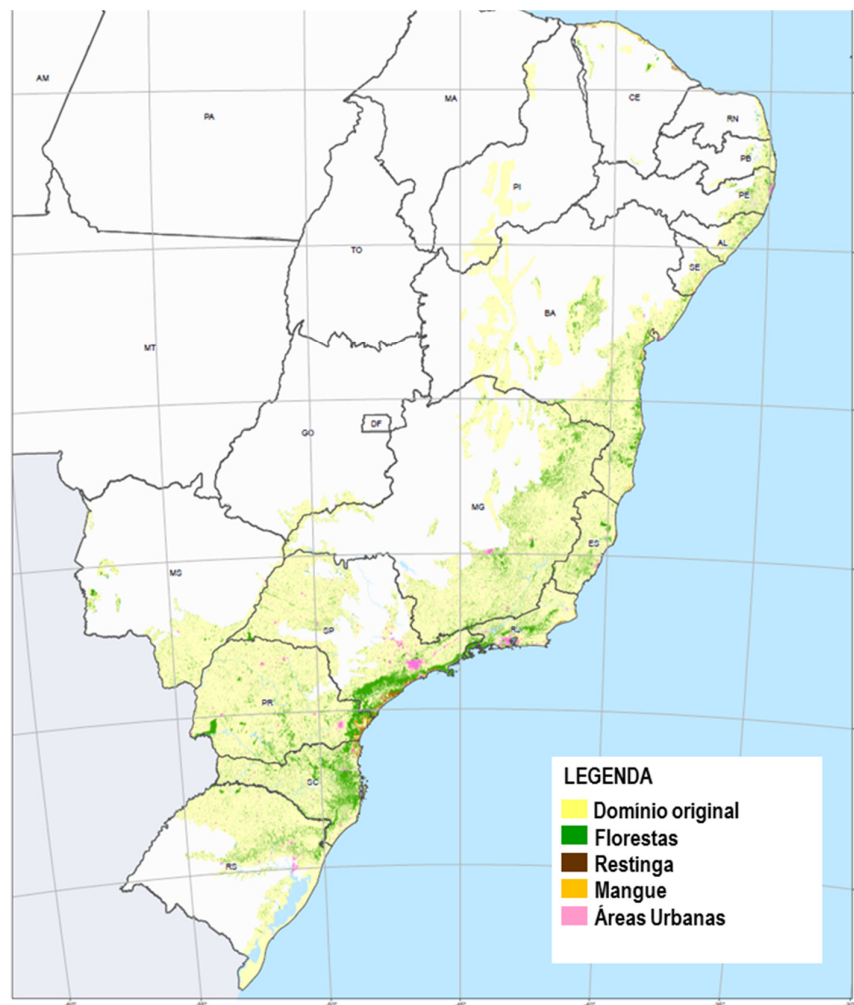
A Mata Atlântica é o território que abriga esta tese. Constitui a origem e plataforma geográfica do processo histórico que desenhou e consolidou o que chamamos de Brasil. Desde os primeiros encontros entre nativos e europeus, na aurora do século XVI, passando pelos períodos de colônia, monarquia e república, abrigou — e sustentou com seus recursos — os mais importantes ciclos econômicos, sociais e políticos que desenharam este País. A nação, que nasce da expansão marítima portuguesa e se consolida com a colonização dos povos indígenas e seus territórios, deve bem mais que seu nome às formas de vida da Mata Atlântica. Pode-se mesmo afirmar que o Brasil — o modo diverso como se insere na história humana, as manifestações típicas de sua cultura moderna, seus conflitos, cidades, valores e produtos — é o que se encontra no domínio da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados (Figura 1).¹

¹ Uma abordagem cultural para além dos limites da geografia política moderna possibilita afirmar que a Amazônia, o Pantanal matogrossense, os Pampas gaúchos, a Caatinga nordestina e o Cerrado do Planalto Central pertencem ao País, mas não são o Brasil. Antes, configurariam um território simbólico complementar, com culturas diferenciadas e peculiares — um outro do Brasil, com o qual este manteria uma relação de dualidade ontológica original: o Sertão.

À época da chegada dos portugueses, a Mata Atlântica cobria mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados. Atualmente restam cerca de 8% desta cobertura florestal original. [...] Em 17 estados por ela abrangidos geram-se 80% do Produto Interno Bruto [...] e vivem 70% da população do país. Nestas áreas, tanto as atividades econômicas quanto a população de maneira geral dependem diretamente dos recursos naturais que são produzidos ou regulados pela Mata Atlântica. (SIQUEIRA; MESQUITA, 2007, p. 15)

Cinco séculos de exploração intensiva de suas florestas foram suficientes para uma transformação radical dessa parte do continente americano. A Mata Atlântica, muito menor e mais populosa, tem sentido, há séculos, o impacto que a Amazônia — objeto de maior atenção mundial — recebe há décadas: o que resta da floresta original caberia hoje em um terço da superfície do Amazonas, um dos nove estados federativos da Amazônia legal brasileira (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 20).

Figura 1
Domínio da Mata Atlântica — remanescentes do bioma original



Fonte: BRASIL / INPE; SOS Mata Atlântica, 2008.

O resultado dessa dinâmica histórico-geográfica é a extrema fragmentação do bioma e a geração de ilhas ecológicas, refúgios para uma enorme diversidade de espécies animais e vegetais remanescentes, que transformam a Mata Atlântica em um dos 25 *hotspots* mundiais.² Isso significa que ali ainda se encontra uma das maiores concentrações de riqueza biológica — e biodiversidade ameaçada — do planeta. Por esta razão, a conservação, restauração e sustentabilidade da Mata Atlântica no seu domínio original têm sido objetivos de diversas organizações sociais, do estado brasileiro e instituições internacionais, sem que se deem conta de que, se realizado com a profundidade que o tema reivindica, trata-se, neste projeto, do próprio redesenho de um País.

Por parte do estado brasileiro, a estratégia prioritária de atuação se consolida no âmbito do *Projeto Corredores Ecológicos*, do Ministério do Meio Ambiente.³ Esse Projeto propõe práticas diferenciadas de gestão ambiental em uma escala que ultrapassa os limites das unidades federativas, articulando a atuação do Estado com as de outras organizações da sociedade. O conceito de corredor ecológico, ou corredor de biodiversidade,⁴ retrata uma grande extensão territorial de alta importância ecológica, onde “uma rede de unidades de conservação entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra” é utilizada de forma

² O conceito de *biodiversity hotspots*, os “pontos quentes” da biodiversidade no planeta, foi formulado pelo Grupo de Estudos da Biodiversidade da TNC (*The Nature Conservancy*), em 1985, com objetivo de direcionar investimentos em conservação da biodiversidade para lugares onde se encontrassem as melhores relações de custo e benefício. Segundo Luis Gómes, “[...] mais de um terço da biodiversidade planetária se encontra concentrado em apenas 1,4% da superfície do mundo [...]; vinte e cinco áreas, as mais ricas, [foram consideradas] como ‘hotspots’” (GÓMES, 2000, [s.p.]).

³ O projeto *Corredores Ecológicos* conta também com financiamento do Governo da Alemanha e da Comunidade Européia e apoio da Aliança para Conservação da Mata Atlântica, originalmente composta pela Conservação Internacional Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, hoje incorporando ainda a participação da TNC (*The Nature Conservancy do Brasil*).

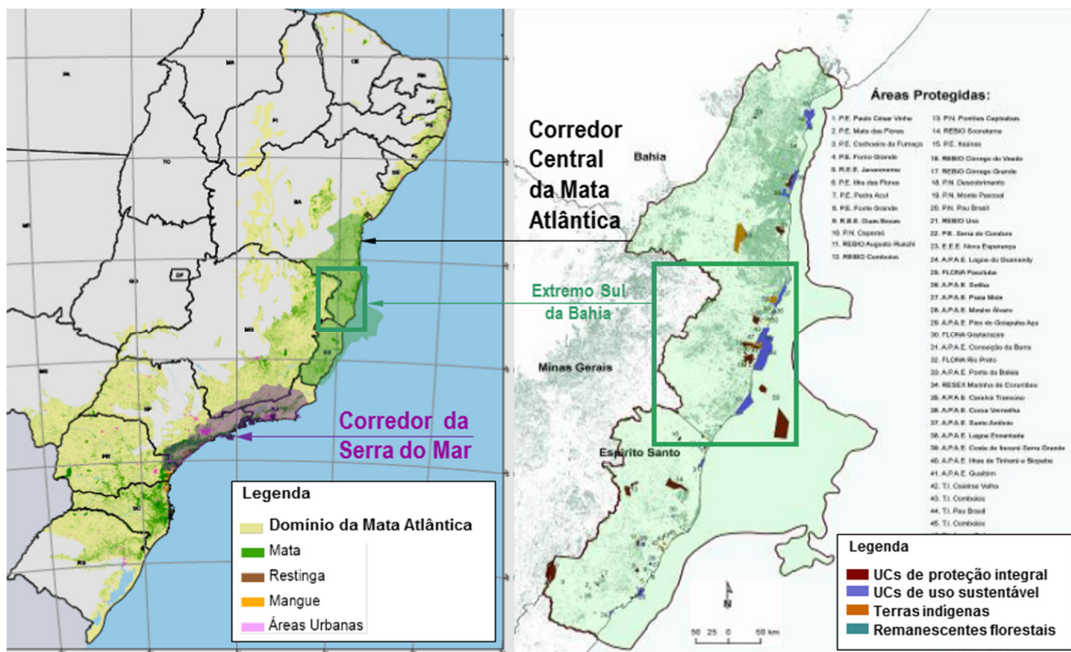
⁴ Tal como utilizado por Sanderson *et al.* (2003) e Ayres *et al.* (2005), este conceito é às vezes confundido com a simples conexão de remanescentes florestais fragmentados: “Alguns pesquisadores e conservacionistas utilizam o termo ‘corredor ecológico’ referindo-se especificamente a trechos delimitados de vegetação nativa que conectam fragmentos. Os termos ‘corredor ecológico’, usado pelo Ministério do Meio Ambiente, e ‘corredor de biodiversidade’, usado pela Aliança para Conservação da Mata Atlântica, referem-se à mesma estratégia de gestão da paisagem e são tratados como sinônimos [...]. Nessa concepção, os corredores englobam as unidades de conservação e as áreas com diferentes usos da terra. Os cordões de vegetação nativa que conectam fragmentos são um dos componentes dos corredores, mas não o único” (BRASIL, 2006, p. 10).

sustentável “para garantir a sobrevivência de todas as espécies [...] e o desenvolvimento de uma economia regional forte [...]” (BRASIL, 2006, p. 10). O *Projeto Corredores Ecológicos* propõe a atuação focalizada em duas regiões prioritárias da Mata Atlântica — o Corredor Central e o Corredor da Serra do Mar (Figura 2).

Até há pouco tempo, os principais instrumentos para [...] conservação da diversidade biológica *in situ*, sobre a qual o Estado exerce o direito de posse e controle, eram as unidades de conservação públicas. O conceito de *corredores ecológicos* ou *corredores de biodiversidade* é relativamente novo. No Brasil, essa estratégia de conservação vem sendo construída dentro do Ministério do Meio Ambiente desde 1997, com apoio do Banco Mundial, por meio do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (RFT – *Rain Forest Trust Fund*), no âmbito do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7). (BRASIL, 2006, p. 12)

Os experimentos aqui abordados, inseridos nessa mesma estratégia, se interconectam no Extremo Sul do estado da Bahia, em uma região dotada de alto valor simbólico, pelo fato de ter presenciado o primeiro encontro entre portugueses e indígenas na costa do Brasil. Na mesma região, se encontra também a maior concentração de áreas protegidas do Corredor Central da Mata Atlântica (Figura 2).

Figura 2
Corredor Central da Mata Atlântica — hotspot



Fonte: BRASIL / INPE; SOS Mata Atlântica (2008). BRASIL / MMA; Conservação Internacional (2006).

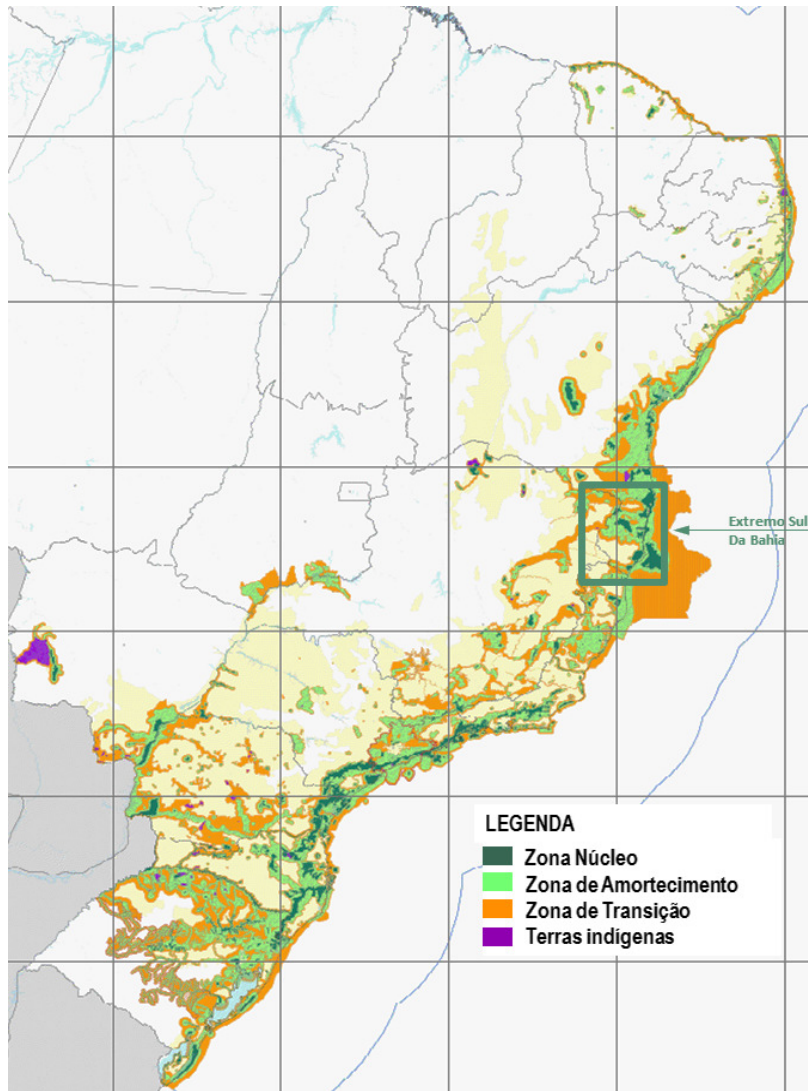
O interesse pela conservação da Mata Atlântica se justifica não apenas pela sua importância para a biodiversidade do planeta, mas por outros pontos de vista e interesses díspares, muitas vezes concorrentes — conservação do patrimônio público e da paisagem, abastecimento de água de regiões metropolitanas, fixação de carbono para mitigação do efeito estufa, interface com a produção agrosilvopastoril, agregação de valor a marcas do agronegócio e turismo, subsistência de povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros. O significado de eventuais resultados positivos para conservação e restauração da Mata Atlântica, no entanto, é bem maior que a soma dos diversos benefícios setoriais, e não apenas para a nação brasileira.

A Mata Atlântica é considerada patrimônio da humanidade em duas instâncias. Na primeira, na escala do bioma, está incluída no programa MAB (*Man and Biosphere*)⁵ da UNESCO. Nesse nível, a Mata Atlântica adquire significado especial, por se tratar da maior reserva da biosfera florestal do planeta (Figura 3). Se considerarmos as prioridades do programa MAB, encontramos uma ampla pauta de atuação que, ao integrar objetivos sociais, econômicos e “ambientais” (termo aqui utilizado em seu sentido mais restrito), já poderia servir de norte para as organizações que atuam neste território.

O Sistema de Reservas da Biosfera do MAB-Unesco foi consolidado na década de 70, sob a influência da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. As Reservas da Biosfera têm três prioridades como base de todos os trabalhos a serem nelas desenvolvidos: a conservação da natureza e de sua biodiversidade, o desenvolvimento social sustentado das populações que vivem na Reserva, com ênfase para as comunidades tradicionais, e o aprofundamento da educação ambiental e do conhecimento científico. (COSTA, [s.d.], p.1)

⁵ Homem e biosfera.

Figura 3
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)



Fonte: Conselho Estadual da RBMA da Bahia.

Na segunda instância de tombamento mundial, a Mata Atlântica é designada, na escala regional, como *Sítio do Patrimônio Mundial Natural do Descobrimento*, que abrange remanescentes florestais no norte do Estado do Espírito Santo, Sul e Extremo Sul da Bahia (Figura 4). Essa forma de *canonização*, tal como a ela se refere Boaventura de Sousa Santos, surge logo após a Segunda Guerra Mundial, visando à proteção de bens considerados patrimônio de toda a humanidade.

Segundo o estabelecido pela convenção da UNESCO sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, [...] todos os monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios e formações naturais que preencham determinados critérios e testes de autenticidade serão considerados como de “valor universal excepcional” e, conseqüentemente, integrados na Lista do Patrimônio Mundial. Esse valor pode ser estabelecido a partir de uma grande diversidade de perspectivas, desde a história da arte, passando pela ciência, pela estética, pela antropologia, pela conservação ou pela beleza natural. Tal como nos outros processos de canonização, o patrimônio mundial cultural funciona através de uma intensificação excepcional dos objetos seleccionados, conferindo-lhes uma tal aura de exemplaridade, singularidade e insubstituibilidade que estes adquirem o estatuto verdadeiramente fundamental de qualidade de vida na terra. Por esse motivo, e nos termos da própria Convenção, a sua deterioração ou desaparecimento constituiriam um “empobrecimento danoso do patrimônio de todas as nações do mundo”. (SANTOS, 2006, p. 76-77)

Nas duas instâncias canônicas que determinam o valor deste sítio para a humanidade se cruzam objetivos complementares de proteção da biodiversidade, da diversidade cultural e étnica, da singularidade e beleza cênica, da produção e difusão de conhecimentos e da manutenção dos habitantes tradicionais nos seus territórios em condições dignas de vida. Por esse motivo, poder-se-ia pleitear, para reflexão e atuação neste sítio, a consolidação da forma híbrida de patrimônio cultural e natural da humanidade, o que viabiliza também uma abordagem teórica híbrida desse território, tal como propõe Milton Santos.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas que devem ser mutuamente conversíveis [...]. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Esta realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo

e seu uso; a materialidade e suas formas; as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2004, p. 54)

Figura 4

Sítio do Patrimônio Mundial Natural do Descobrimento



Fonte: BRASIL (1998).

Interessa aqui recuperar não apenas as conexões internas desse espaço-tempo atual, mediadas pela autorrealização da sociedade, mas revelar nesse território a intensidade de uma geografia-história viva, potente e desconhecida. Essa abordagem se dirige para o estabelecimento de uma conexão espacial transtemporal, vinculada a um projeto de emancipação específico, isto é, a uma utopia determinada. Tal utopia implica na promoção de uma aliança entre uma oportunidade perdida no passado e um futuro possível a partir do presente, com o mesmo propósito libertador de Walter Benjamin.

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se é assim, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica, para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. (BENJAMIN, 1994, p. 223)

Que passado é esse que nos interpela nesse território? Do ponto de vista do Ocidente, a invenção do Novo Mundo, desde a chegada dos navegadores europeus no continente americano, representa um ponto de inflexão na história da humanidade, com influência marcante no próprio nascimento das ciências sociais e filosofia política modernas.

Em 1492 iniciou-se a lenta e tortuosa reunificação da espécie humana, depois de milênios de dispersão [...]. Apenas oito anos mais tarde, em 1500, outro processo teve início: a invenção do Brasil, a paciente criação de um outro povo, afirmando seu canto particular no concerto das nações. Ele traz em si a memória de quase todos os povos, de diferentes culturas, e parece guiado pela ambição de esboçar, sozinho, dentro do seu próprio território, a reunificação inaugurada por Cristóvão Colombo. (HALÉVY, 2000, p. 16-19)

Os primeiros traços deste desenho — a paisagem exuberante, a gentil acolhida dos nativos e a imaginação fantasiosa dos visitantes — pareciam finalmente revelar a possível existência do paraíso na terra. Não demorou, no entanto, para que o

desenrolar dos fatos revelasse outra trágica realidade: brutal choque de culturas, guerras, escravidão, dominação e extermínio dos habitantes originais, exploração predatória da biodiversidade, relatos de massacres e devastação que alcançam o século XXI, levando à submissão e quase extinção das etnias nativas, dos seus saberes e de seu mundo: a floresta. Muitos dos processos que se desenvolveram a partir desse evento original são bem conhecidos, principalmente no restante do território brasileiro. Paradoxalmente, pouco se conhece da geografia desses lugares “descobertos” pelo ocidente há quinhentos anos, das histórias desse reencontro da humanidade, inscritas nessa paisagem original — e do que se sabe, quase nada de que se possa orgulhar.

Da história pouco achei que aprender. Qualquer principiante de geografia nos dirá: que Pedro Álvares Cabral achou em Porto Seguro os tupiniquins [...] os quais aceitando francamente a civilização portuguesa, e aliando-se em casamentos com os europeus, fizeram prosperar [...] a Capitania de Porto Seguro [...] a ponto de começarem [...] a exportar para a metrópole grandes porções de açúcar [...]. Que poucos anos durou a prosperidade [...] porque os aimorés, abatirás e pataxós descendo das serras que habitavam exterminaram portugueses e tupiniquins a tal ponto que em 1587 só restava um engenho em toda a Capitania, continuando por dois séculos em completa decadência, pois que ainda no reinado de D. José, diz Fernando Diniz, constar a velha capitania de duas aldeias [...]. Que por estes tempos [...] aí encontraram por toda a parte desde o rio Doce até o de Belmonte ⁶, botocudos, que os historiadores foram sem exame declarando que eram descendentes dos aimorés sem se darem ao incômodo de explicar que fim tinha levado os abatirás, pataxós, papanaus, machacalis, e outros cujos nomes figuravam no tempo da descoberta como habitantes daquela redondeza. (OTONI, 2002, p. 40)

Passados cinco séculos desse evento original, pouco se encontra das matas e culturas nativas. Por ironia perversa, os herdeiros dos que ali sobreviveram ainda são publicamente acusados de promoverem a destruição do que resta das florestas, ou de não serem legítimos descendentes das populações originais da região. Na própria publicação da UNESCO que apresenta o patrimônio da humanidade no Brasil encontramos a insinuação.

⁶ Atual Rio Jequitinhonha, cuja foz se localiza nas proximidades da cidade de Belmonte, na Bahia.

Entre as áreas protegidas, encontra-se uma reserva indígena, próxima ao Parque Nacional do Monte Pascoal, onde vivem os índios Pataxó, originários de outra região (sic) [...] Em relação a esta comunidade, o maior esforço tem sido o de oferecer alternativas de subsistência aos silvícolas, pois, tradicionalmente, eles se valem do corte de madeiras nobres, em risco de extinção, para confecção de artesanato, em boa parte comercializado. (ALVIM, 2000, p. 79-89)

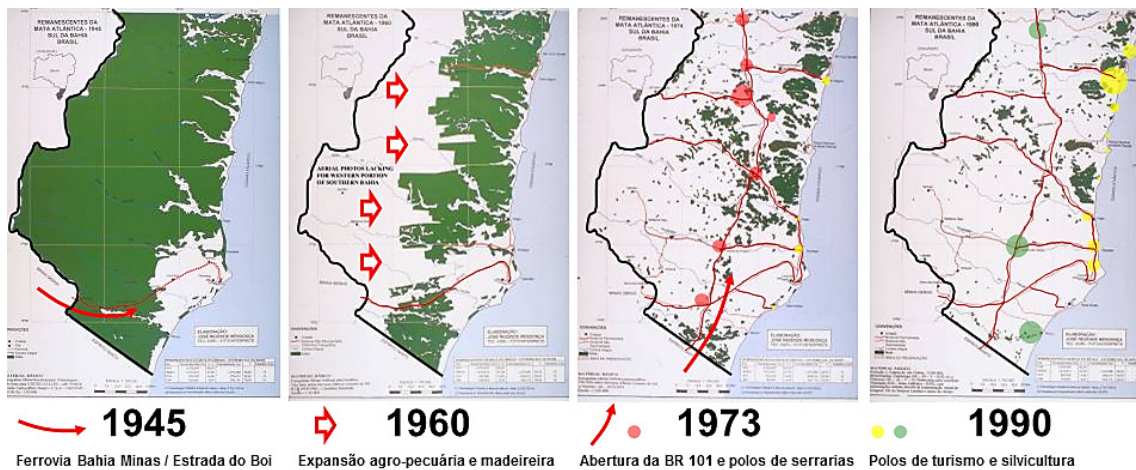
A formulação de Paulo de Tarso Alvim — “Índios de fora que destroem a floresta”, que reflete o senso comum generalizado na região — ignora os determinantes históricos da recente transformação desse território, sobre a qual as comunidades indígenas ou seus herdeiros têm pouca participação ou responsabilidade — ou nenhuma, em termos relativos. O autor não se refere ao “desenvolvimento” iniciado com a construção da Ferrovia Bahia Minas,⁷ ainda no século XIX, e impulsionado pela construção da rodovia BR 101, nos anos 70 do século XX; ou à instalação, nas margens dessa rodovia, de um polo madeireiro com mais de 200 serrarias apenas no município de Itabela, no centro da floresta; ou às queimadas, os fornos de carvão e as pastagens que substituíram a floresta nas novas fazendas de pecuária, café, cacau e silvicultura, nas décadas posteriores — o resultado deste processo, levado a cabo pela sociedade brasileira em apenas cinco décadas, surge com clareza no levantamento de José Rezende Mendonça (Figura 5). Alvim tampouco aborda o conseqüente processo de degradação cultural impostos aos povos da floresta e seus descendentes, em diferentes graus de barbárie — genocídio, etnocídio, epistemicídio... — que teve como resultado o confinamento dos indígenas nos limites extremos da fronteira agrícola em expansão (Figura 6) e a exclusão destes povos da maior parte dos benefícios sociais e econômicos gerados pela geografia-história do Brasil. Não tratamos aqui apenas de um relato sobre

⁷ A ferrovia foi construída pela Cia. Estrada de Ferro da Bahia, em parceria com o governo de Minas Gerais visando explorar madeira para construção de ferrovias, “[...] aumentar a receita da agricultura, reduzir seus custos de produção, facilitar o comércio e a exportação dos produtos agrícolas [...]” do nordeste de Minas pelo porto de *Ponta de Areia*, no município de Caravelas (MACHADO, 2010, p. 5). Foi desativada na década de 60 do século XX e, sobre seu leito, foi construída a rodovia MGT 418, mais conhecida como *Estrada do Boi*, responsável pelo primeiro fluxo de turismo na região, para as cidades litorâneas de Alcobaça e Nova Viçosa.

fatos passados, uma vez que índios e outros nativos, habitantes de vilas “históricas” abrigados na categoria de comunidades tradicionais ou extrativistas, ainda se encontram expostos aos reflexos modernos da história colonial: *gentrificação*, expulsão de seus lugares originais pelo setor imobiliário e pela economia do turismo, no litoral, ou pelas monoculturas intensivas e pecuária extensiva no interior.

Figura 5

Desmatamento no Extremo Sul da Bahia



Fonte: MENDONÇA (1994).

Figura 6

Terras indígenas, quilombolas e Reservas Extrativistas Marinhas



Fonte: ISA - Instituto Socioambiental; BAHIA / SEI (2008).

Ao insinuar a vinculação dos índios com a destruição do que restou das florestas, Paulo de Tarso Alvim revela a atualidade de um preconceito que sobrevive forte em todas as camadas das populações urbanas e rurais do Brasil, incluindo setores da elite intelectual, da academia e do movimento ambientalista, supostamente mais sensíveis à complexidade da questão. Desta forma, não se admira que os povos indígenas e as comunidades tradicionais da Mata Atlântica estejam entre os grupos sociais com os piores indicadores de salubridade e qualidade de vida no país, com poucas perspectivas de mudança no paradigma hegemônico da política. E, se a proteção da biodiversidade já é capaz de mobilizar parcela significativa da população brasileira, a conservação da etnodiversidade — senão da epistemodiversidade — permanece sem solução a vista.

A *inclusão* da diversidade cultural, senão da promoção de vida minimamente digna para povos indígenas e seus descendentes, como objetivos prioritários nos projetos de conservação da biodiversidade, é um requisito ético nem sempre considerado pelas iniciativas em curso na região. Alguns projetos trazem oportunidades de geração de renda em comunidades tradicionais, possibilitando melhores condições de permanência da população nativa nos seus lugares de origem, o que não deixa de ser uma contribuição indireta para conservação da diversidade cultural. A participação protagonista de cidadãos locais, em posição de decisão no comando desses projetos — participação presente em alguns momentos da pesquisa —, assim como a explicitação de objetivos sociais e culturais associados às intenções de conservação da biodiversidade, no entanto, são passos que poderão encaminhar novos significados ao conceito de sustentabilidade, que ainda busca sua efetivação nas experiências em curso.

A Mata Atlântica do extremo sul baiano abriga cerca de 10.500 habitantes indígenas — cerca de 9.000 Pataxó e 1.500 Maxakali⁸ — distribuídos em sete territórios

⁸ Os nomes atuais desses grupos não correspondem exatamente a etnias determinadas, sendo mais certo que se refiram às suas famílias linguísticas. Os chamados Maxakali, que mantêm vivas duas línguas próprias, se autodenominam Tikmũ'ũn, mas já foram descritos como Monacó ou Kumanuxú (PARAISO, 1999), o que indica, provavelmente, que se tratava de uma grande “nação” ou “confederação” (para tradução em termos ocidentais) com vários grupos (ou “tribos”) que hoje não existem. Já a língua Pataxó é considerada extinta, mas existem indícios de que este grupo fizesse parte da “confederação” Maxakali, com quem mantêm até hoje relações históricas de amizade.

demarcados (Figura 6). Nesta conta, que identifica apenas aqueles que se autodeclararam indígenas, não estão considerados os descendentes de populações originais catequizadas: provavelmente oriundos de povos indígenas de língua Tupi, aliados de primeira hora dos portugueses, estas comunidades tradicionais são encontradas, com modos de vida semelhantes, ao longo de toda a costa brasileira (Figura 7).⁹ Grande parte destas comunidades se manteve, até recentemente, relativamente isolada no processo de desenvolvimento econômico do País, conservando um modo de vida híbrido, com nítidas características indígenas mescladas às dos colonos, configurando o que talvez tenha sido o primeiro modo de expressão de uma sociedade original “brasileira”. Algumas destas comunidades são hoje atores importantes na implantação de *Reservas Extrativistas Marinhas* na região, responsáveis por processos sociais e políticos que se tornaram importantes instrumentos de fixação destas populações em seus lugares originais. O Extremo Sul da Bahia abriga ainda dez comunidades remanescentes de quilombolas, concentradas nos municípios de Nova Viçosa e Caravelas (BAHIA / SEI, 2008, p. 42).¹⁰

Parece haver relação entre a dinâmica de desflorestamento do Extremo Sul da Bahia (Figura 5) e a localização atual dos povos e comunidades tradicionais (Figura 6): enquanto a concentração dos remanescentes de quilombolas coincide com as fronteiras da primeira frente de desmatamento da região,¹¹ os grupos indígenas e nativos tendem a se situar próximos uns dos outros, sempre junto aos remanescentes da Mata Atlântica. Tal relação não passa despercebida pelos próprios Pataxó (Figura 7):

Se ainda tem floresta no Monte Pascoal é porque ela está toda cercada pelas nossas aldeias. Se não fosse isso, os fazendeiros já tinham invadido e acabado com ela também, igual fizeram com todas que eu conheci aí fora, quando era menino. E agora vêm dizer que a

⁹ Estes grupos foram mais estudados na região sudeste, onde são chamados *caiçaras* (ADAMS, 2000). No Extremo Sul da Bahia estes grupos se autorreconhecem como *nativos* ou *pescadores*, sendo também denominados *extrativistas* por setores da academia e do Estado.

¹⁰ Rio do Sul, Volta Miúda, Mutum, Naiá, Cândido Mariano, Helvécia e Maitá, no município de Nova Viçosa; Bacalhau e Espora Gato no de Caravelas; Vila Juazeiro, em Ibirapuã.

¹¹ A construção da Ferrovia Bahia Minas teve início em 1882, apenas seis anos antes da promulgação da *Lei Áurea*, que determinou a libertação dos escravos no Brasil.

gente não pode tirar madeira porque acaba com a floresta? Essa madeira é hoje a comida na mesa de nossos filhos. Todos estão preocupados com as árvores e os bichos daqui, e nós também estamos, mas só a gente se preocupa com nossos filhos. No fundo, o que querem mesmo é deixar a gente cercado, igual num curral, espremido que nem criação.¹²

Figura 7

Momento do depoimento de Nô Pataxó, em Boca da Mata



Imagens cedidas pelo Grupo Natureza Bela.

¹² Depoimento indignado de Nô Pataxó, morador da comunidade de Boca da Mata, na Terra Indígena de Barra Velha, em 9/12/2011, durante apresentação de um dos projetos de restauração de florestas nativas, na qual constavam os mapas da Figura 5 (Figura 7).

Figura 8
Caiçaras, nativos, pescadores

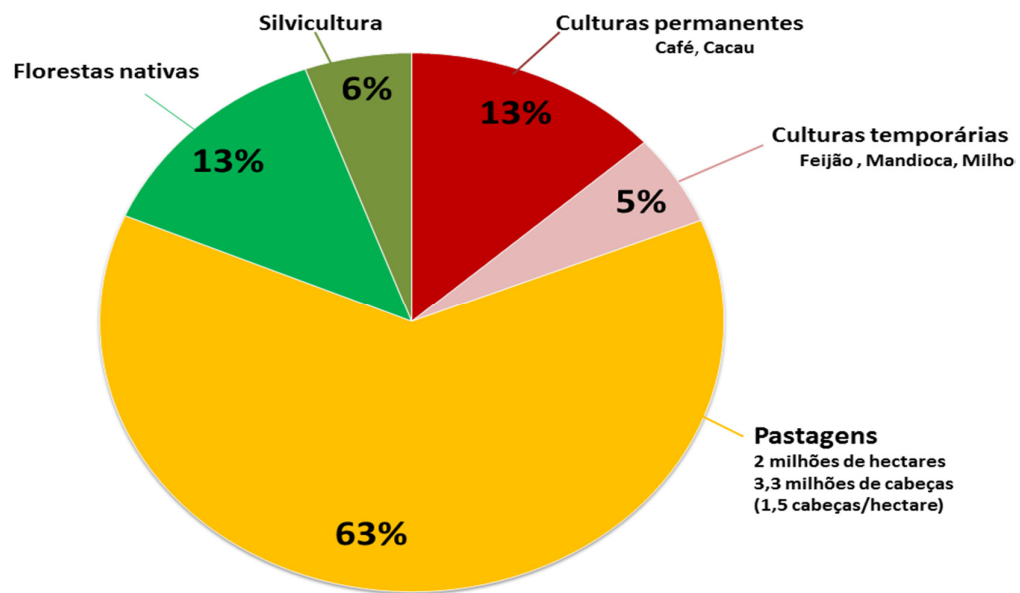


Desse ponto de vista, é plausível pensar na dinâmica deste processo histórico-geográfico como a transformação, em apenas 45 anos, de um extenso território florestal indígena em uma nova região agropecuária do *Brasil*, com todas as implicações correspondentes em relação à perda de diversidades. À recente fragmentação da floresta, por exemplo, corresponde uma simétrica fragmentação — étnica, cultural, epistêmica — dos povos da Mata Atlântica, possibilitando correspondência análoga entre demandas e estratégias de conservação da biodiversidade e da diversidade cultural.

A perda desta diversidade original, de impossível resgate, não propiciou uma economia regional diversa e pujante, ao contrário. A maior parte da região está ocupada por atividades econômicas de baixa produtividade e rentabilidade com predominância da pecuária no interior e do turismo no litoral e, com menor destaque, das monoculturas tradicionais de café e cacau, além da agricultura familiar praticada em assentamentos rurais e comunidades tradicionais. (Figuras 9, 10 e 11). A presença da silvicultura, vinculada à indústria de celulose, oferece um contraponto a esta situação, na medida em que oferece melhor rentabilidade para os proprietários que se associam às empresas de celulose através de seus programas de fomento florestal.¹³

¹³ O fomento florestal é a modalidade de produção em silvicultura na qual a indústria de celulose efetua plantios em propriedades de terceiros, se comprometendo com a compra total ou de parte da produção. Esta modalidade, praticada pelas três empresas do setor atuantes na região, permite que as áreas dedicadas à silvicultura para suprimento de suas fábricas possam ser ampliadas sem a necessidade de aquisição de novas terras.

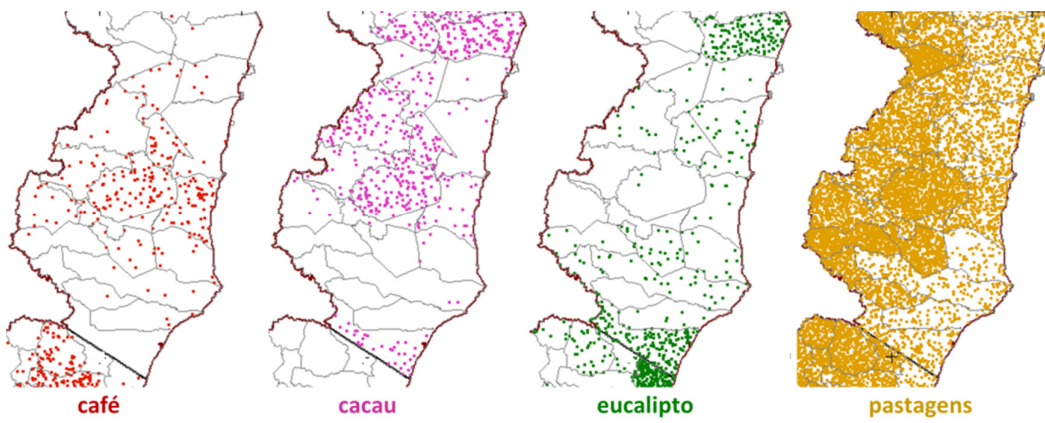
Figura 9
Ocupação e uso do solo no Extremo Sul da Bahia – 2010



Fonte: Conservação Internacional Brasil.

Figura 10

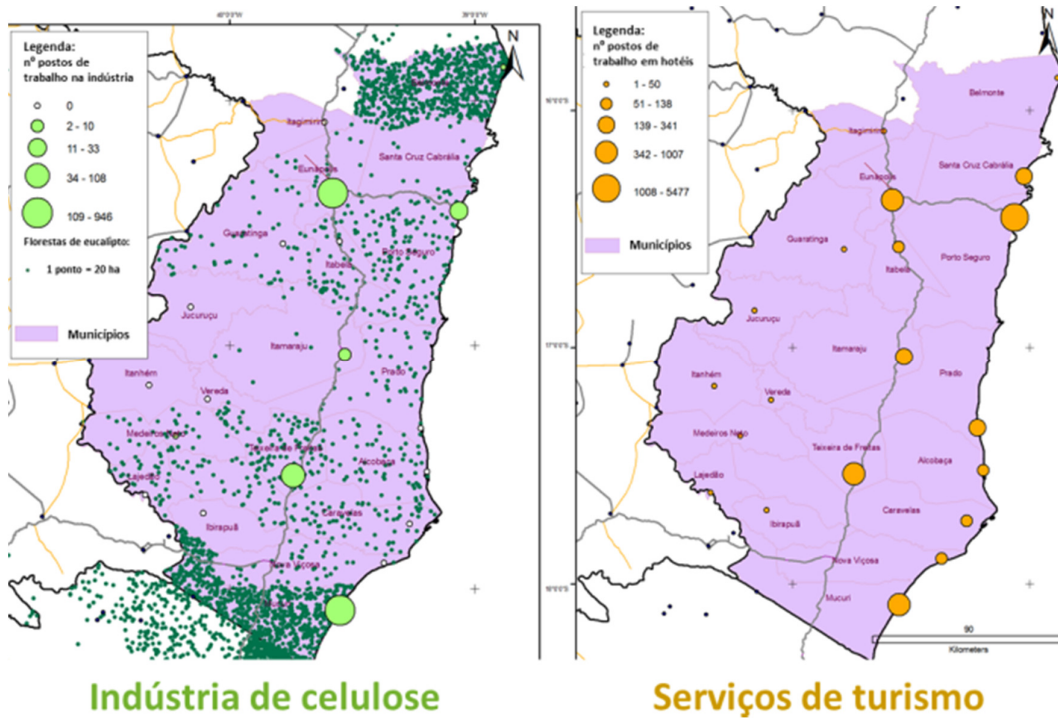
Atividades rurais no Extremo Sul da Bahia



Fonte: Conservação Internacional Brasil.

Figura 11

Indústria de celulose e serviços de turismo

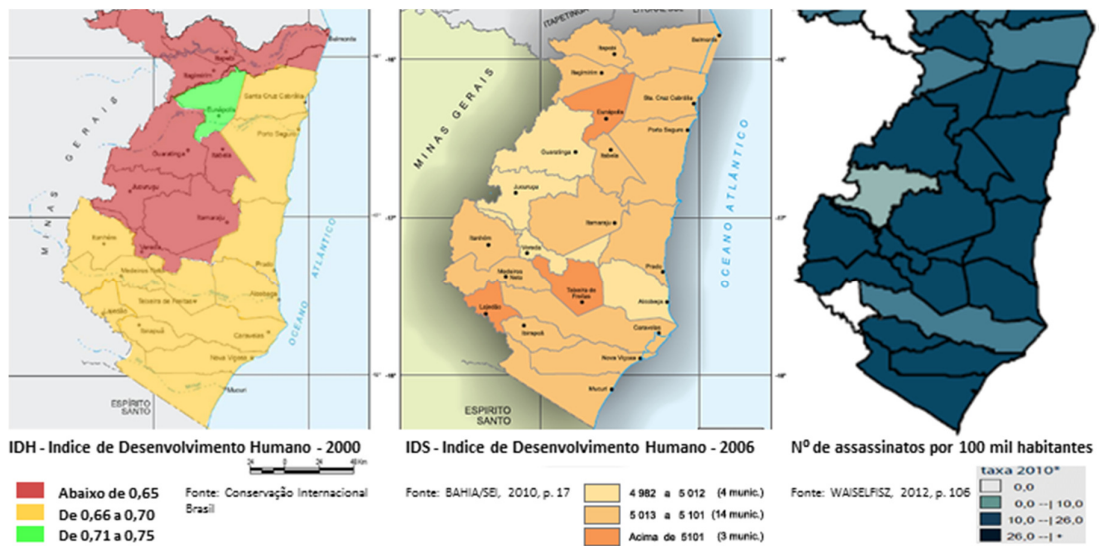


Fonte: Conservação Internacional Brasil.

A resultante deste processo recente de colonização e “desenvolvimento” deixa clara a ausência de benefícios também para os novos ocupantes deste território: se os regionais *Índices de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social* se situam abaixo da média do país e do Estado, os índices de violência tomam rumo contrário, com grande parte da população exposta a alto risco social (Figura 12).¹⁴ O quadro de fragmentação social, cultural e econômico da região configura, portanto, um típico *território de fronteira* recém ocupado, onde se verifica a dificuldade de alcance de políticas públicas estatais, para não dizer de presença e imposição do Estado de Direito sobre a ordem política implantada pelos novos donos da terra, conquistada em um processo que tem a violência como regra — seja contra a floresta e seus povos, seja contra os novos habitantes da região.

¹⁴ Dos 21 municípios do Extremo Sul da Bahia, apenas o município de Eunápolis se aproxima da média baiana e nacional. Sobre risco social: segundo dados preliminares do censo de 2010, analisados por Julio Jacobo Waiselfisz (2011), Porto Seguro, uma das principais cidades da região, com taxa de 108 assassinatos por 100 mil habitantes, alcançou a posição de sexta cidade mais violenta do Brasil por este critério (ou quinta, se tirarmos da conta as capitais estaduais), com taxa ainda crescente — era a décima sexta em 2008, com 106 assassin. / 100 mil hab, ou 144 assassin. / 100 mil hab., se considerados apenas homicídio juvenis (WAISELFISZ, 2008).

Figura 12
Desenvolvimento Humano, Social e Violência no Extremo Sul da Bahia



Fontes: Conservação Internacional Brasil; BAHIA / SEI (2010, p. 17); WAISELFSZ (2012, p. 106).

A *reinclusão* dos povos originais, que se pretende nesta história, não advém da crença no mito de bondade “essencial” das sociedades primitivas, das comunidades tradicionais, ou na prevalência, a qualquer custo, de seus direitos “naturais”, supostamente superiores aos dos demais grupos humanos que hoje habitam a Mata Atlântica. Se não simplesmente podemos aceitar a situação de fato, resultante da barbárie colonial, como única possível e imutável, tampouco cabe a proposta ingênua do retorno a modos de vida e ocupação do espaço anteriores ao evento de 1500 — ou de qualquer outra data que se possa advogar como mais “justa”. A intenção aqui é, na verdade, a de se contrapor à “razão indolente” da ciência moderna (SANTOS, 2001) que não se incomoda com o desperdício de experiências e saberes da humanidade, a não ser quando validados pelo seu disseminado modo de ver o mundo através do Ocidente. A estratégia da *Razão Sagaz*, preconizada por Henry Odera Oruka, nos oferece um caminho alternativo de reflexão ao modo hegemônico da colonização moderna, indutor da homogeneização cultural e da perda de diversidade, em todas as suas manifestações no planeta. Nesta estratégia, o autor se propõe a produzir uma filosofia pragmática original, a partir de reflexões críticas de indivíduos inseridos em universos epistêmicos tradicionais.¹⁵ Da *Razão Sagaz* deriva sua *Ecofilosofia*, da qual faria parte uma nova ética mundial integradora, a *ética planetária familiar*¹⁶ — “[...] não apenas um produto de investigação intelectual [...], mas uma base comum sobre a qual diferentes culturas do mundo apoiam suas percepções ambientais”¹⁷ (ORUKA, 1997, p. 125). O autor se baseia nas proposições em *dahрма* indiano, nas cosmologias Polinésias e africanas, mas também em autores do ocidente — Gilbert White, Carl von Linné e Charles Darwin — para propor uma ética que considere a *vida*, em todas as suas manifestações, *como uma unidade*. Também nela encontramos uma visão honesta e pragmática, sem deixar de ser

¹⁵ No caso, de povos indígenas africanos.

¹⁶ Nome possivelmente apropriado para o caso africano, provavelmente com relações familiares na mais alta conta, mas que talvez mereça, aqui, uma *tradução enviesada*, mais precisa e adequada às intenções que se defendem nesta tese: *ética planetária da amizade*.

¹⁷ *Sagacious Reasoning; Eco-philosophy; “Parental earth ethics is not simply a product of intellectual enquire. It is the basis upon which different cultures around the world base their environmental perceptions”.*

rigorosa, capaz de servir de base para a complexa questão dos direitos culturais e territoriais imemoriais.

[...] o planeta ou o mundo é um tipo de unidade familiar na qual os membros têm estreita relação de amizade e parentesco entre si. Até agora, nossa discussão é dirigida na direção da afirmação de que a terra é um patrimônio público de toda a humanidade. [...] A questão do direito pela primeira ocupação ou por conquista não anula esta verdade. Se o fizesse, não haveria sentido em aceitar os direitos territoriais dos europeus que migraram para a América depois de Cristóvão Colombo “descobrir” aquele continente. [...] Os direitos territoriais e soberania nas Américas, nesse caso, [...] pertenceriam, aos nativos indígenas. No entanto, a realidade hoje é tal que os nativos indígenas não têm um direito mais legítimo sobre aquela parte da terra que os migrantes que a invadiram quinhentos anos atrás. [...] Sobre o colonialismo, o que lamentamos é o fato de que aqueles que dele se beneficiaram viraram as costas para aqueles a quem colonizaram e agora afirmam que estes — os colonizados — não têm parte ou direito algum sobre qualquer das suas posses atuais. Mas dados a constituição orgânica da vida e os princípios da ética planetária familiar, a reivindicação dos colonizados sobre estas posses é legítima.¹⁸ (ORUKA, 1997, p. 128)

Compartilhando esta visão ampla, nossa pesquisa se propõe a determinar condições de viabilidade para um projeto utópico transescalar que une dois objetivos interconectados: a *conservação das diversidades* e a *sustentabilidade da Mata Atlântica*. A tese se estrutura como processo de *pesquisa-ação*, com interesse direcionado para a possibilidade de uma *práxis de gestão pública compartilhada* em um território determinado. A partir de um referencial meramente empírico, poderia ser

¹⁸ [...] the earth or the world is a kind of a family unit in which the members have kith and kin relationship with one another. So far, our discussion is driven towards the claim that the earth is a common wealth to all humanity. [...] The question of the right by the first occupation or personal achievement does not overrule this truth. If it did, then it would make no sense to accept the territorial rights of the europeans who migrated to the Americas after Christopher Columbus ‘discovered’ that continent [...]. The territorial rights and sovereignty in the Americas would, in that case, [...] belong to the indigenous Indians. However, the reality today is such that the indigenous Indians have no more a legitimate claim to that part of the earth than the migrants who invaded it five hundred years ago. [...] On colonialism, what we lament is the fact that those who developed themselves by it have turned their backs on those they colonized and now claim that they (the former subjects) have no share in or claim to any of their current possessions. But given the organic constitution of life and the principles of parental earth ethics, the former colonies have a legitimate claim to such possessions.

descrita como um estudo de caso, na forma de um acompanhamento, avaliação de objetivos e resultados de iniciativas sociais e políticas em curso, convergentes no Extremo Sul do Estado da Bahia, na costa do Brasil. Do ponto de vista estritamente conceitual, poderia ser tratada como uma reflexão sobre o potencial emancipatório da ideia de *cidadania como forma de governo*, bem como sobre modos alternativos de se pensar as ideias de democracia e república, de forma a contribuir tanto para a viabilidade tópica destas iniciativas, como para a existência, nelas, de um espaço para a *autonomia*. Como experiência simultânea de pesquisa acadêmica, mobilização social e intervenção efetiva no espaço, no entanto, se configura antes como um *ensaio histórico-geográfico*, algo semelhante a um experimento de governo.¹⁹

Teoricamente, a investigação se situa na tríplice fronteira entre geografia, sociologia e filosofia, no lugar determinado pelo adjetivo-objeto que compartilham: *política*. Deste lugar, lança mão de categorias de diferentes territórios disciplinares, para construção de um texto capaz de propiciar reflexão, debate e ação, tanto pelos *habitantes das ciências* quanto pelos agentes destes projetos, para eventual realização do que, hoje, se configura apenas como idealização utópica.

Do território da geografia, a tese se apropria de conceitos de Milton Santos (2004) construídos em sua reflexão constitutiva de uma *ontologia do espaço*: espaço-tempo, território, lugar, rede, horizontalidade e verticalidade. Lança mão ainda da crítica da geografia como ciência moderna, desenvolvida por Cássio Hissa (2002), além de conceitos desenvolvidos no campo da *ecologia da paisagem* — fragmentação e conectividade, mosaicos, zonas de amortecimento, corredores ecológicos e *hotspots* — para livre utilização em outros campos, na tentativa de fazer germinar outros saberes híbridos. Do passado se ocupa com interesses inequívocos do presente:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O perigo ameaça tanto a

¹⁹ Esta tese é uma continuidade de uma pesquisa-ação, iniciada no Mestrado em Geografia no Instituto de Geociências da UFMG, que resultou na dissertação *O cidadão como sujeito de governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva* (MENEZES, 2006).

existência da tradição quanto como os que a recebem. Para ambos o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1994, p. 224-225)

O perigo aqui se manifesta em duas possibilidades. A primeira é a de que a matriz colonizadora do pensamento ocidental, tal como a define Boaventura de Sousa Santos (2006), se converta em guia da reflexão e das ações dos atores e agentes interessados, o que interditaria o lugar da emancipação — ou da autonomia —, na conformação de um projeto conservador — ou *meramente* conservacionista — de *preservação* da Mata Atlântica no Brasil. A segunda é a de que a emergência deste projeto venha a ser impedida por vertentes de pensamento e atuação supostamente contra-hegemônicas, mas que mantêm intactas suas raízes conservadoras — modernas — por carência de reflexão crítica rigorosa e atuação política radical.

Para enfrentamento destes perigos, a investigação avança no campo da sociologia política e se engaja na construção coletiva de uma *Epistemologia do Sul*, explicitada por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 40)²⁰, dentro de um projeto maior: a *Reinvenção da Emancipação Social* (2006, p. 93). No campo da filosofia política, a tese se apropria, de partida, de princípios da Teoria do Conhecimento e Filosofia da História de Walter Benjamin, adotando seus procedimentos de *visada nos extremos*, na sua idéia de vinculação secreta entre diferentes gerações, que determinariam uma emancipação humana transtemporal. Tomamos como ponto de partida — e de chegada — seu conceito de *origem*, aplicado desta forma determinada ao longo de todo o texto.

A origem, apesar de ser uma categoria totalmente histórica, não tem nada a ver com a gênese. O termo origem não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção. A origem se localiza no fluxo do vir-a-ser como um torvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese. [...] Em cada fenômeno de origem se determina a forma com a

²⁰ Projeto também intuído e proposto por Milton Santos (2000, p. 71).

qual uma idéia se confronta com o mundo histórico, até que ela atinja a plenitude na totalidade de sua história. A origem, portanto, não se destaca dos fatos, mas se relaciona com sua pré e pós história. (BENJAMIN, 1984, p. 67-68)

Este conceito benjaminiano nos oferece uma chave para escaparmos da armadilha do tempo linear, uma das formas estruturantes — ou monoculturas (SANTOS, 2006) — da matriz colonial do pensamento moderno. Quando distingue a origem da gênese, Walter Benjamin possibilita que a primeira habite sempre um espaço-tempo presente, permitindo que *ideias-torvelinho* experimentem sua plenitude histórica, desenhando constelações transtemporais pulsantes, plenas de vida. A cada instante o *agora* se apresenta como possibilidade de abrigar a origem possível de outra forma de escrever a história-geografia, seja a do passado, seja a do futuro. Para Benjamin o papel de uma reflexão filosófica sobre a história comprometida com o ideal da emancipação seria o de uma articulação histórica transtemporal, comprometida com os vencidos de todas as épocas, a ser apropriada pelos sujeitos históricos do presente.

Se a construção de bases teóricas e políticas para conservação das diversidades e sustentabilidade da Mata Atlântica é o objetivo maior da tese, este se apoia em uma hipótese que demanda investimento paralelo em uma observação empírica de longo prazo: a de que tal projeto só é viável se constituído, também, como *proposta republicana*. Em outras palavras: para além da democracia, somente a existência de um *movimento de cidadania*, materializado através de *ensaios republicanos* nos *territórios intersticiais* da Mata Atlântica, pode ser capaz de realizar esta utopia. Tal hipótese já traz, desde sua formulação, a impossibilidade implícita de sua comprovação, pelos métodos canônicos da ciência moderna, no prazo de realização desta tese. Nem por isto a pesquisa deixará de experimentar sua plausibilidade (ou de buscar indícios de sua comprovação parcial) caso as condições de sua existência — a manifestação simultânea dos *modos democrático* e *republicano* de atuação nos experimentos sociais neste território — continuem presentes ao longo dos próximos anos, período que também abrigará a continuidade desta pesquisa.

Na impossibilidade de uma verificação “externa” de sua validade “científica”, ou de uma verdade tomada pelo ponto de vista da ciência moderna, este estudo assume seu caráter *participante*, isto é, sua intenção de *construir a plausibilidade* de sua hipótese, além de uma efetiva *validade política, econômica e social* de seus resultados, e mesmo de se constituir como instrumento de realização dos objetivos propostos nos projetos estudados. Porque utiliza, como um de seus fundamentos a metodologia de pesquisa-ação, o sujeito da tese — ou da *práxis* — é (sou), simultaneamente, pesquisador, ator e agente, ativo e reflexivo, em cooperação com os demais pesquisadores e agentes presentes nas experiências estudadas, de forma assumidamente interessada, isto é, *enviesada*.²¹

Na escala local, acompanharemos cidadãos em organizações comunitárias e ambientalistas, propriedades rurais e empresas, atuando em conjunto para a formação de corredores ecológicos entre remanescentes florestais de Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia, com ênfase especial para a experiência, iniciada em 2005, de consolidação do Corredor Ecológico Monte pascoal Pau Brasil. No nível “nacional”, na escala do domínio da Mata Atlântica, a plausibilidade (e eventual comprovação parcial) da hipótese central se apresentaria como contribuição para reflexão dos sujeitos que catalisam o *Pacto Nacional pela Restauração da Mata Atlântica*. No nível intermediário, ou na escala regional, serão abordadas experiências de gestão democrático-participativas, através da avaliação de premissas, objetivos, iniciativas e resultados alcançados pelos diversos conselhos e comitês gestores atuantes no Extremo Sul da Bahia, na busca de uma alternativa de atuação cooperativa entre os diversos campos políticos e fluxos de atuação que hoje, ali, se manifestam de forma fragmentária e divergente.

²¹ Nesta tese, uma modalidade determinada de *wishful thinking* se faz acompanhar por um modo de *wishful doing* — um pensar e agir com esperança — que, no entanto, não abre mão da (auto)crítica rigorosa. Como tratamos de *emergências* (SANTOS, 2006), de experimentos que merecem, no mínimo, o benefício da dúvida, apresentamos uma proposta de *texto mobilizador* — direcionado aos pesquisadores e agentes dos projetos estudados — que não pode, por isso, dispensar a retórica como um de seus artifícios.

Se os diversos processos de destruição e fragmentação que observamos não foram capazes de confluir para a consolidação de uma sociedade minimamente justa, de um ambiente minimamente adequado para a diversidade da vida, ou de uma economia minimamente sustentada, para o benefício de todos os viventes, temos uma esperança que sustenta todo o esforço desta tese: que seja possível, tal como na parábola benjaminiana do *Angelus Novus* (BENJAMIN, 1994, p. 226), imaginar (e construir) a possibilidade de interrupção deste vendaval histórico e demolidor, ali chamado de progresso, que impede que os fragmentos mais preciosos do pensamento humano, escondidos sob os escombros da devastação, possam ser coletados visando uma *fecundação do presente*, na promoção de um novo reencontro da humanidade, que sirva, desta vez, para cumprir, neste território, o seu desígnio utópico.

UMA UTOPIA TRANSESCALAR

A restauração de florestas nativas para conectividade ecológica de remanescentes de alto valor para conservação e a sustentabilidade da ocupação humana no domínio original da Mata Atlântica são objetivos de iniciativas no Extremo Sul da Bahia que já configuram o desenho de uma utopia em múltiplas escalas geográficas. A realização dessa utopia, na escala do bioma, está designada no *Pacto pela Restauração da Mata Atlântica*, que apresenta como objetivo principal a preservação do fluxo gênico e dos ciclos naturais da floresta, além de valorizar os chamados “serviços ambientais” por ela fornecidos (RODRIGUES *et al.*, 2009). Tal objetivo se converte na meta ambiciosa de restauração florestal de 15 milhões de hectares até 2050, em terrenos com baixa aptidão agrícola de propriedades rurais privadas (Figura 13), através, principalmente, de um esforço de articulação, tal como previsto em seu *Protocolo* institucional.²²

²² “[...] articular os projetos de restauração de instituições públicas e privadas, governos, empresas e proprietários com o objetivo de integrar seus esforços e recursos para a geração de resultados em conservação da biodiversidade, geração de trabalho e renda na cadeia produtiva da restauração, manutenção, valoração e pagamento de serviços ambientais e adequação legal das atividades agropecuárias nos 17 estados do bioma.” (<Disponível em: <http://www.pactomataatlantica.org.br/missao-e-objetivo.aspx?lang=pt-br>>). Para uma ideia da grandeza do desafio, as metas de restauração do *Pacto* demandariam investimentos da ordem de R\$ 120 bilhões em 40 anos, uma média anual de R\$ 3 bilhões até 2050.

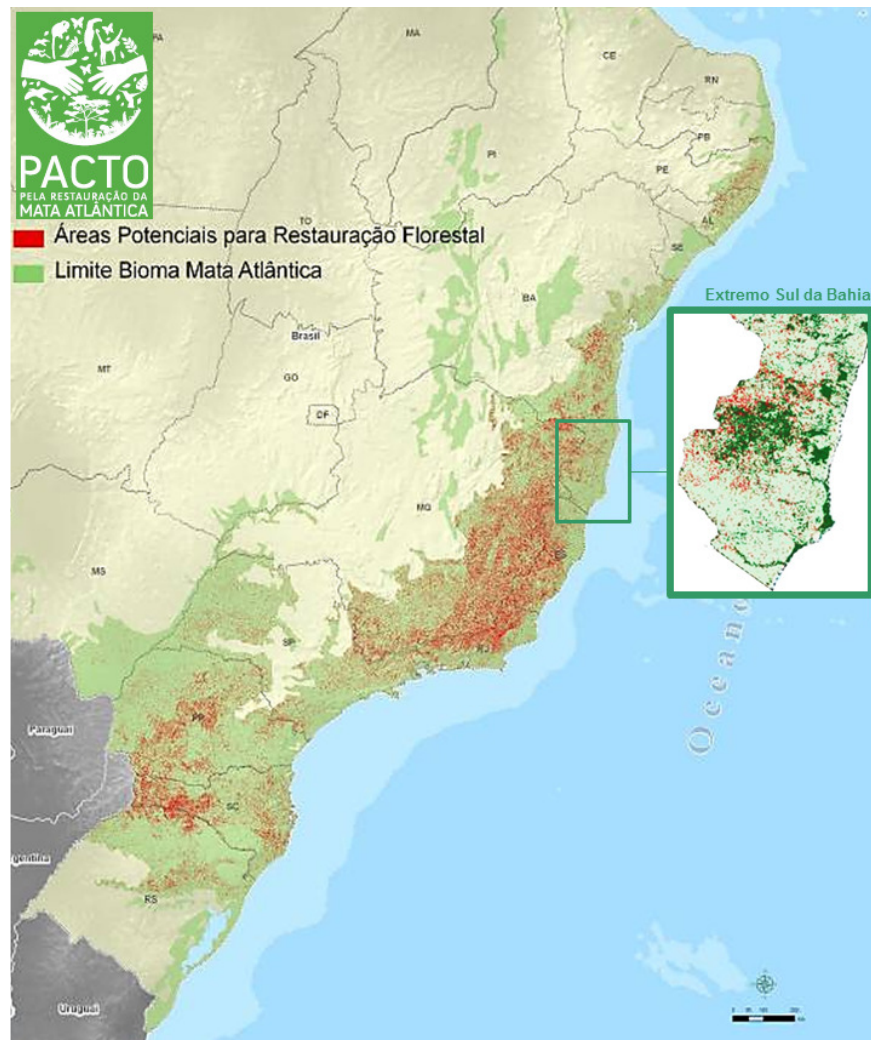
Lançado em 2009, por iniciativa de organizações da sociedade civil, o *Pacto* contou, desde seu início, com a adesão de grandes empresas e representação dos governos da União, estados e municípios brasileiros, incluídos em um sistema de gestão participativa através do Conselho de Coordenação e diversos grupos de trabalho.²³ Em seu *Planejamento Estratégico* para os anos 2011-2013, o *Pacto* define as “premissas institucionais” norteadoras da atuação em seus primeiros anos de operação. Chama atenção, neste documento, a vocação integradora e cooperativa do *Pacto*, explicitada desde o início em seu propósito de “integrar pessoas e instituições para restaurar a Mata Atlântica [...] em paralelo com os esforços de conservação do bioma” (*PACTO*, 2010, p. 3-4), bem como em vários de seus princípios.²⁴

²³ Na lista de membros do *Pacto*, encaminhada por sua Coordenação Geral em julho de 2011, constavam 196 signatários, sendo 104 organizações e colegiados da sociedade civil, 43 instituições do estado dois federais, 17 estaduais e 25 municipais), 39 empresas e 10 centros de pesquisa.

²⁴ “Respeito às características regionais e locais”, “sinergia”, “diálogo”, “compartilhamento de conhecimentos”, “participação”, “cooperação”, “compromisso social”... Também é explícita a adoção de princípios de “governança” e eficácia, caros à iniciativa privada e setores “atualizados” da administração pública e organizações sociais — “transparência”, “excelência”, “multiplicação”, “eficiência”, aqui entendida como busca de “[...] soluções inovadoras que maximizem os resultados da restauração da Mata Atlântica e garantam os impactos sociais, econômicos e ambientais desejados.” (*PACTO*, 2010, p. 3-4).

Figura 13

Pacto: áreas potenciais para restauração florestal



Fonte: Pacto pela restauração da Mata Atlântica.

Disponível em: <<http://www.pactomataatlantica.org.br/pdf/mapeamento-areas-restauracao.pdf>>.

Acesso em: dez. 2011.

Por outro lado, no documento, também chama atenção a ausência de setores da sociedade que deveriam ser considerados prioritários para a formulação de qualquer pacto. Sem eles, uma iniciativa dessa envergadura careceria de base mínima de sustentação política e social: apenas duas vezes é feita alguma referência — secundária — a proprietários ou produtores rurais privados, que detêm, em suas mãos, mais de 95% das terras onde o *Pacto* prevê suas ações. Sobre povos indígenas, outras comunidades tradicionais e assentamentos de movimentos sociais, também detentores ou ocupantes de terras em grandes extensões, nem uma referência é encontrada. A única participação significativa de proprietários de terras no *Pacto* diz respeito a algumas das maiores empresas brasileiras, do setor de siderurgia (Vale) e silvicultura (Fibria, Suzano, Veracel, por exemplo), que já incluíam, em suas práticas de “responsabilidade social”, a restauração de florestas nativas.

A proposta de inclusão de proprietários rurais desde o início — presente nas primeiras conversas sobre a criação do *Pacto* — nunca foi consensual entre os principais formuladores.²⁵ A ideia majoritária de firmar o *Pacto* com o máximo de instituições que já atuassem no campo ambientalista, incluindo empresas e setores do estado sensíveis, refletia a tática de fortalecer e consolidar as relações de proximidade existentes, mantendo aberta a possibilidade de adesão posterior de proprietários — mas sem ênfase na mobilização inicial dos mesmos.

Se tal tática pode ser considerada bem sucedida, na medida em que o *Pacto* tem se firmado como importante instância de integração de organizações públicas e privadas, se habilitando como importante interlocutor e elo das mesmas, possibilitando maior consistência e visibilidade a ações de restauração florestal no bioma, por outro lado deixou espaço para que surgissem, no interior da sociedade, propostas que apontam no exato sentido oposto de seu objetivo.²⁶ Ora, como se falar em *pacto*

²⁵ A ideia do *Pacto* foi proposta em março de 2007 por Miguel Calmon, então dirigente da TNC — *The Nature Conservancy* do Brasil — inicialmente para um pequeno grupo de cerca de 10 organizações já atuantes em projetos de restauração florestal na Mata Atlântica.

²⁶ Em 2008, deputados federais ligados à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil lançaram projeto de lei para “flexibilização” do Código Florestal brasileiro, prevendo redução de áreas protegidas em propriedades privadas, o que, na prática, reduz drasticamente as possibilidades de restauração florestal no país. Perdida a chance de diálogo que o *Pacto* poderia promover, restou o desafio de derrotar, no embate democrático, um setor poderoso e bem articulado. Caso esta vitória aconteça,

quando vozes potencialmente discordantes — os *outros* — não se fazem presentes desde o início? E o que dizer se estes *outros* detêm o principal recurso estratégico para o fim que se pretende? E se ainda sustentam, em concordância com a maioria da sociedade, a visão hegemônica de desenvolvimento econômico que acaba por considerar florestas nativas e biodiversidade apenas como *estoque de recursos*, disponíveis para livre apropriação, ou como entraves ao *progresso*, quando protegidas pela lei? Devido a esta ausência, talvez fosse mais própria aqui a denominação *aliança*.

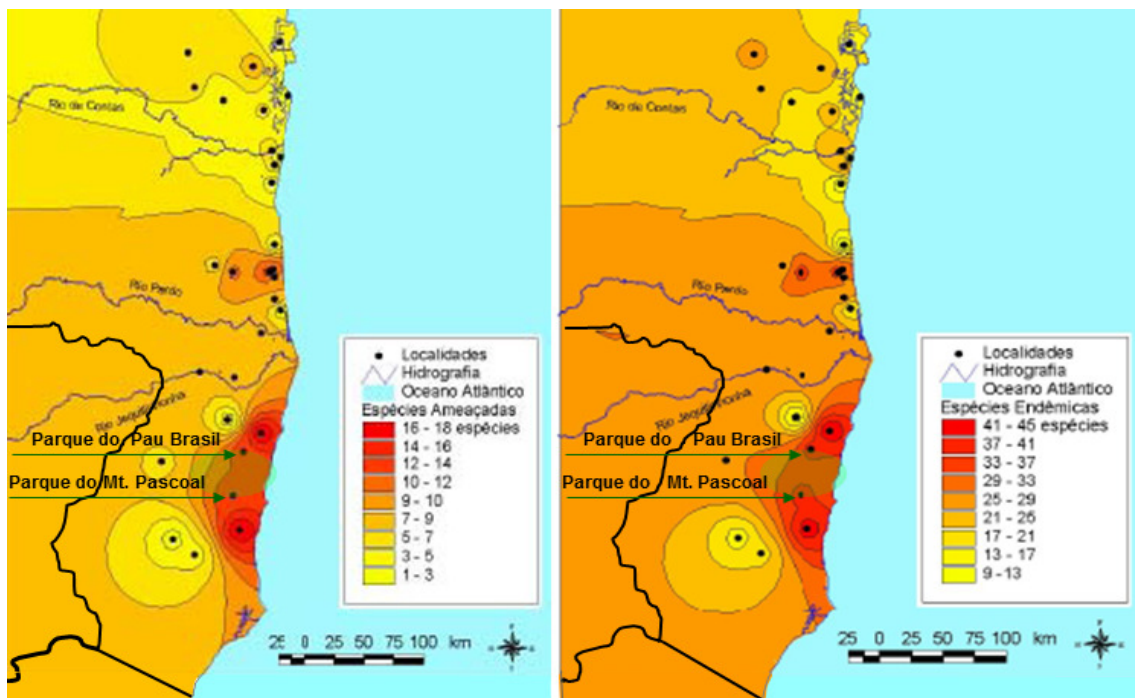
A estratégia adotada é legítima de um ponto de vista político-democrático. Mostra-se, no entanto, insuficiente para garantir os fins projetados, mantendo-os ainda aquém do horizonte de sua viabilidade tópica. Entretanto, quando a iniciativa passa a construir pontes e integrar experiências emergentes de restauração de florestas nativas, nos lugares onde são efetivamente realizadas, avança para consolidar, na prática, o que pode vir a ser o embrião de sua viabilidade futura. Nesse sentido, é significativa e exemplar a inclusão, pelo *Pacto*, como um de seus modelos, da manifestação de uma utopia em escala reduzida — a experiência do *Corredor Ecológico Monte Pascoal Pau Brasil*.²⁷

Desenvolvida entre os Parques Nacionais de *Monte Pascoal* e *Pau Brasil*, nos municípios de Porto Seguro e Itabela, a iniciativa se desenvolve no trecho de maior concentração de espécies endêmicas e ameaçadas do *Corredor Central da Mata Atlântica*, em uma parte do território que poderia ser descrita como o *hotspot* do *hotspot* (Figura 14). Não por coincidência, o *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* também se encontra junto à maior concentração de áreas protegidas (unidades de conservação, áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas e terras indígenas) da região (Mapa 1).

mantém-se aberta a porta para um diálogo em condições favoráveis. Caso contrário, as metas do *Pacto* deverão ser drasticamente reduzidas ou o seu confinamento no campo da utopia poderá se estender por um tempo ainda maior. Em maio de 2011, derrota no primeiro *round*: o projeto foi aprovado na câmara de deputados, por esmagadora maioria, passando para a esfera do Senado.

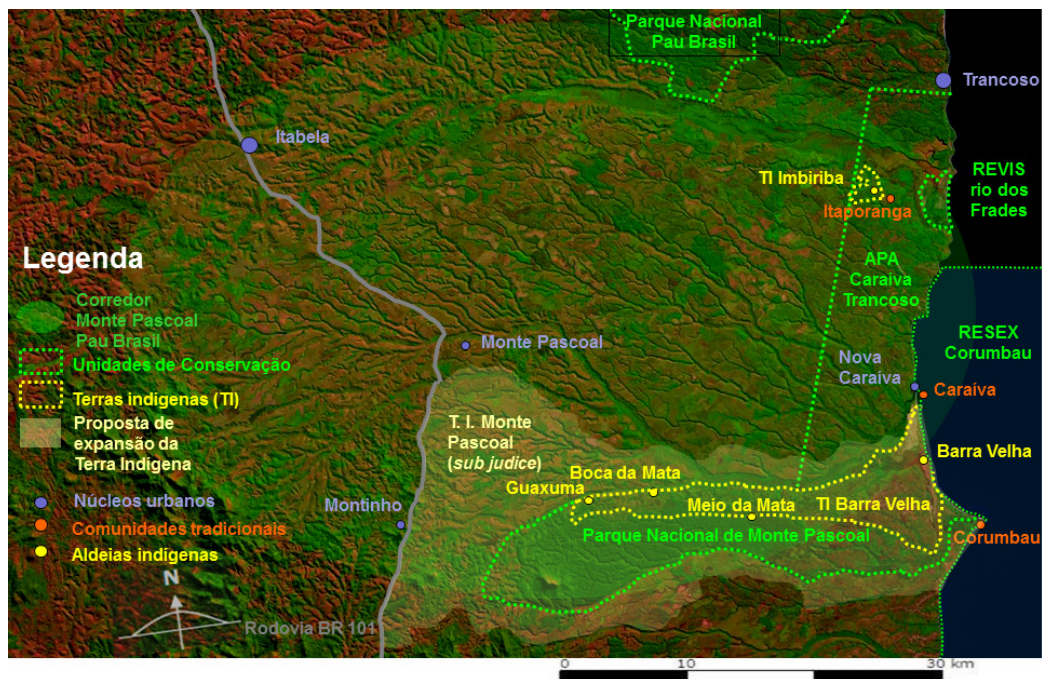
²⁷ Outros dois corredores projetados na mesma região não serão abordados em detalhe nesta tese, por não se configurarem, por enquanto, como experiências de gestão territorial compartilhada: *Corredor Monte Pascoal Descobrimento* e o CEPOC (*Corredor Porto Cabrália*), geridos, respectivamente, pela *Associação Flora Brasil* e MDPS (*Movimento de Defesa de Porto Seguro*).

Figura 14
Concentração de espécies ameaçadas e endêmicas



Fonte: Conservação Internacional Brasil.

Mapa 1
Corredor Monte Pascoal Pau Brasil: áreas protegidas



Mapa elaborado sobre imagem cedida pela Associação Flora Brasil.

A proposta do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* teve origem, em 2005, na experiência piloto de mobilização social para *Recuperação da Mata Atlântica e Proteção das Águas na Bacia do rio Caraíva*.²⁸ A iniciativa, gerida por organizações de base local (*Instituto Cidade, Grupo Natureza Bela de Itabela e Associação dos Nativos de Caraíva*)²⁹, foi financiada pelo CEPF,³⁰ com apoio da *Aliança para Conservação da Mata Atlântica*.³¹ O projeto possibilitou a mobilização e atuação de moradores da vila histórica de Caraíva e da cidade de Itabela, propiciando o início de processos de restauração florestal em propriedades privadas na região, além do primeiro esboço do corredor ecológico entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil (Figuras 15 e 16).

Definida a prioridade de restauração para a formação do Corredor nas encostas de duas sub-bacias do rio Caraíva, os agentes do projeto visitaram mais de uma centena de proprietários, conseguindo terras e o apoio necessário para o início dos processos de restauração florestal (Figura 17). Ao final de dois anos de atuação, as organizações do

²⁸ Objeto de minha dissertação de mestrado (MENEZES, 2006). Os resultados completos desta experiência piloto são apresentados no Anexo 1, composto pelo Relatório Final do Instituto Cidade ao CEPF, elaborado por mim e Sérgio Augusto de Oliveira Andrade. Sua continuidade é abordada nesta tese, adiante.

²⁹ O Instituto Cidade é uma organização sem fins lucrativos, da qual faço parte, fundada em Belo Horizonte em 1996, com atuação em mobilização social, planejamento territorial e gestão pública compartilhada, também representada, neste projeto, por Sérgio Augusto de Oliveira Andrade. O *Grupo Ambiental Natureza Bela* é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada em 2000, com sede no município de Itabela, Bahia (www.naturezabela.org.br/), representada nesse projeto pelo biólogo José Francisco de Azevedo Júnior e pela socióloga Geiza Bomfim. A ANAC (Associação dos Nativos de Caraíva) é uma organização sem fins lucrativos que reúne nativos e pescadores, moradores de Caraíva, no município de Porto Seguro, representada nesse projeto pelo seu ex-presidente Vilton José Brás Queiroz (o Federal), bem como pelo atual Raimundo José Bomfim Cardoso (ou Zê Marreco) e Primo da Silva Filho (o Chimo).

³⁰ CEPF - *Critical Ecosystem Partnership Fund*: fundo para biodiversidade constituído pela *Conservation International, Global Environment Facility*, Governo do Japão, Fundação MacArthur e Banco Mundial.

³¹ Aliança Inicialmente composta pela CI - Conservação Internacional Brasil, sediada em Belo Horizonte, e a Fundação SOS Mata Atlântica, de São Paulo. “A CI é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987, em poucos anos a CI [...] se tornou uma das maiores organizações ambientalistas do mundo. Atualmente, trabalha com foco no tripé conservação da biodiversidade, serviços ambientais e bem-estar humano em mais de 40 países distribuídos por quatro continentes” (Texto de apresentação disponível em <<http://www.conservation.org.br/quem/>>). Os principais articuladores da CI nesse projeto são os biólogos Luiz Paulo Pinto, Lúcio Bedê e Ivana Lamas. “A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental criada em 1986. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, que tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica [...] estimulando ações para o desenvolvimento sustentável [...]” (Texto de apresentação disponível em: <<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=who&action=quemSomos>>)

projeto apostaram nas novas atividades como oportunidade de exercício profissional e geração de renda, investindo na formalização das relações de trabalho e capacitação técnica, através da criação de uma cooperativa de trabalho especializada em restauração florestal, a CooPlantar (Cooperativa de Restauradores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia). Os cooperados receberam treinamento em administração e técnicas de restauração florestal, passando a prestar serviços especializados para organizações ambientalistas e empresas florestais da região (Figura 18).³²

³² Sobre a experiência da CooPlantar, ver Mesquita *et al.* (2010).

Figura 15
Mobilização social na bacia do rio Caraíba



Figura 16
Desenho participativo do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil



Figura 17

Visitas aos proprietários rurais pelos agentes do projeto



Figura 18

Fundadores da CooPlantar e oficinas de capacitação em restauração florestal



Mais que as florestas restauradas, o principal resultado dessa primeira iniciativa no *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* talvez tenha sido o de propiciar sua continuidade ampliada, através da articulação de uma rede de organizações com atuação em escala local, nacional e mundial, além de um sistema de gestão compartilhado que mantém cidadãos locais como protagonistas. Esse processo resultou na elaboração de projetos de consolidação, financiados com recursos do Estado e de empresas, principalmente advindos da venda de créditos de carbono certificados no mercado voluntário. O projeto de carbono certificado foi coletivamente elaborado e é gerido por um Conselho Gestor composto por oito organizações, que também atuam de forma integrada nos processos de restauração florestal e monitoramento de impactos.³³

Outro Conselho ampliado do mesmo *Corredor*, formado por 20 organizações, elaborou coletivamente um projeto de cooperação, alcançou sua aprovação e captou recursos internacionais, geridos pelo estado brasileiro, através do *Projeto Corredores Ecológicos*, do Ministério do Meio Ambiente. Este projeto, que atua em *áreas focais* definidas como prioritárias no *Corredor Central da Mata Atlântica* (Figura 19), propicia a restauração e conservação de florestas, além da continuidade e ampliação da mobilização social para consolidação de “mini-corredores ecológicos”.³⁴ O estado brasileiro participa na consolidação do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, também através da *Iniciativa BNDES Mata Atlântica*, que financia a restauração de 220 ha no Parque Nacional de Monte Pascoal, com participação de cidadãos Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha.³⁵

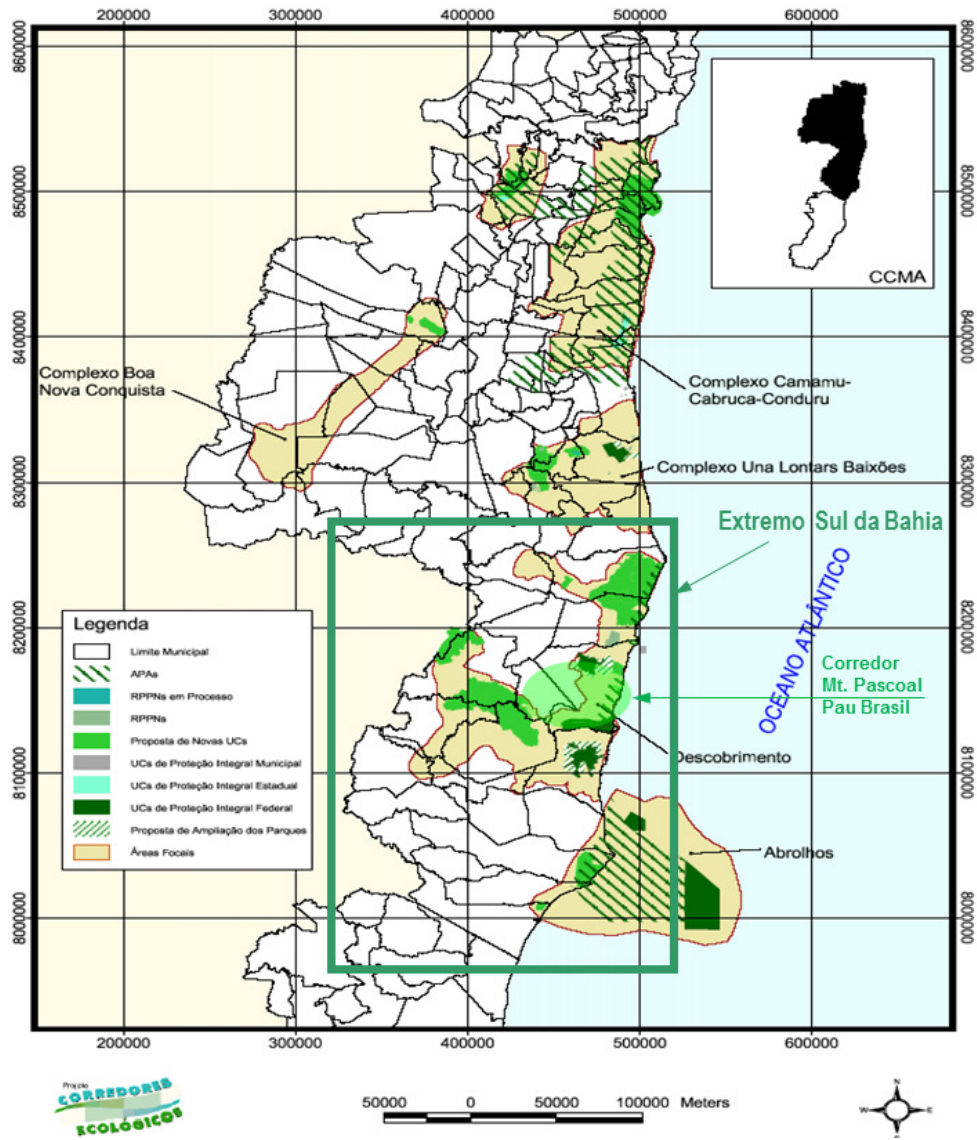
³³ Além das três organizações gestoras do primeiro projeto — Natureza Bela, Instituto Cidade, Associação de Nativos de Caraíba: CooPlantar, Instituto BioAtlântica, ASCBENC (Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíba), TNC (The Nature Conservancy do Brasil) e Conservação Internacional Brasil.

³⁴ Além das organizações acima: Parque Nacional de Monte Pascoal, Parque Nacional do Pau Brasil, Fazenda Conjunto Lagoa Cajaíba e Palmares, APRENAC PAU BRASIL (Associação dos produtores rurais do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil), Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietários de Terra da Região de Trancoso, APROVVE VALE VERDE (Associação de Produção Mista do Projeto Vale Verde, Associação Flora Brasil, Instituto Reciclar), MDPS (Movimento de Defesa de Porto Seguro), Instituto Sociocultural Brasil Chama África, Veracel Celulose e Instituto Renascer de Itaporanga.

³⁵ Síntese do projeto disponível no sítio eletrônico da Iniciativa BNDES Mata Atlântica: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/projeto_naturezabela.html>.

Figura 19

Áreas focais do Corredor Central da Mata Atlântica na Bahia



Fonte: BATISTA (2008, p. 21); Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Os contratos já firmados no *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* prevê a restauração de 916 hectares, com investimento estimado em R\$ 9.400.000, em sete anos ³⁶ (Quadros 2 e 3). Destes recursos, aproximadamente 75% permanecem na economia do lugar, principalmente através do pagamento pelos serviços de restauração florestal aos trabalhadores cooperados, além da participação de agentes locais no monitoramento de impactos e benefícios para biodiversidade, clima e comunidade. Essas estimativas permitem prever, no mesmo período, acréscimo anual de 24% na renda média familiar na comunidade tradicional de Caraíva — onde vive a maior parte dos agentes do projeto.

Se a consolidação do *Corredor*, a ampliação da rede de gestão compartilhada e os contratos firmados podem ser já considerados como resultados parciais positivos (uma vez que resultados ambientais consolidados demandam monitoramento por até 30 anos), não se pode afirmar nem que tal sucesso seja permanente, nem que a utopia na escala local não esteja ainda exposta a alto risco de sobrevivência. Os debates sobre mudança na legislação ambiental brasileira, com redução de áreas privadas protegidas por lei, já dificultam bastante a captação de novas áreas rurais para restauração. Conflitos de interesses entre as organizações que compõem o Conselho Gestor aliados à instabilidade política e financeira das organizações menores são percalços — mas não impedimentos — no processo de aprendizagem para gestão compartilhada deste território. No entanto, ao desnudar a desigualdade de recursos e poder entre as diversas organizações da rede, alguns desses conflitos explicitam o risco maior: a alienação dos agentes locais dos processos de decisão e comando, no território-corredor que eles próprios criaram, o que os transformariam em meros prestadores de serviços para as organizações mais estáveis.³⁷

Na escala intermediária da região, a utopia se manifesta de forma mais fragmentada, através de um número de iniciativas em paralelo no Extremo Sul baiano, a maior parte delas protagonizadas pelo estado. Os objetivos dessas experiências também se apresentam de forma substancialmente diferente dos anteriores, uma vez

³⁶ Dados relativos a novembro de 2011.

³⁷ Esta questão, vital para o sucesso de longo prazo do experimento, será também abordada adiante.

que não se referem apenas — ou principalmente — à restauração de florestas ou à conservação da biodiversidade, mas, sim, diretamente, à própria questão da *sustentabilidade*. Tais processos são geridos através de sistemas democráticos participativos, por instâncias colegiadas com representantes do poder público, organizações ambientalistas, empresas, associações de moradores e representantes de comunidades tradicionais. Em todas as iniciativas é possível destacar o mesmo objetivo de “desenvolvimento sustentável”, expressão que não merece, nessas iniciativas, qualquer determinação explícita de significado, como se tratasse de um conceito já definitivo, sobre o qual houvesse algum consenso pactuado.

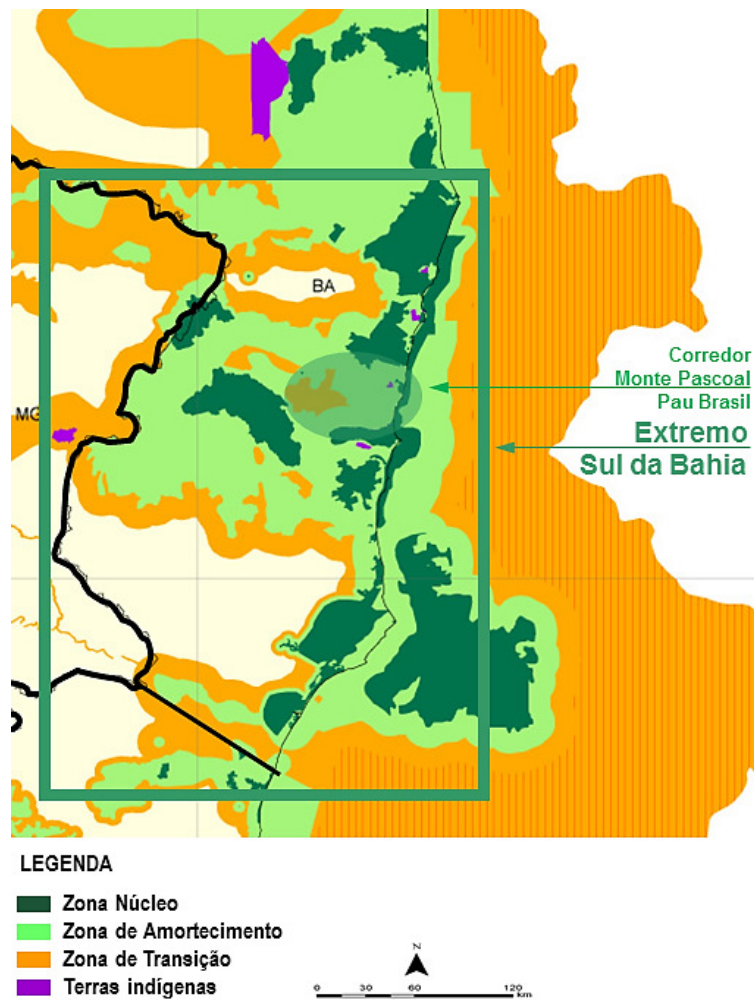
Por parte do poder público federal, cabe destacar quatro iniciativas: o já mencionado *Projeto Corredores Ecológicos*, o sistema de gestão da *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica* (RBMA), o *Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia* e o Programa *Territórios da Cidadania*, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Já o estado da Bahia se propõe a implementar outros três processos de planejamento e gestão na mesma região: o *PPA-P* (Plano Plurianual Participativo), incidente sobre 26 *Territórios de Identidade*, entre eles o Extremo Sul da Bahia; os *Planos de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias e Costa do Descobrimento*, além dos Planos de Recursos Hídricos a serem realizados por dois *Comitês das Bacias Hidrográficas*. Quatro destes programas federais e estaduais — Projeto Corredores Ecológicos, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Territórios da Cidadania e Territórios de Identidade — incidem sobre os mesmos 21 municípios do Extremo Sul da Bahia, enquanto os demais determinam divisões sub-regionais, de acordo com as diferentes lógicas que os regem.

O *Projeto Corredores Ecológicos*, do Ministério do Meio Ambiente, é um caso raro de integração: tem sua gestão delegada ao Conselho Gestor da *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica* (RBMA), que se organiza em três escalas: Conselho Nacional, sediado na cidade de São Paulo, Comitês Estaduais, com sedes nas capitais dos estados, e Subcomitês regionais, sem sede fixa. Em todas as escalas, os Comitês da RBMA são paritários e deliberativos — 50% de seus membros são representantes de organizações

não estatais, configurando uma instância efetiva de democracia representativa e participativa transescalar (Figura 20).³⁸

Figura 20

Território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia



Fonte: Conselho Estadual da RBMA da Bahia.

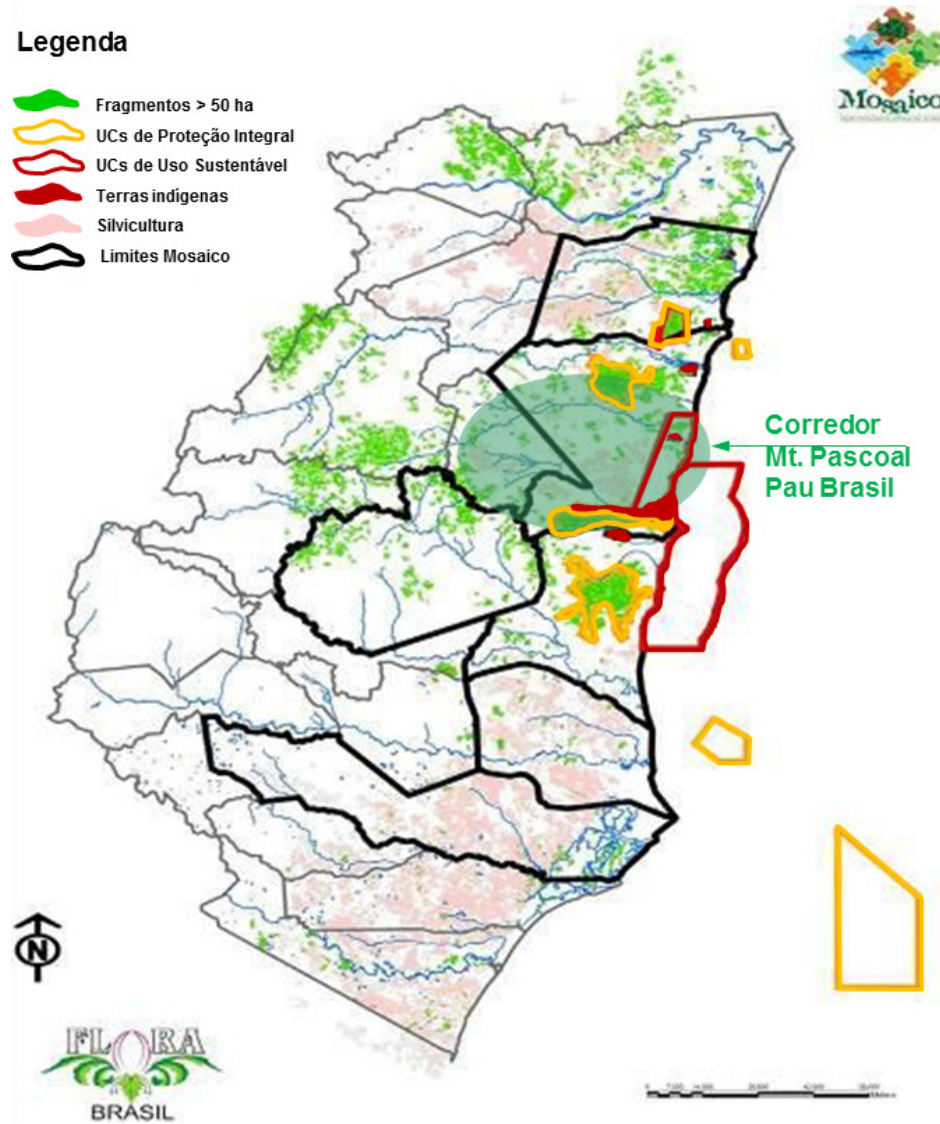
³⁸ O Subcomitê da RBMA do Extremo Sul é responsável pela gestão da reserva da biosfera neste território (Figura 15), se remetendo ao Comitê Estadual da RBMA - BA, com sede na capital baiana, que, por seu lado, se remete ao Conselho Nacional.

Outra iniciativa do Ministério de Meio Ambiente é a consolidação do *Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia*, instância de gestão territorial integrada que articula as diversas Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da região. Do Conselho Gestor do Mosaico participam gestores institucionais de Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, Áreas de Proteção Ambiental e Terras Indígenas (Figura 21), além de representantes de organizações ambientalistas, em proporção não paritária. Um dos principais objetivos definidos pelo Conselho do Mosaico é a elaboração de um *Plano de Desenvolvimento Sustentável de Base Conservacionista* para a região. Também aqui a integração de pautas e agendas de atuação com o Subcomitê da RBMA do Extremo Sul baiano tem sido tentada, desde 2009, através da promoção de reuniões conjuntas ou coparticipadas.

Com outra lógica de gestão, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou, em 2008, o Programa *Territórios da Cidadania*, tendo como objetivo principal a redução das desigualdades sociais e o “desenvolvimento sustentável” das áreas rurais com os menores *Índices de Desenvolvimento Humano* (IDH) do País. O Programa propõe o enfrentamento da pobreza, exclusão social, degradação ambiental e desigualdades no meio rural, através de um processo de gestão participativa descentralizada e de ações que busquem o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o País (BRASIL, 2007).

Figura 21

Território do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia



Fonte: Conselho Gestor do Mosaico - Secretaria Executiva / Associação Flora Brasil.

No nível federativo, o estado da Bahia instituiu 26 *Territórios de Identidade*, incluindo o Extremo Sul da Bahia, nos quais se baseia para elaborar seu *Plano Plurianual Participativo de Governo* (PPA-P). Em outra instância do estado, o Sistema Estadual de Gestão das Águas dividiu o Extremo Sul da Bahia em outras duas Regiões de Planejamento para Gestão de Águas (RPGA). A RPGA III incorpora as bacias situadas mais ao sul da região, estando o *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* totalmente inserido na RPGA IV (Figura 22).³⁹ Os *Comitês das Bacias Hidrográficas* do Extremo Sul da Bahia foram criados em 2010, em processo catalisado pelo Governo do Estado, com representação paritária que inclui representantes do estado, usuários de águas, organizações sociais e comunidades tradicionais. Em 2011, o funcionamento dos mesmos ainda era incipiente, sem qualquer resultado claro a apresentar, além da eleição de seus representantes.

No mesmo nível federativo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Relações Institucionais da Bahia (CODES) dividiu a região em outras duas áreas de planejamento — as sub-regiões da *Costa do Descobrimento e Costa das Baleias* (Figura 23) — para elaboração de *Planos de Desenvolvimento Sustentável* destes territórios. Nesta instância de planejamento foram formados dois novos conselhos gestores participativos, inicialmente de perfil majoritariamente governamental e empresarial, com participação de representantes do governo do Estado, dos municípios da região e de grandes empresas, com destaque para o setor de papel e celulose. No ano de 2011, o CODES da Costa das Baleias promoveu algumas *oficinas temáticas participativas* em municípios da região, com resultados iniciais significativos.⁴⁰ O foco privilegiado no *desenvolvimento* — integrando interesses econômicos da iniciativa privada e do Governo do Estado neste território — impulsionou o trabalho desses conselhos de tal forma que, apesar dos CODES e seus programas serem mais recentes que os anteriores sob responsabilidade do Estado, já apresentam resultados mais

³⁹ A RPGA III é formada pelas bacias dos rios Jucuruçu, Itanhém, Pau Alto, Mucuri, Córrego do Meio e Riacho Doce. A RPGA IV é formada pelas bacias dos rios Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, Frades, Caraíva, Corumbau e Queimado, além de pequenas bacias de pequenos córregos e riachos litorâneos.

⁴⁰ Apresentados adiante.

avançados, como as oficinas e pesquisas de opinião também realizadas junto às populações desses municípios.

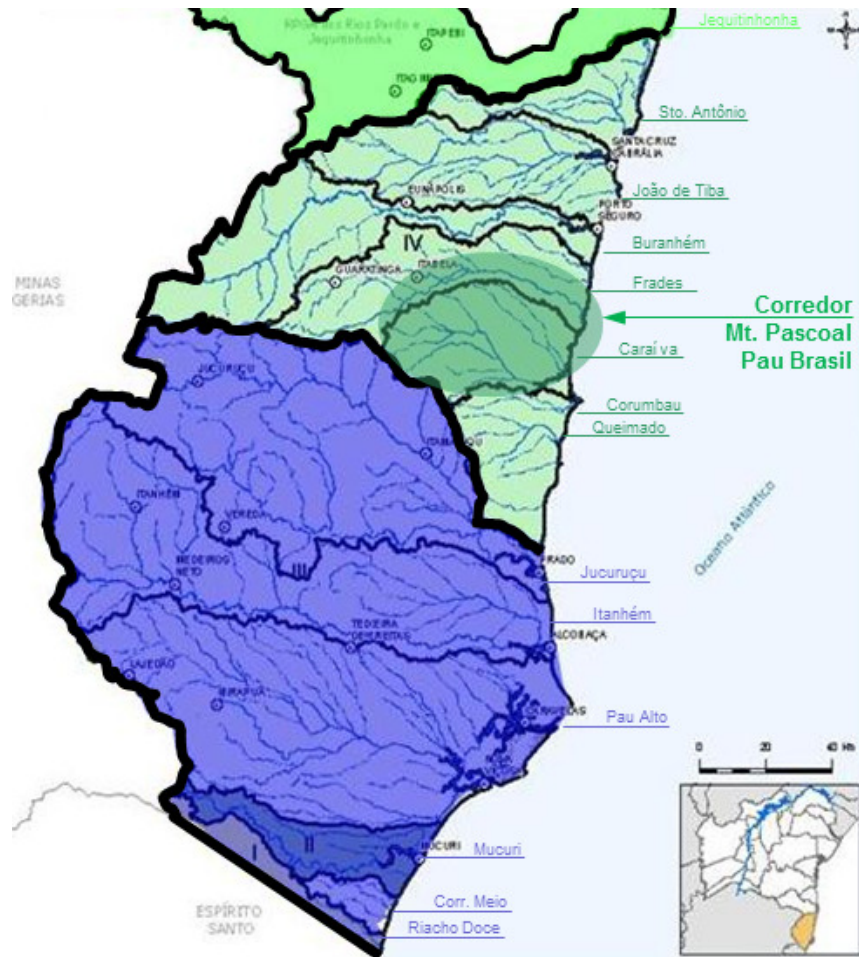
Além desses espaços políticos estatais, encontramos, na região, outro experimento avançado, que reúne organizações ambientalistas, comunitárias e empresas de celulose em um espaço de diálogo estruturado, desta vez sem participação protagonista do estado — o *Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia*. Criado em 2005, o *Fórum* se consolidou como importante instância de promoção de acordos e resolução de conflitos, servindo de modelo para a criação de outros 8 Fóruns regionais no Brasil, no âmbito do *Diálogo Florestal para a Mata Atlântica* (OLIVEIRA, 2010). O *Fórum* é a única instância regional de deliberação na qual os atores governamentais não se fazem oficialmente presentes, apesar de participarem como convidados em temas específicos. Também é o único espaço político em que todas as deliberações não são tomadas por decisão de maioria, mas por consenso.

As empresas florestais reunidas no Fórum terminam por determinar, indiretamente, outros territórios condicionados pela legislação ambiental: como todo grande empreendimento passa por processo de licenciamento ambiental pelos órgãos estaduais, os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que a eles se referem devem necessariamente definir uma *Área de Influência* do empreendimento, sobre a qual incidirão seus eventuais impactos. No caso do Extremo Sul da Bahia, um acordo tácito entre as empresas⁴¹ terminou por dividir a região em duas grandes áreas de atuação (compra de terras, plantios, programas de fomento e responsabilidade social). Por coincidência ou não, essas áreas são as mesmas definidas pelos CODES da *Costa das Baleias* (área de influência das empresas Suzano e Fibria) e da *Costa do Descobrimento* (área de influência da Veracel), com pouquíssimas exceções à regra (Figura 23).

⁴¹ Acordo, informalmente explicitado em reuniões do Fórum Florestal, certamente efetivado para evitar competição pelas terras de maior produtividade florestal do planeta, com óbvias consequências na dinâmica do preço dos imóveis rurais na região.

Figura 22

Territórios das Regiões de Planejamento para Águas do Extremo Sul da Bahia



LEGENDA

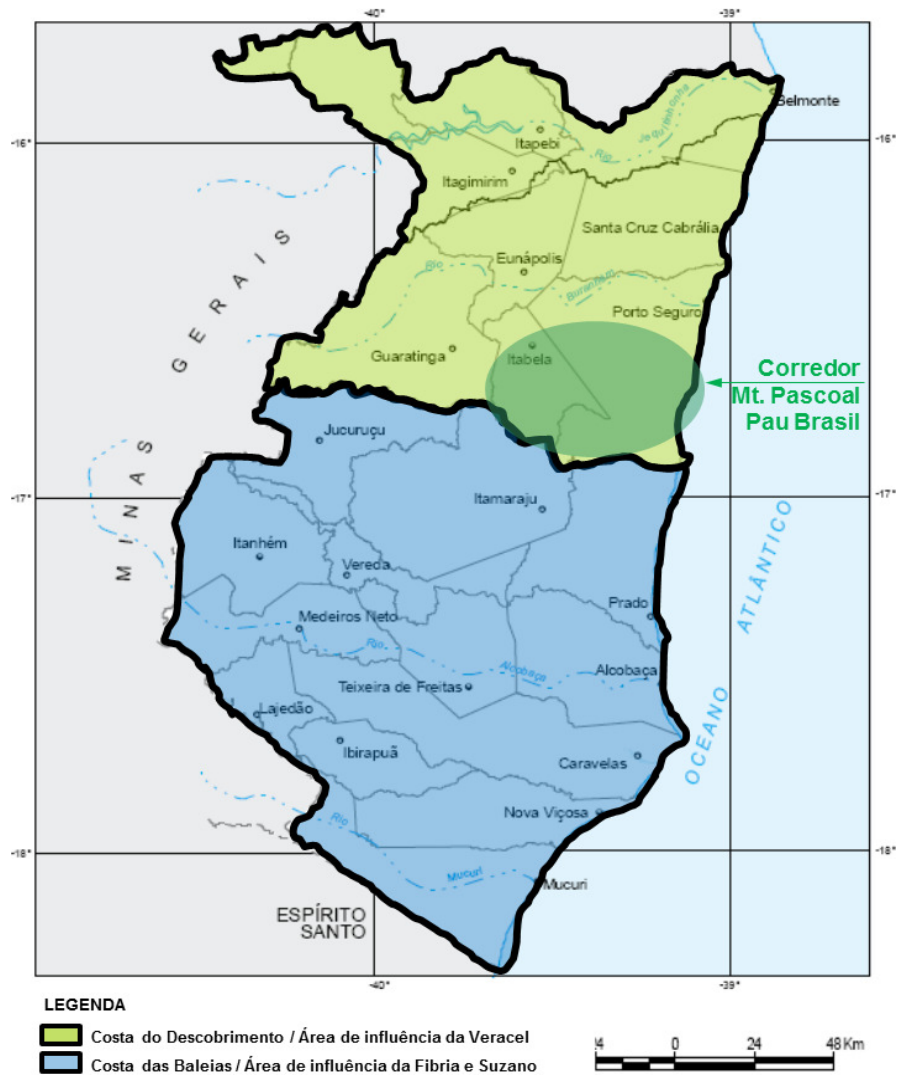
- RPGA IV** – rios Sto. Antônio, João de Tiba, Buranhém, Frades, Carai'va, Corumbau e Queimado
- RPGA III** – rios Jucuruçu, Itanhém, Pau Alto, Mucuri, Córrego do Meio e Riacho Doce

Fonte: INGA - Instituto de Gestão das Águas da Bahia ⁴²

⁴² O INGA foi recentemente extinto pelo governo do estado, estando agora a gestão das águas a cargo do INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia).

Figura 23

Costa das Baleias e Costa do Descobrimento:
áreas de influência das empresas de celulose



Fonte: Bahia, 2008, p. 17.

A partir dos diversos campos políticos mapeados, é possível identificar a incidência de dois diferentes modelos de visão do espaço, aos quais poderia ser sobreposto, pelo menos, um terceiro. A esses primeiros correspondem diferentes modelos de planejamento e gestão territorial que tentam subsistir neste território, sem que se apresente, na maior parte das vezes, qualquer nível de integração entre os mesmos — quando não se apresentam eles próprios como sistemas em competição.

O modelo compreensivo de visão espacial sobrevive, por exemplo, no Programa Territórios de Identidade da Bahia, que serve como base para o Plano Plurianual do governo do Estado (PPA), bem como para iniciativas recentes lideradas pelo CODES. Nele, o espaço é considerado como uma totalidade única, abrigando todos os temas relacionados em três eixos estruturantes: “inclusão social e afirmação de direitos”, “desenvolvimento sustentável e infraestrutura” e “gestão democrática do Estado”. O resultado dessa lógica é uma estrutura analítica que tenta classificar “todas” as possíveis vertentes da administração pública em outros dois níveis — além dos eixos estruturantes, os núcleos temáticos e os temas específicos — sobre a qual se baseia a forma hegemônica de gestão centralizada do Estado. Nem é preciso tomar tempo com a avaliação em detalhe do cronograma que o governo do estado apresenta (que reproduzimos apenas como ilustração de um sistema que parece ser feito para não funcionar), para entender a extrema dificuldade para a integração de políticas públicas multifragmentadas, com seus temas compartimentados em “gavetas” isoladas, que só se comunicam através de relações altamente concentradas, espelhando bem os “antigos modelos multidivisionais” (GAMEIRO, 2011, p. 8), que caracterizam o modo hegemônico — “científico” — de gestão moderna, tanto no estado, quanto na iniciativa privada (Figura 24).⁴³ Na atual gestão, a novidade que se tenta introduzir é a

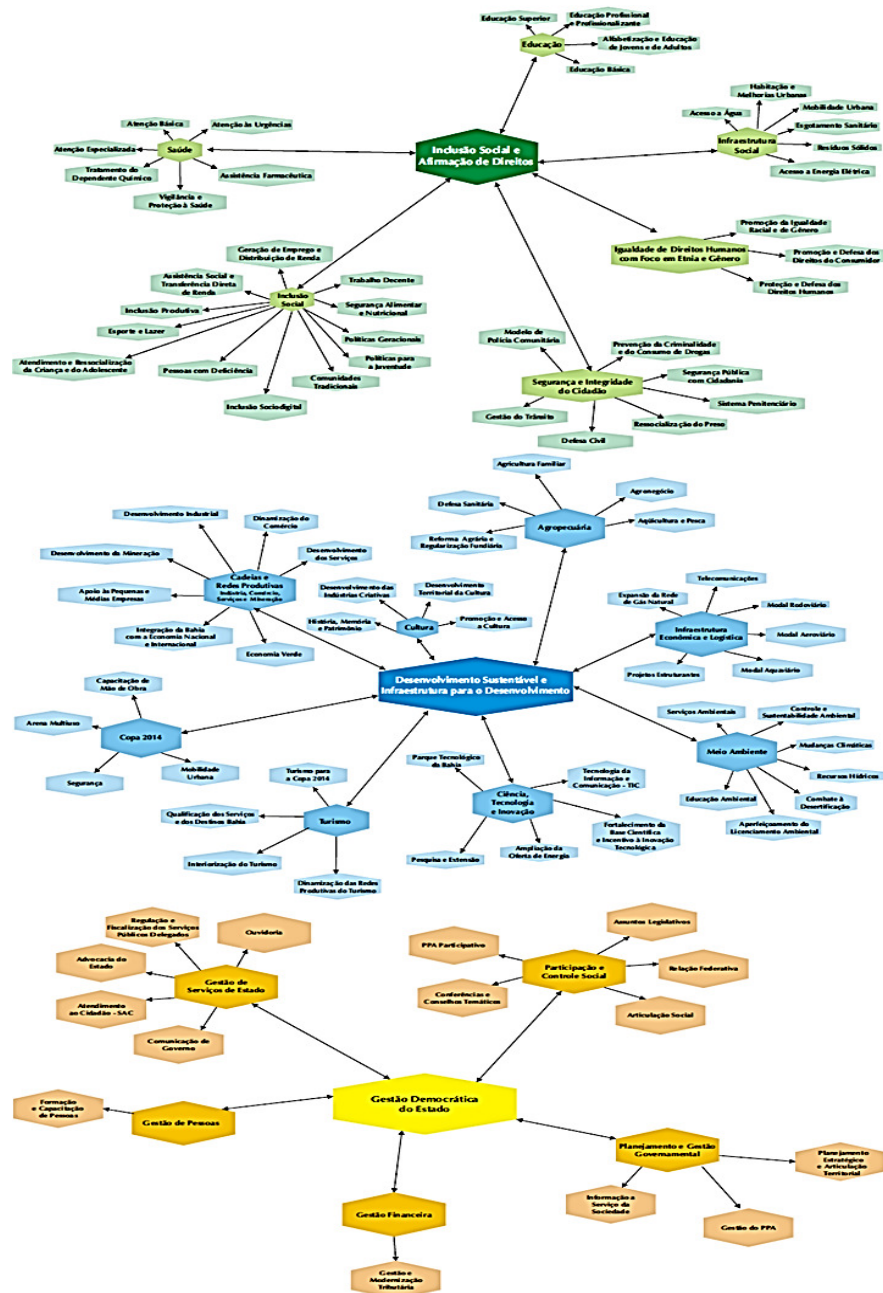
⁴³ A coligação no poder desde 2006, tendo a frente o Partido dos Trabalhadores, é liderada pelo governador Jaques Wagner. Em cinco anos de governo não se verificou, pelo menos no âmbito da política ambiental do Estado (acompanhada mais de perto nesta pesquisa), nem uma proposição ou resultado verificável que fosse considerado, pelas organizações ambientalistas do estado, como um avanço — ao contrário: em apenas seis anos, a estrutura de gestão ambiental da Bahia foi totalmente reformulada por duas vezes, tendo ainda o governador enviado à Assembleia Legislativa baiana um novo projeto de lei que retira do Conselho Estadual do Meio Ambiente, de caráter participativo, e concentra no executivo estadual, a atribuição do licenciamento de grandes empreendimentos no estado, vinculados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal). Nesse sentido, a administração atual — em que pese boas intenções de alguns gestores na implementação de sistemas participativos de decisão

participação da sociedade, através de representantes de organizações civis na formulação das políticas públicas, que deveriam ser construídas democraticamente nos Conselhos de Territórios e enviadas posteriormente ao poder público para (suposta) implementação.

no Estado — parece concordar com a mentora do PAC, a então ministra Dilma Houssef: “O meio ambiente é, sem dúvida nenhuma, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável, e isto significa que é uma ameaça para o futuro do nosso planeta e dos nossos países.” (Declaração feita para a delegação brasileira na COP-15 – Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague no ano de 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=1hUJqGtOnFE>>. Último acesso em: dez. 2011).

Figura 24

PPA 2012-2015: eixos estruturantes, núcleos temáticos e temas



Fonte: Secretaria do Planejamento da Bahia – Superintendência de Gestão e Avaliação

A se julgar pela experiência recente na região, no entanto, é possível afirmar que a participação da sociedade não é forte o suficiente para atuação com qualidade dentro do modelo da gestão estatal centralizada. Tampouco as boas intenções de aprofundamento da democracia, demonstradas, por exemplo, nos princípios do Plano Plurianual do governo da Bahia e no Programa Territórios da Cidadania do governo federal, têm sido suficientes para efetivar um modelo efetivamente participativo de decisão na região. É comum que os cidadãos sejam chamados a contribuir com seu tempo voluntário, às vezes mesmo arcando com despesas de viagem, sem que haja recursos disponíveis para participação em condições adequadas ou minimamente justas.

Se o modelo convencional de gestão estatal termina por se aliar à noção moderna de planejamento compreensivo — na medida em que se propõe a governar, a partir da capital, a *totalidade* do fenômeno espacial, sem admissão de lacunas —, é significativa também a presença de outra visão, alinhada com o ideário dito pós-moderno, coerente com o que se convencionou ser chamado, no debate teórico sobre o espaço territorial, de *planejamento estratégico*. Nesse campo, reina a lógica da *fragmentação seletiva*, do foco prioritário em pontos (ou núcleos) significativos, tendo como uma de suas consequências a existência de *espaços restantes* — sem significado, sem caráter, sem valor determinado. Essa lógica, curiosamente, se encaixa com precisão também no modelo teórico mais praticado no campo da *ecologia da paisagem*⁴⁴. A noção de fragmentação dos biomas, com o conseqüente isolamento de comunidades biológicas em ilhas de biodiversidade, é o ponto de partida para proposição dos corredores de biodiversidade.

Por essa lógica, as *Zonas Núcleo*, *Unidades de Conservação*, *Áreas Protegidas* ou *Áreas Tombadas* — como chamadas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Projeto Corredores Ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas e Sítio do Descobrimento, respectivamente — servem como *âncoras* da lógica que consolida uma rígida hierarquia espacial, em cujo topo se coloca a *natureza inviolável* — ou os *bens públicos patrimoniais* — como princípio ideológico e o estado como gestor exclusivo, com alta

⁴⁴ Ramo da biologia que se dedica ao estudo da ecologia na escala regional.

restrição de apropriação pelos seus cidadãos. Para que se caracterize melhor a hierarquia, são constituídas, em torno destes *núcleos duros*, as *zonas de amortecimento*, *áreas de transição* ou *áreas focais*, de importância secundária, oferecidas à gestão participativa dos Conselhos, cercadas por manchas de espaços vazios, onde parece não haver interesse maior para cidadãos ou gestores. Estes *espaços brancos* dos mapas — onde impera absoluta a lógica da propriedade privada capitalista — são praticamente abandonados pelo estado, na medida em que este não demonstra condições de se impor, se não como gestor territorial, pelo menos como guardião e mantenedor da legislação — ambiental e trabalhista, principalmente. Se não são adotadas pelo estado, seja por falta de recursos proporcionais ao tamanho do território do Estado ou da União, seja por razões ideológicas, vinculadas à opção pelo campo estratégico do planejamento “pós-moderno” (ou do governo a partir do capital), tanto as *zonas de amortecimento e transição* quanto os “vazios” brancos — todos espaços intersticiais — se apresentam como lugares de oportunidade, por excelência, para o exercício de uma outra visão, de um outro modo de se conceber o planejamento e a gestão do território regional.

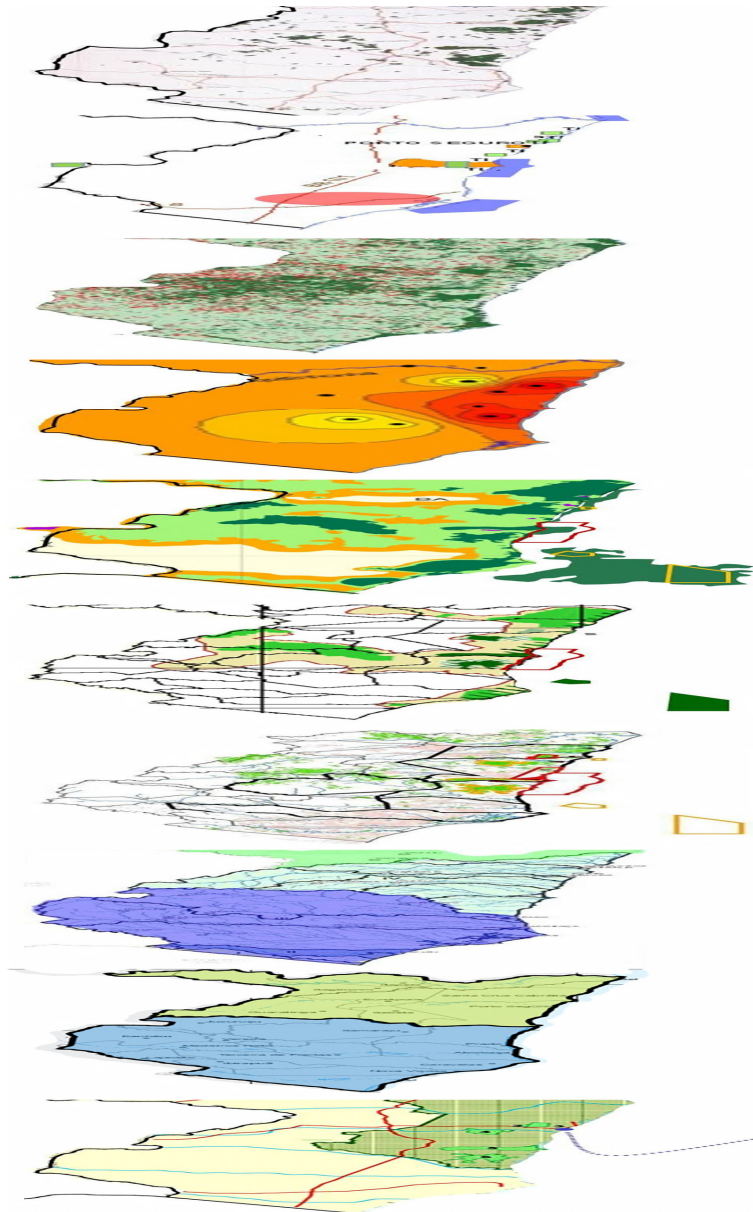
A existência de tantas lógicas concorrentes e simultâneas incidindo, de forma fragmentada, sobre o mesmo território, traz um desafio para efetivação de interesses públicos que está longe de ser equacionado. A maior parte destas iniciativas opera separadamente, sem integração de temas, agendas e recursos. Os representantes das organizações que participam do jogo — a maioria presente em todas as instâncias — se desdobram para acompanhar um número improvável de reuniões e assembleias, sem controle efetivo dos meios e recursos que sustentam as iniciativas efetivamente realizadas. Assim, se entregam à lógica dos *espaços políticos* confinados em *planos paralelos*, que se superpõem sem necessariamente convergir (Figura 25), onde cada setor da administração estatal se apropria do *discurso da participação* — versão atualizada dos *planos discurso*, tal como a eles se referia Hermínia Maricato (1997) — para validar a mesma concentração de poder característica da democracia representativa moderna, “de baixa intensidade” (SANTOS, 2003b). Não é de se admirar que tão poucos resultados para a sustentabilidade deste território possam ser

apresentados nesses tempos de “gestão participativa”. Pode se argumentar, com pertinência, que o tempo de observação é relativamente curto para que se observem mudanças significativas em relação à sustentabilidade regional. Mas, ao compararmos com os experimentos nas outras escalas aqui estudados, mesmo os resultados iniciais das experiências regionais protagonizadas pelo Estado são irrisórios.

Poderíamos facilmente — mas sem razão comprovada — creditar essa situação à falta de tradição, à falta de preparo ou de recursos para gestão territorial participativa, mas é plausível também supor que a organização do sistema de planejamento do Estado não é, de forma alguma, impensada ou improvisada — antes, seria intencional, estruturada para ocupar segmentos políticos aliados e setores “combativos” da sociedade, mantendo o efetivo poder de decisão, como sempre, concentrado. De qualquer forma, é possível hoje afirmar que, neste rumo e ritmo, dificilmente os resultados eventualmente alcançados por esta via serão, ao mesmo tempo, efetivos, significativos e legitimamente determinados.

Figura 25

Fragmentação da gestão territorial: planos paralelos



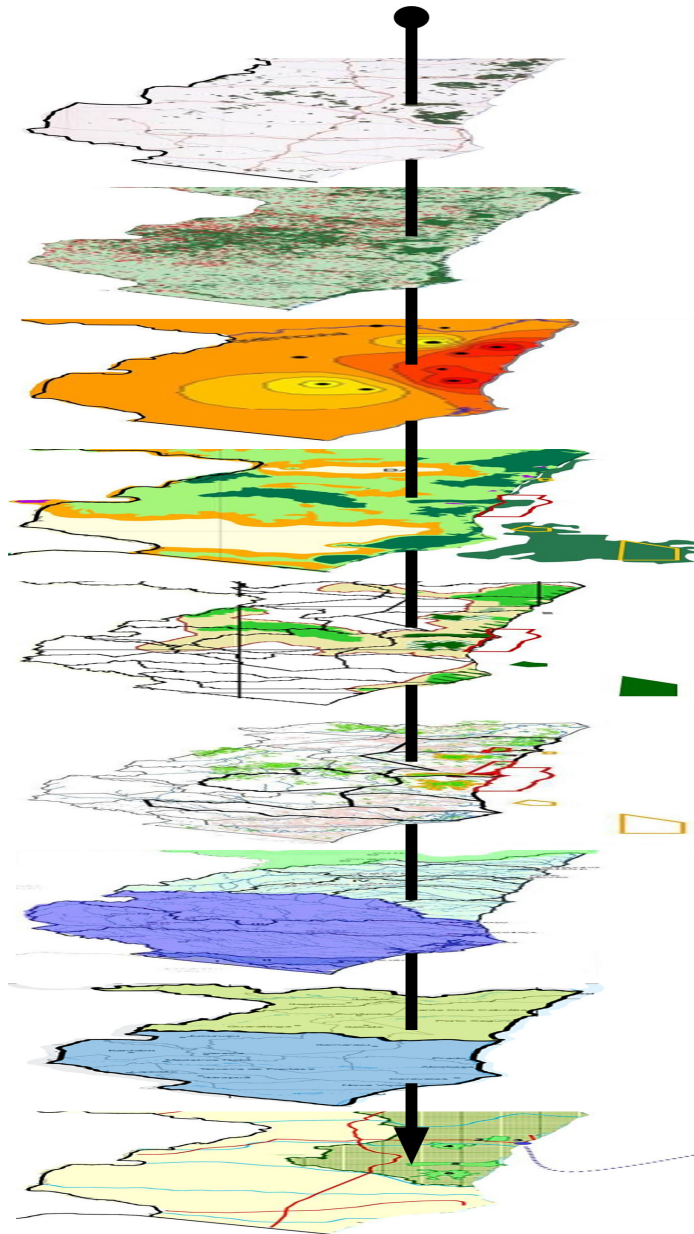
Em todas as experiências e escalas abordadas, a utopia se mantém em risco em função de um mesmo perigo: a adoção acrítica de um modelo de atuação que resulta na alienação de sujeitos estratégicos nos processos de decisão. A desconsideração dos detentores de terra na formulação do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, dos cidadãos de organizações “não governamentais” nos sistemas de comando que se escondem por trás dos conselhos participativos regionais e a eventual transformação de agentes protagonistas em meros prestadores de serviço nas experiências locais de restauração florestal são as múltiplas versões de uma mesma concepção moderna de gestão, que, mesmo quando se vê como progressista, termina por configurar o perigo trans-histórico percebido por Walter Benjamin — que estes experimentos utópicos na Mata Atlântica consolidem sua vocação conservadora, dando continuidade à tradição colonialista inaugurada em 1500. O desafio que agora aqui se apresenta é, portanto, o da sustentação teórica e política da vertente libertária desta utopia, essencialmente vinculada à ideia de autonomia. Para isso, as condições de viabilidade tópica dos experimentos demandam outra visão da história-geografia, que ainda não se revela com clareza nas experiências sociais abordadas na tese. Faz sentido, então, pleitear a existência de outro modo de reflexão sobre o espaço, outra concepção de política, outra lógica de planejamento e gestão — ou outro modo de governo — que contribua para a sobrevivência da vertente emancipatória nestes projetos.

Para se caracterizar como efetivo processo de libertação, esta vertente deverá integrar fluxos e movimentos sociais que hoje também seguem em direções divergentes, quando não conflitantes. Criar um *modo de confluência* destes fluxos é parte do desafio que se apresenta para reflexão e ação nesta tese. Se já é possível identificar, nas experiências estudadas, algumas convergências positivas — a intenção de gestão compartilhada e de geração de renda em grupos sociais com alta incidência de pobreza, por exemplo — outras questões exigiram imediata e efetiva inserção: protagonismo de agentes locais e detentores de terras no comando dos projetos, acesso ampliado à educação de qualidade, inclusão digital de comunidades tradicionais isoladas, superação da pobreza e da miséria ainda existentes, desconcentração fundiária, conservação de saberes, línguas e territórios originais, por exemplo.

Não parece possível que os modos políticos pelos quais estas questões hoje se manifestam sejam capazes de gerar tal solução integradora, ou que venham a ser a expressão de alguma utopia libertadora. Como consequência, surge a demanda por um modo de reflexão e atuação capaz de integrar os diversos planos democrático-participativos e fluxos emergentes-divergentes em torno de *interesses comuns*, sob uma ótica que deve, para isso, necessariamente, romper com o conceito hegemônico de *cidadania moderna*. Tal modo, axial e transversal em relação a estes planos paralelos, não deve, por outro lado, se constituir como mais um plano (Figura 26). Sua lógica depende da existência de *campos de interseção*, e *fluxos de integração*, que promovam a convergência em torno de um conceito libertário de cidadania, correspondente a uma noção também emancipatória de *res publica*, nos interstícios da democracia moderna. Uma construção tentativa desta possibilidade, capaz de servir de base para processos de gestão pública compartilhada em espaços intersticiais determinados — ou territórios *de cidadania* — é outra forma de se referir ao objetivo desta tese.

Figura 26

Cidadania e *res publica*: incidência transversal



2

MODOS: DO AGIR E DO PENSAR

ENSAIOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA

Quando Montaigne (2000) define a si mesmo, à sua vida e seu juízo como objetos centrais de sua reflexão, origina tanto uma importante vertente do pensamento moderno quanto uma nova forma de fazer filosofia que passa a caracterizar um modo específico de exercício da escrita reflexiva: o ensaio. Criação, improviso e liberdade se juntam à manifestação de uma subjetividade crítica, fundada na singularidade de uma “razão tênue” que assume sua incompletude (AGNOLIN, 2000) ao mesmo tempo em que coloca o *autoconhecimento* como meta. A *interrupção*, a fragmentação e diversidade temática, que possibilitam conexões imprevistas, contribuem para um texto cuja adequada percepção demanda certa distância de visada — tal como na visão de um mosaico, para lembrar a imagem de Walter Benjamin (1994).

O ponto final do ensaio representaria o lugar de origem, do nascimento da reflexão e das palavras que a representam. Uma pausa apenas, em vez da pretensão de um acabamento definitivo. Um silêncio eloquente. O eterno devir da linguagem, dos conceitos de um mundo permanentemente em construção. Espaço de algo a ser continuamente experimentado e, portanto, transmutado, transcrito. Lugar sem mapa, cujo percurso, desenhado e redesenhado por um incessante devir, redefine trajetórias de partida e de chegada,

aproximando fim e início, desordenando e desalojando significados culturalmente construídos e estabelecidos. (HISSA; MELO, 2011, p. 251)

O ponto final do ensaio significa, portanto, o oposto de sua função obvia — exatamente a de *finalizar*. Antes, a interrupção é a que provoca a alternância de movimentos — entre reflexões, entre ações, ou, ainda, entre a própria ação e reflexão. O jogo de interrupção e alternância que, em Montaigne, inclui uma diversidade temática que chega a parecer aleatória, esconde uma continuidade não óbvia, que muitas vezes se apoia na própria contradição, para se fazer coerente.

Em um mundo em constante movimento e transformação, a busca de autoconhecimento empreendida por Montaigne acaba por encontrar os modos de ser da própria busca, com todas as idas e vindas que possam estar aí implicadas na forma de contradições. Como explica: “De fato, contradigo-me ocasionalmente, mas a verdade, como dizia Demades, não a contradigo.” [...] A verdade do devir comporta a contradição. Assim, o que Montaigne faz ao afirmar contradizer-se é constatar o modo como, a todo instante, atualiza suas decisões de acordo com a transformação. [...] Ao pintar o quadro da inconstância e do movimento perpétuo, regido por essa deusa instável a fortuna, o que faz Montaigne é aceitar a realidade da contingência, realidade que confere às ações humanas um sentido propriamente moral. Pois, admitido como campo do possível, o mundo torna-se o cenário das escolhas, das decisões ponderadas, e obriga Montaigne, a todo instante, a atualizar-se de acordo com a transformação. (VASCONCELLOS, 2000, p. XV)

Assim considerado, o ensaio seria a forma por excelência de reflexão sobre uma realidade frágil, mutante, que não admite mais que verdades parciais sobre si mesma — verdades essencialmente subjetivas, a serviço de um *autoconhecimento compartilhado*, tal como a construção conjunta daqueles que se propõem a criação coletiva de uma utopia. Para além da literatura e da filosofia, em outros campos das artes, o ensaio carrega ainda seu significado anterior, pré-moderno: tentativa, prova, experimentação — conjunto de exercícios criativos, improvisos, repetições, lapidações, polimentos — anteriores ao momento de síntese e apresentação de determinado trabalho ao seu público. Ensaaios: esboços, rascunhos, momentos de criação que antecipam a obra acabada.

Esta tese se apropria de todos estes significados, das artes cênicas e visuais, da filosofia e da literatura, para propor um conceito híbrido de *ensaio político* na geografia: livre e permanente experimentação do exercício de poderes em um território determinado. No entanto, como tratamos, aqui, de interferência no espaço humano, da criação de outro mundo por sobre o próprio mundo que vivemos, a noção de ensaio demanda tradução. Na ausência da síntese definitiva, de um tempo que pudesse ser efetivo ponto *final* da história, o ensaio, na geografia, se liberta da sua vocação teleológica nas artes pré-modernas para, numa aproximação com o modo filosófico inaugurado por Montaigne, ou com experimentos da arte contemporânea, se converter em *work in progress*: contínua experimentação e adaptação, exercício livre de recriação do mundo, através de *grafias e rasuras* nos lugares e territórios em que se inscrevem:

O homem e os grupos sociais escrevem a sua história grafando o espaço que lhes pertence e com o qual estabelecem relações de todos os tipos e origens. Através do sistema de fixos e fluxos, o espaço é grafado, produzido. Com o desenvolvimento dos sistemas técnicos, essas grafias vão sofrendo alterações ao longo do tempo: as grafias antigas vão sendo rasuradas, ou seja, riscadas, raspadas para dar lugar a novas grafias que sofrerão, sucessivamente, o mesmo processo. (MELO, 2006, p. 75)

Como se trata de um trabalho em construção contínua, sem o ponto que consiga se impor como fim da história, o *ensaio político* seria a modalidade por excelência de experimentação contínua de formas de governo, irrigadas por práticas e conhecimentos gerados nos diversos campos da filosofia e das ciências, bem como nas experiências e saberes vivenciados nos lugares e territórios — ou outra forma de entender o exercício da *geografia*, no sentido que mais a aproxima de seu significado literal: escrita humana sobre o mundo. Nesse rumo, avança no caminho aberto por Cássio Hissa (2002) em suas “aproximações de fronteira” entre ciência e política, para a proposição de uma *geografia como práxis*, ou como outra modalidade de *geografia política*.⁴⁵

⁴⁵ Outra, pelo menos, em relação a sua vertente “científica” moderna, inaugurada por Friedrich Ratzel (1897) com olhar voltado exclusivamente para o estudo das questões de Estado.

Para a ciência convencional, o processo de conhecimento deve isentar-se da intenção de transformar. A transformação ou a intervenção na “realidade”, segundo os paradigmas clássicos da modernidade, é uma atitude ideológica. Como poderia não sê-lo? Mas, antes disso, como conceber o processo de conhecimento de forma diferente? Em outros termos, como não compreender o conhecimento como *conhecimento para a transformação*? Foi assim desde o início dos tempos modernos da ciência. A produção do conhecimento [...] sempre esteve conectada aos diversos projetos de transformação do mundo, nos quais, inclusive, a geografia esteve presente em maior ou menor escala: exploração, conquista, incorporação. Não poderia haver distinção entre um *saber científico* e um *saber político*. Não poderia haver uma geografia “pura”, comprometida exclusivamente com os relatos. Ela, também, jamais poderia isentar-se no futuro, como se a política não fizesse parte do presente das narrativas. (HISSA, 2002, p. 242-243)

Esse sentido demanda um conceito de geografia que, mais que ultrapassar os limites de uma disciplina moderna, transborda sua própria personalidade de ciência descritiva, seu caráter concentrado *apenas* no estudo e na pesquisa, na *produção de conhecimentos sobre a produção de espaço: geografia política*, no sentido que aqui se propõe, portanto, *é a própria produção do espaço*.

Enquanto se reaproxima de sua origem semântica, esta geografia política, que não se apoia exclusivamente nas configurações determinadas pelo estudo ou pelo Estado, permite-se aliar às demais vertentes emancipatórias da humanidade, contribuindo para a transformação de utopias em *emergências tóxicas*, no sentido próximo ao proposto por Boaventura de Sousa Santos em sua *Sociologia das Emergências* (2006). Tal posicionamento demanda uma metodologia diferenciada em relação aos modos hegemônicos da ciência, capaz de propiciar a construção de outra ciência, que se apropria do conceito marxiano de *práxis* — isto é, que não se afasta da ação intencional, concreta, antes participa efetiva e intensivamente de sua determinação.

A *pesquisa-ação* se apresenta como alternativa aos modos da ciência moderna para a construção desta geografia, assumindo a forma legítima de uma *metodologia: logos* que se debruça sobre o método, discurso crítico e reflexivo sobre os modos de fazer (da) ciência. Porque questiona um dos mais duros núcleos conceituais da concepção moderna de ciência social — a separação entre sujeito e objeto —, porque

trata, com o mesmo peso, o sujeito da investigação simultaneamente como sujeito de transformação, guiada por seus interesses explícitos — melhor dizendo, explicitados no desenvolvimento do próprio método —, porque ignora a separação da produção de conhecimentos de suas finalidades éticas e políticas, a pesquisa-ação se encontra disponível para apropriação por qualquer agente interessado em saber, experimentar, conhecer, ensaiar, agir, atuar e pensar *para* transformar os lugares que vive para neles melhor viver. Seu vínculo simultâneo com o conhecimento e com a ação demanda uma abordagem que se situa além da fronteira demarcada pelo trabalho tradicional de investigação: pois se trata também de deliberar ou, mais precisamente, de *designar*.⁴⁶

O exercício da geografia como *desenho-desígnio político* — ou com a própria *escrita permanente* da história — demanda uma abordagem sem vinculação ontológica necessária *apenas* com o conhecimento, ou com a ciência, mas, antes, com desejos, vontades e *interesses* dos agentes e atores determinantes na produção do espaço. A gestão de desejos, vontades e interesses coletivos, comuns ou em conflito, bem como dos recursos necessários à satisfação dos mesmos, seria, portanto, objeto de um campo complementar ao da pesquisa científica *normal* — disciplinar, moderna —, que se aproxima, com maior pertinência, do campo da ética e da prática política. A compreensão acertada da pesquisa-ação a coloca, dessa forma, como uma metodologia de inserção crítica e transformação de realidades, de *planejamento* e *gestão*, de lugares e territórios: *metodologia de governo*, portanto.

O termo *pesquisa-ação participativa*⁴⁷ poderia ter sido também utilizado como método desta tese, mas essa proposição exige maior cuidado e esclarecimento. Entre as contestações do método científico moderno nas pesquisas sociais, a *pesquisa-ação participativa* pode ser listada como uma das mais radicais. Primeiro, porque parte da

⁴⁶ Do verbo latino *designare*, que carrega o múltiplo significado de imaginar, planejar, traçar, desenhar, projetar... mas também decidir, determinar.

⁴⁷ *Participatory action-research*, ou PAR. A formulação original do termo é objeto de disputa entre os partidários da dupla Orlando Falls Borda e Anisur Rahman, protagonistas em movimentos populares na periferia do capitalismo na década de 1970, e os de William Foot White, vindos do campo do estudo de relações organizacionais nos Estados Unidos, no mesmo período. No ano de 1991, estes autores lançaram, simultaneamente, os dois primeiros livros que utilizam o novo termo no título, sendo que, no caso de Foot White, sem o devido crédito em relação a trabalhos anteriores desenvolvidos sob os rótulos de *pesquisa participante*, *pesquisa-ação* e similares (HALL, 1992).

transformação do suposto objeto em sujeito do conhecimento de si mesmo: o pesquisador é o agente local que pesquisa a sua realidade, estuda sua própria vida. Para Peter Park (1992), isto já colocaria a *pesquisa participativa* entre os métodos fundadores de um novo paradigma científico. Depois, porque o termo que se refere à *ação* submete o conhecimento a uma intenção que lhe é, ao mesmo tempo, anterior e superior: um *interesse* e uma *vontade de transformação* que guiam o autoconhecimento. Dessa forma, o que se produz, ao arrepio do cânone moderno, é um *conhecimento interessado*, por princípio *enviesado*, uma vez que a isenção requerida no *método científico*, aqui se revela, claramente, uma *impossibilidade* que se transforma em *pressuposto*. Mesmo no *núcleo duro* da ciência moderna, já poderia ser encontrado o argumento lógico a favor da impossibilidade de isenção, quando do surgimento da mecânica quântica, identificada por Boaventura de Sousa Santos como uma das condições teóricas da crise do paradigma dominante da ciência.

[...] Heisemberg e Bohr [⁴⁸] demonstram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou. [...] A idéia de que conhecemos do real senão o que nele introduzimos, ou seja [...] nossa intervenção nele, está bem expressa no princípio da incerteza de Heisemberg [...] e] a demonstração da interferência estrutural do sujeito no objeto observado tem implicações de vulto. (SANTOS, 2003a, p. 43-44)

Esta reflexão no campo da física encontraria um paralelo na pré-história da pesquisa-ação participativa: Carlos Rodrigues Brandão (1984) identifica duas atitudes da ciência moderna que serviriam de norte para os criadores da *pesquisa participante*, a primeira delas quando Malinowsky desembarca sozinho nas ilhas de Trobriand, no início do século XX.

[...] não era apenas um método que ia ser reinventado ali; era uma atitude. [...] Ir conviver com o *outro* no seu mundo; aprender a sua língua; viver sua vida; pensar através de sua lógica; sentir com ele. [...] o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua

⁴⁸ Sem referências bibliográficas em Santos (2003a).

ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem. Estava inventada a *observação participante*. (BRANDÃO, 1984, p. 11-12)

Por outro lado, como observa o autor, nem por isso a antropologia e a sociologia se tornariam ativas, politicamente, em favor dos povos estudados. Antes de Malinowsky, foi preciso que Marx operasse outra inversão lógica para formular e defender a submissão do saber a uma *intenção*. Já, aqui, se encontraria um dos princípios não apenas da *pesquisa participante*, mas, também, da *pesquisa-ação*.

Não é necessário que o pesquisador se faça operário [...] para conhecê-lo. É necessário [do] cientista e sua ciência [...], primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do *outro*, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. [...] Estava inventada a *participação da pesquisa*. (BRANDÃO, 1984, p. 12)

Budd Hall (1992) identifica as propostas educacionais de John Dewey, o associativismo de Saul Alinsky e a obra de Paulo Freire na origem da pesquisa participativa. Especial atenção é dada a este último, cuja visita à Tanzânia, em 1971, teria causado impacto considerável na geração de educadores e pesquisadores sociais, responsáveis por experimentos de *pesquisa participativa*, *investigação-ação* e *observação militante*, nas décadas de 1970 e 1980, desenvolvidos na América Latina, África e Ásia, principalmente, mas, também, nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suécia, Suíça, Holanda e Inglaterra. Destas vertentes beberiam as gerações posteriores de pesquisadores sociais, responsáveis pela tentativa de conciliar as diversas correntes em uma nova síntese.

Por conta de certa confusão de termos existente na década de 1980, Michel Thiollent (1985) tenta explicitar distinções fundamentais entre duas formas de nomeação que se consolidavam, muitas vezes tomadas como métodos equivalentes ou expressões sinônimas: a *pesquisa participante* (PP) e a *pesquisa-ação* (PA). Para ele toda “[...] PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA.” (THIOLLENT, 1984, p. 83). Segundo o autor, a pesquisa participante manteria seu interesse prioritário na questão da *qualidade da informação*, a partir da inserção, como sujeitos de investigação de

agentes que, nos métodos convencionais, cumpririam apenas o papel de objeto. Já a pesquisa-ação, com foco concentrado no *agir*, em virtude do objetivo implícito de *transformação*, terminaria por transformar todos os *supostos objetos* em *agentes potenciais* dessa transformação.

Pois, além da participação dos investigadores, a PA supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação. Que tipo de ação? Em geral, trata-se de uma ação planejada, de uma intervenção com mudanças dentro da situação investigada. (THIOLLENT, 1984, p. 83)

Ao explicitar, na pesquisa-ação, a ligação essencial entre a investigação e o planejamento da ação, Thiollent não separa o que seria, correntemente, definido como ciência e como intervenção política, social — ou *intervenção de governo*. Dessa forma, coerentemente, podemos considerar a pesquisa-ação de Thiollent (1984) e a pesquisa-ação participativa, de Fals Borda e Rahman (1991) ou White (1991), como o mesmo *método integrado de investigação, planejamento e ação*, vinculados à possibilidade de uma ciência — e de um governo — *não modernos*. Se não é difícil, portanto, distinguir esses procedimentos daqueles da “ciência normal”, nos termos de Thomas Kuhn (1998), não é tarefa simples operar uma diferenciação interna entre os diversos termos que caracterizariam o novo paradigma: se era de se esperar que o debate recente fosse capaz de esclarecer as distinções e propiciar uma confluência de termos, o que se verifica é exatamente o oposto.⁴⁹

Outras variedades correlatas acrescentaram-se desde então e, talvez mais recentemente, a noção de Sachs (2003) de “profissional ativista”. Foi esse tipo de diversidade que levou a pesquisa-ação [...] a ser

⁴⁹ David Tripp, por exemplo, considera a pesquisa-ação como uma das diversas formas de *investigação-ação*, termo por ele eleito para abrigar, genericamente, todas as categorias similares: “Entre alguns dos diversos desenvolvimentos do processo básico de investigação-ação, estão a pesquisa-ação (Lewin, 1946), a aprendizagem-ação (Revons, 1971), a prática reflexiva (Schön, 1983), o projeto-ação (Argyris, 1985), a aprendizagem experimental (Kolb, 1984), o ciclo PDCA (Deming, 1986), PLA, PAR, PAD, PALM, PRA1 etc. (Chambers, 1983), a prática deliberativa (McCutcheon, 1988), a pesquisa práxis (Whyte, 1964; 1991), a investigação apreciativa (Cooperrider; Shrevasteva, 1987), a prática diagnóstica (genérica em medicina, ensino corretivo etc.), a avaliação-ação (Rothman, 1999), a metodologia de sistemas flexíveis (Checkland; Holwell, 1998) e a aprendizagem transformacional (Marquardt, 1999)” (TRIPP, 2005, p. 446).

descrita como “uma família de atividades” (Grundy; Kemmis, 1982), pois, como concluíram Heikkinen, Kakkori e Huttunen (2001, p. 22), “parece existir uma situação multi-paradigmática entre os que fazem pesquisa-ação”.⁵⁰ (TRIPP, 2005, p. 445)

Diante da profusão de definições, que persiste — e mesmo se amplia — na literatura recente, seria plausível procurar, nos detalhes da questão do método, alguma característica distintiva, mas, se existe aqui alguma mudança paradigmática, esta não parece ser originária de — ou ter originado — um novo método, ou um conjunto de novas técnicas de investigação. Quando nos aproximamos da organização dos procedimentos, da parte *operacional* dos modos propostos, encontramos — finalmente — um *quase consenso* entre os autores: de que não existe, propriamente, um modelo único a ser aplicado. Antes, trata-se de uma espécie de reciclagem dos métodos da ciência moderna, transferidos para os novos sujeitos de conhecimento, e organizados de tal forma que sejam, de algum modo, apropriados pelos agentes locais.

A literatura sobre pesquisa participativa tem sido sempre vaga na questão do método. Isto porque [...] os fatores mais importantes são as origens dos temas, os papéis que os envolvidos com o tema desempenham no processo, o potencial para mobilização e aprendizado coletivo, os elos com a ação [...]. Isto significa que para a pesquisa participativa não existe ortodoxias metodológicas, nenhum livro de receitas a seguir. [...] Na prática uma criativa e ampla variedade de abordagens tem sido usada. Todas as abordagens têm sido selecionadas pelo potencial de gerar conhecimento e análise de um modo social ou coletivo.⁵¹ (HALL, 1992, p. 20)

⁵⁰ GRUNDY, S. J. Three modes of action research. *Curriculum Perspectives*, Geelong, v. 2, n. 3, p. 23-34, 1982. HEIKKINEN, H.; KAKKORI, L. T. L.; HUTTUNEN, R. This is my truth, tell me yours: some aspects of action research quality in the light of truth theories. *Educational Action Research*, Oxford, v. 9, n. 1, p. 9-24, 2001.

⁵¹ *The literature on participatory research has always been vague on the question of methods. This is because [...] the most important factors are the origins of the issues, the roles that those concerned with the issue play in the process, the emersion of the process in the context of the movement, the potential for mobilizing and collective learning, the links to action [...]. This means that for participatory research there are no methodological orthodoxies, no cookbook approaches to follow. [...] In practice a creative and very wide variety of approaches have been used. All approaches have been selected because of their potential for drawing out knowledge and analysis in a social or collective way.*

Ainda assim, podem ser identificados alguns procedimentos comuns em vários dos experimentos descritos: a participação de agentes locais na definição de objetivos e metas da transformação, na determinação de temas a serem investigados, bem como nos processos de *retorno (feedback)*, em que os conhecimentos são devolvidos para os agentes das comunidades locais, pesquisados ou pesquisadores. Tratando da possibilidade de um método genérico, comum em todos os processos de investigação-ação, David Tripp descreve um *ciclo básico* que deveria caracterizar todas as intervenções dessa metodologia. A Figura 27 descreve o que seria uma sequência canônica dos procedimentos: o objetivo do processo seria alcançado quando, após o ciclo completo de planejamento — implementação, descrição e avaliação —, fosse observada uma mudança positiva em relação aos resultados da prática, além do maior conhecimento tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

Figura 27
Ciclo básico da pesquisa-ação



Fonte: TRIPP (2005, p. 446).

No entanto, uma característica da pesquisa-ação, assim definida por David Tripp, é capaz de auxiliar em nossa própria definição de termos: seu caráter de *permanência*. Para o autor, a pesquisa-ação se distingue das demais formas de investigação-ação por ser “[...] contínua e não repetida ou ocasional, porque não se pode repetidamente realizar pesquisas-ação sobre a prática de alguém [...]” (TRIPP, 2005, p. 448); mas, antes, o que se buscava em um processo permanente e coletivo de reflexão e ação, seria a própria melhoria do processo, tanto no que se refere aos resultados da ação quanto aos conhecimentos produzidos. Essa característica específica fornece, talvez, o último elemento que permite nossa escolha pelo termo pesquisa-ação entre os demais oferecidos, mesmo que esta também pudesse, em determinadas situações, ser considerada *participativa*.

A supressão do último termo, neste trabalho, provém de certa cautela, e demanda esclarecimento. A produção desta tese pode ser considerada uma *continuidade ampliada* do mesmo experimento de *pesquisa-ação participativa*, iniciado em 2004, objeto de minha dissertação de mestrado (MENEZES, 2006).⁵² Neste experimento, portanto, atuo e interajo — até hoje, desde então — com outros agentes e atores protagonistas nos processos de planejamento e gestão territorial participativa na Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia, em especial do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*. Se, nos primeiros anos de ação e investigação, o processo poderia ser claramente caracterizado pela participação de agentes locais como protagonistas — desde o início atuantes na definição de objetivos e metas, de construção coletiva de conhecimentos e resultados, planejamento e gestão territorial na escala desse Corredor —, a ampliação

⁵² No período de minha pesquisa de mestrado (2004 a 2006) e nos três primeiros anos da pesquisa de doutorado trabalhei como articulador da rede de gestão compartilhada para criação e consolidação do Corredor Ecológico Monte Pascoal Pau Brasil (2005 – 2007) e como secretário executivo do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia (2008-2009), no momento em que este serviu como instrumento de estruturação do *Diálogo Florestal da Mata Atlântica* (cf. *supra*). Também atuei, como representante de organizações ambientalistas da região, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (CONERH, 2007-2008) e no Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da Bahia (CE RBMA BA, 2007-2009), acompanhando, no mesmo período, os trabalhos do Subcomitê da RBMA do Extremo Sul da Bahia, do Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (RESEX Corumbau), do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA Caraíva Trancoso e do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil). Tive oportunidade de acompanhar de perto, também, a criação dos 2 Comitês de Bacias dos rios do Extremo Sul baiano e do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Monte Pascoal, além do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica.

do território de estudo para a escala regional, e mesmo nacional, traz o problema da *autenticidade* da participação de outros agentes. Se, na escala local, o projeto inicial financiado pelo CEPF previa, desde o início, a utilização desta metodologia — o que quer dizer que havia disponibilidade de recursos financeiros para sustentar todo o ciclo de participação dos agentes locais — na nova situação ampliada, com maior complexidade e amplitude, tais recursos não mais estavam disponíveis.

É, no entanto, legítimo considerar que a participação de atores e agentes locais da fase inicial da pesquisa nos processos de *decisão sobre a ação* continua ativa. A estes vieram se juntar novos atores e agentes, no que se constituiu uma clara ampliação da rede de planejamento e gestão compartilhada do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*.⁵³ Também é verdade que esse processo coletivo de decisão e ação transformou-se em tema de investigação para outros autores, alguns deles, também, atores nos experimentos aqui estudados.⁵⁴ É verdade, ainda, que alguns processos participativos de construção coletiva de conhecimentos continuam a existir de forma estruturada, principalmente nos núcleos urbanos em que o projeto se originou.⁵⁵ Tais fatos, no entanto, não são suficientes para que se caracterize esta tese como uma pesquisa-ação *participativa*. Isso aconteceria caso os atores e agentes dos sistemas de planejamento e gestão compartilhada do território estivessem envolvidos *também* em um processo permanente de investigação e produção coletiva de conhecimentos, o que, na verdade, não ocorre de forma estruturada — por enquanto.⁵⁶

Na configuração atual, o que se pode afirmar é que existe um processo de *pesquisa-ação* que se desenvolve de forma *contínua* nesse território, constituído pelo sistema de planejamento e gestão compartilhada do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*,

⁵³ Objeto de estudo nesta tese, adiante.

⁵⁴ HOLVORCEM *et al.* (2011), OLIVEIRA, (2010), MESQUITA *et al.* (2010), CHAVES (2005).

⁵⁵ Nos anos de 2009 e 2010, agentes de Caraíva, Nova Caraíva e Itabela estruturaram, junto comigo, um processo de pesquisa-ação participativa para monitoramento de impactos sociais dos projetos no *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, participando da definição dos objetivos e do universo, da caracterização de beneficiários diretos e indiretos, das variáveis e indicadores, da estruturação dos questionários, do planejamento do trabalho de campo e das entrevistas às famílias destes núcleos urbanos. No entanto, como tais impactos não constituem o objetivo e o tema central desta tese, não se pode dizer que esses processos *sejam* a pesquisa-ação aqui abordada.

⁵⁶ A estruturação e sustentação de um processo de pesquisa-ação participativa nessa amplitude é uma das propostas que compõem a parte final desta tese.

associado ao meu trabalho regular de investigação e ação neste território — trabalho este que não se encerra com a finalização desta tese. Pode-se, ainda, afirmar que, nessa escala, a integridade do ciclo básico da pesquisa-ação tem sido garantida pelas exigências de certificação dos projetos de restauração florestal no *Corredor* através da venda de créditos de carbono, sob responsabilidade do Conselho Gestor dos projetos de Carbono, para o qual parte dos conteúdos desta tese foram apresentados e debatidos, para posterior deliberação (Figura 28).

Figura 28

Debate sobre atuação em rede no Conselho Gestor⁵⁷



⁵⁷ Da esquerda para a direita, sentados: Lúcio Bedê, da CI; Zé Marreco, da ANAC; Romildo, da ASCBENC; Gilberto Tiepolo, da TNC; Paulo Vítor, Alessandro Moraes e Chris Holvorcem, do IBio; Rubens Benini, da TNC; Sérgio Andrade, do Instituto Cidade. Em pé: José Francisco Júnior, do Grupo Natureza Bela e Dilsinho, da CooPlantar.

No entanto, caso este sistema de planejamento e gestão compartilhada do *Corredor*, coletivamente estruturado, se mantenha operante e efetivo na realização de seu potencial — ou de sua *vocação pública* —, ele poderá servir como base para um processo pleno de pesquisa-ação participativa em escala regional.⁵⁸

Da forma como se estrutura hoje, a multiplicidade de pontos de vista a que corresponde a diversidade dos atores e agentes envolvidos nos processos de gestão compartilhada neste território, passa, na maior parte das vezes, por um processo de tradução que, por mais honesto que venha a ser, nunca refletirá o consenso que se alcança, por exemplo, em alguns dos processos de deliberação dos projetos estudados: afinal, o texto definitivo, termina por ser escrito por apenas uma pessoa, apenas por um dos agentes e atores que criam coletivamente a geografia aqui estudada.

A singularidade de minha visada facilita, no entanto, uma liberdade individual — do sujeito que escreve —, que talvez não existisse, caso a desejada participação múltipla em um projeto coletivo de produção de conhecimento já estivesse em curso. Se essa situação, eventualmente, pode empobrecer o resultado parcial que aqui se alcança, tendo em vista sua legitimidade, pode gerar, por outro lado, uma chance de enriquecimento que só uma navegação conceitual solitária, orientada por livres visadas de outras constelações, tem a chance de proporcionar.

⁵⁸ O que poderá vir a ser também considerada uma singularidade em relação às abordagens sobre pesquisa-ação, geralmente desenvolvidas na escala do lugar.

A CONSTELAÇÃO DA CIDADANIA

Cruzando as fronteiras determinadas pelo debate epistemológico e metodológico no campo da pesquisa-ação, a investigação teórica da tese avança por um território original da filosofia, para ali se apropriar de conceitos e procedimentos determinados por um *modo* de reflexão extremo, rigoroso e inusitado: o pensamento político de Walter Benjamin.⁵⁹ Nele destacamos, para nosso interesse específico, suas “questões introdutórias de crítica do conhecimento” (BENJAMIN, 1984), suas teses sobre filosofia da história (1994) e sua reflexão sobre direito e poder (1986). Trata-se de fragmentos, ou de *corpos de fragmentos* que, apesar de se apresentarem como obras acabadas, de alta consistência e coerência interna, cumprem importante papel no tratado geral sobre seu grande tema de estudo — a modernidade. Nesse caminho, o filósofo abordaria sempre o mesmo tema, utilizando uma forma específica de fragmentação — a elaboração de centenas ou milhares de opúsculos e pequenos ensaios — que, no entanto, não abre mão de uma síntese grandiosa.

Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais

⁵⁹ Seria incoerente — e tremendamente injusto — afirmarmos aqui a utilização de um *método*, ou de um *sistema* de investigação filosófica, proposto pelo filósofo, uma vez que contra estes conceitos foi edificada boa parte de sua reflexão. Creio, no entanto, ser coerente e justa a afirmação de um *modo benjaminiano* de reflexão, no mesmo sentido em que o termo é empregado na teoria musical — música *modal*.

autêntica forma de ser da contemplação. Pois ao considerar um mesmo objeto em vários extratos de sua significação, ela recebe ao mesmo tempo um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificação para a intermitência do seu ritmo. Ela não teme, nessas interrupções, perder sua energia, assim como o mosaico, na fragmentação caprichosa de suas partículas, não perde sua majestade. Tanto o mosaico como a contemplação justapõem elementos isolados e heterogêneos, e nada manifesta com mais força o impacto transcendente, quer da imagem sagrada, quer da verdade. O valor desses fragmentos de pensamento é tanto maior quanto menor sua relação imediata com a concepção básica que lhes corresponde, e o brilho da representação depende desse valor da mesma forma que o brilho do mosaico depende da qualidade do esmalte. A relação entre o trabalho microscópico e a grandeza do todo plástico e intelectual demonstra que o conteúdo da verdade só pode ser captado pela mais exata das imersões nos pormenores do conteúdo material. (BENJAMIN, 1984, p. 50-51)⁶⁰

O mosaico se apresenta, portanto, como forma exemplar da filosofia para representação de verdades eternas, contidas em *ideias* intemporais, que se fazem visíveis através de *constelações*, cujos contornos são fixados, para contemplação, por um *desenho determinado pelos extremos*.

As idéias são constelações intemporais [...]. Os elementos que o conceito [...] extrai dos fenômenos, se tornam especialmente visíveis nos extremos. A idéia pode ser descrita como a configuração em que o extremo se encontra com o extremo. [...] As idéias [...] permanecem escuras, até que os fenômenos as reconheçam e circundem. É função dos conceitos agruparem os fenômenos [...]. (BENJAMIN, 1984, p. 57)

De que constelação tratamos nesta tese? A conservação das diversidades e a *sustentabilidade* da *Mata Atlântica* — ou de seu equivalente, o *Brasil*, tal como defendemos —, por se colocar como *fim* último em várias das experiências aqui estudadas, se apresentaria como candidata natural a este posto, o que exigiria uma crítica tanto do conceito de *sustentabilidade*, quanto da própria ideia de *Brasil*. Não pretendemos, no entanto, aprofundar tal crítica em um estudo intensivo do conceito,

⁶⁰ Se esta tese não pode ainda ser reconhecida pela utilização desta imagem, pode pleitear a validade parcial de sua utilização futura. Desta forma, o que se apresenta, neste momento, como resultado parcial de um estudo, seria uma parte de um mosaico ampliado, a ser eventualmente reconhecido na continuidade desta pesquisa.

por entendermos que este *fim* não justifica sua proeminência em relação a outros termos, na equação desta investigação. Um esclarecimento mínimo, no entanto, faz-se necessário para que tais palavras não sejam, aqui, utilizadas em sua formulação genérica, imprecisa, sem que se explicita uma *intenção* norteadora de seu uso.

O conceito de sustentabilidade, que se origina no campo da *ecologia de populações*, relacionado ao conceito de *capacidade de suporte* — ou a capacidade de um determinado ecossistema para sustentar, com seus “recursos”, as diversas formas de vida que o habitam — passa a ser utilizado com tal amplitude de significados nas últimas décadas que torna difícil sua utilização rigorosa sem um posicionamento — político e acadêmico — preliminar. Em uma recente revisão sobre o tema, Dara Dimitrov (2010) lista os diversos interesses antagônicos que se apropriam do conceito, cada qual ao seu modo, para sua utilização como escudo nos diversos campos de batalha da modernidade.

Dara Dimitrov (2010) identifica quatro vertentes — ou dimensões, nas suas palavras — contribuintes para o entendimento contemporâneo do conceito. A dimensão *científica*, de onde o termo é originário, teria cruzado as fronteiras da ecologia das populações e amplificado sua visada para tratar, prioritariamente, de impactos “sobre os ciclos da vida” e da “interação entre os humanos e o planeta”. Na sua dimensão *política*, o termo abordaria a “*integração*” ou o “*balanço*” entre aspectos econômicos, ambientais e sociais, dependendo se o modelo de abordagem é “dirigido pela produção” ou “pelo consumo”, respectivamente. Na dimensão *econômica* — onde o termo parece ter se adaptado e se reproduzido com maior desenvoltura, sempre vinculado à noção de *crescimento* ou *desenvolvimento* —, a sustentabilidade se preocuparia basicamente com quatro questões: no “aspecto econômico dos recursos”, a visada, “da perspectiva do capital”, se dirigiria para a “manutenção do *estoque*”, tanto no que se refere aos “recursos naturais” quanto aos “produzidos”; no “aspecto econômico ambiental”, o foco seria direcionado para a “gestão eficiente da alocação de recursos”, de forma que haja “satisfação do consumo sem esgotamento dos recursos, naturais ou produzidos”; no “aspecto econômico da biodiversidade”, a atenção se dirigiria para o “impacto do desenvolvimento econômico sobre a biodiversidade”; já sob

o “aspecto dos negócios e da indústria”, se mesclariam aspectos da importância corporativa, ferramentas de marketing e as definições corporativas, tanto da sustentabilidade quanto dos “valores sociais”. Finalmente, na sua “dimensão *indígena*”, a “sustentabilidade bioregional” se relacionaria com os “ciclos naturais de cada região”, vinculada a cadeias de consumo e biodiversidade local, por um lado, e, por outro, às relações culturais e espirituais entre povos tradicionais, o ambiente e a biodiversidade, tomadas como garantias do “bem estar” do planeta. Dara Dimitrov termina por concluir que a sustentabilidade, por conta de uma essencial *indefinição paradoxal* que caracteriza as diferentes utilizações do termo, é ainda — e talvez continue sendo, sempre — um conceito em disputa:

[...] é pouco provável que exista uma definição única e definitiva da sustentabilidade. A falta de um conhecimento fundante/fundamental mina a teoria da sustentabilidade, resultando em um conceito amplamente abstrato. Como resultado, a sustentabilidade é largamente determinada pelo poder das partes [...]. Indiscutivelmente essas características podem reduzir a sustentabilidade a um conceito de oratória [fadado], assim, a um discurso retórico e fragmentado. [...] Claramente o valor da sustentabilidade reside na sua capacidade de reunir diferentes grupos da sociedade para discutir questões de sustentabilidade.⁶¹ (DIMITROV, 2010, p. 47-48)

Para nossa pesquisa-ação, não nos parece ser essa uma situação desconfortável, ao contrário. Se, nesta pesquisa, não podemos escapar do diálogo entre as diversas “partes” presentes na região, bem como do esforço de tradução que tal diálogo demanda, o conceito de sustentabilidade propicia uma abertura de portas — e de conversas — que se mantinham fechadas antes de sua existência. De uma forma ou de outra, sendo, por muitos, entendido como de fácil explicação, em qualquer que seja a vertente abordada, a sustentabilidade surge como incontornável *conceito chave*, a ser

⁶¹ [...] it is unlikely that a single definitive definition of sustainability will exist. The lack of a foundational knowledge undermines the theory of sustainability, leaving it largely abstract. As result the sustainability is largely determined by the power of the parties (see Table One). Arguably these traits can reduce sustainability to an oratorical concept and therefore the discourse is largely rhetorical and fragmented. [...] Clearly the value of the sustainability lies in its ability to bring together different groups in society to discuss sustainability issues.

utilizado também como uma ponte entre os mais diversos grupos sociais e políticos em diálogo na Mata Atlântica.

Mirando nos extremos: uma conversa sobre sustentabilidade pode se converter em oportunidade de inclusão, no mesmo diálogo, tanto de povos indígenas e outras comunidades tradicionais “atualizadas” — que se apresentam no debate como guardiões espirituais de um mundo que o ocidente moderno não mais é capaz de reconhecer — quanto de produtores rurais e demais setores capitalistas “avançados”⁶² — que se consideram provedores da humanidade —, além de grupos eventualmente excluídos dos benefícios sociais e econômicos comumente mediados pelo Estado — como uma “nova” *palavra mágica*, capaz de destrancar portas pesadas, ou como um *ativo* para catalisação de eventuais acordos, alianças e pactos que venham a tratar do “bem estar”, seja dos “homens”, da “natureza”, do “planeta”, dos seres vivos, ou, mais simplesmente, da vida.

Resta esclarecer que esta tese se posiciona topicamente — geograficamente — em uma rica zona de fronteira, para observar — e participar de — um diálogo permanente entre atores e agentes de todos os grupos acima citados. Na articulação coletiva deste diálogo, fica clara a *utilização retórica* do conceito de sustentabilidade por parte de vários dos sujeitos ali presentes — entre os quais me incluo. De minha parte, faço uso consciente do termo, ora de uma forma, ora de outra, sempre de modo que permita exercer a função de *tradução* — *interessada e intencional*, voltada para a construção de acordos, alianças e pactos localizados —, mas, também, de maneira que deixe claro o afastamento deste conceito das noções de *crescimento* ou *desenvolvimento*, das quais tendo a manter certa distância — conceitual ou política, se for possível esta separação.

⁶² A *proteção das águas* é, também, uma dessas palavras mágicas que abrem ainda um maior número de portas, principalmente quando se tratam de comunidades tradicionais “não atualizadas” — no sentido de que não participam dos debates recentes sobre sustentabilidade —, ou setores capitalistas “atrasados”, como é o caso da maior parte dos produtores rurais do Extremo Sul da Bahia. Este enfoque não será aqui desenvolvido, uma vez que foi especialmente trabalhado em minha dissertação de mestrado (MENEZES, 2006).

Nesse sentido, acompanho o questionamento de Heloisa Soares de Moura Costa e tendo a responder positivamente ao título-questão de sua revisão crítica do conceito de *desenvolvimento sustentável*: “uma contradição de termos?”⁶³ Em decorrência deste entendimento, parece-me muito mais razoável tratar hoje, na vertente econômica do pensamento sobre sustentabilidade, da proeminência da *distribuição* em relação ao *crescimento*, bem como do *envolvimento* protagonista — de sujeitos, agentes, atores, povos, etnias, culturas e grupos “excluídos” dos processos políticos, econômicos e sociais determinantes da geografia de um território — em relação ao *desenvolvimento*, essencialmente vinculado ao modo hegemônico de exercício do poder e da dominação.

Do mesmo modo, não encontro motivo *político* para confrontar, em debate, as propostas de *integração* e *balanceamento* de resultados para a economia, a sociedade e o ambiente, mesmo que a fragmentação analítica desses universos não faça qualquer sentido em nossa abordagem: pois, na vida cotidiana, o cidadão não estará sempre exposto, simultaneamente, a esse modo de *ver unificado*, a este *seu mundo*, em que sociedade, ambiente e economia — para não falar de outros mundos — são percebidos como um todo inteligível? E se não consigo perceber, ou ter a competência de me comunicar plenamente com tais outros mundos, bem como com os termos das linguagens tecno-herméticas das disciplinas modernas, reconheço minhas fraquezas e ignorâncias para admitir suas existências e validades, para me colocar disponível e disposto a dialogar mesmo em termos que se mostram, em um primeiro momento, obscuros — pois não se configuram, a cada momento que surgem, como oportunidades de (auto-)conhecimento? Dessa forma, explico minha recusa aos discursos de sustentabilidade que não impliquem, em todos os seus componentes e variações, na *distribuição* e *compartilhamento* de riquezas, oportunidades, conhecimentos, saberes, respeitos, confianças e poderes — recusa, portanto, de qualquer tentativa de

⁶³ A autora trata, na verdade, de desenvolvimento *urbano* sustentável, mas creio que a questão possa ser estendida para qualquer região ou mesmo à totalidade do planeta — seja porque não faria mais sentido falar de um *mundo não urbano*, nos termos propostos por Henri Lefebvre (1999), seja porque a constatação quase consensual do agravamento das mudanças climáticas explicita, de forma historicamente inusitada, a profunda transformação que o conjunto da humanidade já está, consciente e coletivamente, a vivenciar.

apropriação conservadora do conceito que não se garanta como *prudente e decente* (SANTOS, 2001, 2003a).

Sobre a segunda ideia candidata à centralidade nesta tese, mais simplesmente, acompanhamos Eduardo Viveiro de Castro em sua “fuga” do *Brasil* — não no sentido literal, do exílio físico, mas no sentido de sua recusa à ideia hegemônica de uma nação única, em que as manifestações da diversidade humana conviveriam na suposta harmonia de um Brasil unívoco, para buscar outro lugar — “[...] um Brasil ‘menor’ e múltiplo [...] para encontrar populações que, apesar de viverem *no* Brasil, vivem a seu modo [...], situam o Brasil no seu pensamento e na sua experiência. Devoram, pois, o Brasil” (SZTUTMAN, 2008, p. 17).

Fui fazer etnologia para fugir da sociedade brasileira, esse objeto pretensamente compulsório de todo cientista social no Brasil. Como cidadão, sou brasileiro e não tenho objeção de sê-lo. Ou melhor, para dizer a verdade, frequentemente me vejo sentindo grande vergonha de sê-lo; não faltam motivos, passados como presentes, históricos como cotidianos, para isso. Mas sempre lembro que se fosse natural de qualquer outro país, teria motivos tão bons ou melhores para sentir vergonha, e é isso que me faz não ter realmente objeção ao fato de ser brasileiro. Porque, em última análise, tanto faz. Ser humano, perante os demais viventes, já é complicado o bastante. O que não quer dizer que a consciência de ser brasileiro não me mobiliza eticamente, não me interpele politicamente, nem me faça experimentar a mistura ambivalente de sentimentos e de disposições associada a qualquer pertença objetiva. Fico aliás pensando que talvez seja nisso que consiste realmente o sentimento de pertencer a uma nação: ter motivos todos próprios para se envergonhar, tão próprios quanto [...] os sempre lembrados motivos de se orgulhar. [...] o Brasil é uma circunstância para mim, não um objeto; entendo, sobretudo, que o Brasil é uma circunstância para [...] [o] que eu estudo, e não sua condição fundante. (CASTRO, 2008, p. 47-48)

A partir deste exílio objetual, podemos nos posicionar a favor de uma ideia alternativa de *brasil*, não *apenas* como nação ou estado, como o país unívoco da literatura hegemônica, mas como um lugar ainda privilegiado no que se refere ao abrigo de encontros, desencontros e reencontros da humanidade.⁶⁴ Imagino, ainda, que tal

⁶⁴ Como, de resto, poderíamos pensar em qualquer outro lugar do planeta. A diferença talvez resida no fato de que a Mata Atlântica e, em especial, o Extremo Sul da Bahia, tenha já abrigado um dos últimos grandes encontros paradigmáticos da *diáspora humana*, no início da era moderna, o que lhe emprestaria

lugar diverso possa, também, servir de abrigo para novas geografias, capazes de nos levar à superação da herança colonialista deste estado-nação, para propiciar uma inserção coletiva na gestão compartilhada de outra herança, ao mesmo tempo localizada e cosmopolita, no contexto que Boaventura de Sousa Santos denomina *globalização contra-hegemônica*.

[...] consiste na emergência de lutas transnacionais por valores, ou recursos que, pela sua natureza, são tão globais como o próprio planeta e aos quais eu chamo, recorrendo ao direito internacional, o *patrimônio comum da humanidade*. Trata-se de valores ou recursos que apenas fazem sentido enquanto reportados ao globo na sua totalidade: a sustentabilidade da vida humana na terra, por exemplo, ou os temas ambientais da proteção da [... atmosfera], da preservação da Antártida, da biodiversidade ou dos fundos marinhos. Todos estes temas referem-se a recursos que, pela sua natureza, devem ser geridos por fideicomissos da comunidade internacional em nome das gerações presentes e futuras. (SANTOS, 2006, p. 441)

De volta à pergunta: também a *gestão pública compartilhada*, o principal *meio* que aqui se propõe para o alcance dos fins últimos desta pesquisa-ação, seria candidata a eventual objeto de desenho e contemplação, como ideia central desta pesquisa. Mas, se o *fim* deste estudo já foi deslocado de sua proeminência, não seria razoável mirar no *meio*, sobre o qual aquele teria uma prevalência “natural”, para posicionamento no centro de nossa atenção. Da mesma forma, no entanto, aproveitamos o momento desta reflexão para esclarecer alguns termos e dirimir eventuais dúvidas, incertezas e possíveis contradições.

Poderíamos fazer a expressão utilizada em nosso título coincidir plenamente, mais uma vez, com Boaventura de Sousa Santos (2007), quando este trata da possibilidade da *autoridade compartilhada*, a não ser quando essa sua categoria é apresentada em oposição dicotômica (não dialética) ao seu conceito de *poder* como *troca desigual* (SANTOS, 2001, p. 284) —, pois não se trataria, para nós, de um antagonismo, uma vez que defendemos aqui a existência de *outra modalidade de poder* que se oferece, com naturalidade, ao *compartilhamento*. A *gestão compartilhada* de um

um caráter simbólico diferenciado, a ser histórica, geográfica e coletivamente apropriado, visando à realização de utopias contemporâneas.

território determinado é, dessa forma, a própria *realização da autoridade compartilhada*, incidente sobre este mesmo território — um sistema de governo, portanto, que não reconhece, no entanto, o monopólio do estado no trato do interesse público.

Esta definição permite uma distinção fundamental para nossa tese. Poderíamos entender a proposição desta forma compartilhada de exercício do poder como relacionada ao conceito de *governança*, ou *governação*, advindo do termo inglês *governance*, que Boaventura de Sousa Santos identifica como “[...] a matriz política da globalização neoliberal [...]”:

Chamo-lhe matriz porque se trata de uma estrutura basilar, ou de engaste, e simultaneamente de um ambiente fomentador de toda uma rede de idéias pragmáticas de padrões de comportamento cooperativo, partilhado por um grupo de atores *selecionados* e respectivos interesses; uma *rede auto-ativada*, destinada a lidar com o caos num contexto em que nem a ordem normativa exercida *do topo para a base* e gerada a partir do exterior (comando estatal) nem o ordenamento participativo autônomo feito *da base para o topo*, e não pré-selecionado (democracia participativa) estão disponíveis, ou, se estão disponíveis, *não são desejáveis*. (SANTOS, 2006, p. 402, grifos meus)

Ao identificar a gênese da governação na sua identificação primária com a “globalização neoliberal”, o autor deixa de considerar que sua descrição desta “rede auto-ativada” caberia bem em experiências históricas anteriores, tais como as das comunas republicanas no final da idade média, das primeiras comunidades cristãs (antes da imposição da ordem romana), do cooperativismo, dos experimentos anarco-autonomistas, dos socialismos utópicos e libertários (ou mesmo recentes, como os processos que se tornaram conhecidos como *primavera árabe* — desde que retiradas as outras expressões grifadas da citação: caso não haja *seleção* de agentes e atores, ou, principalmente, se a lógica da *base para o topo* ou *topo para a base* for invertida: o Estado gerido por seus cidadãos, não o contrário.

Adiante, Boaventura de Sousa Santos trata da possibilidade de outra matriz de governação: a “governação contra-hegemônica insurgente”, conformada por ações de

articulação e coordenação, de organizações e movimentos sociais, para combinação de táticas, estratégias, determinação de agendas, planejamento e atuação coletiva, traria em seu bojo uma série de semelhanças com aquela com que, a princípio, dialeticamente se confrontaria, o que gera no autor algumas surpresas, perguntas e tentativas de resposta.

Não deixa de ser surpreendente que os traços principais da governação neoliberal se encontrem também presentes na matriz da governação contra-hegemônica [...]: a participação voluntária, a horizontalidade, a coordenação, a parceria, a auto-regulação etc. [...] Mais surpreendente ainda é o fato de a governação contra-hegemônica se defrontar com desafios e dilemas que se colocam à governação neoliberal. Por exemplo, em ambos os casos funciona um princípio de seleção [...]. Será que a governação neoliberal e a governação contra-hegemônica alguma vez se fundirão numa síntese dialética da governação global? [...] é muito improvável que tal suceda. Será que se vão influenciar mutuamente? Tal é possível e, na verdade, já está a suceder [...]. (SANTOS, 2006, p. 414)

A surpresa aqui só tem justificativa se optarmos por manter a centralidade do par dialético *globalização neoliberal x globalização contra-hegemônica*, que espelha fielmente o clássico moderno capitalismo x socialismo universais — ou, com maior rigor, burguesia x proletariado — como modelo único de reflexão. Outro olhar, no entanto, que identifica as semelhanças entre os dois modos de governação, não como exceções pontuais de matrizes opostas, mas como *estruturas de uma alternativa crítica mais profunda*, certamente não trará motivos para manifestação de qualquer surpresa. Pois, o que aqui se apresenta em oposição a esta alternativa é, na realidade, um modelo de ação e reflexão baseado na hierarquia, na verticalidade, bem caracterizada pela imagem de *topos* e *bases*, como na clássica imagem da pirâmide: senhores e vassalos, chefes e chefiados, líderes e liderados, “vanguardas” e “massas” — de manobra, muito propriamente.

Trata-se aqui, na verdade, da alternativa crítica a este modelo, hegemônico tanto nas organizações capitalistas como nas supostamente socialistas, que centraliza poder e decisões, que constitui mandantes e mandados — ou mandatos — no Estado, nos partidos, sindicatos, empresas e demais organizações de uma “sociedade civil” que

não deixa, no entanto, nenhuma dúvida sobre sua origem e vocação militar. Trata-se, portanto, do questionamento radical da hierarquia em si, ou, melhor dizendo, da *heteronomia*. Este modo de pensar demandaria outro par dialético: *autonomia* x *heteronomia*.

Tal reposicionamento retira o sentido da primeira questão colocada por Boaventura Santos, sobre a possibilidade de síntese dialética entre duas formas de governação, uma vez que estas estariam agora, lado a lado, no enfrentamento de sistemas de reflexão e ação hierárquicos, para recolocá-la de forma mais radical: será possível a síntese dialética entre sistemas de ação e reflexão autônomos e heterônomos — em outros termos, ainda modernos: uma síntese entre *governação* e *governo*? A aposta na plausibilidade desta síntese e, como pesquisa-ação, na construção de sua viabilidade, intrinsecamente vinculada ao princípio de *cidadania* aqui adotado, configuram uma parte da ideia-constelação desta tese. Para, no entanto, evitar nova disputa inócua sobre o nome futuro da possível síntese, preferimos aqui retornar à reflexão benjaminiana para propor algo mais simples.

Como a filosofia não pode ter a arrogância de falar no tom da revelação, essa tarefa só pode cumprir-se pela reminiscência, voltada, retrospectivamente, para a percepção original. [...] As idéias se dão, de forma não intencional, no ato nomeador, e têm de ser renovadas pela contemplação filosófica. Nessa renovação, a percepção original das palavras é restaurada. E por isso, no curso de sua história, tantas vezes objeto de zombaria, a filosofia tem sido, com toda razão, uma luta pela representação de algumas poucas palavras, sempre as mesmas — as idéias. A introdução de novas terminologias, na medida em que não se limitam rigorosamente à esfera conceitual, mas visam os objetos últimos da contemplação, é, por esse motivo, filosoficamente discutível. Essas terminologias — tentativas mal sucedidas de nomeação, em que a intenção tem maior peso que a linguagem — não têm a objetividade que a história conferiu às principais correntes da reflexão filosófica. (BENJAMIN, 1984, p. 59)

Poucas e mesmas palavras: conceitos, cujas origens se vinculam essencialmente à ideia de emancipação, estão interditados em virtude de apropriações indébitas ao longo da história moderna: palavras-território, regiões ocupadas, terras colonizadas pela reflexão e ação conservadoras, que clamam agora pelo seu resgate pelos fluxos da

emancipação. Trabalhamos, aqui, com a reapropriação de *palavras originais* para reconfiguração de ideia — *governo* e *autonomia*, neste caso, fundidos no conceito de *cidadania* como modo de *autogoverno* —, para caracterizar uma síntese possível entre diversos modos de exercício de poderes, também diversos, a partir da aceitação imediata da impossibilidade de horizontalidade absoluta em todas as manifestações da existência humana e, particularmente, em uma delas: o *Estado*. Isso não significa aceitá-lo incondicionalmente, tal como hoje se manifesta. Antes, implica em participar da refundação de seu significado, da reinvenção de um *estado* que não se coloque no topo, mas que se submeta, subalternamente, aos seus cidadãos, invertendo a expressão corrente da literatura política: legitimamente, *de cima para baixo*, com a suposta “base” — ou *demos* — na posição de *co-mando, controle, autoria, direção: cidadão como governante*.⁶⁵ Nesta ordem, a ideia que se revela não é outra senão a de uma Democracia que não demanda adjetivos, como único modo legítimo de gestão do Estado, mas não como modo exclusivo de gestão do *Público* — que não se esgota no conteúdo do Estado, antes o transborda.⁶⁶ Daí também a exigência de resgate do próprio conceito de *res pública*, para uma sua recolocação ativada nos fluxos libertários da emancipação.

A síntese dialética, geradora da nova modalidade de autogoverno — a ser reconhecida pela predominância da horizontalidade nas relações, pela *dominância* dos cidadãos sobre suas organizações, pela inexistência de chefias e lideranças posicionadas *acima* dos demais, pela ausência de mandatos, mandantes e mandados — raramente poderá ser observada nos territórios do Estado moderno, a não ser como “verdadeiro estado de exceção” (BENJAMIN, 1994, p. 226). Em movimentos sociais e políticos, em várias escalas de observação, no entanto, podemos não apenas reconhecer as sementes desta utopia, como também verificar sua potência, sua capacidade tópica de germinação.

⁶⁵ Na origem da palavra governo encontramos a expressão latina *gubernum*, derivada do grego antigo κυβερνάω (*kybernao*) vinculada ao verbo *gubernare*, com o sentido de reger, controlar, dirigir, pilotar. No mesmo sentido, a tradução corrente de *gubernator* é piloto, aquele que dirige.

⁶⁶ Não se trata aqui, portanto, de outro projeto que não seja o de “Reinvenção solidária e participativa do Estado”, ou do “Estado como novíssimo movimento social” (SANTOS, 2006).

Se já era possível identificar algumas destas ocorrências nas décadas passadas — tal como nas *Diretas Já*,⁶⁷ ou, mais recentemente, na consolidação e estruturação do Fórum Social Mundial (SANTOS, 2006) — com maior clareza se mostraram em fatos contemporâneos que vieram a ser chamados, nos meios ocidentais, de *Primavera Árabe*, com imediatas repercussões nos países do *Sul Europeu* e espraiamento mesmo pelo *Norte Global*. Tanto nos movimentos populares que derrubaram — ou ainda lutam para derrubar — sistemas modernos de governo nos países do Norte da África e Oriente Médio, quanto nas recentes manifestações populares em Portugal, Espanha, Islândia e Grécia, chegando mesmo ao olho do furacão, no centro financeiro de *Wall Street*, é possível verificar, mais que a potência das novas organizações sociais e políticas em rede, alguns outros aspectos comuns: a espontaneidade e voluntariedade, auto-regulação e auto-organização, ausência de lideranças explícitas — ou de atores que se arvoram a ocupar este lugar — a horizontalidade das relações ali construídas ou reveladas, a recusa do sistema de decisão por representação ou maioria e a revelação, pelo menos, de um ponto comum no horizonte, um consenso articulador capaz de promover a superação das incontornáveis e múltiplas diferenças.⁶⁸

Talvez seja justo identificar o *Fórum Social Mundial* (FSM) — pela sua importância e extensão, certamente, mas, principalmente, pelo fato de ter sido coletivamente constituído por uma plêiade de organizações e movimentos de todas as

⁶⁷ O “Movimento pelas eleições *Diretas Já*”, a rebelião popular e pacífica que determinou as condições de viabilidade ao fim da ditadura militar no Brasil, pode até ser visto, injustamente, como uma ação política encabeçada por grupos e lideranças políticas da oposição na época, assim como outros casos posteriores de mobilização nacional — o impeachment do presidente Collor de Melo ou a campanha de Lula para a presidência em 1989. Mais que os primeiros, no entanto, o *Diretas Já*, em 1984, ganhou força em um momento que a imprensa era ainda censurada e, a exceção do jornal Folha de São Paulo (hoje aliado às forças conservadoras), só mostrou o movimento depois que os comícios começaram a crescer de forma inusitada e surpreendente para o regime de medo que se impunha na época. A falta de liberdade de imprensa não impediu que se realizasse a maior manifestação pública da história brasileira, em várias de suas capitais. Nas ruas se experimentava a nítida sensação de protagonismo, como se a multidão quisesse menos seguir algum líder ou caminho pré-desenhado, mas, após anos de cerceamento, simplesmente se ver, ver os outros e serem todos vistos, juntos, a desenhar um novo caminho.

⁶⁸ Na Espanha, por exemplo, *Los Indignados* — referência ao livro *Indignai-vos*, de Stéphane Hessel (2011) —, fundadores do *Movimiento 15-M: por una democracia real ya* (referência à grande manifestação pública ocorrida em toda Espanha, em 15 de maio de 2011), utilizam o lema “não vota, acorda” não apenas como proposta de boicote das eleições nacionais de 2011, mas também como mote para outro modo de decisão que abre mão dos padrões de deliberação representativa pelo critério de maioria e se utiliza da negociação intensiva em busca de uma situação em que não se reconheçam “vencedores e perdedores”.

partes do mundo, com atuação política múltipla e, muitas vezes, diferenciada em relação aos modos modernos — como um precursor paradigmático destes movimentos, mesmo sem que haja evidência clara de relação imediata: o consenso articulador que permitiu sua consolidação foi construído em torno da rejeição da violência como alternativa de atuação, mas ali encontramos outras semelhanças — ou meta-consensos — em relação aos diversos movimentos políticos e rebeliões posteriores:

O FSM é um novo fenômeno político. [...] Apesar de se apresentar como agente da mudança social, o FSM rejeita o conceito de sujeito histórico privilegiado [...]. Não obedece a nenhuma ideologia claramente definida [...] não está estruturado segundo nenhum dos modelos da moderna organização política, quer se trate do centralismo democrático, da democracia representativa, ou da democracia participativa. Ninguém o representa, nem está autorizado a falar — e muito menos a tomar decisões — em seu nome [...]. Primeira utopia crítica do século XXI, o FSM visa romper com a tradição das utopias críticas da modernidade ocidental, muitas das quais redundaram em utopias conservadoras. [...] a exigência de alternativas é uma exigência plural. [...] contribui para maximizar aquilo que une e minimizar aquilo que divide. Este desígnio utópico [...] visa promover consensos para além das clivagens ideológicas e políticas entre os movimentos e organizações participantes. [...] os movimentos e organizações devem dar prioridade às articulações entre si. Isto explica [...] a novidade organizacional de um FSM sem líderes, a sua rejeição das hierarquias e a importância que atribui às redes possibilitadas pela Internet (Waterman, 2003a, 2003b; Escobar, 2004b.). Não há uma teoria única para guiar estrategicamente os movimentos, pois o objetivo não é tanto conquistar o poder, mas antes transformar as muitas faces do poder tal como se apresentam nas instituições e nas sociabilidades. [...] acesso quase incondicional (só estão excluídos os movimentos ou grupos que advogam a violência); ausência de votações ou de deliberações [...]. [...] um panorama discursivo, expansivo e heterogêneo, produzindo campos policêntricos de atuação, que se disseminam por um leque vasto de organizações da sociedade [...]. [...] ao mesmo tempo quer tendem para o fracionismo, todos [os discursos e práticas dos movimentos e organizações] libertam um potencial para o consenso. (SANTOS, 2006, p. 416-427)

Pode não ser fácil estabelecer relações diretas entre o Fórum Social Mundial e as rebeliões, revoluções e outros movimentos políticos recentes, principalmente os do Norte Global, mas é possível, desde já, encontrar outras interconexões inusitadas. O

Occupy Wall Street, por exemplo, se apresenta como um “[...] movimento de resistência sem líderes, com pessoas de várias cores, gêneros e orientações políticas [...] que utiliza a tática revolucionária da Primavera Árabe para alcançar seus objetivos e incentivar o uso da não-violência [...]”. Este movimento declara, ainda, utilizar instrumentos comuns aos diversos movimentos e ocupações de espaços públicos verificados no mundo em 2011, tal como a “ferramenta de decisão coletiva baseada no consenso não vinculativo, conhecida como ‘assembléia do povo’”, contribuindo, desta forma, para a única solução possível: a “Revolução Mundial”.⁶⁹

Talvez não seja ainda possível afirmar que tais movimentos (ou Movimento?) não eclodiriam caso não houvesse acesso às novas tecnologias de informação, propiciadas pela existência da Internet. Certo é que, no entanto, a *cibernética* passou a ser utilizada como meio privilegiado de articulação, para a constituição de redes de atuação social e política, nas quais não é possível identificar, com clareza, uma centralidade ou hierarquia funcional significativa. Não deixa de ser instigante a origem comum dos termos aqui tratados.

Ética e Cibernética são duas noções que, na atualidade, têm uma relação mais importante do que parece. [...] a relação que existe entre ambas [...] é tão flagrante quanto surpreendente, de modo que uma vez esclarecida [...] o que surpreende é não ter sido tratada antes. Na realidade, “cibernética” vem de “*kybernetes*”, que significa timoneiro ou piloto; “*kybernetes*” vem, por sua vez, de “*kybernys*” que, ao passar para o latim, se converte primeiro em “*kubernus*” e finalmente em “*gubernus*”, cujo significado é “controle”. Não é demais esclarecer que “*gubernus*” se converte em “governo”, no português. Assim, quando se fala de controle nos assuntos humanos, o termo que se usa é “governo” e se o primordial são os assuntos humanos, é indispensável a inserção explícita da ética, de tal modo que uma forma sugestiva de decompor o termo “cibernética” é o de “cibern-ética”, cujo significado

⁶⁹ *“Occupy Wall Street is leaderless resistance movement with people of many colors, genders and political persuasions. [...] We are using the revolutionary Arab Spring tactic to achieve our ends and encourage the use of nonviolence [...]. The occupations around the world are being organized using a non-binding consensus based collective decision making tool known as a “people’s assembly”. [...] The only solution is World Revolution.”* (Texto disponível em: < <http://occupywallst.org/>>. Acesso em: dez. 2011.)

imediatamente e explícito vem a ser, assim, o de “ética do controle”.⁷⁰
(VASCONCELOS *et al.*, 2010, p. 1)

Se é verdade que, graças (também) à cibernética, alguns dos movimentos revolucionários obtiveram rápidas vitórias políticas (como na Tunísia e no Egito), se espalhando pelo globo em uma amplitude e velocidade nunca antes vista na história, também é verdade que pelo menos um destes movimentos, de início pacífico, foi obrigado a se metamorfosear em ações de resistência armada e enfrentamento de guerra civil (na Líbia), sendo que os demais movimentos — Síria, Irã, Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã, Iémen, Grécia, Espanha, Portugal... — seguem curso incerto, com resultados ainda imprevisíveis.⁷¹ Menos previsível ainda é a situação política decorrente das recentes vitórias revolucionárias, sobre as quais pairam enormes expectativas em relação à real possibilidade de que se transformem em processos legítimos e permanentes de emancipação.

O que pode ser hoje afirmado é que esta forma de organização — horizontal, pluriprotagonista, não violenta, dialógica-consensual, cooperativa, heterogênea e policêntrica — já se mostrou extremamente eficaz enquanto processo imediato (mas provisório) de libertação. Principalmente, provou ser um excelente modo de gestão coletiva de rebeliões e revoluções, pelo menos no que se refere à derrubada de governos. Sua consolidação como *processo permanente de emancipação* depende, no entanto, que se transforme, também, em outro modo de Governo — ou *modos* de Governo, compatíveis com os novos princípios de uma gestão territorial efetivamente

⁷⁰ *Ética y Cibernética son dos nociones que en la actualidad tienen una relación más importante de lo que parece. [...] la relación que hay entre ambas [...] es tan palmaria como sorprendente, de modo que una vez esclarecida esta relación lo que sorprende es no haberlo sabido antes. En efecto, 'cibernética' viene de 'kybernetes', que significa timonel o piloto; 'kybernetes' viene a su vez de 'kybernys' que al pasar al latín se convierte primero en 'kubernus' y finalmente en 'gubernus', cuyo significado es 'control'. No hace falta aclarar que 'gubernus' se convierte en 'gobierno' al pronunciarlo en español. De tal modo, cuando se habla de control en los asuntos humanos, el término que se usa es 'gobierno' y si lo primordial son los asuntos humanos, es indispensable la inserción explícita de la ética, de modo tal que una forma sugerente de desglosar el término 'cibernética' es el de 'cibern-ética', cuyo significado inmediato y explícito viene a ser, así, el de 'ética del control'.*

⁷¹ Digno de nota, também, foi o referendo através do qual a população da Islândia não permitiu a indenização a investidores estrangeiros lesados pela falência de um banco local — como “exigido” pelos governos da Holanda e Grã Bretanha, que cobriram a dívida privada com recursos do Estado e queriam o ressarcimento pelo do Estado Islandês. Um dos motes da campanha contra o pagamento foi criado pelo próprio presidente do país, Ólafur Ragnar Grímsson, numa frase lapidar: “A Islândia é uma democracia, não um sistema financeiro”.

compartilhada. O desafio que aqui se coloca, portanto, demanda imenso esforço teórico e prático, através de ensaios experimentais de gestão territorial, para o qual contribuiria muito a revelação de alguma experiência histórica anterior, topicamente bem sucedida, capaz de inspirar outras geografias possíveis no planeta.

3

REFLEXÃO PARA AÇÃO

ENCONTROS E REENCONTROS ORIGINAIS

A inclusão efetiva dos povos tradicionais da Mata Atlântica nos exercícios aqui estudados não pode ser feita sem que seja revelado o ponto de vista destes indivíduos e grupos humanos, outro requisito ético para qualquer estudo que se ocupe dessa questão, nesse território, nesses lugares. Se conhecemos bem o impacto que a revelação da existência de povos de um mundo novo trouxe para o ocidente, o mesmo não pode ser dito em relação ao impacto reverso, às formas com que os indígenas perceberam e reagiram à chegada dos europeus no continente sul americano. E se podemos conhecer, ou imaginar com acerto, algumas dessas reações, consequências e resultados, outras não deixam de nos surpreender, seja no todo, seja em alguns de seus aspectos inesperados.

É sabido que não havia mais povos de língua Tupi livres na Costa do Brasil a partir de meados do século XVII. O relato de um de seus últimos “chefes” livres nos dá uma ideia de como os indígenas entenderam as propostas dos europeus que aportavam em seus territórios: *cohabitação, construção conjunta, em amizade*, de uma única e nova nação. O missionário Claude d’Abbeville, em sua *História da Missão dos Padres*

Capuchinhos na Ilha do Maranhão, de 1614,⁷² descreve um depoimento que causou grande impacto entre os franceses que então traziam, para os Tupiniquim, a proposta de aliança para implantação da França Equinocial na Costa do Maranhão.

Vi a chegada dos peró [portugueses] em Pernambuco e Potiú; De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as [nossas] raparigas, o que nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificarem cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários paí [padres]. Mandaram vir os paí; e estes ergueram cruces e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os paí podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. E, assim, se viram os nossos constrangidos a fornecer-lhos [pela guerra]. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região. (MOMBORÉ-UAÇU *apud* PERRONE-MOISÉS, 2001).

A proposta dos franceses não diferia desta, como já desconfiava Momboré-uaçu — e não podia ser diferente: o que se negociava ali não era outra coisa senão a ampliação do ocidente moderno, da mesma proposta de “civilização” que serviu de base para a dominação colonial, para a expansão forçada da Europa sobre territórios de outros povos em todos os continentes, na configuração de uma modernidade em expansão, com seus valores supostamente universais, que não se deteve até hoje.

Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que viestes aqui, vós o fizestes somente para traficar. Como os peró, não recusáveis tomar nossas filhas e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham filhos. Nesta época, não faláveis em aqui vos fixar. Apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano, permanecendo entre

⁷² Transcrito por Beatriz Perrone-Moisés da tradução brasileira por Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1945.

nós somente quatro ou cinco luas. Regressáveis então a vosso país, levando os nossos gêneros para trocá-los com aquilo de que carecíamos. Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construirdes fortalezas para defender-vos contra os vossos inimigos. Para isso, trouxestes um Morubixaba e vários paí. Em verdade, estamos satisfeitos, mas os peró fizeram o mesmo. Depois da chegada dos paí, plantastes cruces como os peró. Começais agora a instruir e batizar tal qual eles fizeram; dizeis que não podeis tomar nossas filhas senão por esposas e após terem sido batizadas. O mesmo diziam os peró. Como estes, vós não queríeis escravos, a princípio; agora os pedis e quereis como eles no fim. Não creio, entretanto, que tenhais o mesmo fito que os peró; aliás, isso não me atemoriza, pois velho como estou nada mais temo. Digo apenas simplesmente o que vi com meus olhos. (MOMBORÉ-UAÇU *apud* PERRONE-MOISÉS, 2001).

Passados alguns séculos, não é difícil verificar a vitória, consolidação e permanência do paradigma colonial no pensamento hegemônico do Brasil, fiel às suas raízes européias. A alternativa a esse pensamento passa tanto pela revelação da visão e do pensamento político ameríndio quanto de outros modos de pensar ocidentais, não hegemônicos, tal como o que afirma Eduardo Viveiro de Castro, por exemplo, num consciente “exagero eurístico”:

[...] no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. [...] O homem livre da ordem escravocrata [...] é um índio. O caipira é um índio, o caçara é um índio, o caboclo é um índio, o camponês do interior do nordeste é um índio. [...] são índios [...] no sentido de que são o produto de [...] uma história que é a história de um trabalho sistemático de destruição cultural, de sujeição política, de “exclusão social” (ou pior, de “inclusão social”), trabalho esse que é propriamente interminável. Não é possível fazer todos brasileiros deixarem de ser índios completamente. (CASTRO, 2008, p. 146-147).

O encontro destas formas de reflexão contra-hegemônicas já foi capaz, um dia, de transformar a teoria e a história política do ocidente: na origem do pensamento libertário moderno, catalizador de muitos dos processos revolucionários de emancipação experimentados pela modernidade ocidental, se encontraria o modo de existir das sociedades indígenas na América. Iluminar essa origem é também iluminar o potencial desse encontro, que colocou o ocidente, pela primeira vez, diante de um sistema de poder legitimamente igualitário. O evento de 1500, na Costa do Brasil,

permitiu que a Europa tomasse conhecimento da existência de “sociedades primitivas”, ou “pré-históricas”, sem Estado ou outro sistema de governo assim reconhecido,⁷³ em um momento em que a modernidade ocidental, ainda em construção, salvo raríssimas exceções, demonstrou não estar preparada para compreendê-las.

Sabe-se que, desde sua aurora grega, o pensamento político do Ocidente soube ver no político a essência do social humano (o homem é um animal político), ao mesmo tempo que apreendia a essência do político na divisão entre dominantes e dominados, entre os que sabem, e portanto mandam, e os que não sabem, e portanto obedecem [...]: tanto para Heráclito, como para Platão e Aristóteles, não há sociedade senão sob a égide de reis, a sociedade não é pensável sem a divisão entre os que mandam e os que obedecem, e lá, onde não existe o exercício do poder, cai-se no infra-social, na não sociedade. É mais ou menos nesses termos que os primeiros europeus julgaram os índios na América do Sul, na aurora do século XVI. Constatando que os “chefes” não possuíam nenhum poder sobre as tribos, que ninguém mandava e ninguém obedecia, eles disseram que esses povos não eram *policados*, que não eram verdadeiras sociedades: selvagens, “sem fé, sem lei, sem rei.” (CLASTRES, 2004, p. 146-147)

De selvagens sem sociedade a seres sem humanidade é um caminho de poucos passos, para os que se embrenhavam na tarefa autodeterminada de *civilização* de outros povos — ou do etnocídio e epistemicídio sistemáticos, vendo por outros lados. No entanto, a incompreensão do sistema político dessas sociedades, propriamente selvagens, não se caracterizava apenas como uma mentalidade antiga, superada nos séculos seguintes: segundo Pierre Clastres, mesmo entre os próprios etnólogos de sua época,⁷⁴ havia extrema dificuldade em entender o que parecia um absurdo lógico: a disjunção entre chefia e poder. Para que, então, serviria um chefe, se não para governar sua comunidade?

Que faz um chefe sem poder? Essencialmente, compete-lhe assumir a vontade da sociedade de mostrar-se como uma totalidade una, isto é,

⁷³ No sentido atribuído pela corrente hegemônica da moderna ciência social: sem história, porque sem Estado.

⁷⁴ Pierre Clastres morreu precocemente, em acidente de carro, no ano de 1977, justamente quando trabalhava em uma obra maior sobre a possibilidade de mudanças na estrutura política de povos tupi.

assumir o esforço concertado, deliberado, da comunidade, com vistas em afirmar sua especificidade, sua autonomia, sua independência em relação a outras comunidades. Em outras palavras, o líder primitivo é principalmente o homem que fala em nome da sociedade quando circunstâncias e acontecimentos a colocam em relação com os outros. [...] o líder primitivo nunca toma decisões para depois impô-las à comunidade. A estratégia de aliança ou a tática militar que ele desenvolve nunca são as suas próprias, mas as que respondem exatamente ao desejo ou à vontade explícita da tribo. Todos os eventuais expedientes ou negociações são públicos [...]. Na verdade, ele dispõe apenas de um direito ou, melhor, de um dever de portavoz: dizer aos outros o desejo e a vontade da sociedade. (CLASTRES, 2004, p. 147-148)

A proposta teórica que Pierre Clastres traz para seus contemporâneos coincide com a crítica do ponto de vista evolucionista, hegemônico nas ciências sociais modernas: não se pode tratar o caráter *primitivo* da sociedade como um estágio *primário* de uma história universal da humanidade, como se as sociedades ameríndias “ainda” estivessem “atrasadas”, em uma espécie de “infância da humanidade”, destinadas a “crescer” e, assim, a se dividir em sistemas políticos “mais avançados” — como se a alienação e a desigualdade fossem o destino comum, ou pior, um estágio *superior* na escala civilizacional; ou como se o fato de serem sociedades indivisas (sem separação entre um organismo de poder e a sociedade) e igualitárias (sem hierarquia) significasse que seriam *apolíticas*. Em contraposição, o autor formula a tese de que essas seriam, ao contrário, sociedades que *conheciam* a experiência do Estado, antes mesmo do contato com o ocidente,⁷⁵ povos que *decidiram* se manter como sociedades indivisas, que *escolheram* ser e permanecer igualitárias. Mais que isto: que desenvolveram e mantiveram mecanismos político-sociais sofisticados, capazes de manter unificados o poder e a sociedade — ou, em outras palavras, de impedir, nelas, o surgimento do Estado.

Liberada deste exotismo pouco inocente, a antropologia pode então tomar a sério a verdadeira questão do político: porque as sociedades primitivas são sociedades sem Estado? Como sociedades completas, acabadas, adultas e não mais como embriões infra-políticos, as

⁷⁵ Como provam a existência de contatos regulares dos indígenas brasileiros com os povos andinos antes da chegada dos europeus, o que inclui, certamente, o conhecimento do Império Inca, ainda no século XV.

sociedades primitivas não têm o Estado porque o recusam, porque recusam a divisão do corpo social em dominantes e dominados. Com efeito, a política dos selvagens é exatamente opor-se o tempo todo ao aparecimento de um órgão separado do poder, impedir o encontro de antemão fatal entre instituição da chefia e exercício do poder [...] a fim de afastar, de conjurar o aparecimento em seu seio da desigualdade entre senhores e súditos, entre o chefe e a tribo. [...] Elas sabiam perfeitamente que, renunciando a esta luta, deixando de se opor às forças subterrâneas que se chamam desejo de poder e desejo de submissão, sem a liberação das quais não se poderia compreender a irrupção da dominação e da servidão, elas sabiam que perderiam sua liberdade. (CLASTRES, 2004, p. 150-151)

Tal consciência permanece viva nas sociedades indígenas contemporâneas. Não que isso signifique uma bandeira atual de luta, ou uma proposta destes povos para conversão às avessas da sociedade brasileira. Antes, neste momento, é apresentada apenas como um modo de vida antigo, ancestral, dos quais não vêm motivo para se desfazer: modo *natural*, — palavra do ocidente, que serve para os indígenas explicarem sua própria origem ao ocidente, tal como eles a concebem.⁷⁶

[...] somos sociedades que naturalmente nos organizamos de uma maneira contra o Estado. [...] não tem nenhuma ideologia nisso, somos contra naturalmente, assim como o vento vai fazendo o caminho dele, assim como a água do rio faz o seu caminho, nós naturalmente fazemos um caminho que não afirma essas instituições como fundamentais para a nossa saúde, educação e felicidade. (KRENAK, 1999, p. 30)

De fato, esse aspecto das sociedades ameríndias também explica o estranhamento que a desigualdade da sociedade europeia causou aos Tupinambá, quando tiveram a oportunidade de a conhecer na França, em visita à corte do jovem monarca Carlos IX na Normandia, encontro registrado por Michel de Montaigne em 1562.

⁷⁶ Na reunião já citada na aldeia indígena de Boca da Mata, um depoimento chamou atenção para esse aspecto: “Um dia uma pessoa me disse: eu sei de onde vieram os pretos, lá da África, sei também de onde vieram os brancos e os japoneses e todos os outros que vieram para o Brasil, de todas as partes do mundo, mas não sei de onde vocês vieram. Me diga então: de onde vieram os índios? Eu respondi pra ele: nós viemos da natureza daqui mesmo.”

Três dentre eles [...] foram a Rouen no tempo em que o falecido rei Carlos IX lá estava. [...] alguém perguntou-lhes sua opinião, e quis saber deles o que haviam achado de mais admirável [...]. Disseram [...] (eles têm um tal jeito de linguagem que chamam os homens de “metade” uns dos outros) que haviam percebido que existiam entre nós homens repletos e empanturrados de toda espécie de regalias, e que suas metades estavam mendigando-lhes nas portas, descarnados de fome e pobreza; e achavam estranho como essas metades [...] podiam suportar tal injustiça sem agarrar os outros pelo pescoço ou atear fogo em suas casas. (MONTAIGNE, 2000, p. 319-320)

Metades: mesmo que Montaigne se queixe de seu tradutor logo adiante — “Falei com um deles durante muito tempo, mas tinha um intérprete que me acompanhava tão mal...” (2000, p. 320) —, é possível perceber aqui uma manifestação clara da diferença entre as sociedades que ali se encontravam: na linguagem tupi se revelava uma *simetria* original, uma igualdade *natural* entre o sujeito indígena e seus *semelhantes*, com claras implicações no modo de exercício político destas sociedades.

Quando lhe perguntei que benefício recebia da superioridade que tinha entre os seus (pois era um comandante, e nossos marinheiros chamavam-no de rei) disse-me que era ser o primeiro a marchar para a guerra. [...] sobre se fora da guerra toda a sua autoridade expirava, disse que lhe restava esta: quando visitava as aldeias que dependiam dele, abriam-lhe trilhas através dos arbustos de seus bosques, por onde pudesse passar comodamente. (MONTAIGNE, 2000, p. 320)

De repente, o que afluía ali era a diferença política essencial dessas sociedades em relação às europeias — a ausência da função e dos privilégios de mando ⁷⁷ —, que coincidia com a revelação, para eventual espanto de alguns dos presentes mais atentos, da imagem da barbárie no seio daqueles que se julgavam os civilizadores — como se os espelhos recebidos nas terras distantes de repente se voltassem para seus criadores, mostrando um reflexo que até então pareciam não ver: a sujeição de todos a um poder *artificial*, correspondente à sujeição de várias das suas *partes não semelhantes* à violência da desigualdade, da pobreza, da fome. Como compreender uma sociedade dividida em partes — *partidos* — tão desiguais? Como seria possível,

⁷⁷ Pelo menos de um mais significativo que o eventual conforto para caminhar.

ainda, que estes povos deixassem suas vergonhas expostas, à luz do dia, sem qualquer pudor ou temor de reação?

Se Montaigne é o primeiro pensador de peso que se debruça criticamente sobre os costumes e ideias dos novos grupos humanos descobertos na América — inaugurando o que viria a ser conhecido como relativismo na filosofia moderna⁷⁸ —, seu grande amigo, Etienne de La Boétie,⁷⁹ terá sido o primeiro que tira desse encontro uma conclusão extrema e original para o pensamento político do ocidente, ao questionar, não apenas a “evidência natural” da divisão entre dominantes e dominados nas sociedades, mas o seu inusitado caráter voluntário. No *Discurso da Servidão Voluntária*, texto que passou para a história também como *Contra Um*,⁸⁰ Etienne de La Boétie antecipa, de fato, o enigma mais radical da filosofia política do ocidente: por que as sociedades abdicam de sua liberdade “natural” para se dedicarem voluntariamente à servidão? Como é possível “[...] que a maioria obedeça a um só, que não somente o obedeça, mas o sirva, não somente o sirva, mas queira servi-lo [...]” (CLASTRES, 1987, p. 109-110) — não por força de imposição externa, por medo de qualquer violência, mas por livre e espontânea *vontade*?⁸¹

Contra o que seria seu desejo, o questionamento radical de La Boétie se torna peça obrigatória da literatura engajada que compõe o caldo de cultura dos movimentos

⁷⁸ No livro 1 dos Ensaio, no texto *Dos Canibais*, Montaigne aborda os costumes indígenas brasileiros sem o mesmo julgamento “pela voz comum” de seus contemporâneos — razão pela qual é considerado o fundador da antropologia moderna: “[...] acho que não há nessa nação nada de bárbaro e de selvagem, pelo que me contaram, a não ser porque cada qual chama de barbárie aquilo que não é de seu costume; como verdadeiramente parece que não temos outro ponto de vista sobre a verdade e a razão a não ser o exemplo e o modelo das opiniões e usos do país em que estamos” (MONTAIGNE, 2000, p. 307).

⁷⁹ No mesmo volume, Montaigne nos apresenta o ensaio que tornou célebre sua relação com Etienne de La Boétie, ao lhe dedicar, após a morte deste, o belíssimo texto *Da Amizade*. Foi Montaigne, de posse do manuscrito completo do *Discurso da Servidão Voluntária*, que estabeleceu sua datação mais conhecida, quando a ele se referiu como “texto juvenil”, supostamente escrito aos 16 ou 18 anos. A pesquisa de Marilena Chauí (2000) sobre fontes citadas no *Discurso* desmente o autor dos Ensaio (seria um texto maduro, portanto), que pretenderia, provavelmente em acordo com o amigo, apartar a reflexão filosófica e radical de La Boétie dos conturbados fatos políticos de sua época, bem como das propostas regicidas que seu texto viria logo a suscitar.

⁸⁰ “Fora sua intenção [de Montaigne] publicar o *Discurso da Servidão Voluntária* no primeiro livro dos *Essais*. No entanto, os huguenotes se anteciparam e, em 1574, inseriram o texto num panfleto tiranicida, voltando a publicá-lo com o com o título de *Contr’Un* [...] em 1576.” (CHAUÍ, 1987, p. 176)

⁸¹ A hipótese de vinculação original do *Discurso da Servidão Voluntária* com o encontro de franceses e indígenas na Costa do Brasil, no início do século XVI, é também apresentada por Pierre Clastres, no seu ensaio sobre o texto de La Boétie (1987). Sua hipótese se torna ainda mais plausível com a datação do *Discurso* sugerida por Marilena Chauí (1987).

revolucionários dos séculos XVIII e XIX, na Europa continental.⁸² Ao admitir a possibilidade de outras manifestações de humanidade desvinculadas da ideia de desigualdade e obediência, além de refletir sobre os lugares de abrigo e caminhos conservação da liberdade, La Boétie rompe com o pensamento clássico para se posicionar no olho do torvelinho, na origem da vertente libertária da nascente filosofia política moderna.

O que diz La Boétie? Mais do que qualquer outro clarividente, afirma inicialmente que essa passagem da liberdade à servidão deu-se *sem necessidade*, afirma *acidental* [...] a divisão da sociedade entre os que mandam e os que obedecem. O que é designado aqui é [...] o momento histórico do nascimento da História, essa ruptura fatal [...], o acontecimento irracional que nós modernos nomeamos, de modo semelhante, o nascimento do Estado. [...] La Boétie opera uma distinção radical entre as sociedades de liberdade [...] e as sociedades sem liberdade, nas quais uns mandam e outros obedecem. [...] Resulta dessa divisão [...] que *toda sociedade dividida* é uma sociedade de servidão. (CLASTRES, 1987, p. 110-111).

Não interessa, no entanto, apropriarmo-nos do caráter panfletário que esse texto adquiriu ao longo da história, em virtude da compreensão superficial de seus propósitos, nem, tampouco, a via oposta, que coloca a reflexão de La Boétie no campo da metafísica política, ou da especulação “pura”, afastada da intenção e da ação, distante das possibilidades efetivas de sua apropriação por uma *praxis* libertadora.⁸³ O que continuamos a buscar aqui são as reflexões, conexões e *alianças transtemporais* aparentemente perdidas, capazes de contribuir efetivamente, no presente, para um

⁸² “Lido por protestantes, libertinos e ateus, mas também pelos poderosos do dia, como Richelieu, o *Discurso* [...] tornar-se-ia, nos séculos por vir, objeto de ‘leituras militantes’. Abandonado por certo tempo, o texto retorna à cena política durante a Revolução Francesa e, no século XIX [...], no curso das lutas proletárias. [...] A Revolução Francesa, sempre pronta a construir os ‘amigos’ e os ‘inimigos’ do povo para lhe roubar o direito de definir os primeiros e combater os segundos, deu a La Boétie o lugar que ele se recusara a ocupar: o do demagogo” (CHAUÍ, 1987, p. 178-179).

⁸³ Se há um pensamento que serve de orientação para superação deste falso dilema, este é o pragmatismo emancipatório da *Razão Sagaz* de Odera Oruka (1997, p. 24): “O africano tem que se mover para um futuro de liberdade. Se o passado e o presente lhe puderem oferecer sabedoria para alcançar este futuro, tudo bem. Se não, que vá para o inferno essa sabedoria do passado e do presente. (“*The African must move into a future of freedom. If the past and present can offer him wisdom to attain that future, well and good. But if they cannot, then to hell with the wisdom of the past and present.*”)

projeto de *Reinvenção da Emancipação Social* (SANTOS, 2006). Nesse sentido, interessa o pensamento de La Boétie, na medida em que este “[...] coloca uma questão totalmente livre por que liberta de toda ‘territorialidade’ social e política, e é porque sua questão é trans-histórica que somos capazes de ouvi-la.” (CLASTRES, 1987, p. 109-110). Se somos capazes de ouvi-la, pouco, no entanto, temos avançado no sentido de, a rigor, resolvê-la.

Qualquer reflexão ou ação emancipatória não pode avançar sem o enfrentamento frontal do enigma de La Boétie, sob pena de se encontrar sempre travada, senão ameaçada, pelo desejo coletivo da servidão voluntária, metade assimétrica de uma determinada *vontade de poder* que aqui tratarei como *positiva*: vontade de *mandar, liderar, dirigir* o outro. A esta pesquisa interessa, portanto, as possibilidades de superação apresentada pelo autor, mesmo que não se deixem revelar com facilidade num primeiro momento. Para tal compreensão, é necessário entender minimamente sua tese, que parte do pressuposto da *liberdade* e da *igualdade* inatas — *em todos os homens*.

[...] a natureza, essa ministra de deus e governante dos homens, fez-nos todos da mesma forma [...] para que nos entreconhecêssemos todos como *companheiros*, ou melhor, como *irmãos* [...]; e [...] se essa boa mãe [...] alojou-nos todos na mesma casa, figurou-nos todos no *mesmo padrão*, para que cada um pudesse mirar-se e quase reconhecer um no outro; [...] se ela nos deu a todos o grande presente da voz e da fala para convivermos e confraternizarmos mais, e fazermos, *através da declaração comum e mútua de nossos pensamentos, uma comunhão de nossas vontades*; e se tratou [...] de estreitar e apertar tão forte o nó de nossa aliança e sociedade; [...] se em todas as coisas mostrou que ela *não* queria tanto fazer-nos *todos unidos*, mas *todos uns* — não se deve duvidar de que sejamos todos naturalmente livres, pois *somos todos companheiros*; e não pode cair no entendimento de ninguém que a natureza tenha posto algum em servidão, tendo-nos posto todos em companhia. (BOÉTIE, 1987, p. 17, grifo meu)

Todos — não unidos, tampouco um: *uns*. La Boétie não se rendia a um pensamento ingênuo que demandaria uma unidade *a posteriori* da humanidade como pré-requisito de qualquer redenção. O plural inusitado não deixa, no entanto, qualquer

dúvida, ao denotar o valor positivo da diversidade humana, logo após se referir a um *mesmo padrão* — igualdade e liberdade (ou igualdade *na* liberdade) *inatas*. Ao incluir, aqui, também a *fraternidade* na sua equação — a amizade gerada no *entreconhecimento* permitido pela *fala*, no reconhecimento de um *companheirismo* e uma *irmandade* potencialmente universal — como mediadora dos dois outros termos, La Boétie pode ser considerado o verdadeiro autor de um desenho original: o da constelação que, posteriormente fixada no horizonte por Rousseau, nortearia os principais processos revolucionários do ocidente nos séculos posteriores, presente, hoje ainda, no primeiro artigo da declaração universal dos direitos do homem. E, não se detendo na determinação destes princípios, segue adiante na proposição de *meios* — “através da *declaração comum e mútua de nossos pensamentos, uma comunhão de nossas vontades*”: diálogo fraterno, entendimento, para revelação de *interesses e vontades comuns*.

Tendo fixado princípios e meios, o autor se volta para o detalhamento de seu espanto, ao constatar, não apenas a servidão por todo lado, mas a ausência de causa que possa ser imputada por qualquer fator externo, alheio à vontade desses mesmos homens. O estranhamento do autor não implica, de sua parte, em uma resposta direta, legível, imediatamente compreensível, a não ser a que já se apresenta no título: uma *vontade de servir* — bem entendido: *obedecer* — que traria consigo, como reflexo invertido, uma simétrica vontade de ser servido e obedecido: *vontade de mando*. O exercício retórico do autor, que chega a se mostrar enigmático e mesmo contraditório em uma primeira leitura, dificulta a identificação de uma solução para a questão aparentemente absurda que apresenta.

[...] gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, [...] tantas cidades, tantas nações suportem as vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhes dão, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo, que não poderia fazer-lhes mal algum senão quando preferem tolerá-lo a contradizê-lo. [...] Coisa extraordinária, [...] e porém tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sobre o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitados apenas pelo nome de um, de quem não

devem temer o poderio [...]. [...] que monstro de vício é esse que ainda não merece o nome de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza nega-lhe ter feito, e a língua se recusa a nomear? (BOÉTIE, 1987, p. 12-13)

O espanto é retórico — evasivo, para segurança do autor, por certo —, mas também *histórico* e, nesse sentido, só possível porque algo de novo havia sido então, há pouco, revelado. La Boétie só poderia considerar inusitada a servidão voluntária em todas as sociedades, caso pudesse imaginar “[...] a possibilidade lógica de uma sociedade que ignoraria a servidão voluntária.” (CLASTRES, 1987, p. 110). Se a existência de tal sociedade surge no horizonte como possibilidade, por lógica que seja, como explicar o aparecimento da servidão, dessa determinação universal tão afastada da condição natural da humanidade? Na busca de uma resposta: “[...] que mau encontro foi esse que pôde desnaturar tanto o homem [...] e fazê-lo perder a lembrança de seu primeiro ser e o desejo de retomá-lo?” (BOÉTIE, 1987, p. 19). *Retomar*, para que fique claro: não se trata aqui, em absoluto, de *retornar*.

Diferente de Jean-Jacques Rousseau, La Boétie não diz que tal sociedade talvez nunca tenha existido. Mesmo que os homens tenham perdido a lembrança dela, mesmo que ele, La Boétie, não alimente ilusões sobre a possibilidade de seu retorno, o que sabe é que, antes do mau encontro, esse era o modo de existência da sociedade. (CLASTRES, 1987, p. 112)

A hipótese do “mau encontro” também permanece sem solução no texto de La Boétie, mas talvez revele outra dimensão oculta: o que teria sido descoberto, em seu questionamento trans-histórico — ou ontológico, para a própria filosofia política — “é [...] que a sociedade na qual o povo quer servir ao tirano é histórica, que não é eterna e nem sempre existiu [...]” (CLASTRES, 1987, p. 110). Certamente, La Boétie estaria mais seguro sobre suas formulações originais se não apenas imaginasse, mas tivesse tido conhecimento — ou mesmo algum grau de contato — com tal sociedade. Pois não chegavam aos portos franceses, desde o início do século XVI, viajantes com notícias frescas destes povos onde “cada qual de si mesmo é senhor”? E não teve mesmo o

maior amigo a oportunidade de entrevistar um de seus “chefes”?⁸⁴ Como ainda observa Pierre Clastres (1987, p. 121), os povos da América aparecem no *Discurso* na forma de uma “alusão claríssima”.

A propósito, se porventura nascesse hoje uma gente novinha, nem acostumada à sujeição, nem atraída pela liberdade, que de uma e de outra nem mesmo o nome soubesse, se lhes propusessem ser servos ou viver livres, com que leis concordaria? Não há dúvida de que preferiria somente à razão obedecer do que a um homem servir [...]. (BOÉTIE *apud* CLASTRES, 1987, p. 121)

Nascimento da História, do Estado, das sociedades divididas, da servidão... Clastres estabelece uma conexão íntima entre o pensamento de La Boétie com o seu próprio — ou melhor, com o pensamento político ameríndio por ele *traduzido* (CLASTRES, 2004): somente nas sociedades não divididas entre mandantes e mandados, como nos povos indígenas encontrados na Costa do Brasil, seria possível a idéia de liberdade e igualdade e fraternidade inerentes à natureza humana, tal como a fórmula La Boétie.

Das reflexões de La Boétie derivam, pelo menos, dois caminhos possíveis de superação deste dano original que produz a servidão voluntária. Como princípio, a amizade, o abrigo privilegiado do amor, surge como o único lugar capaz de garantir um lugar político confortável para a igualdade e a liberdade — isto é, para a ausência de servidão —, compondo, assim, o tripé de sustentação de sua filosofia política emancipatória:

[...] o tirano nunca é amado, nem ama: a amizade é um nome sagrado, é uma coisa santa; ela nunca se entrega senão entre pessoas de bem e só se deixam apanhar por mútua estima; se mantém não tanto através de benefícios, como através de uma vida boa; [...] seria difícil encontrar um amor seguro em um tirano, pois, estando acima de todos e não tendo companheiro, já está além dos limites da amizade, cuja verdadeira presa é a igualdade, que jamais quer claudicar, e caminha sempre igual. (BOÉTIE, 1987, p. 35-36)

⁸⁴ La Boétie faleceu em 1563, ano seguinte ao registro da visita dos Tupinambá à corte francesa por Montaigne.

Tal seria a condição de existência de outro espaço para o exercício do poder, que Claude Lefort (1987) identifica como a *dimensão política da amizade*. Também Marilena Chauí (1987) centra na relação estreita entre *amizade* e *igualdade* como garantias da *liberdade* para a conclusão de seu ensaio sobre o *Discurso*. Observando que tal questão permeia todo o texto de La Boétie,⁸⁵ Chauí observa uma simetria funcional entre os termos da equação: não apenas a igualdade e a liberdade se colocam em perigo na ausência da amizade, mas também esta seria “[...] destruída quando a semelhança entre os pares é substituída pela hierarquia que separa superiores e inferiores” (CHAUÍ, 1987, p. 202). A servidão, dessa forma, seria fruto de um abandono imperdoável:

Teria bastado que cada um se conservasse senhor de si e servo de ninguém para que o desejo heterônomo não pudesse advir. [...] a liberdade não nos custa nada, basta desejá-la para tê-la, porque fomos feitos companheiros. Por isso, nem coragem e força do tirano, nem covardia e falta de fibra dos tiranizados engendram a servidão voluntária, mas apenas o esquecimento da liberdade pelo abandono da amizade. (CHAUÍ, 1987, p. 208)

Neste comentário de Marilena Chauí se revela também o segundo caminho para emancipação no texto de La Boétie, outro *meio* para uma *retomada* da autonomia: um simples querer, inverso ao da servidão, mas não mais do que isto: *vontade*. E, talvez, já seja legítimo determinar que aqui se trata de uma vontade de poder *negativa*, no sentido de seu significado: *vontade de não ser mandado*.

[...] não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; [...] não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar; [...] é o povo que [...] tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo, que consente seu mal — melhor dizendo, persegue-o. Eu não o exortaria se cobrar sua liberdade lhe custasse alguma coisa. [...] Se para ter liberdade basta desejá-la, se basta um simples querer, haverá nação no mundo que ainda a estime cara

⁸⁵ “[...] desde o início a amizade [...] estava ali, ao alcance do leitor, pois é ela que introduz, pelo negativo, a servidão voluntária e a tirania. Antes de mostrar de onde vêm o desejo de servir e o tirano, La Boétie nos diz que poderiam jamais ter vindo, pois teria bastado que cada um e todos não permitissem a elevação de um e que se, por violência, a isso tivessem sido forçados não lhe dessem mais do que lhe é devido” (CHAUÍ, 1987, p. 208).

demais, podendo ganhá-la com uma única aspiração [...]? (BOÉTIE, 1987, p. 14)

À liberdade e à igualdade, afiançadas pela amizade, se junta, portanto, uma vontade potente e emancipadora, sem deixar de ser singela. Uma vontade em tudo oposta à de servidão, incluindo seu caráter não violento — “[...] se não se lhes obedece, sem lutar, sem golpear, ficam nus e desfeitos, e não são mais nada, como o galho se torna seco e morto, quando a raiz não tem mais humor ou alimento” (BOÉTIE, 1987, p. 15). Este desejo, ao mesmo tempo *pacífico e revolucionário*,⁸⁶ não se volta diretamente para seus objetivos últimos, a igualdade e a liberdade. Antes, se direciona, negativamente, para o detentor do poder de mando, o *Um* contra o qual La Boétie redige seu *Discurso*: se está claro que o pensamento de La Boétie aponta para o *Príncipe* — não apenas o tirano⁸⁷ —, é mais que plausível pensar que sua reflexão, radical e rigorosa como é, não se contenta com o que vê à frente, mirando no que aquele representa, a origem da divisão: o próprio Estado.

[...] e de tantas indignidades [...] podeis vos livrar se tentais, não vos livrar, mas apenas querer fazê-lo. Decidi não mais servir e sereis livres; não pretendo que o empurrais ou sacudais, somente não mais o sustentai, e o vereis como um grande colosso, de quem subtraiu-se a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se. (BOÉTIE, 1987, p. 16)

A estrutura da equação de La Boétie é de grande interesse para o objetivo desta tese: a liberdade e a igualdade têm como pré-requisito a amizade, apoiada, por sua vez, no amor e na confiança. A partir desse ponto, para ser livre e igual, basta um querer específico: a vontade de não ser mandado, de não servir a qualquer outro que se coloque, ou seja colocado, em posição de superioridade — o que é bem diferente de *servir a um amigo*. Essa *vontade* é emancipatória em todos os sentidos: sendo fruto da

⁸⁶ Termo aqui entendido em sua acepção primeira — astronômica — de *retomada* de um estado original.

⁸⁷ “[...] La Boétie não estabelece distinções no interior do conjunto constituído pelas sociedades divididas: não existe bom príncipe que se possa opor ao mau tirano. [...] que importa que o príncipe seja de natureza amável ou cruel: ele, de qualquer forma, não é o príncipe a quem o povo serve?” (CLASTRES, 1987, p. 111)

amizade, é simultaneamente *vontade de não ser mandado* e *vontade de não mandar*, catalisadora singela e propulsora potentíssima de processos revolucionários — pois não poderia ser essa vontade, antes mesmo da *cibernética*, aquela que fundamenta os impressionantes e recentes processos de derrubada de governos que assistimos nos tempos recentes?⁸⁸

Com toda sua potência, no entanto, ainda não se ultrapassa os limites de uma vontade negativa de poder, isto é, não se constitui como projeto consistente e sustentado — ou permanente e sustentável — de emancipação e autonomia.⁸⁹ Somente avançando na construção de outra e legítima *vontade de poder*, podemos também avançar no que permanece ainda sem solução no texto de La Boétie: como garantir a continuidade e coesão de sua equação após uma eventual vitória revolucionária? Como garantir o tripé da amizade, igualdade e liberdade em sistemas permanentes de governo? A possibilidade de continuidade da equação revolucionária, da possibilidade mesma da consolidação de um *poder sem coerção*, ou sem violência, vinculada à ideia de seu compartilhamento, resiste como hipótese, plausível, mas ainda sem comprovação empírica. Teoricamente, no entanto, podemos imaginar, de imediato, esse caminho.

Se fosse possível falar de uma equação dialética em La Boétie, certamente a metáfora hegeliana do senhor e do escravo serviria para ilustrar sua situação de partida: a servidão voluntária do povo em par com a vontade de poder positiva do Príncipe — a não ser pelo fato de que não se trata de dialética, uma vez que não há oposição, no sentido de embate, antes uma situação de concordância conservadora, *resignada*. Se, no entanto, em virtude de uma discordância *indignada*, o primeiro termo se transforma na *vontade de poder negativa*, de não mandar ou ser mandado, poderíamos constituir uma legítima equação dialética que exprimiria bem o ponto de chegada de La Boétie: a

⁸⁸ As imagens das manifestações populares nos espaços públicos ocupados, no Egito, na Espanha, na Tunísia, ou no Brasil da década de 80, não deixam dúvidas quanto ao sentimento de fraternidade e sentimento de igualdade entre os que ali se encontravam — desconhecidos entre si, muitas vezes adversários, quando não inimigos — *abraçados*.

⁸⁹ Basta ver o desenrolar dos acontecimentos no Egito, com a ameaça de imposição da *sharia* após um processo eleitoral que não deixa de ser legítimo — o que caracterizaria perfeitamente um dos maiores riscos da democracia, acusados por Alexis de Tocqueville (1998): a *ditadura da maioria*.

possibilidade revolucionária de destituição do *Um*. Daí para frente, a equação se resolveria através da identificação e construção de sua síntese, o terceiro termo que aqui poderia ser chamado de *vontade de poder original*, ou *primitiva: vontade de comandar*, de auto-gerir o que há de comum em nossas vidas — dessa forma, auto e coletivamente *designadas*.

No princípio da autogestão, encontramos as sementes do que chamamos de vontade negativa de poder, enquanto, no princípio de co-mando, se encontra o gérmen da vontade positiva de poder. A fusão desses princípios gera a possibilidade de um *governo co-operativo* que não depende da inexistência da situação de partida, caracterizada pela servidão voluntária, ou pela existência do Estado, bem como de outros sistemas de poder operantes, uma vez que, ao contrário, avança adiante, para além dessa situação de fato, na conformação de uma convivência entre distintos paradigmas, tal como formulada por Thomas Kuhn (1998). O que nos interessa a partir de agora, portanto, é a possibilidade de uma vivência histórica, de uma realização geográfica, da incidência tópica desta vontade de poder, original e sintética, em um lugar presente, um território determinado, no tempo do agora.

Na trilha em que nos encontramos, vale lembrar que tanto os recentes experimentos revolucionários “sem cabeça” — os da Primavera Árabe ou os ocidentais, nela inspiradas — quanto o modo “pré-histórico” de autogoverno dos povos indígenas da Mata Atlântica continuam vivos no presente. E, se os primeiros ainda não foram capazes de engendrar um modo de governo igualitário, pelo menos podemos nos voltar para a experiência *primitiva*, com objetivo de algum aprendizado: na Amazônia, se encontram, hoje, inúmeros grupos indígenas que experimentaram o contato com os portugueses e franceses no litoral do Brasil no século VVI, e que ainda mantêm *íntegros* (mas não estáticos) seus modos de vida.

Nem precisamos ir tão longe: esse também é o caso dos Maxakali, que ocupam as cabeceiras de rios que deságuam nas terras Pataxó, dos quais se consideram amigos e parentes. Mesmo entre os Pataxó, que chegaram a perder sua língua e, com ela, boa parte de suas referências “culturais” ao longo do último século, é possível ainda observar a permanência de seu modo de decisão original. Assim, também observamos a

mesma atitude na vila histórica de Caraíva e entre os pescadores das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, cujos moradores nativos são, em sua maioria, descendentes dos povos indígenas que permaneceram na região.⁹⁰

A promoção de um *bom encontro* entre essas formas originais de pensamento político apontam para a plausibilidade de uma construção maior: um sistema de gestão territorial horizontal, não hierárquico, pluriprotagonista — fora do Estado e longe de suas regras, mas sem o desconsiderar como realidade hegemônica e complementar. Quando ainda lembramos o que o encontro entre o pensamento político ameríndio e a filosofia francesa do século XVI foi capaz de *desencadear* na história do Ocidente — como resultado de uma antropofagia às avessas, no sentido filosófico que lhe atribui Oswald de Andrade (1976)⁹¹ —, torna-se possível justificar uma animação que não pode, no entanto, se transformar na ingenuidade de uma proposta incompleta, de retorno ou de avanço, na direção da idéia de *anarquia* — com todo o respeito que esta merece.

Vacina antropofágica: é o índio que virá (que eu vi) nos emancipar de nós mesmos. Antes de sairmos a emancipar os outros (de nós mesmos), emancipemo-nos nós mesmos, com a indispensável ajuda dos outros. [...] não se trata de supor que, [...] possamos passar [...] a pensar como esses povos, invertendo a pulsão missionária irrefreável

⁹⁰ Tive oportunidade de observar o mesmo comportamento em três diferentes situações de negociação: a primeira, em 2005, quando tratávamos, com um grupo de indígenas da aldeia de Barra Velha, do valor de um serviço de restauração florestal em suas próprias terras; a segunda, em 2009, na negociação entre pescadores da RESEX Corumbau com a Veracel sobre o afastamento da rota das barcas desta empresa dos pesqueiros da Reserva; a terceira, quando da decisão sobre participação ou não das comunidades indígenas de Boca da Mata e Meio da Mata em processos de restauração florestal no Parque de Monte Pascoal. Diferentemente das demais associações comunitárias “não nativas” da região, em todo momento de debate, não se identificam lideranças claras ou qualquer tipo de hierarquia entre os presentes, homens e mulheres de todas as idades: todos têm a chance de manifestar publicamente suas opiniões, muitas vezes contraditórias entre si, mas sem qualquer limite de tempo ou censura, até o momento de uma decisão final. Nessa hora, todos se retiram (ou pedem a retirada dos demais) para uma discussão “interna” que demanda o tempo necessário para que se alcance algum consenso. Após o retorno, um “porta-voz” enuncia a decisão, sem que haja qualquer outra manifestação discordante. Também merece menção o grande rodízio de presidentes na Associação dos Nativos de Caraíva: basta que comecem a tomar decisões “da própria cabeça”, sem consultas à “comunidade”, são imediatamente substituídos, em processos de escolha nem sempre previstos nos estatutos da organização, o que constitui, para alguns dos parceiros “externos”, uma manifestação de desorganização, inconsistência ou fragilidade institucional — quando, na verdade, trata-se de seu exato oposto: a consistência histórica de um modo de organização ancestral e resiliente.

⁹¹ Ou *antropofagia simétrica*, compatível com a *antropologia simétrica* proposta por Bruno Latour (1994).

que nos faz pensar que, se não se trata mais de fazer os outros pensarem como nós, então devemos, nós, pensar como eles. O que podemos, e devemos, no mínimo e no máximo, é pensar com eles, levar, em suma, seu pensamento a sério — a diferença de seu pensamento a sério. É apenas pela acolhida integral dessa diferença e dessas singularidades que se poderá imaginar — construir — o comum. (CASTRO, 2011)

A construção do comum: não estaríamos tratando aqui, portanto, de uma nova concepção — menos etnocêntrica e mais plural, para dizer o mínimo — do *comunismo*? Certamente, sim, desde que não se atrelasse aos mesmos modos de atuação que levaram ao fracasso universal da revolução mundial, às seguidas derrotas frente ao liberalismo e ao fascismo social, que hoje parecem se impor, de forma hegemônica, nos mais diversos cantos desse mundo. Mesmo assim, apesar de todas as derrotas, parece que vivemos, por outros processos, inclusive, um momento de acelerada transição paradigmática, o que demanda, também, uma estratégia prudente para essa transição — que admite sua incapacidade de impor soluções universais e, ao contrário, enxerga positivamente a existência de uma diversidade de caminhos plausíveis para o exercício de uma emancipação efetiva: *sustentada e sustentável*.⁹² Dessa forma, o que temos condição de propor aqui é ir além da atual *co-existência* entre modos diversos, e mesmo antagônicos, de exercício de poder em um mesmo território, na direção inicial de uma *co-habitação* — multiplicação de oportunidades de diálogos e conversas cotidianas, consolidação de *hábitos de encontros* — capazes de se transformar em processos cumulativos de *co-operação*, ou co-gestão, configurando o desenho inicial do que aqui trataremos por *kratiadiversidade*.

Encontro, diálogo, amizade, cooperação: se há uma reminiscência que relampeja repetidamente na costa da Mata Atlântica, há mais de cinco séculos, é a deste *reencontro original* da humanidade, que apontava, em seus primeiros momentos, para a possibilidade da convivência fraterna entre povos que sequer sabiam da existência uns dos outros — ou, talvez, nem tanto assim.

⁹² Sustentada, na medida em que se apoia nas condições políticas, sociais, econômicas e “ambientais” — históricas e geográficas, portanto — efetivamente existentes. Sustentáveis, porque cuida, constrói e tenta garantir a viabilidade e sobrevivência das mesmas condições no futuro.

[...] narrativas [...] dos séculos XVII, XVIII, na língua de alguns povos que nem existem mais [...] já eram escritas em alemão, inglês, e distribuídas na Europa. [...] algumas [...] de dois, três, quatro mil anos atrás, [...] já falavam da vinda desse outro nosso irmão, [...] alguém que saiu do nosso convívio e nós não sabíamos mais onde estava. [...] nas narrativas antigas ele aparecia de novo como um sujeito que estava voltando para casa, mas não se sabia mais o que ele pensava, nem o que ele estava buscando. [...] E isso ficou presente [...], sempre nos lembrando a profecia ou a ameaça da vinda dos brancos como, ao mesmo tempo, a promessa de ligar, de reencontrar esse nosso irmão antigo. (KRENAK, 1999, p. 23-24).

Como é certo que em momentos específicos da história esse reencontro foi iniciado, também o é que nesses momentos não se encerraram: desde então vêm se desenrolando com implacável ímpeto, se manifestando, principalmente, como histórias coloniais de imposição de estados modernos sobre territórios de outros povos. Outras histórias, no entanto, continuam a pulsar em paralelo, muitas vezes sem registro, de forma que a possibilidade de novos encontros, reencontros e desencontros continua aberta.

Os fatos e a história recentes dos últimos 500 anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. [...] No amplo evento da história do Brasil o contato [...] acontece todo ano, acontece todo dia, e em alguns casos se repete, com gente que encontrou os brancos, aqui no litoral, 200 anos atrás, foram para dentro do Brasil, se refugiaram e só encontraram os brancos de novo agora, nas décadas de 30, 40, 50 ou mesmo na década de 90. Essa grande movimentação no tempo e também na geografia de nosso território e de nosso povo expressa uma maneira própria das nossas tribos de estar aqui neste lugar. (KRENAK, 1999, p. 25).

A consciência do reencontro humano, presente nos relatos ancestrais dos ameríndios, continua viva em narrativas contemporâneas, possibilitando, em cada *agora*, a sua recriação, como em um dia prometido: co-habitação, construção de uma sociedade comum, de alta diversidade cultural, em que a desigualdade não se

estabeleça como a única regra. Tal projeto coincide perfeitamente com a proposta de encontro transtemporal emancipatório — o *encontro secreto* entre diferentes gerações, imaginado por Walter Benjamin (1994), uma forma de também imaginar outra “grande movimentação no tempo e na geografia”.

[...] os brancos [...] trouxeram [...] nos últimos três, quatro séculos, [...] milhares de pessoas de outras culturas para cá. [...] temos recebido [...] esses povos [...] no nosso terreiro. Nós vimos chegar os pretos, os brancos, os árabes, os italianos, os japoneses. [...] Somos testemunhas da chegada dos [...] que vêm com antigüidade [...] de seis mil, oito mil anos. Nós não podemos ficar olhando essa história do contato como se fosse um evento português. O encontro [...] transcende a essa cronologia do descobrimento da América ou das circunavegações, é muito mais antigo. Reconhecer isso nos enriquece muito mais e nos dá a oportunidade de ir afinando, apurando o reconhecimento entre essas diferentes culturas e "formas de ver e estar no mundo" que deram fundação a esta nação brasileira, que não pode ser um acampamento, deve ser uma nação que reconhece a diversidade cultural, que reconhece 206 línguas que ainda são faladas aqui, além do português. [...] O encontro e o contato entre as nossas culturas e os nossos povos, ele nem começou ainda e às vezes parece que ele já terminou. (KRENAK, 1999, p. 27-28).

A reinvenção desse encontro continua a existir como objeto de desejo, tanto pelos que receberam os demais *povos* no continente quanto por setores minoritários da sociedade moderna ocidental. Se esses grupos chegaram a alcançar resultados políticos e sociais significativos em países da América Latina, onde a população que se reconhece como indígena é majoritária (Bolívia e Equador, por exemplo), nunca foram capazes, no entanto, de incluir essa questão como prioridade no debate ético-político da democracia brasileira. Mesmo assim, é possível reconhecer que essa demanda traz consigo associada um *roteiro*, colocado com clareza por Ailton Krenak — um equivalente mais pragmático e desenvolvido do misterioso “índice secreto”, inscrito no passado, do encontro transgeracional benjaminiano.

[...] existe um *roteiro de um encontro* que se dá sempre, nos dá sempre a oportunidade de reconhecer o Outro, de reconhecer na diversidade e na riqueza da cultura de cada um de nossos povos o *verdadeiro patrimônio que nós temos*, depois vêm os outros recursos, o território, as florestas, os rios, as riquezas naturais, as nossas

tecnologias e a nossa capacidade de articular desenvolvimento, respeito pela natureza e *principalmente educação para a liberdade*. [...] esse contato verdadeiro, ele exige [...] um esforço de ampliação e de iluminação de ambientes da nossa cultura comum que ainda ocultam a importância que o Outro tem, que ainda ocultam a importância dos antigos moradores daqui, os donos naturais deste território [...]. Esses gestos de aproximação e de reconhecimento [...] podem se expressar também numa, abertura efetiva e maior dos lugares na mídia, nas universidades, nos centros de estudo, nos investimentos [...] no acesso das nossas famílias e do nosso povo àquilo [...] que é considerado conquista da cultura brasileira [...]. (KRENAK, 1999. p. 28-29, grifos meus)

Verdadeiro patrimônio nosso: território, florestas, rios, tecnologia... mas, antes, a diversidade e a riqueza de cada povo que veio viver por aqui. Para Ailton Krenak (1999), o próprio reencontro humano é a maior herança comum, aqui gerada, aqui recebida. Com a mesma generosidade com que receberam e dialogaram com os europeus no século XVI, mesmo tendo sido expostos da pior maneira possível à barbárie colonial, que persiste como modo hegemônico de relação da moderna sociedade brasileira com os povos indígenas, representantes contemporâneos desses povos, contra todas as expectativas, mantém a confiança no reencontro humano, na possibilidade de co-habitação, de construção conjunta de uma nação diversa e igualitária: “Nosso encontro - ele pode começar agora, pode começar daqui a um ano, daqui a dez anos, e ele ocorre todo o tempo. [...] Quinhentos anos não é nada. (KRENAK, 1999, p. 29-31).

O roteiro do reencontro, apresentado por Ailton Krenak, no entanto, propõe uma prioridade enigmática: *“principalmente educação para a liberdade”*. Interessante notar esse destaque, a frente de tantos outros de grande importância no roteiro de Krenak, apresentado em seu discurso sem maiores explicações. Talvez outra passagem de seu texto nos auxilie na compreensão desta proposta.

Desde os primeiros administradores da Colônia [...], a única coisa que esse [...] Estado fez foi demarcar sesmarias, entregar glebas para senhores feudais, capitães, implantar pátios e [...] fortes [...]. Nossa esperança é que o desenvolvimento das nossas relações ainda possa nos ajudar a ir criando formas de representação, formas de cooperação, formas de gerenciamento das relações entre nossas sociedades, onde essas instituições se tornem mais educadas [...]. (KRENAK, 1999, p. 30)

Educação para a liberdade: educar as instituições modernas, *educar o Estado*, ensinar *o que é a liberdade*, idéia que se apresenta essencialmente vinculada a uma questão espacial (“glebas, feudos, pátios, fortes...”), ou melhor, à dimensão política do espaço — Estado, colônias, senhores, instituições. Com maior rigor, chegamos, portanto, a uma questão essencialmente *territorial*. Esta aproximação traz um desafio de extrema complexidade para a reflexão e ação em um espaço co-habitado por tantas diferentes e conflitantes lógicas de uso e ocupação da terra. O caso indígena, no entanto, apresenta uma lógica que não se encaixa no mapeamento das demais lógicas:

[...] quando penso no território do meu povo, não penso naquela reserva de quatro mil hectares, mas num território onde [...] as narrativas do meu povo vão acendendo luzes nas montanhas, nos vales, nomeando os lugares e identificando na nossa herança [...]. Esse fundamento [...], assim como o tempo do contato, não é [...] uma lei que a gente segue, nos reportando ao passado, ele é vivo como é viva a cultura, [...] como é dinâmica e viva qualquer sociedade humana. (KRENAK, 1999, p. 25-26)

Tal concepção de espaço amplia o desafio anteriormente colocado para o pensamento moderno: se já era difícil imaginar uma sociedade que se organiza sem estado ou outras formas de organização institucional, como agora refletir sobre território sem lançar mão da idéia do controle político — ou do *domínio* — do mesmo? E quando se trata de reconhecer o direito e a possibilidade de co-existência digna de diversos povos em seus lugares e territórios atuais — trazido não por qualquer teoria jurídica, mas por suas experiências históricas milenares —, como conciliar tais direitos no mesmo espaço?

Para avançar por este caminho, considerando a proposta de Odera Oruka aqui apresentada, certamente teremos que contemplar as falas, interesses e vontades de todos os grupos humanos que co-habitam o domínio da Mata Atlântica. Também teremos que avançar na resolução de conflitos e promoção de entendimentos duradouros, que a lógica hegemônica moderna, fundada na dualidade Estado / mercado, não conseguiu bem resolver. Tal avanço demanda um espaço-tempo que

ultrapassa em muito o deste momento da pesquisa — senão mesmo o de uma geração. O que é possível fazer de imediato é a realização de uma *ocupação pacífica* destes territórios, principalmente de seus lugares simbólicos mais representativos, através da promoção efetiva de novos encontros da humanidade, dentro dos princípios de uma cidadania horizontal, não hierárquica, pluriprotagonista. Trata-se, aqui, de algo impossível de ser feito no papel, mas, antes, demanda sua realização “[...] na interação concreta e vivida do ‘momento etnográfico’: as culturas se inventam ao se encontrarem, e encontros diferentes inventam culturas diferentes — não apenas ‘em teoria’, mas na prática real e política da interação [...].” (CASTRO, 2011)

A rota deste reencontro original da humanidade não necessita ser outra, senão a do roteiro já desenhado por Ailton Krenak: encontro cotidiano — todo dia, ou todo agora, apresenta uma oportunidade de recomeço e reinvenção de outra relação possível entre a humanidade e entre esta e as demais formas de vida; afinar, apurar o reconhecimento entre as diferentes “partes/metades da sociedade”, suas culturas e saberes, sua diversas “formas de ver e estar no mundo”; cuidar do território, das florestas, dos rios, das riquezas naturais, daquelas nossas tecnologias que se mostrarem capazes de um convívio amigável com a vida; educar nossos semelhantes e nossas instituições, para o exercício e usufruto da liberdade; revelar a importância do Outro, bem como dos moradores originais do território; tornar mais abertos a mídia, as universidades, os centros de estudo e os investimentos, possibilitando o acesso de todos às conquistas de uma cultura coletivamente reconstruída; ampliar e iluminar estes espaços comuns, inventando formas de representação, cooperação, de gestão das relações entre nossas sociedades capazes de transformar as instituições do Estado; criar e ampliar as possibilidades de acesso e interação pacífica nos territórios co-habitados e, finalmente, inventar a possibilidade de exercícios de territorialidades e soberania compartilhadas.

ESPAÇO E CIDADANIA: TERRITÓRIOS, ESCALAS, INTERSTÍCIOS

A possibilidade do exercício compartilhado de poderes para realização de interesses públicos parece demandar, tal como as demais formas de exercício de poder, tanto uma delimitação política do espaço — um *território* — quanto uma ordem de grandeza geográfica, um parâmetro de medida, um ajuste de foco: uma *escala*. O primeiro problema, por si só, já coloca para esta pesquisa uma questão de grande complexidade: o reconhecimento da existência simultânea de múltiplos territórios, ora sobrepostos ou concorrentes, ora divergentes e incongruentes.

Vinculados a múltiplos sistemas de saber, de diferentes modos de apropriação dos lugares, a noção de território não se desconecta jamais de seu fundamento político, por sua vez explicitado na proximidade etimológica identificada por Rogério Haesbaert (2007): simultaneamente “*terra-territorium*” e “*térreo-territor*” (terror, aterrorizar). Assim, na raiz deste conceito de delimitação espacial, encontramos juntos o poder e a violência, a que tanto se submetem seus ocupantes — que também, correntemente, o

praticam —, para garantia de uma determinada ordem interna, quanto com o que se ameaça os *outros de fora*, os estrangeiros, para garantia de uma ordem externa. Território se refere, inicialmente, portanto, a um *estado*, em sua forma hegemônica de existência na modernidade, bem como a um modo de dominação e exercício de governo específico — centralizado, exclusivo, *compreensivo*.

Nosso estudo, no entanto, busca encontrar outro conceito de poder compatível com outros modos de governo, não necessariamente vinculados à violência, o que exige uma abordagem mais plural do que o simples reconhecimento do território tal como entendido pelo paradigma da geografia política moderna: espaço de domínio do estado capitalista, conjugado com o princípio da propriedade privada da terra.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que almejamos. [...] Geograficamente falando, pensar multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes (ou "governanças") quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e mesmo em múltiplas funções (a "multifuncionalidade" econômica) [...]. (HAESBAERT, 2007, p. 43)

Ao conceito de multiterritorialidade apresentado por Rogério Haesbaert parte, portanto, do reconhecimento da existência simultânea de diferentes *modos de habitação política* do espaço — *territorializações*, nos termos do autor — constituindo as diferentes lógicas do exercício de poderes que configuram a multiplicidade de territórios em uma região determinada. Na região do Extremo Sul da Bahia, por exemplo, é possível a identificação de coexistência de, pelo menos, nove destes diferentes modos:

1. Modo *estatal*, a forma hegemônica de delimitação política territorial, determinada pelo Estado em suas diversas manifestações: *unidades*

federativas (União, estados e municípios), regiões de planejamento (Extremo Sul da Bahia, dividido em Costa das Baleias e Costa do Descobrimento), conjuntos de bacias hidrográficas (RPGAs), *Unidades de Conservação* (UCs) e Terras Indígenas (TIs), estas aqui consideradas em seu sentido restrito, delimitado pela legislação: terras *pertencentes à União para usufruto* de grupos e povos indígenas.

2. Modo *urbano stricto sensu*, a que corresponde à lógica hegemônica de habitação do espaço pela sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XX: metrópoles e cidades, distritos e pequenos núcleos urbanos ou semi-urbanos, submetidos às diversas lógicas de exercício de poderes — em convívio / conflito com a estatal —, superpostas, por sua vez, em um intrincado palimpsesto de territorialidades determinadas por diferentes classes, setores econômicos, etnias, gêneros, instituições, grupos e movimentos sociais que coabitam *a cidade*.
3. Modo *rural capitalista* da propriedade privada, a que corresponde à lógica hegemônica de uso e ocupação de terras no “campo”: a grande propriedade monocultora do capitalismo avançado, controlada por empresas (produtoras de celulose, no caso da região), a propriedades rural tradicional, familiar, geralmente também dedicada a monoculturas em menor escala.
4. Modo *rural familiar*, da pequena propriedade dedicada à agricultura de subsistência e produção básica de alimentos para o mercado local.
5. Modo *rural socialista* da propriedade coletiva, a que corresponderia a uma lógica contra-hegemônica de uso e ocupação de terras: territórios determinados por invasões, acampamentos, assentamentos e “expropriações” promovidas por movimentos sociais organizados — na região: MST, MLT e CONTAG.⁹³
6. Modo *ambientalista*, a que corresponderia a uma lógica “naturalista” de territórios determinados tanto por formações biológicas “originais” quanto

⁹³ MST: Movimento dos Sem Terra; MLT: Movimento de Luta pela Terra; CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

por lógicas de estudo e intervenção a elas vinculados: domínios, biomas, ecossistemas, nichos, bacias hidrográficas, *hotspots* e corredores ecológicos.

7. Modo *patrimonialista* — ou *canônico*, tal como definido por Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 76-77) — a que corresponderia a uma lógica de determinação de territórios *tombados*, vinculados à idéia de *herança* — “material” ou “imaterial”, “cultural”, “natural”, “histórica” ou “artística” — seja da sociedade brasileira, seja da humanidade: Sítio do Patrimônio Mundial Natural, Reserva da Biosfera, Sítio do Patrimônio Histórico Nacional do Descobrimento, núcleos “históricos” de cidades e vilas.
8. Modo *comunitário*, ainda presente em algumas comunidades nativas e quilombolas, determinado pelo uso compartilhado para atividades extrativistas de espaços tradicionalmente “sem donos” — florestas, rios e mangues, além do próprio mar.⁹⁴
9. Modo *indígena*, a que corresponderia a uma lógica determinante de amplas extensões territoriais originais ainda reconhecidas por alguns destes povos. Tais territórios não se confundem com as atuais “reservas indígenas”, determinadas pela mesma configuração e limites rígidos das propriedades rurais privadas, pelas quais estão cercadas.

Se a superposição conflituosa destas lógicas conforma o paradigma não hegemônico da multi territorialidade, a questão que aqui nos interessa é a possibilidade da existência de um *território comum* para o exercício de formas compartilhadas de habitação e co-gestão, nos interstícios deste embate. Tal existência deve, necessariamente, ser complementada pela possibilidade de manifestação de interesses comuns entre alguns dos modos — ou mesmo de interesses consensuais, comuns a

⁹⁴ No início da década de 1980 ainda era possível conhecer algumas “terras sem dono”, em que se observava o uso compartilhado do solo também para atividades agropecuárias — roças e pastos comunitários — além de áreas sem uso econômico específico (*areais*, *muçunungas*, *campos de mangabas*...) posteriormente “invadidas” e “loteadas” para venda aos “turistas”, junto às vilas históricas da região. Alguns desses espaços sobrevivem na região como exceção à regra geral da propriedade privada, tanto nas terras indígenas quanto em antigas posses familiares coletivas de pequenos grupos nativos.

todos os modos —, de tal forma que pudesse ser considerada como interesse público efetivo.

A segunda demanda colocada para o compartilhamento de poderes — *escalas* — é também objeto de acalorado debate no âmbito das teorias de ação social e atuação política. A porta de entrada neste debate é o lugar, espaço banal do cotidiano e do *habitar*, como o tratam Milton Santos (1994) e Henri Lefebvre (1999). Do outro lado da escala, o global é colocado como oposição óbvia, sendo que, em diversos autores, pelo menos um nível intermediário se apresenta entre os dois supostos opostos. O exercício do poder estaria, portanto, determinado pelas escalas ou níveis em que — ou onde — são exercidos. A escala do lugar é a única em que a reflexão teórica contemporânea admite a possibilidade da existência de um poder coletivo imediato — ou de um *domínio* apartado da noção de *dominação*. Por isso, vários autores investem nessa escala, no nível do cotidiano, ou do *habitar*, como possibilidade de *resistência* à ordem do global, do transnacional.

Henri Lefebvre (1999, p. 77-82), por exemplo, define três níveis ou dimensões do fenômeno urbano: um nível *global*, um nível *misto* e um nível *privado* (*G*, *M* e *P*). No nível global se exerceria o poder político — nível do Estado, das relações mais gerais e abstratas, do mercado de capitais, da política do “*espaço institucional*”, do *global*. O nível *M* (“misto, mediador ou intermediário”) seria aquele da cidade, na forma como a entenderia o senso comum, o nível “especificamente urbano”. Mas é no nível *P* “[...] considerado (equivocadamente) modesto, senão negligenciável [...]” que encontramos de imediato a possibilidade de manifestação de uma forma de poder cotidiana, disponível como possível modelo de gestão compartilhada de um determinado espaço. Ao contrapor o *habitar* ao *habitat*, Lefebvre sai em defesa do primeiro, acusando no segundo o caráter redutor que reduziria o “ser humano” a alguns “atos elementares”: comer, dormir, reproduzir-se.

Para reencontrar o *habitar* e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir aquém do “vivido” do habitante em direção ao não-conhecido e ao desconhecido da cotidianidade — e além, em direção à teoria geral, à filosofia e à metafilosofia. Heidegger assinalou o caminho dessa restituição ao

comentar as palavras esquecidas ou incompreendidas de Hölderlin: “O homem habita como poeta.” Isso quer dizer que a relação do “ser humano” com a natureza e com a sua própria natureza, com o “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê. [...] O “ser humano” [...] só pode habitar como poeta. Se não é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. (LEFEBVRE, 1999, p. 81-82)

A recriação poética do espaço habitado pelo homem, “fabricada à sua maneira” desde o próprio corpo até as fronteiras do lar, ultrapassando-as em direção dos espaços vizinhos, seus lugares cotidianos, pode ser considerada como uma manifestação original do poder do cidadão sobre aquilo que lhe compete — sua vida. Nesse nível, o paradigma dominante de exercício do poder encontra certa dificuldade para se impor como teoria absoluta, o que quer dizer que a contestação teórica da existência de outra forma de poder, que não passe pela violência e *derrota do outro*, se torna também mais problemática. Na escala do lugar, as potências poéticas do afeto, amizade, reconhecimento, cooperação e solidariedade ganham chance de existência. É, portanto, no nível do *habitar lefebvrino*, que encontramos vivo, abrigado e protegido, o poder *imediate* da cidadania. No *lugar habitado* não se fala *apenas* de luta e resistência: ao cidadão habitante interessa antes a arte — criação e fruição, reinvenção do mundo no ato poético — de ler e escrever a própria vida.

Tal condição do lugar não significa isenção de perigos: a colonização do espaço-tempo cotidiano, a transformação dos lugares, da vida afetiva e das relações de reconhecimento e solidariedade em mera repetição de ações produtivas, é uma ameaça constante desde o surgimento da moderna cidade industrial. A tentação de equacionar uma forma de resistência contra-hegemônica fundada no conceito de *identidade* não parece ser, no entanto, um caminho profícuo. A valorização da identidade local coloca em risco a possibilidade da *assimilação solidária do outro*, transformado em estrangeiro, imigrante, outro adversário (se não outro inimigo) para aplicação do paradigma dominante de poder.

[...] há, no momento, um recrudescimento de alguns sentidos muito problemáticos de lugar, dos nacionalismos reacionários aos localismos

competitivos ou às obsessões introvertidas com a “herança”. Precisamos, portanto, pensar no que pode ser um sentido adequadamente progressista do lugar, aquele que seria adequado aos tempos globais-locais atuais e aos sentimentos e relações que esses tempos fazem emergir, e que seriam úteis no que são [...] disputas políticas muitas vezes baseadas no lugar. A questão é de que modo manter a noção de diferença geográfica, de singularidade e até mesmo de enraizamento, se as pessoas o quiserem, sem ser reacionário. (MASSEY, 2000, p. 181-182)

Doreen Massey coloca com precisão a necessidade de manutenção da singularidade, essencial como alternativa à real ameaça de padronização do mundo, sem que isso signifique a construção de novos muros e limites identitários, demarcações simbólicas significativas de “[...] uma outra maneira de construir uma contraposição entre ‘nós’ e ‘eles’.” (MASSEY, 2000, p. 182). Tal posicionamento pode ser considerado como pré-requisito para uma formulação de poder local articulado a escalas globais.

A articulação desse poder habitual, que nasce do próprio hábito de exercê-lo no cotidiano, de forma transescalar, exige a extensão da inversão originalmente proposta para as demais escalas de manifestação de poder. Tal como afirma Milton Santos, “Por enquanto o lugar [...] é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas.” (1994, p. 19) O autor ainda identifica o lugar como a única possibilidade de abrigo de relações *horizontais*, de vizinhança e afetividade cotidiana, capazes de opor resistência às formas de relação *verticais*, determinadas pela escala do capitalismo global. Ao invés de se propor apenas uma *resistência* do / no local diante do global, mais adequado será, no entanto, propor uma *habitação* dessas outras escalas não locais — isto é, a transformação poética das mesmas. Não seria esse também o sentido da procura de Doreen Massey (2002) por um conceito “progressista” do local, para articular a possibilidade de “um sentido global do lugar”?

Este poderia ser um caminho que atenderia, também, à demanda de Milton Santos, para quem deveríamos, “[...] ao pensar na construção de novas horizontalidades [...] encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa [...] e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o

homem na sua dignidade.” (SANTOS, 1994, p. 20). Tal seria um caminho a ser trilhado como contra-tendência: “A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente, e tudo é feito para isso, em toda parte. [...] Mas os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais [...]” (SANTOS, 1994, p. 19).

É até possível encontrar manifestações espontâneas desta expansão da lógica afetiva do lugar, vinculadas à ideia de *identidade regional*, tal como a do sertanejo, do catalão ou do galego, entre tantas nos muitos cantos do mundo. Tal expansão interconecta, de fato, diversas localidades em uma ordem de afetividade regional, que poderia se apresentar como candidata natural para abrigar o exercício de outra lógica de poder transescalar. Esse caminho, no entanto, não parece superar o perigo da identificação do outro como adversário-inimigo, ao contrário: é nessa instância regional, às vezes amalgamada com a ideia de *pátria*, que pode se manifestar com mais força a xenofobia, o racismo, entre outras formas de *ódio pelo outro*, “justificado” pela mesma herança identitária denunciada por Doreen Massey.

Por outro caminho, Milton Santos se mostrou atento às transformações recentes do espaço-tempo, bem como às implicações profundas no campo teórico: “[...] impõe-se uma nova situação histórica, a que ando chamando de produção da *universalidade empírica* [...]. O mundo [...] é perceptível [...] em todos os lugares. O processo de construção da teoria pode fundar-se [...] muito mais no empírico, no realmente existente.” (SANTOS, 2000, p. 41-42). Por este rumo, torna-se possível defender a existência de uma alternativa de atuação política e social antes difícil de ser colocada em prática: a habitação empírica e simultânea de múltiplas escalas. Milton Santos parece intuir a possibilidade e nos oferece uma interessante estrutura de reflexão, apesar de ainda submetê-la ao paradigma único do embate, no espaço intermediário entre o local e o global.

[...] encontramos no território [...] novos recortes [...] resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. [...] As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, [...] lugares vizinhos reunidos por uma continuidade

territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. (SANTOS, 1994, p. 16)

À dualidade horizontal-vertical Milton Santos sobrepõe um conflito supostamente existente entre dois conceitos característicos de espaços-tempo diferentes, gerados em épocas e campos teóricos também diferentes. De François Perroux, o autor retoma a ideia de *espaço banal*, correspondente à intimidade horizontal, por todos habitada cotidianamente, para que seja confrontada à ideia de *rede*, que materializaria a verticalidade, numa geometria habitada de forma seletiva, derivada do controle político da técnica, da política e do mercado pelas classes dominantes.

Além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos [...] porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmo pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1994, p. 16)

O redesenho do território se daria como resultado da luta entre (apenas) duas lógicas contemporâneas: “A arena de oposição entre o mercado [...] e a sociedade civil [...] é o território, em suas diversas escalas.” (SANTOS, 1994, p. 19). Nesta oposição, Milton Santos parece também não enxergar outra possibilidade que não seja a do embate, o que o impede de perceber outro potencial emancipatório em seu próprio pensamento. A possibilidade de inter-relação, interdependência, ou mesmo de um acordo conceitual, entre as noções de espaço banal e de redes só não parece ser possível porque foram colocados, *a priori*, como opostos em um teórico campo de batalha.

Há um conflito que se agrava entre o espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e o espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante [...] que chegam com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los. Daí o

interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. (SANTOS, 1994, p. 18)

Em um trabalho mais recente, Milton Santos retorna à estrutura da dualidade em confronto, mas agora antevendo a possibilidade de sua superação dialética, vislumbrando a potência revolucionária de um terceiro termo — sem, no entanto, explicitar os modos como esse se imporia ao paradigma dominante da dualidade.

[...] as verticalidades perturbam as horizontalidades — embora as horizontalidades também perturbem as verticalidades — porque as primeiras visam à eficácia e agem com este sentido sobre as segundas. Esse jogo explica a realização do global e do local, um jogo entre o local, que busca o sentido, e o global, que busca um resultado. Acho que essa é uma porta de entrada para a discussão sobre a globalização. É igualmente a possibilidade de uma visualização de um futuro possível. É, talvez, dessa dialética que as populações retirem o entendimento de sua verdadeira situação e cobrem fôlego para ampliar seu grau de consciência. (SANTOS, 2000, p. 53-54)

Ao mencionar a demanda pela ampliação do “grau de consciência”, abre-se uma porta para a não aceitação passiva, por parte das “populações”, do paradigma exclusivo a elas imposto pela mentalidade colonizadora: a competição e a guerra como únicos caminhos possíveis de emancipação. Pois, passados mais alguns anos, não parece existir o menor sentido na limitação inicialmente imposta pelo autor, que vincula a existência de redes e da verticalidade apenas ao poder hegemônico.

A possibilidade de conexão entre as mais diversas formas de atuação política, ou de exercício da cidadania, vem se somar à possibilidade de abordagens teóricas e empíricas que não se detêm ou se limitam a alguma escala determinada. Nesse sentido, também parece caminhar a reflexão de Carlos Vainer (2002), que denuncia certa ingenuidade daqueles a que chama de “localistas” e de “globalistas”, sem esquecer dos “nacionalistas”, na disputa para a melhor resposta à sua pergunta original: “[...] qual a escala pertinente (ou prioritária), seja para a análise econômica e social, seja para a ação política eficaz?” (VAINER, 2002, p. 14). A conclusão do autor aponta um caminho

profícuo, ao identificar a insuficiência de qualquer ação que se limite a apenas uma escala determinada, voltando-se para uma proposta de *estratégia transescalar*.

As escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objeto de confronto, como também [...] a definição das escalas prioritárias em que os embates se darão. [...] qualquer projeto [...] de transformação [...] exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos. Desta perspectiva, o que faz a força das corporações multinacionais está menos em sua globalidade que em sua capacidade de articular ações nas escalas global, nacionais, regionais e locais. (VAINER, 2002, p. 25)

Não é a toa que o exemplo das corporações deve ser invocado como demonstração de força —, pois o que poderíamos encontrar como exemplo similar de força oposta, seja no campo dos estados nacionais, das instituições estatais transnacionais ou dos próprios movimentos sociais? Onde estariam, portanto, os exemplos de poder e eficácia, dos quais o cidadão não pode abrir mão, sob pena de continuidade pelo caminho único da dependência heterônoma? Para Milton Santos, o ponto de partida para uma resposta contra-hegemônica parece se situar também em uma escala ampliada do lugar — não necessariamente na vizinhança imediata do “espaço banal”, mas no âmbito do que Lefebvre trata como escala *mediadora*.

[...] a cidade é multidimensional. [...] Ela reúne pessoas das mais diversas origens, dos mais diversos níveis de instrução, de riqueza, de entendimento. Constitui-se em um lugar em que é possível uma mistura de interpretações mais ou menos corretas do mundo, do país e do próprio lugar. Há uma enorme riqueza de perspectivas. A vizinhança obriga as pessoas a se compararem e a se perguntarem sobre as suas diferenças, seja ela próxima ou distante. Essa já é uma indagação de natureza política. E ainda que nem sempre seja possível às pessoas uma interpretação sistêmica, há um desejo de ultrapassar a própria situação. Isto, sem dúvida, pode se manifestar pela violência. Mas a violência também é [...] um discurso, aliás, peculiar na sociedade em que vivemos. [...] Mas ela também aponta para uma *vontade de entendimento*, pedindo que se explique o que está se passando, de modo a alicerçar um *entendimento* que *produza sentido*. Por enquanto esse sentido é expresso pelos “rapistas”, pelos compositores, e por alguns intelectuais, e muito menos pelos políticos. Daí essa desafeição que os pobres, e agora a classe média, têm pela

política. Há uma *demanda por outra política*. (SANTOS, 2000, p. 60, grifos meus)

A perspicácia madura de Milton Santos vincula umbilicalmente a demanda geral por outra política a uma *vontade de entendimento*, capaz de *fazer sentido* para os que *demandam outra política*, enquanto manifestam sua desafeição por esta. Na sua formulação, o autor torna possível pensar que, com o emprego do duplo significado da palavra *entendimento* (compreensão e acordo), pode se alcançar uma política que *faça sentido*, que se coloque como real alternativa ao pensamento colonial. O primeiro sentido do entendimento aponta para a urgência de se compreender, com maior profundidade e clareza, os impasses teóricos e práticos colocados pelo paradigma hegemônico, em todas as escalas, a não ser na do lugar, onde ainda “resistiria” às forças da globalização do mercado, ou de seu aliado, o estado capitalista. O segundo sentido revela a possibilidade de uma *atitude de governo* por parte do cidadão, nas diversas escalas hoje disponíveis para sua atuação como habitante, senão como gestor e planejador de um determinado território.

Nesse rumo, passa a fazer sentido a possibilidade de existência de *espaços livres*, disponíveis para atuação de *cidadãos como governantes*, sem que isso signifique substituição ou competição com o poder público. Podemos considerá-los *territórios não estatais*, espaços políticos delimitados por fronteiras desenhadas por outra geografia política, que não se limite à separação dos estados nacionais e suas unidades territoriais instituídas. Estes *espaços intersticiais* (*hotspots*, corredores ecológicos, Reservas da Biosfera, Sítios do Patrimônio Mundial, Mosaicos...), *terras sem dono*, além de territórios de investigação e mobilização social, têm se transformado em palco para atuação de importantes atores chamados *não governamentais*. Assim ainda se denominam porque talvez não percebam que hoje atuam como planejadores e gestores territoriais, em projetos de alto interesse público, como *governantes de fato*, em cooperação com instâncias do Estado — o que configura a situação de compartilhamento da gestão pública, a partir da noção original de *entendimento*, fundamental para qualquer processo de *governo*.

Tal situação se apresenta como oportunidade para inovação em planejamento e gestão territorial — ou ensaios de cidadania e governo —, onde portas se abrem para coexistência de horizontalidades e verticalidades criativas, habituais, poéticas. Nestes territórios, relações de solidariedade e cooperação podem passar também a se estruturar em rede, em uma transformação totalmente coerente com o advento da universalidade empírica preconizado por Milton Santos. Uma horizontalidade planetária também ganha condições de existência, na medida em que cidadãos de diferentes lugares se encontram em movimentos políticos transnacionais e em projetos de gestão compartilhada em territórios coletivamente inventados, designados. Desta forma, amplia-se o campo de possibilidades para novas formas de atuação social e política em redes pluridimensionais, integradoras de práticas horizontais e verticais, em uma síntese que avança para a possibilidade de atuação em redes transescalares — mesmo que as contradições do passado ainda não tenham sido superadas, ou mesmo totalmente explicitadas.

PODERES DA CIDADANIA: *KRATIADIVERSIDADE*

A construção da síntese intuída por Milton Santos pode pleitear sua inserção crítica em um contexto mais amplo: o projeto de *Reinvenção da Emancipação Social*, tal como formulado por Boaventura de Sousa Santos (2006; 2007). O autor propõe estruturar essa possibilidade em três níveis — o epistemológico, o teórico e o político — através de equações complementares com objetivo de conexão e sustentação de práticas emancipatórias em territórios diversos, com ênfase de observação nas experiências em países do Sul. Nesse caminho, concordando com os objetivos e mesmo fazendo uso da estrutura teórica do projeto, pretendo desenvolver alguns termos destas equações, visando propiciar melhores condições de viabilidade para os experimentos sociais aqui estudados. Neste sentido, apresento uma questão que tenta, seguindo o autor, “[...] incidir mais sobre o que nos une do que sobre o que nos separa” (SANTOS, 2006, p. 38-39).

[...] temos hoje muitas teorias e práticas de separação e de vários graus de separação. Pelo contrário, carecemos de teorias para unir e

esta carência torna-se particularmente grave num momento de perigo. A gravidade desta carência não está nela mesma, mas no fato de coexistir com uma plethora de teorias da separação. O que é grave é o desequilíbrio entre as teorias da separação e as teorias da união. (SANTOS, 2006, p. 84).

Uma *teoria e prática de união* que hoje se façam úteis pressupõem, como já observa o autor, o reconhecimento da *diversidade* do mundo como valor intrinsecamente positivo. Não se trata aqui, portanto, da tentativa de abolição ou desconsideração das fronteiras entre os diversos planos e campos, mas, ainda seguindo sua proposta original, de conceder maior atenção às aberturas que aos limites, ou à valorização da *permeabilidade* de tais fronteiras.

A fronteira coloca-se a frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece indicar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, está *voltado para dentro*, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está *voltada para fora*, como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. (HISSA, 2002, p. 34).

A adoção deste conceito de fronteira permite verificar o que parece ser um primeiro desvio em relação ao projeto original de Boaventura de Sousa Santos, concebido a partir da reflexão sobre a experiência dos diversos movimentos e organizações responsáveis pelas sementes do que seria a globalização contrahegemônica, que se manifestaria, em potência, na experiência do Fórum Social Mundial. Tal como apresentado, o chamado à união neste projeto não se faz de forma indiscriminada; antes, se dirige àqueles que já se identificam em um mesmo campo ampliado que, apesar da enorme diversidade interna, se reconhecem na divergência em relação ao modelo hegemônico de globalização conservadora. Este projeto não parece, portanto, se abrir, de início, a possibilidades de intercâmbio com territórios tidos como adversários — ou mesmo inimigos — na arena política. Parece tratar-se, antes, da proposta de uma ambiciosa *aliança*, baseada na intenção de solidariedade *limitada*, nos termos de Cássio Hissa, entre potenciais aliados, para o enfrentamento democrático do

campo político conservador — o que explica a ausência de qualquer aceno *para fora* do território aliado, em busca de conversas, ou negociação de qualquer acordo.

Ora, das “[...] áreas temáticas em que mais claramente se condensam os conflitos Norte-Sul [...]” identificadas por Boaventura de Sousa Santos,⁹⁵ nossa investigação se interessa por — e participa de — experiências de “*proteção da biodiversidade e diversidade epistêmica do mundo*”. Da lista apresentada pelo autor, este é o único tema em que se verifica alto risco de *irreversibilidade* nos casos de perdas — que continuam a ocorrer de forma acentuada. Por qualquer ângulo que se veja, portanto, o tema demanda uma *urgência* e uma *prioridade* inusitadas. A observação de George Martine (1993, p. 23-24), em relação à biodiversidade, certamente também é válida para o caso da perda de etnias, línguas, saberes e conhecimentos. Para ele, em qualquer hierarquia em que se enquadrem os problemas ambientais, a abordagem de fenômenos que implicam em “danos irreversíveis e irreparáveis para a humanidade” devem estar no topo da lista, como as que demandam maior celeridade e efetividade.

O primeiro desvio surge, portanto, de uma situação de fato em relação à área temática, que se soma à urgência por ela determinada: a diferença de crenças, interesses e atitudes dos vizinhos, além-fronteiras, cuja participação, no entanto, é tão urgente quanto incontornável. O tema *exige* que os protagonistas dos experimentos se dirijam, de imediato, a sujeitos e territórios *adversários*, quando não *inimigos*, na disputa política. Ora, como efetivar tal aproximação estratégica, incontornável, de outra forma que não seja *pacífica*? A interrogação e a proposta de solução aqui apresentadas se dirigem, portanto, não apenas aos que atuam nestes experimentos ou aos sujeitos de conhecimento que tratam da emancipação, mas a um *outro* que não se reconhece, de início, com as mesmas preocupações, princípios e intenções desses nossos campos. Trata-se, assim, de um projeto de visita, encontro, escuta, diálogo e negociação, que inclui o suposto *oponente como interlocutor privilegiado*, com o objetivo de se chegar a

⁹⁵ “[...] democracia participativa; sistemas de produção alternativos e economia solidária; multiculturalismo, direitos coletivos, pluralismo jurídico e cidadania cultural; alternativas aos direitos de propriedade intelectual capitalistas e proteção da biodiversidade e diversidade epistêmica do mundo; novo internacionalismo operário” (SANTOS, 2006, p. 93).

um acordo mínimo — provavelmente de âmbito restrito, mas, necessariamente, de interesse comum: algo mais próximo de um *pacto* que de uma aliança.

Nesse caminho, voltamos nossa atenção para o projeto de reinvenção proposto, no ponto em que este se manifesta como *crítica da racionalidade moderna* — ou dos componentes que a tornam *razão indolente* — estruturada como críticas da *razão metonímica* e da *razão proléptica*. Tais figuras não seriam componentes de um mero “[...] artefato intelectual ou um jogo, mas a ideologia subjacente a um brutal sistema de dominação, o sistema colonial” (SANTOS, 2006, p. 98). A esta razão indolente é proposta a alternativa da *razão cosmopolita*:

[...] procedo a uma crítica deste modelo de racionalidade a que, seguindo Leibniz, chamo *razão indolente* e proponho os prolegômenos de um outro modelo, que designo como *razão cosmopolita*. Procuo fundar esta [...] em três procedimentos meta-sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. (SANTOS, 2006, p. 94)

A *sociologia das ausências*, resultado da *crítica da razão metonímica*, afirma que “o que não existe” é, na verdade, “[...] produzido [...] como não existente [...]”, como “[...] alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo.” (SANTOS, 2007, p. 29) Ao identificar cinco *modos de produção de ausências*, ou *monoculturas*, o autor propõe a alternativa de cinco *ecologias*,⁹⁶ que se manifestam, simultaneamente, como processos de *ruptura e aproximação*: ruptura com o pensamento único, com as hierarquias, por ele produzidas, em relação aos demais modos de existência;

⁹⁶ À *monocultura do saber e do rigor*, que considera a ciência moderna como única forma válida de conhecimento, se oporia a *ecologia dos saberes*, a promoção de um reencontro produtivo da ciência com a diversidade epistemológica do mundo. A *monocultura do tempo linear*, geradora de uma assimetria entre povos *desenvolvidos* e *atrasados*, seria contraposta à *ecologia das temporalidades*, que permitiria a expansão do presente no reconhecimento de novas constelações temporais. A *monocultura da naturalização das diferenças*, na qual a cada diferença corresponde uma hierarquia, seria superada pela *ecologia do reconhecimento*, processo de *descolonização das mentes* que permitiria aceitação das diferenças após o descarte das hierarquias. A *monocultura da escala dominante*, que privilegia o universal e o global sobre as demais escalas geográficas, se opõe a proposta de uma *ecologia da transescala*, a possibilidade de articular os projetos de emancipação simultaneamente em níveis locais, nacionais e global. A *monocultura do produtivismo capitalista*, em que a noção de crescimento e a exigência de eficiência, tanto do trabalho humano como da natureza, descartam modos alternativos de produção, teria como oponente a *ecologia das produtividades*, a valorização dos sistemas “[...] que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditou” (SANTOS, 2007, p. 36).

aproximação, tradução, diálogo e solidariedade entre *iguais* — no sentido do poder, certamente, o que traz a questão das ecologias propostas, em todas as suas manifestações, para o território da política.

Se a crítica da razão metonímica tem por objetivo uma “dilatação do presente” e de suas possibilidades, pela revelação da diversidade de alternativas e experiências disponíveis para a razão cosmopolita, a *crítica da razão proléptica*, configurada como *sociologia das emergências*, possibilitaria uma “contração do futuro”, tornando-o não mais *infinito e igual* como apresentado pela razão indolente, mas diverso e escasso, de tal forma que se convertesse em “objeto de cuidado” (SANTOS, 2006, p. 116).

Emergências seriam as tentativas “simultaneamente utópicas e realistas”, constituídas no presente, para construção de outros mundos possíveis (SANTOS, 2006, p.116). A reflexão sobre as emergências demanda uma atenção generosa para o desenho de histórias alternativas, de geografias diversas das prescritas pelo paradigma hegemônico.

Tentaremos ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro, [...] “descredibilizadas” porque são embriões [...]. Entre o nada e o tudo [...] eu lhes proponho o ‘ainda não’ [...] conceito [...] de [...] Ernst Bloch. Não se trata de um futuro abstrato [...]; temos gente envolvida, dedicando sua vida [...] a essas iniciativas. (SANTOS, 2007, p. 37-38)

Boaventura de Sousa Santos identifica cinco *campos sociais* com maior chance de manifestação de emergências, cada qual abrigando *conflitos e diálogos* possíveis: entre as diversas formas de conhecimento, os diversos modos de produção, os diferentes sistemas de classificação social, as múltiplas tecnologias de comunicação/informação e, o que aqui nos interessa especialmente, entre a forma hegemônica de democracia (representativa liberal) e a democracia participativa. Cabe notar, aqui, tanto a correspondência parcial destes campos com as cinco *ecologias*, quanto a pequena diversidade das *formas emergentes de poder*.

As outras formas de democracia desapareceram, não se fala mais delas. [...] assim como temos biodiversidade e vamos perdendo,

perdemos “demodiversidade”: perdemos a diversidade das formas democráticas alternativas em que o jogo, a competição entre elas de alguma maneira dava força à teoria democrática. (SANTOS, 2007, p. 87)

Mesmo considerando que no âmbito da democracia participativa o autor esteja incluindo as outras formas adjetivas e campos teóricos presentes no debate sobre a democracia — radical, forte, unitária, consensual, deliberativa, associativa, randômica... — não seria plausível pensar que à diversidade do mundo corresponderia uma ainda maior diversidade de modos de decisão, de exercício coletivo de poderes — ou de modos de governo? Claro que tal proposição implicaria no problema da aceitação de regimes tirânicos ou minoritários (aristocráticos, plutocráticos, burocráticos ou tecnocráticos...). Por outro lado, o fato de ser “governo do / pelo povo” não garante, tampouco, na democracia, a ausência da dominação sobre minorias ou a desconsideração de interesses *derrotados*, tal como na *ditadura da maioria* imaginada por Tocqueville (1998). Partamos do princípio, portanto, de que formas minoritárias ou autoritárias de decisão não sejam legítimas em nossa reflexão, e retornemos à pergunta: seria possível a existência de modos de reflexão, decisão, ação e *governo*, legítimos, justos e pacíficos, que não sejam *democráticos*, mesmo no sentido mais amplo que encontramos no debate moderno e contemporâneo? Esta reflexão pretende defender que sim.

Quando Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 62) afirma que sua definição de democracia refere-se à substituição “[...] de relações de poder por relações de autoridade compartilhada [...]”, ele se baseia em uma noção de poder que termina por restringir o potencial de sua reflexão: “A um nível muito geral, o poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual” (SANTOS, 2001, p. 266). Ao fundar o conceito de poder apenas na desigualdade, o autor não consegue resolver a equação emancipatória — pois não existiria outro tipo de poder, ou poderes, nas “relações de autoridade compartilhada”? A defesa de uma resposta positiva a esta questão implica em admitir a possibilidade de outro fundamento para a política — ou o princípio fundador de outra política. Seja como for, trata-se, aqui, da revelação de outro *conceito emancipatório de poder*, capaz de superar, desde sua origem, a *concepção hegemônica*

de poder, fundada não apenas na desigualdade, mas, principalmente, naquilo que se encontra na própria gênese de toda desigualdade e dominação: a violência.

Encontramos na crítica do *poder-violência (gewalt)*, efetuada por Walter Benjamin, a iluminação de um caminho que avança no sentido oposto ao do paradigma ocidental moderno.⁹⁷ Ali nos deparamos com a proposição de que a *violência* é o princípio fundador do direito e do Estado, bem como de todas as instituições jurídicas, formas de representação, leis e contratos. Seria a violência, no entanto, a única possibilidade de fundamento da política? Em suas palavras: “[...] a solução não violenta de conflitos é em princípio possível? Sem dúvida. [...] Um acordo não violento encontra-se em toda parte, onde a cultura do coração deu aos homens meios puros para se entenderem.” (BENJAMIN, 1986, p. 168). O autor intui, portanto, a possibilidade de outras formas de poder advindos de outras qualidades humanas, exercitadas na vida cotidiana.

Aos meios legítimos e ilegítimos de toda espécie — que são todos expressões de violência — podem ser confrontados [...] meios puros e não violentos. A atenção do coração, a simpatia, o amor pela paz, a confiança [...] são seu pressuposto subjetivo. [...] a técnica, no sentido mais amplo da palavra, é sua área mais própria. Seu exemplo mais profundo talvez seja a conversa, considerada como uma técnica de mútuo entendimento civil. (BENJAMIN, 1986, p. 168)

Confiança, paz, simpatia, atenção do coração, entendimento — *conversa*: expressões de uma “pureza” humana que não se compatibilizaria com qualquer tipo de *violência-poder*, a tal ponto que a presença de uma implicaria na ausência da outra. Onde poderíamos encontrar tais potências humanas efetivamente realizadas? Uma inversão de ponto de vista permite a repetição da mesma pergunta de uma forma que facilita sua resposta em termos políticos. Qual a manifestação da vida humana que sempre se mostrou (e ainda hoje se mostra) irredutível a qualquer lei, forma de representação ou contrato, que se aparta de tal forma do estado e direito modernos,

⁹⁷ “Crítica da Violência — Crítica do Poder”. Quando se refere ao título original, “*Zur Kritik der Gewalt*”, os tradutores apontam para o duplo significado de *gewalt* — *poder* e *violência* —, o que permite a Walter Benjamin o jogo de superposição da reflexão teórica com a semântica. (ver nota dos tradutores em BENJAMIN, 1986, p. 160).

que é por eles indesejada, vista como um problema, mesmo — ou principalmente — para as instituições da democracia? Em que lugar se esconderia esse paraíso libertário, capaz de escapar a todas as manifestações do poder como violência? Já ouvimos antes uma resposta plausível: “[...] a amizade é um nome sagrado, é uma coisa santa [...], cuja verdadeira presa é a igualdade [...]” (BOÉTIE, 1987, p. 35).

Aos meios humanos “puros” de Walter Benjamin se somaria a *exigência da igualdade* como fundamento, na revelação da *dimensão política da amizade*, tal como propõem Claude Lefort (1987) e Marilena Chauí (1987) nas suas leituras do *Discurso sobre a servidão voluntária*, de Etienne de La Boétie (1987). Não seria, portanto, mais razoável ancorar o reconhecimento, a compreensão, solidariedade e cooperação entre povos e indivíduos — mesmo quando adversários —, bem como o *encontro* de saberes, temporalidades, escalas e diferentes modos de produção, além do *diálogo*, do entendimento e do próprio trabalho de *tradução*, em um conceito de poder que tem na *amizade* seu principal *fundamento*? Não seria ela, a amizade, o único sentido do *compartilhamento da autoridade* que se oporia às formas hegemônicas de poder, reguladas pela troca desigual, vinculadas à dominação?

Tal questionamento permite a adoção do próprio procedimento da *sociologia das ausências* para identificação de outra manifestação estrutural da razão metonímica: a *monocultura da violência*. Em suas formas mais brandas, esta se manifestaria, nas ciências — biológicas, políticas, sociais, econômicas e da cognição — através das ideias de *competição, concorrência e luta*, na natureza, na sociedade, no mercado e na política, vinculadas às noções de *evolução, desenvolvimento e progresso*, das quais tampouco escapa a dialética do materialismo histórico. Nas suas formas mais bárbaras, nos modos apegados à sua origem profunda, na própria origem mesma do colonialismo, é possível enxergar, por trás das máscaras atenuadoras da ciência e da política modernas, o rosto do *paradigma da guerra*, como modo exclusivo de atuação coletiva, no qual as noções de *vitória, derrota, aniquilamento e extinção* (assim como *militância, resistência e luta*) ocupam lugar de destaque. Tal monocultura terminaria por invalidar todas as formas não competitivas de ação (“ingênuas, ineficazes, utópicas, impotentes...”), ou por produzir a inexistência de formas alternativas — *pacíficas*,

amistosas, igualitárias, livres e autônomas — disponíveis para a atuação social emancipatória.

No próprio campo da reflexão contra-hegemônica, esta monocultura se manifestaria nas correntes que tratam o *conflito* como modo exclusivo para reflexão e ação *progressista*. Tal consideração se associa a outro aspecto do pensamento hegemônico, que enxerga o poder como algo que incide, *de fora* e *de cima*, sobre o cidadão, a quem caberia apenas papéis reativos em relação aos campos e fluxos dominantes. A tal concepção de poder-violência corresponde o conceito passivo da cidadania moderna, de um cidadão em regime de *desigualdade original*, sempre inferior a um *outro soberano*, mesmo quando em *estado de direito*. No paradigma da violência, caberia ao *cidadão comum* decidir apenas entre formas conservadoras de alienação ou participação, quando sustentaria com seu apoio e concordância o “sistema” vigente, ou a submissão, rebeldia, resistência e luta, em caso de discordância.

Em tempos de transição paradigmática, torna-se legítimo buscar outros modos de reflexão e atuação emancipatória disponíveis para exercício simultâneo de outras formas de poder: se a *monocultura da violência* produz a ilusão de invisibilidade de outras formas de libertação, mesmo nos campos progressistas, uma *ecologia dos poderes* poderia pleitear seu lugar no projeto, de forma a resgatar modos de atuação deixados ao largo no caminho hegemônico da reflexão política moderna, como ruínas.⁹⁸ Visto que, nas cinco ecologias originais, a questão do poder é central para os procedimentos de ruptura e diálogo, não será necessário advogar aqui a existência de uma sexta vertente paralela: tal ecologia dos poderes, caso possa ser útil — ou venha a ser necessária —, deveria ter, também, uma *incidência transversal* em relação às demais, sendo a *conversa* e a *tradução*, tal como propostas por Walter Benjamin e Boaventura de Sousa Santos, os principais modos políticos de intermediação / integração entre as diversas partes, campos e fluxos.

⁹⁸ Ao *Angelus Novus*, livre do constrangimento imposto pelo progresso (BENJAMIN, 1994, p. 226), seria possibilitado juntar os fragmentos das concepções políticas mais generosas — do pensamento ameríndio, do humanismo republicano, dos socialismos utópico e libertário, da *ahimsã* e *satyãgraha* tradicionais retomadas por Gandhi, da *cultura da paz* preconizada pela UNESCO, senão das próprias ideias de perdão e amor incondicional cristãs, responsáveis por alguns dos fluxos históricos mais poderosos — alguns deles *vencedores*, para compatibilidade com os valores hegemônicos — entre os formadores do Ocidente.

Por outro lado, do ponto de vista da sociologia das emergências, a possibilidade de uso concomitante desses modos de reflexão e atuação alternativos, associados aos modos hegemônicos, é a que possibilita a ampliação da idéia de *demodiversidade* competitiva, na direção da *constelação de poderes e autoridades compartilhadas*, para usar os termos de Boaventura de Sousa Santos, traduzida para a noção de *kratia diversidade*. O que se apresenta aqui, portanto, como hipótese derivada, é a *insuficiência da democracia*, ou da exclusividade do *modo democrático*, para realização, seja de interesses públicos efetivos, seja de qualquer utopia. Pretendemos avançar, aqui, na direção de uma proposta capaz de responder positivamente ao questionamento com que Henri David Thoreau finaliza seu discurso em defesa da desobediência civil:

Será a democracia, tal como a conhecemos, o último aperfeiçoamento possível como modo de governo? Não é possível avançar um passo no sentido de reconhecer e organizar os direitos do homem? Nunca haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que ele venha a reconhecer na pessoa um poder maior e independente, do qual todo seu próprio poder e autoridade são derivados, e assim a trate adequadamente. Fico contente ao imaginar um Estado que possa enfim conseguir ser justo com todos os homens, e tratar a pessoa respeitosamente, como um vizinho; e que sequer considerasse inadequado, para sua tranquilidade, que alguns poucos vivessem à parte dele, sem serem por ele acolhidos, e que cumprisse todos os deveres de vizinhos e semelhantes. Um Estado que gerasse este tipo de fruto, e que o permitisse ser colhido tão logo amadurecesse, prepararia caminho para um Estado ainda mais perfeito e glorioso, que também já imaginei, mas ainda nunca vi, em nenhum lugar.⁹⁹ (THOREAU, 1849)

⁹⁹ "Is a democracy, such as we know it, the last improvement possible in government? Is it not possible to take a step further towards recognizing and organizing the rights of man? There will never be a really free and enlightened State, until the State comes to recognize the individual as a higher and independent power, from which all its own power and authority are derived, and treats him accordingly. I please myself with imagining a State at last which can afford to be just to all men, and to treat the individual with respect as a neighbor; which even would not think it inconsistent with its own repose, if a few were to live aloof from it, not meddling with it, nor embraced by it, who fulfilled all the duties of neighbors and fellow-men. A State which bore this kind of fruit, and suffered it to drop off as fast as it ripened, would prepare the way for a still more perfect and glorious State, which also I have imagined, but not yet anywhere seen."

Ao concordar com Thoreau, não nos limitamos a direcionar o olhar apenas para a forma hegemônica da democracia moderna, representativa e liberal, à qual se associaria o fascismo social, na composição do atual paradigma da democracia de baixa intensidade no Ocidente (SANTOS, 2006). Para além de sua ampliação ou “intensificação”, seja pela realização das potências adjetivas propostas nos campos teóricos da reflexão política contemporânea, seja pela combinação dos mesmos através do conceito de demodiversidade, o que se coloca em questão é a possibilidade de ultrapassar os próprios limites determinados pelo conflito e pela competição — que nunca deixa de produzir vencedores e vencidos, isto é, de determinar os que mandam e os que são mandados —, avançando, pacífica e amistosamente, sobre outros territórios possíveis, cujas fronteiras continuam abertas para o exercício imediato da ideia de emancipação.

Assim como em relação ao conceito de poder, o avanço que aqui se pretende demanda o resgate, desenvolvimento e efetivação — quando não a recriação — de outras categorias e práticas, sociais e políticas, disponíveis para ampliação de possibilidades da *práxis* libertadora. Tal realização deverá se refletir, de qualquer forma, em outra vertente de atuação, essencialmente vinculada à ideia de *autonomia*, de fato e de direito, na qual se torne possível a compatibilidade da ideia de liberdade com a ausência de vencedores e vencidos, mandantes e mandados. Para esta alternativa proponho, inicialmente, uma releitura do conceito de cidadão formulado por Aristóteles, que trata de um *sujeito* que não admite formas de poder que não emanem dele próprio: “De acordo com nossa definição, a coisa é simples. Se participarem do poder público, serão cidadãos” (ARISTÓTELES, 1998, p. 44). Em outras palavras, *só é cidadão quem governa*. Para além de uma legitimidade outorgada do exterior, este cidadão *se determina*, por uma *vontade* interior, a qual se acrescenta uma *declaração*: *cidadão é aquele que quer governar*, que se reconhece e *se declara*, *imediatamente*, como um *governante*.

Esta ideia permite combinar o princípio da democracia como *ordem autofundada* (Toro; Werneck, 2004, p. 19), em que o Estado é uma das manifestações possíveis do *poder público*, submetido à soberania do cidadão — de fato e de direito — com a

possibilidade de realização efetiva de uma *anarquia* possível, do exercício imediato e autônomo do autogoverno, *em situações determinadas*. O exercício da *cidadania* não se manifesta, assim, tal como em sua forma hegemônica moderna, como mero cumprimento de deveres e usufruto de direitos mediados pelo Estado, mas como legítimo *exercício de poderes públicos*, seja através das instituições democráticas do Estado ou *diretamente*, de forma complementar, através da *autodeclaração de governo*.

Nesse sentido, a criação do real, ou a reinvenção do mundo, não demandaria submissão exclusiva a projetos de *luta*, *militância* ou estratégias de *conquista*, via política institucional, para *ocupação* do poder central, nem tampouco o *combate* pela extinção de tal centralidade. O exercício contemporâneo da cidadania aristotélica propõe, ao contrário, um avanço simples e imediato para o ideário anarquista, dependente *apenas* da vontade daquele que declara: *si hay gobierno, soy yo*.

Ao recusarem ver no mundo em que atuam *apenas* uma luta por espaços pré-ocupados, cidadãos que não se sintam representados na arena política institucional podem se apossar do direito de escrever diretamente outra história, de designar outra geografia, dirigindo seus esforços, recursos, habilidades e competências para legítimas *ações autônomas de governo*: planejamento e gestão para a reinvenção coletiva dos lugares e territórios onde vivem. Esse ponto de vista é compatível com uma concepção política em que *o outro* não é, por princípio (e *apenas*), um sujeito com interesses opostos ou semelhantes aos meus. A alternativa a ver no mundo apenas aliados ou adversários é a de reconhecê-los também como *concidadãos* governantes, *comandantes* em situação de *igualdade* imediata, capazes de criar e identificar, amistosamente, *interesses comuns* a serem implementados, também imediatamente, em seus territórios compartilhados de vida e ação.

Avançar pacífica e amistosamente sobre territórios tidos como adversários, à procura de cidadãos, não significa — como pode parecer, em virtude de nossa inabilidade para a competição, violência e promoção de desigualdades — o reconhecimento de uma suposta debilidade teórica ou prática, fruto do medo que o poder-violência nunca deixa de engendrar. Tampouco pode significar a submissão ingênua a interesses hegemônicos da competição política e econômica, a um processo

de cooptação determinado pelos grandes “*players*” institucionais, estatais ou privados. Significa, ao contrário, exercitar de imediato nossas forças, nossos poderes e *competências de cidadania*, nossas *habilidades comuns* de governantes e diplomatas — capacidades e experiências de articulação, conversação, tradução, negociação, mobilização, planejamento e gestão, aliadas a uma sagacidade e tenacidade que hoje se encontram perdidas, atoladas no desânimo generalizado frente ao modo *normal* de governo, ou frente aos modos de reflexão e atuação política monopolizados pelo paradigma único da guerra — para uma *cooptação às avessas*, na contramão do fluxo hegemônico determinado pela violência.

Na prática, isto pode significar a vinda para o território da emancipação — ou da *globalização contra-hegemônica* (SANTOS, 2006) — não apenas nossos mesmos pares, incluindo grupos minoritários, desfavorecidos, os *perdedores* e seus apoiadores, nos lugares onde geralmente temos nos encontrado juntos: nas derrotas. Significa, ao contrário, trazer para um território nosso, pertencente a todos, também os *concidadãos-cúmplices* que encontrarmos além-fronteiras — sejam ocupantes de posições geográficas, políticas ou econômicas estratégicas, incluindo atores em posições de comando nas instituições protagonistas do modelo hegemônico, privadas ou estatais — atraindo-os para *lugares comuns* de conversa e tradução, diálogo e negociação, sem abrir mão da igualdade política potencialmente instituída pelo poder-amizade. A *praxis* do poder-amizade, na verdade, não se diferencia da *não-violência*, ou da *ahimsã*, tal como Mohandas Gandhi a *traduz*, de forma que seja perfeitamente compreensível, tanto para seus pares quanto para seus supostos adversários no ocidente.

Ahimsã significa “Amor” no senso paulino, e ainda mais que o “Amor” definido por São Paulo, embora eu saiba que a bela definição de São Paulo é suficientemente boa para todos os propósitos práticos. *Ahimsã* inclui toda a criação, não apenas os humanos... *Ahimsã* não é meramente um estado negativo de inocuidade, mas é também um estado positivo de amor, de fazer o bem mesmo aos praticantes do mal. Mas isto não significa ajudar o praticante do mal na continuidade do erro, ou tolerar o erro através da aquiescência passiva. [...] Não existe a *não-violência* quando meramente amamos aos que nos amam. A *não-violência* só existe quando amamos aos que nos odeiam.

Ahimsã é um atributo dos bravos. Covardia e *Ahimsã* não caminham juntos mais que a água e o fogo.¹⁰⁰ (GANDHI, 1996, p. 157-158)

Nem precisamos ir além, abraçando a proposta cristã de perdão e amor incondicional, para iniciarmos conversas pacíficas e amistosas fora de nossos territórios, desconsiderando cercas, muros e portões de propriedades rurais, empresas detentoras de terras, territórios indígenas, comunidades tradicionais, balcões estatais e “não governamentais”. Basta aqui o *respeito incondicional* a idéias e opiniões do outro, o reconhecimento simultâneo das mesmas capacidades intelectuais, sentimentais e cognitivas, das mesmas vontades de viver uma vida melhor em um mundo melhor, aliado a uma confiança preliminar no outro, também incondicional, a quem, de partida, consideramos como um *igual* — não em direitos, deveres, posição social, política ou qualquer outra hierarquia que se apresente de início —, mas na *presunção de boa fé*, no reconhecimento de um concidadão em potencial, capaz de, conosco, reinventar o mundo, *desde que nele se reconheça*. Tal reconhecimento traz para a reflexão a necessidade de um *entendimento* mínimo, um *lugar pactuado*, revelado pelo “entreconhecimento”, em que *todos* possam vir a ter a oportunidade de se reconhecer.

A retomada da definição de Aristóteles permite restabelecer o vínculo estreito da cidadania com as ideias de soberania e autonomia: se cidadão é quem governa, a *cidadania é uma forma de governo*. Não permite, no entanto, dizer que o cidadão possa sempre exercer sua autonomia de forma absoluta, não mediada: na grande maioria dos casos não é possível determinar o que fazer como governante sem passar pela noção de *conflito* — ou do *desentendimento*, como propõe Jacques Rancière.

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o

¹⁰⁰ *Ahimsã means ‘Love’ in the Pauline sense, and yet something more than the ‘Love’ defined by St Paul, although I know St Paul’s beautiful definition is good enough for all practical purposes. Ahimsã includes the whole creation, not only human. ... Ahimsã is not merely a negative state of harmlessness, but it is also a positive state of love, of doing good even to the evil-doer. But it does not mean helping the evil-doer to continue the wrong or tolerating it by passive acquiescence. [...] It is non-violence if we merely love those that love us. It is non-violence only when we love those that hate us ... Ahimsã is an attribute of the brave. Cowardice and Ahimsã do not go together any more than water and fire.*

conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (RANCIÈRE, 1996, p. 11)

O que se encontra em disputa, no desentendimento original da política, seria a própria possibilidade de existência de um “objeto comum” ou “espaço comum” entre partes da sociedade que não se colocam em acordo sobre o próprio *princípio de igualdade* destas partes. O autor equipara, como sinônimos, a política e a luta de classes — entre os que têm posses e os que nada têm, além da própria liberdade (em se tratando de cidadãos, certamente). Além dos limites da política, fundada no uso da palavra, estariam tanto a *dominação*, manifestação pura e simples da violência e da tirania, como uma “ordem consensual” instituída, a que o autor, denomina, propriamente, em acordo com sua etimologia: *polícia*. Na ausência do conflito, só isto restaria em nossas mãos: o “Estado consensual”, o espaço da “identidade do todo com o todo, [...] dos herdeiros com o todo [...]”, a que chama “humanidade” (RANCIÈRE, 1996, p. 123).

Se desta forma Rancière delimita rigorosamente as fronteiras territoriais do político, não deixa de tratar do mesmo território determinado pelo poder-violência benjaminiano. Uma conclusão rigorosa possível: qualquer possibilidade de *entendimento* — outro caráter intrínseco da amizade — não poderia se localizar neste mesmo território, o que parece apontar para a impossibilidade de sua existência na política, nos termos de Rancière. Tal conclusão significaria, também, a impossibilidade da *dimensão política da amizade*, que, assim, justificaria sua relativa ausência no debate teórico moderno, permanecendo em seu lugar convencional, o universo das trocas privadas. Afirmar o contrário, a possibilidade do entendimento e da amizade na política exige uma ampliação da zona de fronteira, quando não a própria expansão do universo político para outros territórios — demandando, talvez, a redescoberta de um Novo Mundo, com olhos e interesses de outro tempo.

O que aqui propomos defender não é, em absoluto, o *Estado Consensual* — ou a *Polícia Universal* — de que trata Rancière, fundado no conceito de uma *humanidade* única e monolítica, cujo resultado não poderia ser outro que o eterno retorno do

colonialismo como modo também único de reflexão e ação política. Tampouco tratamos do conceito de *res pública* como um modo de justificar, teórica e praticamente, a existência de tal estado. O que defendemos, no entanto, é a possibilidade de fundação de outro modo de reflexão e ação políticas que tomem o *entendimento* sobre o que é *comum* — o interesse efetivamente de *todos* — como instrumento de emancipação e fundação de uma forma direta de exercício de poderes imediatamente disponível para o cidadão governante: outro *modo de cidadania*.

Para os casos que estudamos agora, interessa, portanto, a possibilidade de existência do entendimento mesmo diante das posições antagônicas mais extremadas em um determinado lugar ou território, sem que isso signifique mascarar ou eliminar conflitos — ou o desentendimento fundador da política — antes, ao contrário. Um exemplo dramático da situação que propomos seria o acordo tácito entre inimigos de guerra para que não sejam atacadas as ambulâncias que recolhem os feridos, de ambos os lados, nos campos de batalha. Outro caso extremo do entendimento político pode ser encontrado em uma origem provável do chamado *modelo Polder*,¹⁰¹ processo de decisão consensual ainda praticado nos Países Baixos, que pressupõe a necessidade de cooperação, diante da permanência de interesses radicalmente opostos e conflitantes, incluindo situações de guerra.

Tratamos destes exemplos apenas para evidenciar a possibilidade real de processos consensuais, legítimos e efetivos, em situações políticas extremas e complexas. Nestas situações ficam claramente estabelecidas tanto a possibilidade do entendimento na política quanto a sua distância de situações supostamente baseadas em amplos consensos “republicanos” que não conseguem ocultar, com sua bela oratória, as reais intenções de dominação colonial. Também se evidencia a inadequação da consideração destes processos como *tipicamente democráticos*, em qualquer acepção com que venha a ser este termo *rigorosamente* considerado. Trata-se, antes,

¹⁰¹ *Polder model*: desde a Idade Média, mesmo cidades e territórios em guerra, quando situadas em um mesmo *polder* — porções de terra situadas abaixo do nível do mar —, eram forçadas a manter cooperação permanente para manutenção dos diques e moinhos de vento que permitiam sua sobrevivência comum. Caso contrário, nos campos de batalha, se encontrariam todos os inimigos sob a mesma água (Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Polder_Model>).

da revelação de outro território político, pacífico, eventualmente amistoso, nos interstícios do desentendimento — ou mesmo no seu âmago, como no olho de um furacão. A viabilidade deste lugar depende da existência de sujeitos dispostos à cooperação até mesmo com o pior dos inimigos, em busca de algum objetivo considerado por *todos* (não pela maioria) como superior: um *bem comum inquestionável* — um provável *interesse público*.

Não se faz necessária, no entanto, a existência da guerra para que este lugar comum da política seja revelado: ele sempre esteve ali, ou aqui, latente, muitas vezes aguardando uma revelação, ou uma tradução, que o converta em algo que se torne, para *todos*, amigos e inimigos, um *ponto pacífico*. Daí a necessidade de lançarmos mão, não da cooperação forçada, mas de uma estratégia de articulação, mobilização e negociação, capaz de tornar real alguma manifestação do *poder-amizade*, algo que parece mesmo se situar fora do disputado território da *demos kratia* — mas não no da *res pública*. Neste sentido, só existe uma possibilidade legítima para o exercício autônomo de governo, no campo da liberdade: o cidadão só pode exercer diretamente seu *poder imediato* quando não há desentendimento a vista — o que significa o mesmo que não haver oposição presente, conhecida ou perceptível.

A ausência de oposição nem sempre (ou quase nunca) é facilmente detectável, pois parece estar sempre à espera de muita conversa e tradução para se revelar. Quando o que nos parece óbvio não o é para outros, permanecemos no campo do desentendimento — da democracia, na melhor das hipóteses. Temos que admitir, por exemplo, que nem todos os brasileiros concordam que a perda da biodiversidade em propriedades rurais da Mata Atlântica seja um problema ou um perigo, quanto mais uma calamidade, para que sua conservação seja um objetivo desejado por todos — o que converte o tema em típico objeto de legítima disputa democrática. A manutenção de águas limpas e fartas nos rios e nascentes destas mesmas propriedades, no entanto, não demanda muito esforço para ser reconhecida como um desejo comum, incluindo aqui os dos próprios proprietários rurais.

Na medida em que ambos os temas podem ser *traduzidos* para uma mesma ação — conservação e restauração de florestas nativas em áreas de recarga e margens de

corpos d'água — a questão se aproxima de seu *estado consensual*, mas ainda com oposições: a manutenção das florestas implica em menor área disponível para atividades econômicas produtivas e os custos da sua conservação não geram retorno financeiro para os proprietários, constituindo, desta forma, como os proprietários a vêm, um alto *custo de oportunidade*.¹⁰² Um passo adiante seria conseguir recursos para compensar as perdas destes produtores, *tal como eles a concebem* — mesmo que não concordemos com elas. Quando este passo é dado, estamos diante de uma *evidência* de interesse público, cuja prova parcial é a ausência de oposição conhecida: já não necessitamos esperar por aprovação legal ou concordância da maioria da sociedade, representada pelas instituições democráticas, para iniciarmos uma *ação autônoma de governo*: uma *ação direta de cidadania*.

A situação real acima se apresenta como oportunidade exemplar para o exercício de outro modo de decisão e ação que, sem lançar mão da lei e do Estado (e sem se opor aos mesmos), se manifesta através de aproximações amistosas entre *peças comuns*, que conquistam confiança mútua em *conversas* e *traduções* recíprocas, visando um entendimento sobre *interesses comuns* — que aqui coincidem com as convenções internacionais sobre clima e biodiversidade, por exemplo. São apenas estes *interesses comuns localizados*, reeditados regionalmente e interconectados em escalas ampliadas, que se convertem na *única* possibilidade efetiva de realização dos projetos utópicos transescalares aqui estudados.

O reflexo teórico desta proposição é que o lugar para exercício consensual e *direto* dos poderes públicos do cidadão não é um espaço democrático, uma vez que não trata (e não interessa tratar) do *interesse da maioria* das pessoas, ou que seja por ela determinado. Trata-se, ao contrário, do *interesse comum* (*uma totalidade*, mesmo que parcialmente revelada, *localizada*) definido por *todos os presentes* — desde que sem impedimentos de participação e sem escolha de participantes — *sem oposição*. Tal circunstância determina a existência do *espaço republicano* na política, sendo o

¹⁰² Custo de oportunidade é um termo das ciências econômicas que se refere ao *custo de uma oportunidade renunciada*, isto é, à diferença de valor econômico entre uma determinada atividade escolhida e aquela que traria o melhor resultado econômico no mesmo tempo e lugar.

consenso, por excelência, a única forma de decisão que permite o *modo republicano* de governo, a única possibilidade do exercício *direto e imediato* da cidadania.¹⁰³

No mesmo sentido, o desentendimento e a luta, no campo da liberdade, é o território da democracia, sendo a democracia, em qualquer de suas formas, o único modo legítimo de exercício hegemônico da cidadania. Para clarear, me aposso da expressão de Aristóteles — de acordo com nossa definição, a coisa é simples: só o *consenso* pode determinar um *interesse público*. Isto o diferencia essencialmente dos interesses democráticos, legitimamente determinados através do dissenso. O *entendimento* é o fundamento da *res publica*, da mesma forma que o *desentendimento* é o fundamento da *demos kratia*. Nesta definição, soam absurdas tanto a existência de interesses públicos definidos por maioria (ainda mais por minorias), quanto a possibilidade de uma democracia consensual: tal como no embate democrático se definem os *interesses do povo*, ou da *maioria*, o *interesse público, comum a todos*, se revelaria apenas na ausência absoluta do embate, quando se retira do debate na forma já citada do *ponto pacífico*.¹⁰⁴

A exigência absoluta do entendimento — a ausência de oposição — determina um limite crucial para o modo republicano de governo, no que também o diferencia frontalmente do modo democrático: sua amplitude reduzida, quanto ao objeto, espaço-tempo, sujeitos e recursos envolvidos. Só é razoável imaginar sua existência, portanto, em lugares e territórios bem determinados, limitados pela possibilidade efetiva de consulta e concordância voluntária entre todos os cidadãos interessados — algo difícil,

¹⁰³ Não se trata de dar outro nome para as correntes consensualistas da democracia, tampouco se defende o consenso como forma de decisão superior. Este seria, antes, um método de decisão para definição de interesses públicos, requisito da ação direta de governo, para além dos modos democráticos de decisão e ação.

¹⁰⁴ Os modos republicanos e democráticos não seriam, no entanto, os únicos modos de governo disponíveis para o exercício da cidadania. Se determinado(s) interesse(s) coletivo(s) revelado(s) não alcançam, de imediato, o nível de consenso necessário para que possa ser considerado um interesse público, o *modo libertário* de governo surge como alternativa para atuação imediata. Nas suas formas canônicas, seja como *movimento de cidadania* seja como *rebelião*, o modo libertário de governo gera um processo histórico localizado — um fluxo emergente transitório — que determina se tal ou tais interesses coletivos se consolidam como interesses públicos, transformados em objetivos de atuação através de ensaios republicanos ou como interesses democráticos, objetos da disputa política. O exercício pleno da cidadania, no campo da liberdade, portanto, se caracterizaria como utilização simultânea, complementar e, por vezes, cooperativa, dos modos republicanos, democráticos e libertários de governo.

se não impossível, em espaços mais amplos.¹⁰⁵ O modo consensual de atuação estaria, portanto, fadado a se manifestar nos interstícios do território hegemônico da democracia, como *ensaios republicanos* — formas específicas de *emergências*, ações coletivas de governo, diretas e imediatas, constituídas a partir e através de uma *convergência original*: sempre que um entendimento, um objetivo consensual ou um pacto, for revelado ou construído, garantida a participação deliberativa de todos os cidadãos interessados.

O exemplo mínimo de um ensaio republicano está demonstrado nos experimentos locais estudados: um detentor de terras cede áreas para organizações detentoras de recursos, com o objetivo comum de restauração de florestas nativas em torno de nascentes e margens de rios degradadas, contemplando, interesses de comunidades vizinhas à jusante que se sustentam através de atividades extrativistas e turismo de baixo impacto, gerando postos de trabalho e de comando nestas mesmas comunidades. Ao integrar objetivos de conservação de águas e biodiversidade, mitigação de impactos climáticos, geração de renda e poder político em comunidades tradicionais com alta incidência de pobreza, o acordo consensual ali revelado coincide com interesses comuns da sociedade brasileira e da humanidade, democraticamente determinados em escalas ampliadas, regionais e planetárias.

Por outro lado, a proposta de restauração de florestas e sustentabilidade da Mata Atlântica, de forma que contemple a redução de desigualdades e concentração fundiária, além da promoção de vida digna para povos tradicionais, por exemplo, está longe de se constituir como consenso abrangente, revelado na sociedade brasileira. A conservação do universo cultural e epistêmico, bem como da soberania territorial das nações indígenas, soam mesmo como absurdos, e não apenas para os “legítimos” proprietários da terra no atual *estado de direito*. Na atual conjuntura social e política do país, tais objetivos parecem ser possíveis somente através de longos e duríssimos embates no campo democrático, com pequena chance de resultados positivos em qualquer prazo que se considere. Tais propostas demandam, portanto, outra estratégia,

¹⁰⁵ O *uso comum* da cibern-ética pode apresentar novidades no sentido de constituição de outros *espaços também comuns*, ou novos territórios para o exercício da cidadania republicana.

capaz de traduzir tais questões em objetivos comuns, pelo menos, entre campos políticos hoje pré-ocupados com a conservação da biodiversidade, impactos climáticos e sustentabilidade, em seu sentido mais restrito.

O reconhecimento do planeta como *lugar comum*, tal como propôs Odera Orika (1997), que se superpõe à revelação efetiva de lugares comuns nas escalas locais, traz a chance de conversas amigáveis nos intervalos de tempo e espaço que a luta democrática propicia. Tais lugares e momentos, em que os supostos adversários descansam desprevenidos, fora de seus contextos institucionais, são propícios para o exercício de ideias e considerações extemporâneas, para conversas sobre as possibilidades e poderes à disposição da cidadania, impedidas nos espaços convencionais da política e do trabalho. Nos territórios intersticiais da democracia, em suas *zonas de fronteira*, onde se encontram representantes do Estado, de organizações sociais, de interesses privados e corporativos — Reservas da Biosfera, Corredores Ecológicos, Sítios do Patrimônio Mundial, espaços regionais de diálogo interinstitucional... — pequenos avanços podem ser (e têm sido) observados, dando a entender que mesmo as questões políticas mais complexas, objeto das disputas mais renhidas, podem permitir conquistas efetivas e avanços localizados, que não se constituem como derrotas para qualquer das partes.

Os encontros de cidadania em que podem se converter estas oportunidades permite que, à conquista violenta dos territórios adversários pela forma hegemônica de poder, se some a alternativa de conquista amistosa da cooperação e da solidariedade entre iguais, que só o poder-amizade possibilita. As conversas e traduções que tais encontros propiciam terminam por se converter na linha com a qual se costuram os diversos planos democráticos e institucionais paralelos — costura feita de vontades, ideias e interesses em torno de textos comuns, coletivamente imaginados, desenhados e escritos.

Nestes pequenos espaços republicanos, nos intervalos da democracia, onde oportunidades de ensaios diretos de governo se revelam, a autoria se encontra com a autoridade na determinação de concidadãos que assumem, coletivamente, o papel de governantes. Não seria este o único sentido possível da “autoridade compartilhada”

proposta por Boaventura de Sousa Santos? Neste caso, não estaria o autor propondo, não uma definição final da democracia, mas da única república possível? Esta reflexão nos conecta, antes de mais nada, a uma exigência histórica e política com a qual nos comprometemos desde o início: a criação de um “verdadeiro estado de exceção” em nosso tempo, em nossos lugares e territórios, no sentido que propõe Walter Benjamin.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. (BENJAMIN, 1994, p. 226).

A verdade deste estado de exceção em potencial demanda averiguação de pré-requisitos no campo da ética e da política. O pré-requisito da ética se realiza no reconhecimento efetivo, por parte das experiências de proteção da biodiversidade regional em curso, do valor positivo (associado à inexistência de hierarquias) da diversidade étnica, cultural e epistêmica.¹⁰⁶ A evidência de sua realização poderá ser verificada pela presença de interesses de povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como de outros cidadãos da Mata Atlântica sem acesso nem mesmo aos mínimos benefícios da cultura moderna — os chamados *direitos humanos fundamentais* — contemplados nos objetivos e resultados dos experimentos emergentes em curso.

O pré-requisito político se realiza na efetivação, de fato e de direito, da autonomia do cidadão. A proposta de cidadania como forma de governo, em seus diversos modos de decisão e gestão, quando se propõe ao exercício compartilhado de poderes, seja direta e imediatamente, abre caminho neste rumo através dos modos libertários e republicanos, guiados pelo poder-amizade, seja indiretamente, pelas vias democráticas, mediadas pelas instituições e pelo Estado. A evidência da realização deste pré-requisito poderá ser verificada pela presença de cidadãos, de lugares hoje excluídos dos processos de planejamento e gestão do território, atuando como protagonistas nos

¹⁰⁶ Tal requisito pode ser entendido nos mesmos termos da “ecologia do reconhecimento” de Boaventura de Sousa Santos.

diversos espaços onde as decisões de governo, direto ou indireto, são efetivamente tomadas.

A viabilidade tópica deste estado de exceção depende da confluência dos diversos fluxos emancipatórios emergentes, de modo que se convertam em processos integrados de gestão pública compartilhada — processos de cidadania, nos quais se garante, ao mesmo tempo, a convivência, complementaridade e eventual cooperação entre diferentes lógicas de reflexão e ação, tendo como eixos de convergência um ou mais interesses públicos revelados por conversas e traduções, de tal forma que sejam compatíveis e não concorrentes com outros interesses democráticos em disputa. Para o nosso caso, isto significa afirmar que o estado de exceção possível, de imediato, em nosso tempo, é um estágio republicano, restrito e intersticial, mas potencialmente efetivo. Um verdadeiro estado de exceção consolidado, seja o Estado Democrático, com a intensidade e radicalidade que o adjetivo exige, seja a própria sociedade sem Estado, imaginada pelas mais generosas utopias, não podem prescindir de um conceito emancipatório de *res publica*. Permanecem distantes, no entanto, além do horizonte tópico, aguardando o resultado dos jogos políticos — as vitórias, os empates e as derrotas, alcançados através da luta entre os dominados e os dominadores. O projeto transescalar de conservação das diversidades e sustentabilidade da Mata Atlântica em seu domínio original é um dos nomes desta utopia.

4

AÇÃO PARA REFLEXÃO

HORIZONTALIDADES: FRAGMENTAÇÃO E CONECTIVIDADES

A experiência do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* teve início a partir da identificação de uma vontade comum de alguns amigos, visitantes e moradores da vila histórica de Caraíva, situada junto à foz do rio Caraíva, próximo ao Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, na Bahia.¹⁰⁷ As primeiras conversas sobre impactos verificados sobre as águas deste rio, em meados da década de 1990, revelou uma intenção consensual imediata: atuar para a proteção efetiva das águas do rio e de seus afluentes, através da reposição de matas em suas margens e cabeceiras. A forma de atuação coletiva seria decidida após contatos e conversas com todos os fazendeiros da bacia, sendo esta, portanto, a primeira ação consensual a ser colocada em prática pelos cidadãos do lugar.

¹⁰⁷ As conversas de amigos aqui referidas incluíam a mim e a outros moradores e proprietários de casas em Caraíva — por coincidência, ou não, todos fundadores de organizações locais sem fins lucrativos, que atuavam em questões relacionadas a águas: o Instituto Cidade de Belo Horizonte, que então lançava o Movimento de Cidadania pelas Águas em Minas Gerais, a ANAC (Associação de Nativos de Caraíva), atuante na implantação da RESEX (Reserva Extrativista Marinha de Corumbau) e a PROECO (Associação Pro Ecoturismo de Caraíva), que declarava como objetivo a proteção do rio e da Vila de Caraíva.

Uma das primeiras vilas do Brasil, conhecida, até o século XIX, como Cramimoã¹⁰⁸, Caraíva tem sua população original composta, principalmente, por descendentes dos índios Pataxó, que ali habitam desde antes do século XVI.¹⁰⁹ Seja pelas incursões dos índios do interior, seja pelo fracasso econômico dos engenhos e abandono da capitania pelos destinatários — fatos provavelmente vinculados ¹¹⁰ —, o paradoxal é que as vizinhanças do Monte Pascoal passaram a ser uma das menos ocupadas pelos portugueses (aliados dos Tupiniquim) nos séculos seguintes. Tal situação passou mesmo a ser interesse da coroa portuguesa após a descoberta de ouro no Sertão, transformando o Sul e Extremo Sul da Bahia, além do Espírito Santo (o atual Corredor Central da Mata Atlântica) numa barreira florestal / indígena para aventureiros de dentro e de fora das Minas Gerais — barreira só rompida no século XIX, já no período do império brasileiro, pelo projeto de Colonização de Teófilo Otoni no vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, e pela construção da Ferrovia Bahia Minas, responsável pelo desmatamento concentrado em torno da cidade de Caravelas, antiga vila portuguesa ao sul de Porto Seguro.

O isolamento de Caraíva, a ausência de culturas agrícolas coloniais e a expressividade das atividades extrativistas na região são outros indícios de que se trata, ali, de um território majoritariamente habitado por povos indígenas até meados do século XX, o que explicaria, também, a presença exuberante da floresta atlântica até a década de 1960. O desenho urbano da vila justifica a hipótese de que tenha sido fundada como posto avançado do colégio jesuíta de Porto Seguro, provavelmente na mesma década da fundação desta cidade, o que faria do lugar o segundo núcleo urbano mais antigo da região.

¹⁰⁸ Também citada como Grumimuã, Curumimuã, Caramemoã ou Memoã.

¹⁰⁹ Esta afirmação, contestada por autores que se baseiam no fato de que os primeiros contatos dos portugueses se deram ali com os Tupiniquim (como ALVIM, 2000), encontra defesa nos que alegam não terem sido estes os únicos habitantes da região em tempos pré-cabralinos: “Sabe-se hoje que os Tupi avançaram, vindos do sul, pela costa leste e nordeste do Brasil, dela desalojando diversas outras etnias, em geral dadas como afiliadas ao tronco Macro-Jê (Urban, 1992), apenas no máximo alguns poucos séculos antes da intrusão européia (Métraux, 1933) e que, apesar de terem consolidado seu domínio sobre o litoral, incursões belicosas dos povos do interior eram ainda freqüentes no limiar do século XVI, o que nos ajuda a compreender os desdobramentos do processo de colonização nos três séculos seguintes” (SAMPAIO, 2000. p. 2-3).

¹¹⁰ Como se pode inferir do relato Teófilo Otoni, aqui citado (2002).

Inicialmente chamada de Vila de Cramimoã, Caraíva foi provavelmente fundada por colonos portugueses após a chegada de Pero de Campo Tourinho, o primeiro donatário da Capitania de Porto Seguro, que desembarcou na colônia em 1535. [...] Mais tarde, alguns relatos deixados por viajantes forneceram pistas de como o local era no início do século XIX. Um desses [...] foi feito pelo naturalista alemão príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, que descreveu assim a sua chegada a Caraíva, em 1816: “O sol já se punha quando alcançamos o vilarejo índio de Cramimoã, que foi construído, por ordem do ouvidor, num morro à margem do rio, servindo mais como destacamento militar, com o nome de Quartel da Cunha [...] não foi pequeno o espanto dos índios ante tão desusada e tardia visita de uma tropa carregada a esse lugar solitário [...]”. (ARANTES, 2001, p. 107)

Nota-se, aqui, que o sentimento de isolamento da vila não é recente. Em poucas décadas do século XX, essa realidade foi modificada por um breve surto de desenvolvimento econômico, baseado no beneficiamento de produtos da mata, principalmente madeira e piaçava. Segundo relatos dos moradores mais antigos, também registrados por Antônio Arantes (2001), a construção de um estaleiro de serras possibilitou que a vila, pela primeira vez, experimentasse a sensação de integração com o mundo externo, sensação logo interrompida por um trágico acidente.

Moradores [...] se lembram de canoas que desciam o Rio Caraíva abarrotadas de mercadorias [...]. A vila chegou à década de 1940 com bom comércio e infra-estrutura estabelecida. Havia ferreiro, mecânico, padaria, armazém, cartório, juiz de paz, estaleiro, telégrafo e abundância de alimentos [...]. Todos os meses, barcos saíam de Salvador e Aracaju e atracavam no porto para carregar tábuas produzidas na serraria. No estaleiro, construíam-se barcos para 8 ou 12 passageiros. Conta-se que em 1934 foi feito o lançamento do navio “Monte Pascoal”, com capacidade para transportar 8 mil sacas de cacau [...]. Mas uma tragédia marcaria a história de Caraíva. Ao meio-dia de 26.07.1948 a caldeira da serraria explodiu, matando seu maquinista e arremessando peças de ferro a grande distância. (ARANTES, 2001, p. 109-110)

O declínio da economia que se seguiu à desativação do estaleiro provocou o esvaziamento da vila, que viu desaparecer o cartório, a linha do telégrafo, os armazéns e casarões, símbolos da breve pujança que fazia de Caraíva o núcleo urbano mais

dinâmico da região, fato ainda citado pelos mais velhos. Após o acidente, permaneceram ali os descendentes dos índios, que retornaram às suas atividades tradicionais, como as descritas pelo príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (*apud* ARANTES, 2001).

Atento a tudo, o príncipe não esqueceu de observar o dia-a-dia dos moradores: “Vivem eles de suas plantações, da pesca no rio e no mar, tirando da floresta estopa e embira, que vendem em Porto Seguro. Sendo raras e extremamente caras, na costa, a pólvora e as balas, fazem, em parte, nas caçadas, uso dos arcos e das flechas, que vão buscar aos pataxós, nas florestas vizinhas, trocando por facas. [...] Se bem tenham sido aí colocados pelo ouvidor com o fim expresso de ajudar os viajantes a passar o rio, [...] vivem sobretudo nas suas roças situadas nos arredores.”. (ARANTES, 2001, p. 108-109)

A descrição desses costumes pouco difere do que podia ser relatado sobre Caraíva até 1974, quando a vila foi tombada como patrimônio nacional e a maior parte da população, cerca de 400 habitantes, então, sobrevivia exclusivamente do extrativismo marinho e florestal. A transformação de Caraíva em destino turístico, a partir da década de 1980, rompeu seu isolamento pela segunda vez e promoveu significativa mudança na economia local, com grandes impactos na paisagem e nos costumes. A população, que hoje alcança cerca de 900 pessoas (aproximadamente 40% não nativos), vive principalmente de pequenos negócios imobiliários e serviços de turismo — restaurantes e pousadas. Também nos anos 80, moradores da Vila “invadiram” terras “sem dono” das vizinhanças e fundaram um segundo núcleo urbano do outro lado do rio — Nova Caraíva, hoje com cerca de 1.000 habitantes —, abrigando as primeiras famílias que venderam propriedades aos “turistas” que chegavam, além de migrantes, boa parte deles deslocados após a quebra da lavoura cacaueteira no Sul da Bahia, na mesma década.

Ainda hoje é significativa a atividade da pesca artesanal e uma forte herança indígena se esconde por trás dos costumes adquiridos pelo contato com a cultura luso-brasileira e a economia capitalista. É possível enxergar Caraíva como um lugar de índios que optaram por viver como “não índios”, herança que remonta ao primeiro contato com os jesuítas, dando origem a uma cultura brasileira singular. O povoado se situa em

uma pequena ponta de terra (Figura 29), a seis quilômetros da aldeia de Barra Velha, no Território Indígena Pataxó, onde vive grande parte de parentes dos moradores de Caraíva.

A passagem do vilarejo índio de Cramimoã para a vila de pescadores e posterior vila turística de Caraíva pode até esconder a identidade original do povoado dos olhos desatentos, mas não impede o afloramento de saberes e afetos em relação ao ambiente, herança da cultura indígena do lugar, que se manifesta, principalmente, na relação dos nativos com as águas e a floresta, ainda hoje ligadas à sua sobrevivência (Figuras 30 e 31).

Figura 29
Vista aérea de Caraíva



Figura 30

Caraíba vista do rio: vila turística de pescadores



Foto: Margarete Maria de Araújo Silva

Figura 31

Rio visto de Caraíva: herança indígena e extrativismo



O distrito de Caraíva, pertencente ao atual município de Porto Seguro, foi delimitado a partir da demarcação do *Parque Nacional de Monte Pascoal*, em 1961 (BRASIL, 1961), sem que houvesse, na época, qualquer caracterização desse território como terra indígena, apesar da ocupação histórica dessas terras pelos Pataxó. Tal omissão se deu, provavelmente, em virtude de um trágico evento, dez anos antes, no qual moradores da aldeia de Barra Velha foram atacados e expulsos de suas terras pela Polícia Militar da Bahia, gerando o evento conhecido como *Diáspora Pataxó* da década de 1950 (BRASIL / FUNAI, 2008, p. 112).¹¹¹ Os indígenas, no entanto, paulatinamente, retornaram ao seu território na década seguinte e refundaram Barra Velha, a que chamam de “aldeia mãe”, no mesmo local em que existia um aldeamento antigo, provavelmente fundado no século XIX, junto à antiga foz do rio Corumbau (GRUNEWALD, 1999, p. 88). Seus direitos territoriais foram reconhecidos em meados da década de 1980, com a demarcação de suas terras e a divisão do Parque para constituição da Terra Indígena de Barra Velha (T. I. Barra Velha), com área de 8.627 ha. Hoje os Pataxó reivindicam tanto a posse de todo o território do Parque, quanto sua expansão para formação de um território indígena de 52.748 ha, processo ainda em tramitação na justiça brasileira (como já mostrado no Mapa 1).

A população da T. I. Barra Velha, estimada em cerca de 3.000 pessoas distribuídas em 12 aldeias,¹¹² participa de um processo coletivo de recuperação de saberes e conhecimentos originais da etnia Pataxó — processo que integra todas as Terras Indígenas Pataxó da região¹¹³ e que inclui a recriação de sua língua extinta a partir do resgate de vocábulos originais ainda conhecidos e a fusão com elementos do Maxakali, de cuja família linguística a Pataxó fazia parte.¹¹⁴ Por outro lado, esse

¹¹¹ O que pode ser relatado desse acontecimento um tanto obscuro é que dois indivíduos, com supostas motivações políticas, teriam convencido os Pataxó a “invadir” e expulsar proprietários de fazendas da região, bem como a cortar os meios de comunicação (linhas de telégrafo) com a capital, gerando a notícia de uma rebelião indígena, brutalmente reprimida pelo governo do Estado, através de um “ataque militar” à aldeia, seguido de assassinatos, incêndio das moradias e fuga dos índios “para o mato” (SAMPAIO, 2000, p. 7).

¹¹² Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Trevo do Parque, Aldeia Nova, Pé do Monte, Corumbauzinho, Águas Belas, Craveiro, Bugigão e Cassiana (BRASIL / FUNAI, 2008, p. 112).

¹¹³ Além da TI de Barra Velha (ou T.I. Monte Pascoal, em caso de ampliação do Território Pataxó), as Terras Indígenas de Imbiriba, Coroa Vermelha, Aldeia Velha e Mata Medonha, nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

¹¹⁴ A essa nova língua chamam Patchohã.

processo de resgate se relaciona de forma inusitada com a economia do turismo de Porto Seguro, sendo a produção e venda de artesanato, serviços de transporte (passeios de “bugue”) e a criação de “receptivos turísticos” indígenas para apresentação de cantos e danças algumas das principais fontes de renda das famílias indígenas desse território (Figura 32).

Se o impacto do turismo mudou a configuração da economia regional e da sociedade local, o maior impacto sobre o ambiente e a cultura, no entanto, teria se iniciado bem antes, com a abertura e posterior asfaltamento da BR 101, no início da década de 1970. A implementação, com incentivos fiscais do governo federal, do pólo madeireiro de Itabela, atraiu para a região famílias migrantes e serrarias vindas do estado do Espírito Santo, ao sul. A partir dessa época, teve início o processo intensivo de substituição da floresta, em que a extração e o beneficiamento de madeiras nobres se fizeram acompanhar pela instalação de carvoeiras e implantação de pastagens para pecuária extensiva. Nesse contexto, as florestas originais do *Corredor* passam a ser as maiores fornecedoras de madeira para as serrarias da região (e, através delas, para as cidades brasileiras da Mata Atlântica, naquela época, ainda, em processo de expansão acelerada), sendo sua paisagem radicalmente transformada em apenas três décadas — principal expressão de uma intensiva dinâmica de transformação do uso do solo regional (Figura 33).

Figura 32

Receptivo indígena no rio Caraíba – TI Barra Velha



Fotos: Margarete Maria de Araújo Silva

Figura 33

Paisagem típica das fazendas de gado em 2004



Fotos: Ana Elisa Brina

Em meados da década de 1980, quase toda a floresta atlântica havia sido retirada e o processo de desmatamento, obviamente, já não se dava na mesma velocidade. Nesse momento, surge no corredor a atividade que se torna o mais forte determinante do ambiente socioeconômico regional: a silvicultura para produção e celulose. Do ponto de vista estrito da conservação da biodiversidade, tal situação terminou por se configurar como fator de impacto altamente positivo, uma vez que retirou das encostas um dos principais agentes impeditivos da regeneração natural das florestas: o pisoteio do gado (Figura 34).¹¹⁵

A retirada das principais fontes de impacto sobre o ambiente florestal (gado e fogo), o cumprimento da legislação ambiental pelas empresas de celulose e a alta resiliência da floresta nesta região foram, talvez, os principais responsáveis para que se verificasse, pela primeira vez em décadas, a ampliação da cobertura florestal secundária no território do corredor (Figura 35), mesmo com a continuidade do desmatamento, significativo até hoje.¹¹⁶ Entretanto, para o que mais nos interessa aqui — o saldo em termos de biodiversidade —, os resultados continuam a ser claramente negativos, uma vez que a maior diversidade de flora e fauna ainda existentes se concentra nas florestas mais antigas — justamente as que ainda estão sendo retiradas — e boa parte das espécies da região, mais exigentes em termos de habitat, não encontra, de imediato, novos abrigos nas capoeiras e florestas secundárias em crescimento.

¹¹⁵ Note-se, na segunda imagem da Figura 34, a diferença de cobertura florestal, em uma mesma encosta degradada, entre uma propriedade dedicada à pecuária e uma propriedade dedicada à silvicultura, resultado comparativo que pode ser observado com facilidade em toda a região.

¹¹⁶ O corredor se beneficia ainda do fato da maior empresa de celulose instalada na região, a Veracel, praticar um coeficiente de 50% de áreas dedicadas às florestas produtivas, reservando inteiramente os 50% restantes para regeneração natural ou induzida de florestas nativas.

Figura 34

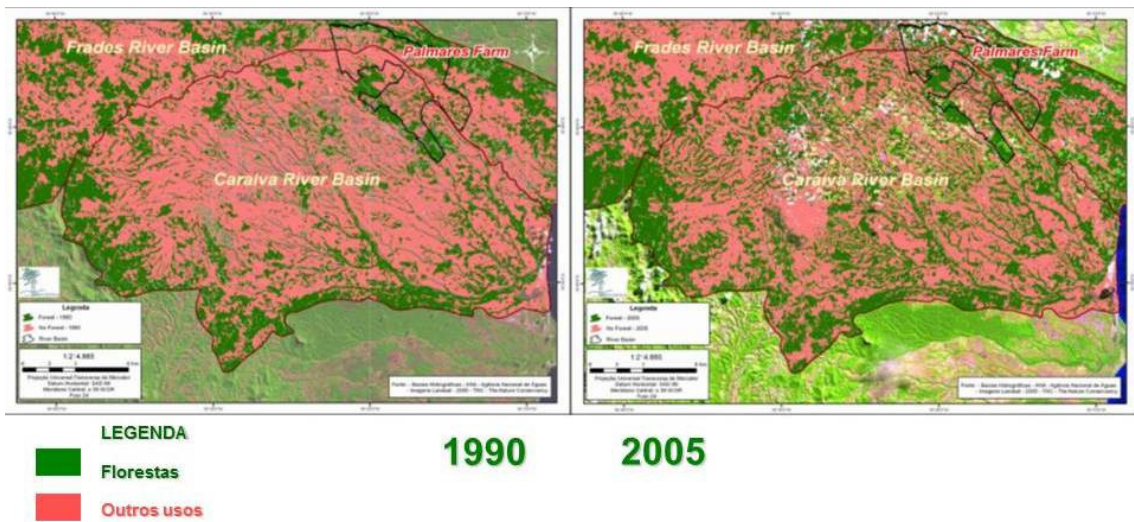
Paisagem típica das fazendas de eucalipto em 2004



Fotos: Ana Elisa Brina

Figura 35

Cobertura florestal no corredor Monte Pascoal Pau Brasil (1990 – 2005)



Fonte: Instituto BioAtlântica

A abundância de chuvas associada ao clima quente da região gera uma produtividade florestal difícil de ser atingida em outras partes do planeta, o que potencializa, também, a altíssima capacidade de regeneração natural das matas nativas. O crescimento recorde do eucalipto no extremo sul da Bahia (6 a 7 anos para corte, contra 20 anos na Austrália e 50 anos na Escandinávia), induzido também pela pesquisa em clonagem e engenharia genética das empresas, propicia a tendência da silvicultura substituir, já nas próximas décadas, a pecuária como atividade predominante na bacia, sendo o atual projeto de duplicação da Veracel um forte indício a favor dessa tendência.

Trata-se, certamente, de uma boa notícia para as florestas nativas, mas os benefícios políticos e sociais efetivos dependerão fortemente da adoção de outro modelo de negócio por parte das empresas de celulose: se os plantios de eucalipto no corredor não se configuram como problema ambiental *stricto sensu*, o mesmo não se pode afirmar sobre os impactos sociais. Mesmo que o saldo regional de postos de trabalho seja positivo, o desemprego dos trabalhadores rurais com baixa qualificação técnica das antigas propriedades é um passivo não solucionado. Além disso, as empresas de silvicultura da região ainda praticam um modelo de negócio que se apoia em alta concentração fundiária — modelo concebido e subsidiado pelos governos militares na década de 1970 —, mantendo-se expostas a acusações de competição com a agricultura familiar, elevação do custo da terra e consequente inviabilidade de programas de reforma agrária, para as quais não possuem os mesmos convincentes argumentos de defesa que sustentam em relação aos benefícios para a biodiversidade.

No início da década de 1980, antes mesmo da chegada do eucalipto, começava a se tornar patente, para os moradores da foz do rio Caraíva, a diminuição de volume e o assoreamento de corpos d'água, principalmente dos afluentes do rio principal. Também começava a ser observada maior mortandade de peixes e caranguejos, além de relatos de secamento de nascentes e deslizamentos de encostas nas fazendas da região. Surgem, nesse momento, em Caraíva, as primeiras conversas sobre reposição de matas nas cabeceiras dos rios e os primeiros questionamentos das atividades econômicas desenvolvidas na bacia, com destaque para uma forte desconfiança em relação às grandes plantações de eucalipto, inicialmente identificadas, pela população, como as

principais causadoras dos problemas verificados. Desde o início, portanto, se configurava, claramente, uma *dupla vontade* — de ação e de conhecimento — direcionada para identificação e erradicação das causas, além de reversão, dos impactos observados sobre as águas na foz do rio Caraíva.

No final dos anos de 1990, as conversas sobre intenções de recuperação das florestas da bacia avançaram, incluindo pessoas chave de duas organizações locais,¹¹⁷ e começaram a ultrapassar os limites da vila e do município. À medida que tais conversas avançavam, uma significativa mudança política e organizacional na região também estava em andamento, com consequências definitivas para o trabalho que se iniciava: a criação da RESEX (Reserva Extrativista Marinha de Corumbau), em 2000. Nesse processo, agentes nativos de Caraíva tiveram os primeiros contatos com conteúdos científicos e informações sobre meio ambiente e organização social, além de vivenciarem um processo de transferência de poder do Governo Federal para agentes locais, nunca antes imaginado, muito menos experimentado.

A participação de nativos e pescadores das associações comunitárias das vilas de pescadores no Conselho Deliberativo da RESEX Corumbau teve impacto imediato na correlação de forças local, provocando uma expressiva reconfiguração do universo político de Caraíva e Nova Caraíva. Este Conselho passou a ser responsável pelas decisões sobre pesca e serviços de turismo na Reserva Extrativista, apoiado por agentes federais do então IBAMA,¹¹⁸ quebrando a tradição de dominação econômica externa e impondo reserva de mercado para pescadores, navegadores e operadores de turismo nativos no território marítimo da RESEX. A proibição da pesca intensiva por barcos “estrangeiros” trouxe, em poucos anos, uma fartura de peixes no mar há muito não vista. Trouxe, também, o poder para as mãos dos nativos, pela primeira vez no papel de

¹¹⁷ ANAC (Associação dos Nativos de Caraíva) e PROECO (Associação Pro Ecoturismo de Caraíva), esta composta principalmente por pequenos empresários de serviços turísticos do lugar. Representantes da PROECO, apesar de sempre chamados às reuniões, quase nunca se faziam presentes, o que, na época, foi considerado como evidência de desinteresse. Na verdade, essa ausência veio a se revelar como sinal de perda da vitalidade e poder político local.

¹¹⁸ Hoje a gestão das Unidades de Conservação (Ucs) federais, nas quais se incluem as Reservas Extrativistas Marinhas, são responsabilidade do ICMBio (Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade).

protagonistas, não apenas na política local, mas na gestão efetiva de uma Unidade de Conservação federal.

Os projetos que surgiram das primeiras conversas se apoiaram nessa força política emergente dos nativos e em outra organização ambientalista recém fundada em Itabela, município a oeste de Porto Seguro, o Grupo Ambiental Natureza Bela — que tinha, entre seus fundadores, o então presidente do Sindicato Patronal Rural de Itabela, que reúne os proprietários de terra do município. Logo de início, foi combinado que as três organizações — Associação dos Nativos de Caraíva, Natureza Bela e Instituto Cidade — elaborariam, juntas, uma proposta que integrasse as intenções de cada grupo, em busca de financiamento para um projeto com gestão tripartite. A estas vontades viriam a se juntar, em 2002, as intenções de financiadores internacionais, que se reuniram em um Fundo para proteção da biodiversidade nos *hotspots* do planeta.¹¹⁹ Esse encontro original de vontades e interesses confluentes foi o responsável pelo primeiro embrião da rede de gestão territorial compartilhada, que viria, posteriormente, a criar o *Corredor Ecológico Monte Pascoal Pau Brasil*, a partir de um projeto voltado para restauração de florestas e proteção das águas na bacia hidrográfica do rio Caraíva.

A estratégia principal das ações apoiadas pelo Fundo seria a de promover ações de conservação da biodiversidade baseadas no conceito de *corredor ecológico*. A Conservation International, uma das organizações mentoras e, também, a gestora do CEPF, apresentava o conceito de corredor através da idéia de uma *linha evolutiva*, mas que poderia ser mais bem caracterizada como uma *sequência cumulativa* de ações concomitantes e complementares. À fragmentação do bioma, responsável pelo isolamento de ilhas de biodiversidade concentrada, corresponderia a solução clássica de unidades de conservação protegidas pelo Estado, a serem posteriormente conectadas por novas florestas nativas repostas nos interstícios e protegidas por “zonas tampão”, com uso do solo regulado pelo Estado. A última etapa dessa evolução cumulativa seria a implantação de um mosaico de atividades econômicas sustentáveis entre os fragmentos (Figura 36).

¹¹⁹ O já citado CEPF: Critical Ecosystem Partnership Fund.

Figura 36
Evolução do conceito de Corredor Ecológico



Fonte: CI; IESB (2000, p. 4).

A dificuldade inicial residiria no fato de que a conectividade pretendida deveria ser restabelecida através das propriedades particulares daqueles que foram, também, provavelmente, responsáveis pelo desflorestamento e conseqüente fragmentação. Se também aqui a questão da inclusão dos proprietários rurais não parece estar suficientemente desenvolvida, pelo menos os formuladores da estratégia têm o mérito de citá-los como eventuais beneficiários de novos instrumentos econômicos disponíveis para a estratégia de criação de corredores, tal como o *Pagamento por Serviços Ambientais*.¹²⁰

A associação entre as ciências econômicas e biológicas [...] indicam novas soluções para a viabilização dos corredores de biodiversidade. A principal contribuição é o fato de que as políticas de conservação do governo podem custar menos para a sociedade [...] quando permitirem que os proprietários de terra optem por receber compensação pelos seus esforços de conservação. [...] Se o Plano de Conservação identificar onde a terra fornecerá os maiores serviços ambientais e onde usos econômicos alternativos são os mais baixos, a compensação proporcional aos proprietários rurais para a conservação pode custar menos do que a aplicação uniforme de restrições do uso da terra. [...] os proprietários terão a oportunidade de comercializar não apenas bananas, cacau e outros produtos de suas terras, mas também os serviços ambientais produzidos por elas. (CI; IESB, 2000. p. 13)

Nesse rumo, a *proteção das águas* através da reposição de florestas nativas em margens de rios e áreas de recarga, presente desde as primeiras conversas em Caraíva, serviu de eixo consensual, entre as três organizações proponentes, para a elaboração da proposta inicial ao CEPF.¹²¹ A participação de um presidente de Sindicato Rural e de membros da Associação dos Nativos de Caraíva, desde os primeiros momentos, foi fundamental para demonstrar a possibilidade desse consenso para além das fronteiras

¹²⁰ O pagamento por serviços ambientais (PSA) é o instrumento pelo qual proprietários de terras recebem recursos financeiros para conservar porções de um ecossistema que prestariam determinados “serviços” para a sociedade. O exemplo mais conhecido é o pagamento pela “produção” de água limpa, como no caso da cidade de Nova Iorque, que paga a proprietários rurais à montante para que conservem a vegetação nativa em áreas de recarga e as nascentes, possibilitando a distribuição de água sem tratamento intensivo para toda a população da metrópole. O mesmo raciocínio é utilizado na lógica dos *créditos de carbono florestal*, em que os “serviços” de mitigação dos impactos do efeito estufa são “vendidos” para interessados em neutralizar suas emissões de *gases do efeito estufa* (GEF).

¹²¹ Recuperação da Mata Atlântica e Proteção das Águas na Bacia do Rio Caraíva.

da comunidade científica e do movimento “ambientalista”. As ideias iniciais eram simples: conversar com proprietários rurais da bacia e identificar interessados em disponibilizar parte de suas terras para reposição de florestas nativas em cabeceiras e beiras de rio, com recursos do CEPF. As conversas começavam pela proteção de nascentes e riachos, passando pela revitalização das terras e valorização das propriedades, para finalizar com a conexão de remanescentes e corredores de biodiversidade. O objetivo geral determinado foi a criação de um *processo permanente* de recuperação ambiental, proteção de águas e biodiversidade regional, através de uma experiência piloto de mobilização social e ampliação da rede inicial de organizações consorciadas para gestão compartilhada de projetos na bacia do rio Caraíva — território posteriormente redesignado como *Corredor Ecológico Monte Pascoal Pau Brasil*.

O alicerce desse processo se manifestaria na existência e continuidade de um *movimento de cidadania*, apoiado em uma rede de organizações consorciadas para atuação integrada e em um grupo de agentes locais capazes de atuar, como protagonistas, tanto em processos de conservação e restauração de florestas, como nos de planejamento e gestão do território. Desde o início, as organizações locais constituiriam um conselho gestor tripartite, compartilhando recursos e responsabilidades em relação a resultados coletivamente definidos, tendo como meta a ampliação e fortalecimento dessa rede de gestão compartilhada, através da inclusão de outras organizações ambientalistas, comunitárias e sindicais da região. O projeto se iniciaria com recursos financeiros do CEPF que passariam a ser considerados e geridos como *recursos públicos*.¹²²

O sistema de planejamento e gestão territorial se apoiava na integração e complementação de saberes. O conhecimento local sobre o ambiente era profundo, mas também fragmentado: moradores que viveram a infância em roças dentro da mata muito sabiam sobre lugares, rios, proprietários, árvores e animais, mas, de imediato, não manifestavam conhecimento sobre ciclo da água, bacia hidrográfica, biodiversidade, corredores ecológicos e regeneração das florestas. Como se esperava,

¹²² No sentido de que se tratava de recursos totalmente dedicados à efetivação de interesses públicos, coletivamente identificados.

em virtude dos saberes conquistados no convívio com a floresta, estes conceitos foram facilmente compreendidos e absorvidos, passando a integrar o vocabulário comum das conversas do lugar.

O projeto se iniciou com o reconhecimento do território, processo em que agentes locais e consultores percorreram juntos todas as estradas vicinais para identificação de impactos e caracterização da situação ambiental de todas as sub-bacias do rio Caraíva. O resultado inicial mais significativo talvez tenha sido a revelação, para os agentes locais, de outra lógica de percepção do território — da bacia hidrográfica como unidade de conhecimento e dos rios como veículos de comunicação e transmissão de impactos —, o que organizava a compreensão de que a causa da mortandade de peixes, por exemplo, poderia estar a dezenas de quilômetros de distância no interior.

A segunda prioridade de ação decidida foi a promoção de encontros de cidadãos, oportunidade para as primeiras conversas com moradores e fazendeiros do território: após o verão de 2005, agentes de Caraíva saíram pelas mesmas estradas, comunicando aos proprietários e moradores dos outros núcleos urbanos do território a oportunidade destes encontros em que, além de apresentações de trabalhos de organizações ambientalistas, setor público e empresas, se identificavam vontades e interesses comuns nos trabalhos em curso na região. Ao final de cada encontro, foram realizados os primeiros mutirões para recomposição de florestas nativas, com participação significativa de moradores locais em áreas cedidas por proprietários rurais da bacia (Figura 37).

Ao maior conhecimento da bacia por parte dos agentes locais seguiu-se um rico debate sobre a melhor forma, ou o melhor caminho, para conectividade dos dois Parques Nacionais que determinavam a existência do *Corredor* (Mapa 2). A primeira escolha consensual recaiu sobre o chamado *caminho dos rios*, com a determinação de prioridade de atuação nas sub-bacias do Jambreiro, Capoeira e o baixo vale do Caraíva, solução que contemplava, simultaneamente, a lógica das águas, das terras e dos interesses dos proprietários. Era, também por isso, o *caminho do menor esforço*, uma vez que os plantios de florestas poderiam ser feitos ao longo dos rios, nas encostas dos

“boqueirões” e Áreas de Preservação Permanente (APP),¹²³ com menor necessidade de interferência nos tabuleiros, onde se localizam a maior parte das atividades agropecuárias (Mapa 3).

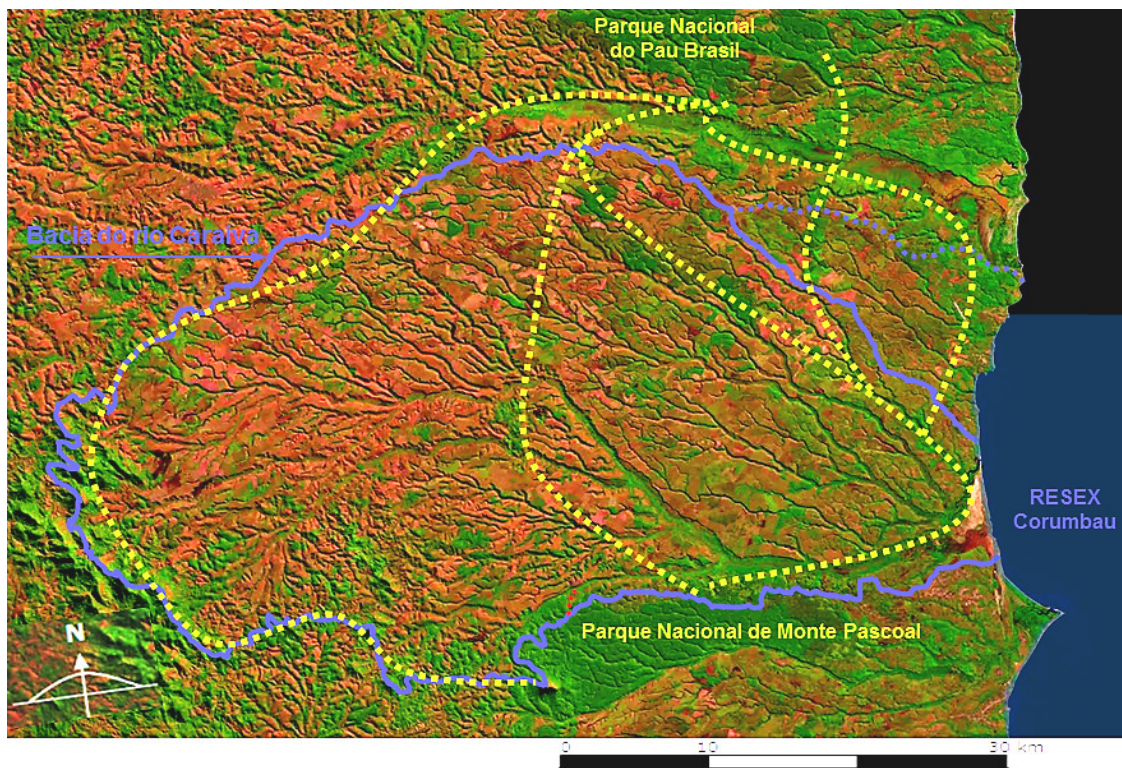
Figura 37

Primeiros mutirões de restauração florestal



¹²³ *Boqueirão* é o nome local para os vales dos rios acompanhados por encostas de alta declividade, típicos da *Formação Barreiras* — unidade geológica presente ao longo de toda a zona costeira situada entre os estados do Rio de Janeiro e Pará, caracterizada morfologicamente por extensos tabuleiros recortados por vales fluviais “aproximadamente perpendiculares” à linha da costa (FURRIER *et al.*, 2006, p. 65). Situadas em torno e ao longo de corpos d’água, além de encostas de alta declividade e topos de morro, as Áreas de Preservação Permanente são as porções de áreas rurais privadas em que o Código Florestal brasileiro determina restrição absoluta em relação à retirada da vegetação original, a não ser em casos de manifesto interesse público.

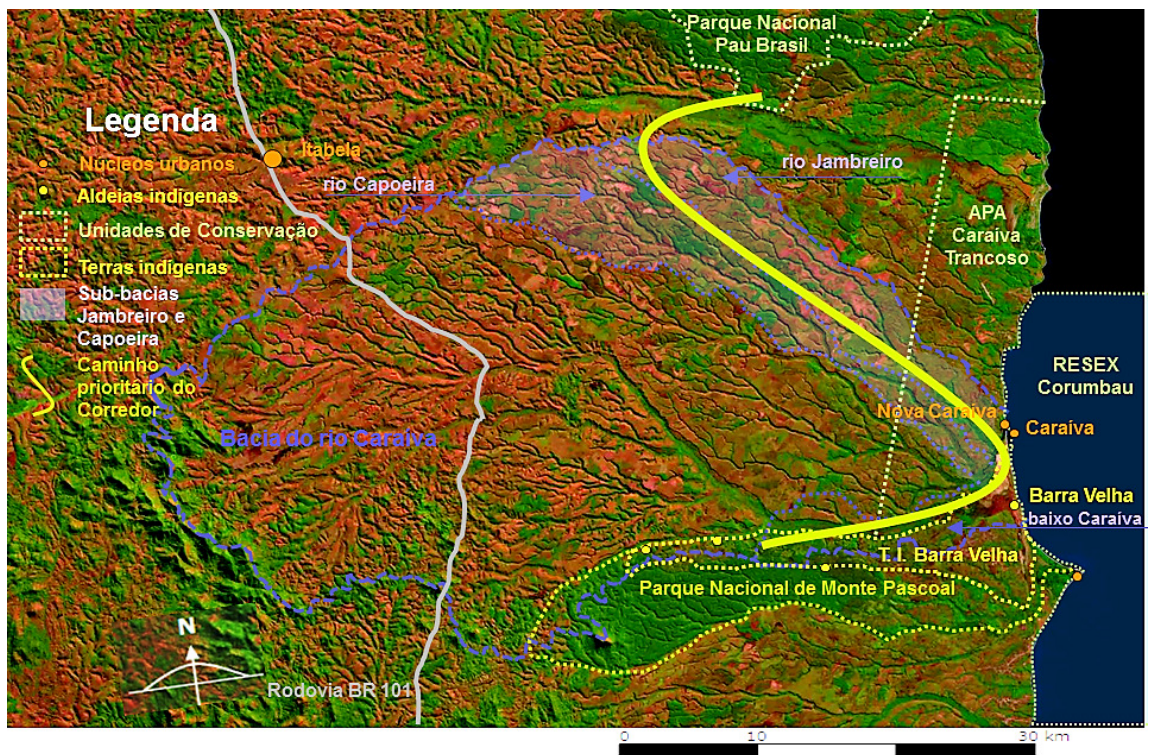
Mapa 2
Alternativas de caminhos prioritários para o corredor



Mapa elaborado sobre imagem cedida pela Associação Flora Brasil.

Mapa 3

Caminho prioritário do Corredor — sub-bacias dos rios Jambreiro e Capoeira



Elaborado sobre imagem cedida pela Associação Flora Brasil.

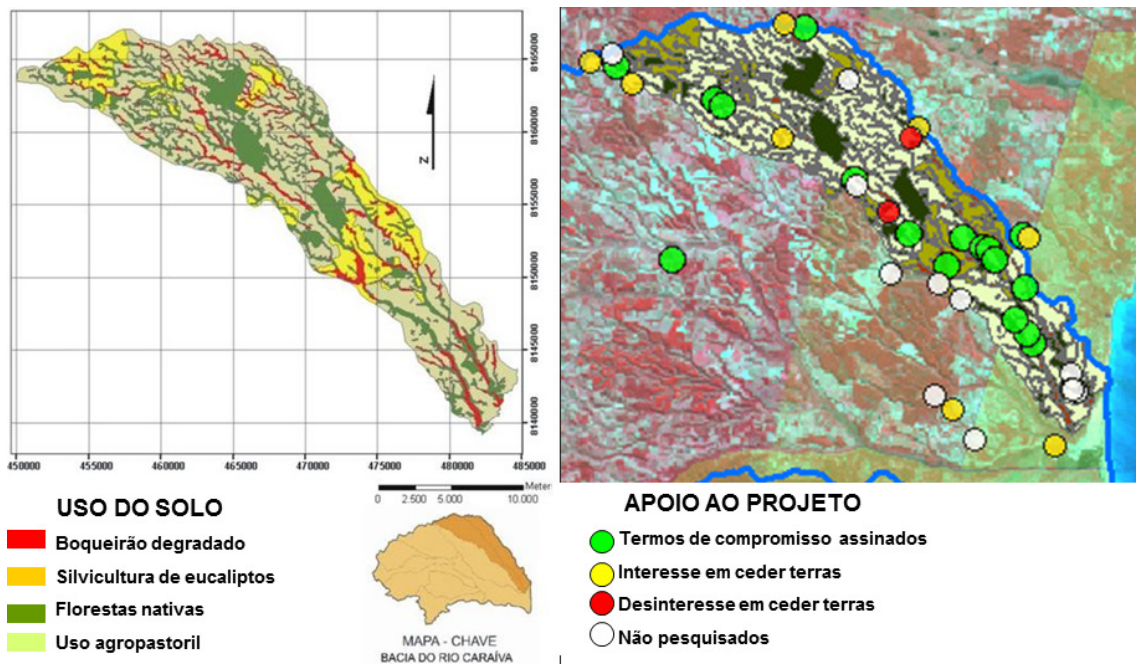
A escolha das sub-bacias como caminho prioritário para o mini-corredor definiu um território e o universo de uma pesquisa-ação mais concentrada: agentes de Caraíva e Itabela visitaram mais de uma centena de proprietários rurais para gerar um mapa de apoio aos processos de recomposição florestal, complementados por outra pesquisa desenvolvida na pós-graduação em Geoprocessamento do IGC / UFMG, que mapeou o uso do solo e o apoio dos proprietários rurais nas sub-bacias prioritárias (Figura 38).

O resultado da pesquisa não deixou de ser surpresa para os agentes do projeto, em virtude da alta incidência de respostas positivas de produtores rurais (ver Anexo 1). Por outro lado, ficava claro que a capacidade de atendimento do projeto, em seus primeiros anos, era muitíssimo inferior à demanda que se revelava, determinando o próximo desafio para os agentes do movimento: a captação de novos recursos, para atendimento desta demanda e ampliação da escala de recomposição florestal.

Os resultados parciais alcançados nos primeiros anos de mobilização social e articulação institucional propiciaram condições para que esse desafio fosse equacionado nos anos seguintes, principalmente através da inclusão de importantes organizações ambientalistas nacionais e internacionais na rede de gestão compartilhada do Corredor (ver Anexo 1).

Figura 38

Uso do solo e manifestações de apoio ao projeto nas sub-bacias prioritárias



Fonte: CHAVES (2005).

A Conservação Internacional, gestora do CEPF, acompanhando o projeto desde sua concepção, já participava também como avaliadora e certificadora dos resultados. Logo no primeiro *Encontro de Cidadania*, em abril de 2005, o IBio (Instituto BioAtlântica) se fez presente. Apresentou sua prioridade de conservação ambiental em terras privadas, tornando-se importante articulador da ampliação da rede de organizações gestoras do *Corredor*.¹²⁴ Desde esse momento, passou a apoiar os processos de negociação com a Veracel, para contratação da CooPlantar para o Programa Mata Atlântica¹²⁵ e com a TNC, para transformação do *Corredor* em um projeto modelo para reedição em outros lugares.

O IBio e a TNC foram responsáveis pela inclusão do LERF e RIOESBA nos processos de transferência de conhecimento para a Cooperativa de Reflorestadores.¹²⁶ Também financiou a oficina de planejamento participativo em que se deu a elaboração coletiva do projeto *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil — conectando pessoas e florestas*, elaborado coletivamente por representantes de outras 19 organizações da região. Na mesma época, a TNC propôs que o *Corredor Monte pascoal Pau Brasil*

¹²⁴ Criado no Rio de Janeiro em 2002 pela Conservação Internacional, Petrobrás, Veracel, DuPont e Aracruz (hoje Fibria), tendo como outros associados a TNC (*The Nature Conservancy*) e Furnas Centrais Elétricas, “O Instituto BioAtlântica (IBio) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que visa à conservação e restauração da Mata Atlântica [...] [atuando] como catalisador de parcerias, criando pontes entre os diversos setores da sociedade, desde o empresarial até o científico, passando pelos ambientalistas, pelos proprietários rurais, pelas comunidades e pelas diferentes instâncias do poder público.” (Apresentação do IBio, disponível em: <<http://www.bioatlantica.org.br/ibio.asp>>). A TNC (*The Nature Conservancy* do Brasil) é uma das mais antigas organizações ambientalistas do mundo, presente em 34 países. “Criada em 1951, [...] é uma organização sem fins lucrativos voltada para a conservação da natureza. [...] No Brasil, a TNC atua desde a década de 80 e tornou-se uma organização brasileira em 1994.” (Disponível em: <<http://www.nature.org/ourinitiatives/regions/southamerica/brasil/>>). Os principais articuladores do IBio e da TNC, nesse momento, foram, respectivamente, os engenheiros florestais Carlos Alberto Mesquita e Gilberto Tiepolo.

¹²⁵ Projeto resultante do compromisso da empresa com o Banco Mundial para restauração de 200 ha por ano de florestas nativas, por 4 anos, período estendido voluntariamente pela empresa por mais dois anos.

¹²⁶ O LERF (Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal), sediado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ – USP), é o principal centro de referência em ecologia da restauração florestal no bioma Mata Atlântica, abrigando atividades de pesquisa, graduação e pós-graduação. (Outras informações sobre o LERF estão disponíveis em: <<http://www.lerf.esalq.usp.br/index.html>>). A RIOESBA (Rede de Sementes Florestais da Mata Atlântica), sediada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), “[...] é um sistema de parceria [...] de várias instituições do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia visando estruturar as condições necessárias para a produção de sementes florestais [...] que venha, a médio prazo, possibilitar a produção de sementes florestais e o intercâmbio de informações [...] e que envolva também as comunidades rurais neste processo” (Disponível em: <<http://www.if.ufrj.br/rioesba/rioesba.html>>).

abrigasse uma experiência piloto de financiamento de restauração florestal através da venda de créditos de carbono no mercado voluntário. Para tanto, financiou a elaboração de um projeto que reunia as organizações que já atuavam juntas nos processos de restauração — ANAC, ASCBENC, CooPlantar, Natureza Bela, Instituto Cidade, IBio e CI, além da própria TNC.

Esse esforço coletivo tinha um objetivo duplo: a ampliação da escala de reposição de florestas no *Corredor* e a consolidação de uma experiência-modelo que pudesse ser reeditada em outras regiões e lugares da Mata Atlântica. Como meta inicial foi determinada a certificação do projeto junto ao CCBA — Aliança pelo Clima, Comunidade e Biodiversidade ¹²⁷ —, o que implicaria em detalhamento de todos os procedimentos de restauração, bem como a implantação de um sistema de monitoramento de impactos sociais e ambientais, que passariam a ser objeto de auditorias internacionais (CCBA, 2008). Através da certificação, o projeto se habilitava a captar recursos privados no mercado voluntário de carbono, com possibilidade de ampliação significativa da escala de restauração, até então fortemente contingenciada pela falta de recursos públicos e privados especificamente direcionados para reposição de florestas nativas. A expectativa das organizações consorciadas era a de que a venda de créditos de carbono financiassem não apenas os processos de reflorestamento, mas, também, o sistema de monitoramento de impactos. O território determinado para certificação também se ampliava, para além dos limites das sub-bacias prioritárias (Mapa 4).

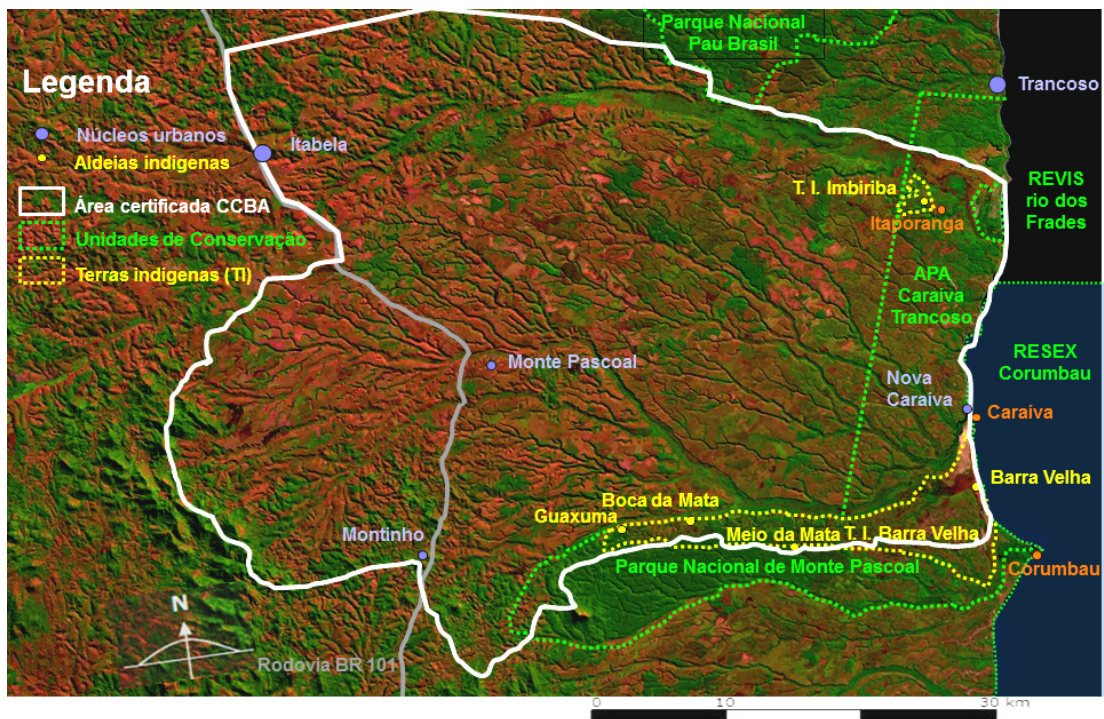
As oito organizações proponentes constituíram um Conselho Gestor, para deliberação coletiva sobre todas as atividades e questões estratégicas do projeto —

¹²⁷ *The Climate, Community and Biodiversity Alliance* (CCBA) é uma iniciativa conjunta de instituições de pesquisa, corporações e organizações não governamentais, que formularam padrões de certificação de projetos para comercialização de créditos de carbono no mercado voluntário. O CCBA avalia projetos que tenham impacto positivo sobre o clima e tragam benefícios mensuráveis para a conservação da biodiversidade, o fortalecimento das comunidades locais e demais *partes interessadas* — ou eventualmente *impactadas* — presentes na área do projeto (CCBA, 2008). Entre os membros fundadores se encontram organizações internacionais, como a própria TNC e CI / *Center for Environmental Leadership in Business* (Disponível em: <<http://www.conservation.org/sites/celb/Pages/main.aspx>>), a *CARE* (Disponível em: <<http://www.care.org/>>), *Wildlife Conservation Society* (Disponível em: <<http://www.wcs.org/>>) e *Rainforest Alliance* (Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org/>>). (Ver também: <<http://www.climate-standards.org/who/index.html>>.)

captação de terras e compradores de créditos de carbono, orçamentos e formação de preços, transferência de conhecimentos, fortalecimento da rede, comunicação... —, e um consórcio executor, em que cada uma se responsabilizava por parte das atividades (Quadro 1), tendo sido o IBio escolhido para gerenciamento dos primeiros contratos de venda de créditos de carbono e serviços.

Mapa 4

Território certificado pelo CCBA para projetos de carbono florestal



Mapa elaborado sobre imagens cedidas pela Associação Flora Brasil e TNC.

Quadro 1

Consórcio Executor dos projetos de carbono florestal

ORGANIZAÇÃO	ATIVIDADES DO PROJETO
IBio	restauração florestal + gerenciamento executivo
CooPlantar	restauração Florestal
Natureza Bela	produção de mudas + monitoramento de impactos sociais
Instituto Cidade	monitoramento de impactos sociais
ASCBENC	monitoramento das áreas restauradas e impactos sociais
ANAC	monitoramento das áreas restauradas e impactos sociais
TNC	monitoramento de impactos sobre o clima (carbono removido)
C I	monitoramento de impactos sobre a biodiversidade

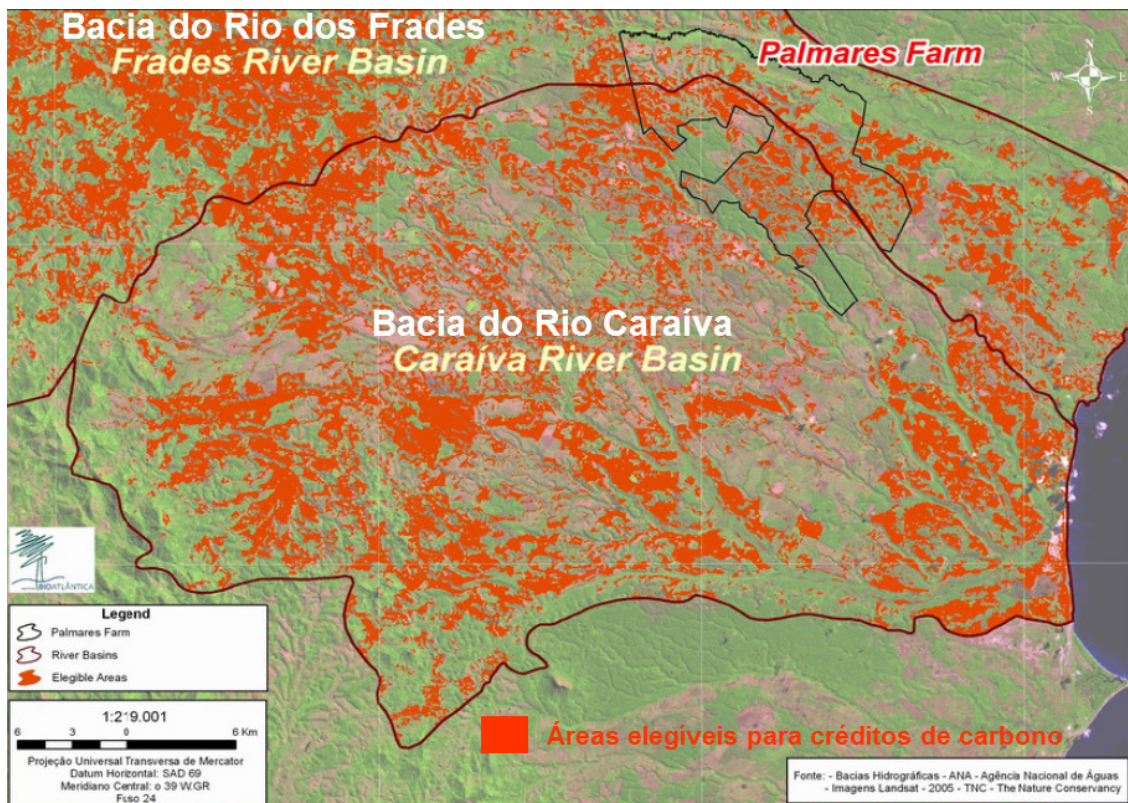
Para atenderem aos critérios de certificação, as áreas reflorestadas deveriam obedecer aos mesmos critérios de *elegibilidade* e *adicionalidade* do *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL), determinado pelo Protocolo de Quioto, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).¹²⁸ Para atendimento aos critérios de *elegibilidade*, as áreas passíveis de reflorestamento não poderiam ter sido desmatadas após o ano de 1990 (para não beneficiar áreas que sofreram processos recentes de desflorestamento), além de permanecer sem cobertura florestal — incluindo silvicultura — no presente (Figura 39). Complementarmente, as áreas não deveriam estar em processo médio ou avançado de regeneração natural, de forma que o projeto significasse uma efetiva *adição* ao que seria a história futura da área sem o projeto.¹²⁹ Na linguagem regional, isso significa que apenas “pastos limpos” e “pastos sujos” antigos, desmatados antes de 1990, poderiam abrigar processos de reflorestamento financiados pela venda dos créditos de carbono (Figura 40).

¹²⁸ O MDL é o “[...] mecanismo por meio do qual países desenvolvidos, e com compromissos quantificados de redução e limitação de emissões [...], podem abater parte dessas metas mediante aquisição de Reduções Certificadas de Emissão (RCEs) [os “créditos de carbono”] por projetos de MDL em países em desenvolvimento.” A UNFCCC “[...] (sigla em inglês de *United Nations Framework Conference on Climate Change*) é um acordo multilateral aprovado [...] durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. [...] Neste tratado internacional, as Partes signatárias reconheceram a mudança global do clima como “uma preocupação comum da humanidade”, e propuseram-se a elaborar uma estratégia global “para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras” (FRONDIZI, 2009, p. 13).

¹²⁹ Os créditos de carbono florestal que podem ser comercializados se referem exatamente a esse acréscimo: à diferença, projetada no futuro (trinta anos após o início do projeto), entre o carbono incorporado à vegetação da área se o projeto não existisse e o carbono efetivamente incorporado às novas florestas, com o projeto realizado.

Figura 39

Áreas elegíveis para créditos de carbono no Corredor



Fonte: Instituto BioAtlântica.

Figura 40

Áreas elegíveis típicas: “pasto limpo” e “pasto sujo”



Em 2009, o projeto *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil: clima, comunidade e biodiversidade* foi certificado pelo CCB como projeto padrão Ouro, tendo sido o primeiro projeto de restauração florestal brasileiro a obter esta certificação.¹³⁰ A partir de então, a venda de créditos de carbono possibilitou o início do reflorestamento em 318 ha nos primeiros dois anos.¹³¹ O esforço de articulação para essa iniciativa permitiu, ainda, que outros projetos direcionados para reposição de florestas nativas no *Corredor*, tendo como proponentes o mesmo grupo de organizações, captassem novos recursos para ampliação das áreas restauradas. Em julho de 2011, a soma dos contratos firmados já demonstrava a ampliação da escala demandada (Quadros 2 e 3).

A comparação dos dados dos Quadros 2 e 3 não deixa dúvidas: nos últimos 3 anos avaliados, de 2009 a 2011, os investimentos captados foram mais de 12 vezes maiores (a média anual de captação foi multiplicada por 15 e o valor de cada investimento multiplicado por 10) em relação aos 4 primeiros anos do projeto (2005 a 2008). Também as áreas contratadas foram multiplicadas por 5, com a média anual de captação de áreas sendo cerca de sete vezes superior no mesmo período de comparação (Tabela 1).

¹³⁰ CCB Gold, a mais alta classificação da certificadora — *Rainforest Alliance* —, denotando potencial de múltiplos benefícios para os três temas avaliados. (Os critérios de avaliação estão disponíveis em: <<http://www.climate-standards.org/standards/index.html>>. A versão em pdf do projeto certificado está disponível em: <http://www.climate-standards.org/projects/files/poa_dd_caraiva.pdf>.)

¹³¹ Os primeiros compradores (dados de outubro de 2011): Kraft Foods (18 ha), Natura (250 ha) e COELBA – Cia de Eletricidade do Estado da Bahia (50 ha).

Quadro 2
Investimento inicial no Corredor Monte Pascoal Pau Brasil (2005-2008)

Anos	Proponentes	Financiadores	Investimentos	Contrapartidas	Área (ha)	Atividades Financiadas (2005 - 2008)
		CEPF	R\$ 485.000,00		35	Mob. social, infra-estrutura, restauração experimental
2005-06	Instituto Cidade	Proprietários Rurais	R\$ -	R\$ 13.500,00	4	Plantios e manutenção com recursos próprios
		IBio	R\$ -	R\$ 1.430,00		Estudo de Uso do solo das sub-bacias prioritárias
		C I	R\$ -	R\$ 1.600,00		Estágio de agentes do projeto no Instituto Terra
2005-08	Natureza Bela	SENAR	R\$ -	R\$ 10.500,00		14 cursos de extensão rural e cooperativismo
2006-08	Natureza Bela	COELBA	R\$ 317,00	R\$ -	1	Mobilização social e articulação institucional
2008	IBio	Veracel, IBio, C I e TNC	R\$ -	R\$ 53.000,00		Oficina de Restauração Florestal – LERF ESALQ
2008	IBio	IBio, C I e RIOSBA	R\$ -	R\$ 20.500,00		Curso de coleta e manejo de Sementes Florestais
2008	IBio	IBio, C I e TNC	R\$ -	R\$ 4.300,00		Articulação institucional e oficina de planejamento
2008	CooPlantar	Veracel / Ibio	R\$ 208.000,00	R\$ 6.500,00	107	Contratação da CooPlantar / Programa Mata Atlântica
4	6	9	R\$ 693.317,00	R\$ 111.330,00	147	Médias
						R\$/ha ha/ano R\$/ano R\$/financiador
			Investimentos + Contrapartidas: R\$	804.647,00		R\$ 5.473,79 36,75 R\$ 201.161,75 R\$ 77.035,22

Quadro 3
Investimentos no Corredor Monte Pascoal Pau Brasil (2009-2011)

Anos	Proponentes	Financiadores	Investimentos	Contrapartidas	Área (ha)	Atividades Financiadas (2009-2011)
2009	TNC	TNC, Ibio, Ci e InCidade	R\$ -	R\$ 320.000,00	0	Elaboração de projeto para certificação
2009	Natureza Bela	COELBA	R\$ 50.000,00	R\$ -	0	Mobilização social e articulação institucional
2009	TNC	Carbono Kraft	R\$ 91.200,00	R\$ -	17	Restauração Florestal
2009-10	IBio	Carbono COELBA	R\$ 531.440,00	R\$ -	50	Restauração Florestal
2009-11	IBio	Carbono Natura	R\$ 2.217.872,00	R\$ -	250	Restauração Florestal e monitoramento de impactos
2009-10	IBio	Petrobrás	R\$ 2.020.000,00	R\$ -	103	Restauração Florestal
2009-10	IBio	Ministério Público	R\$ 154.398,32	R\$ -	12	Restauração Florestal
2010	IBio	CO2ZERO	R\$ 8.000,00	R\$ -	1	Restauração Florestal
2010-11	IBio	PCE	R\$ 562.274,70	R\$ 345.120,00	120	Restaur/conservação Florestal, mob. social, educação ambiental
2011-14	Natureza Bela	BNDES	R\$ 3.098.125,00	R\$ -	220	Restauração Florestal e monitoramento de impactos
3	3	11	R\$ 8.733.310,02	R\$ 665.120,00	773	Médias
			Investimentos + Contrapartidas: R\$	9.433.301,70		R\$/ha ha/ano R\$/ano R\$/financiador
						R\$ 12.203,50 257,7 R\$ 3.144.433,90 R\$ 793.937,27

Tabela 1
Comparação de resultados financeiros: 2009-2011 / 2005-2008

Anos	Proponentes	Financiadores	Investimentos	Contrapartidas	Área (ha)	R\$/ha	ha/ano	R\$/ano	R\$/financiador
2005-08 (4)	6	9	R\$ 693.317,00	R\$ 111.330,00	147	R\$ 5.473,79	36,8	R\$ 201.161,75	R\$ 77.035,22
2009-11 (3)	3	11	R\$ 8.733.310,02	R\$ 665.120,00	773	R\$ 12.203,50	257,7	R\$ 3.144.433,90	R\$ 793.937,27
Comparação	-0,5	1,2	12,6	6,0	5,3	2,2	7,0	15,6	10,3

Por outro lado, os custos efetivos da restauração florestal mais que duplicaram¹³², pressionando os orçamentos inicialmente planejados de tal forma que os recursos captados, paradoxalmente, não se mostraram suficientes para cobrir os custos de todas as atividades previstas no projeto: após o pagamento dos serviços de restauração florestal à CooPlantar — coleta e beneficiamento de sementes, produção de mudas, transporte e organização de campo, preparação da área (capina geral), coroamento e adubação de regenerantes (capina seletiva), abertura de “berços”¹³³, plantio e adubação de mudas, replantio de mudas não pegadas e manutenções semestrais por um a dois anos (Figuras 41 e 42) —, não sobravam recursos nem mesmo para o monitoramento dos impactos desenhados no projeto certificado, quanto mais para a continuidade dos processos de mobilização social, articulação institucional, educação e transferência de conhecimentos, responsáveis, em grande parte, tanto pelos resultados alcançados quanto pelos benefícios sociais reconhecidos nas comunidades de Caraíva e Nova Caraíva que, apesar da atual falta de recursos, continuam presentes nas vilas.¹³⁴

Em apenas um dos indicadores avaliados foi verificado um decréscimo: o número de organizações proponentes de projetos foi reduzido à metade, fato

¹³² Provavelmente, em virtude da adoção de processos mais rigorosos no que se refere à tecnologia de restauração florestal, regularização trabalhista, segurança do trabalho, qualidade de transporte e alimentação no campo, mas, também, eventualmente, pela baixa produtividade, seja resultante da impossibilidade de mecanização do trabalho em virtude do relevo acidentado das áreas disponíveis, seja pela falta de experiência em administração, organização do trabalho e planejamento de atividades por parte da CooPlantar.

¹³³ Em outros projetos e atividades agrícolas, as mudas são plantadas nas chamadas “covas”, nome trocado, pelos agentes do projeto, para “berços”.

¹³⁴ Como atestam depoimentos de dois cidadãos protagonistas do *Corredor*, em entrevista concedida em janeiro de 2012: “Eu vejo que o projeto está indo bem quando a gente vê o pessoal trabalhando o ano inteiro na cooperativa. É importante trazer mais transparência e conhecimento para a comunidade, incluir também os educadores e as futuras gerações nos novos projetos.” (Raimundo José Bomfim Cardoso, o Zé Marreco, presidente da Associação dos Nativos de Caraíva). Com ele concorda o ex-presidente, um dos cidadãos responsáveis pelo sucesso da iniciativa em Caraíva: “Esse projeto é uma maravilha. Eu aprendi muito e a comunidade também aprendeu. Até na parte econômica. Eu mesmo não estou trabalhando diretamente na cooperativa, mas tem muitos amigos e conhecidos meus, pessoas que precisam e que estão se dando bem lá. E apreenderam muito também. Hoje sabem a importância da biodiversidade. Hoje meus dois filhos estão empregados em Porto Seguro por causa daquele conhecimento básico de informática que aprenderam pelo projeto na sede da ANAC. Para a região é bom também. No futuro vai ter mais mata. Dá pra ter uma expectativa de maior conhecimento, de mais consciência das pessoas. Então, juntando uma coisa com a outra, meio ambiente com trabalho, a tendência é expandir, porque tem muitos fazendeiros querendo plantar floresta. O que está faltando agora é só mais comunicação, entre as organizações parceiras.” (Vilton José Brás Queiroz, o Federal).

diretamente relacionado à concentração de responsabilidades no Instituto BioAtlântica. Esta organização, em virtude de sua maior solidez financeira, estrutura administrativa e capacidade técnica instalada, além da centralidade que vinha adquirindo em diversas negociações em curso no *Corredor*, foi escolhida pelo conjunto de organizações como proponente dos primeiros projetos de carbono, assim como para gerenciar as diversas atividades neles previstas. A essa concentração administrativa correspondeu também uma concentração temática: a maior parte dos novos projetos financiados por carbono florestal previa um número bem menor de atividades, com foco prioritário direcionado para os resultados de restauração florestal. Tal situação viria a evidenciar um impacto político importante no sistema de gestão do projeto. Não que tenha sido este um resultado desejado pelo conjunto de organizações ou pelo próprio IBio, mas o novo modelo de gerenciamento adotado não foi adaptado para a situação de gestão compartilhada *em rede* até então praticada, nem para a complexidade da realidade social, histórica e organizacional do lugar.

Figura 41

Procedimentos iniciais da restauração florestal



Imagens cedidas pelo Grupo Natureza Bela, IBio e Coopplantar.

Figura 42

Trabalhadores cooperados e resultados preliminares da restauração



Fevereiro 2009

Março 2010

Fevereiro 2011

Imagens cedidas pelo IBio, Coopplantar e TNC. Fotos: Alessandro Moraes, Dilson Sena e Rubens Benini.

Pode se argumentar, com propriedade, que esse outro modelo de gestão seria demandado pelos próprios financiadores, pelas exigências e *garantias* de resultado estabelecidas em contratos e fiscalizadas por auditorias, mas julgo não ser essa a única razão: havia, também, um processo interno de mudança de paradigma, com a adoção de práticas supostamente mais eficientes e controladas de gerenciamento, com base em contratos de prestação de serviços em que as demais organizações parceiras passaram a se reportar ao IBio como a um contratante de serviços, estabelecendo-se uma hierarquia efetiva até então inexistente. Mais: a lógica de compromisso com resultados mensuráveis — em si, de todo desejável — se fez acompanhar, nos projetos de carbono, pela ideia de que resultados de restauração e *conectividade florestal* constituíam, agora, os objetivos principais — em outras palavras: seriam hierarquicamente superiores aos resultados de *conectividade social*, expansão e fortalecimento da rede de gestão.

A conectividade social, no entanto, foi um item privilegiado do projeto *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil: conectando pessoas e florestas*,¹³⁵ que teve seus objetivos, atividades e metas definidos coletivamente, em uma oficina de planejamento, com a presença de 20 organizações. A diferença do montante de recursos captados por essa fonte e pelos projetos de carbono (ver Quadro 2), bem como a interrupção unilateral do contrato por parte do governo federal (por motivos externos, que fugiam ao controle dos gestores do projeto) fizeram com que, na prática, os projetos de carbono ditassem o ritmo, a intensidade e as características do modo de gestão hegemônico no território do *Corredor*, na maior parte do tempo. Mesmo assim, com apenas a metade dos recursos repassados pelo *Projeto Corredores Ecológicos*, 80% das metas previstas já haviam sido alcançadas antes do prazo do segundo desembolso, com resultados significativos principalmente no que diz respeito à mobilização de comunidades até então distantes das iniciativas do *Corredor Monte pascoal Pau Brasil* (Figuras 43, 44 e 45).¹³⁶

¹³⁵ Financiado pelo Estado brasileiro, através do *Projeto Corredores Ecológicos* (PCE).

¹³⁶ Tais resultados podem ser creditados à competência profissional aliada a um esforço voluntário extraordinário, demonstrados por cidadãos protagonistas deste projeto — principalmente João Walpole Henriques e Marcia Rodrigues Aquino — além da equipe técnica do IBio, por Christiane Holvorcem.

Figura 43

Oficinas de Educação Ambiental em Itaporanga e Monte Pascoal



Fotos: João Walpole Henriques e Marcia Rodrigues Aquino.

Figura 44

Oficina de beneficiamento de sementes nativas



Fotos: João Walpole Henriques e Marcia Rodrigues Aquino

Figura 45

Oficina para pequenos produtores rurais e proprietários de RPPN¹³⁷



Fotos: João Walpole Henriques e Marcia Rodrigues Aquino.

¹³⁷ RPPN: Reserva Particular de Proteção Natural.

A concentração administrativa e temática passou a significar, dessa forma, também, um inconsciente (mas efetivo) processo de concentração política, inesperado e indesejado por todos, incluindo, justiça seja feita, o próprio IBio. A transformação das atividades dos projetos — antes guiadas pelo princípio da *autonomia com interdependência* (ROMANO *et al.*, 2002) — em processos de prestação de serviços em nada contribuiu para o fortalecimento do conjunto de organizações. Ao contrário, nos momentos subsequentes, houve um processo de fortalecimento quase exclusivo do IBio e da CooPlantar, que não passaria despercebido pelos outros parceiros, gerando tensões internas, ameaças de ruptura e enfraquecimento de laços de amizade e confiança que mantinham o grupo coeso até então.

Esta *modernização* da gestão trouxe consigo outro fundamento contraproducente para os processos de conexão social: seu compromisso com o paradigma hegemônico da ciência moderna. Pela primeira vez, desde os primeiros ensaios integrados de mobilização social e reflorestamento (que privilegiavam encontros de saberes e conhecimentos, além de imprevistos *efeitos colaterais positivos*¹³⁸), adotava-se, no *Corredor*, um modelo de gestão fundado no paradigma disciplinar — especializado e hierarquizado —, no isolamento *analítico* das partes do projeto em atividades, conhecimentos e contratos segmentados, não havendo previsão de recursos para integração e síntese, de objetivos e resultados. Nem mesmo uma integração convencional — multi ou interdisciplinar, tal como pregaria uma epistemologia moderna menos dogmática — das atividades “contratadas” foi praticada, ou sequer tentada: a falta de recursos financeiros para consolidação de um sistema de gestão integrado, ou, minimamente, para comunicação e reuniões regulares do Conselho Gestor, fez com que, até outubro de 2011, na prática, cada organização passasse a responder apenas pelas atividades que a elas competiam como executoras, sem compartilhamento de conhecimentos, recursos e resultados.

Se é verdade que a efetividade dos processos de restauração florestal não poderia ser demonstrado nos primeiros projetos — uma vez que não contavam com

¹³⁸ Impactos e objetivos imprevistos, mas coletivamente desejados e identificados durante a realização do projeto, tal como o processo de inclusão digital dos nativos de Caraíva e Nova Caraíva (ver Anexo 1, p. 5).

recursos para manutenção das áreas e monitoramento de resultados —, a inversão de postura, com atenção concentrada em resultados mensuráveis de restauração florestal, não foi capaz de gerar um modo alternativo de gestão que desse conta da complexidade que as diferentes histórias do lugar, dos cidadãos e das organizações então demandava.

A fragmentação que este *modelo disciplinar de gestão* ocasionou nos processos emergentes do *Corredor* passa a ter uma correspondência paradoxal com a fragmentação ambiental que se pretende superar com os projetos: tal como as unidades de conservação isoladas, apartadas entre si (representadas no início da série da Figura 28), os conhecimentos e intenções dos diversos agentes atuantes nos projetos passam a ser isolados em atividades e contratos que não se cruzam, hierarquicamente determinados, seja pelos objetivos dos financiadores, seja pelas relações internas de poder no Conselho Gestor, neste momento altamente concentradas.

Diante dessa situação, poder-se-ia afirmar que a *conectividade florestal* e a *conectividade social* demandariam sistemas de gestão (ou *modos de produção*) diferenciados: enquanto os primeiros seriam totalmente baseados em um *modelo científico-disciplinar*, essencialmente vinculados às idéias de controle, eficiência e produtividade, garantidas por contrato — fundado no *poder violência*, portanto (BENJAMIN, 1986) —, o *modo de produção* da conectividade social se vincularia essencialmente à *informalidade como fator de gestão* (ROMANO *et al.*, 2002), às relações de confiança que só o *poder da amizade* pode proporcionar.

O caráter experimental do *Corredor* exige reflexão e modos de ação mais cuidadosos, flexíveis e eficazes — um modelo híbrido, talvez — que permitam, ao mesmo tempo, a existência de resultados verificáveis, sem que os mesmos se transformem em argumento a favor da hierarquização das relações e concentração de poderes — ou da própria consolidação, *também aqui*, da mentalidade colonial (SANTOS, 2006) — como modo dominante de gestão, e não apenas por uma razão política. A própria necessidade de exemplaridade, de ampliação de escala, de reedição em territórios diversos, de demonstração de resultados efetivos e socialmente reconhecidos, com simplicidade, eficácia e recursos escassos, pede um modelo mais

eficaz, simultaneamente robusto e flexível, capaz de garantir não apenas sua sobrevivência por um longo período, mas também sua ampliação *horizontal* no território e reedição vertical em outros lugares. Uma ideia já colocada em prática nos projetos iniciais se mostra particularmente útil para esse objetivo: a noção de *rede*, ou melhor, de *organização em rede*.

CIDADANIA EM REDE

O termo “organização em rede” é aqui utilizado no seu sentido atual mais comum, que se refere a qualquer forma de organização alternativa ao chamado *modelo multidivisional*, hegemônico tanto nas organizações de Estado quanto nas da iniciativa privada modernas. A utilidade da ideia de rede, aqui, pode ser inicialmente explicitada, com simultânea “simplicidade e profundidade”, através da singela proposição de Bruno Latour (2011, p. 797): “[...] a noção de rede é útil sempre que uma ação é para ser redistribuída”.¹³⁹ O desenvolvimento dessa proposição não define, no entanto, um modelo de organização suficientemente simples, flexível, robusto e barato, que garanta sua desejada permanência e ampliação, no tempo e no espaço, tal como aqui pleiteado. A comparação entre diferentes modelos de organização, apresentada pelo precursor da teoria das redes, Paul Baran, serve como primeira chave de compreensão.

Os diagramas de Paul Baran apontam para uma situação de segurança, robustez e resiliência progressivas na medida em que se avança do modelo “Centralizado”, com presença máxima de relações de concentração e hierarquia, para o modelo

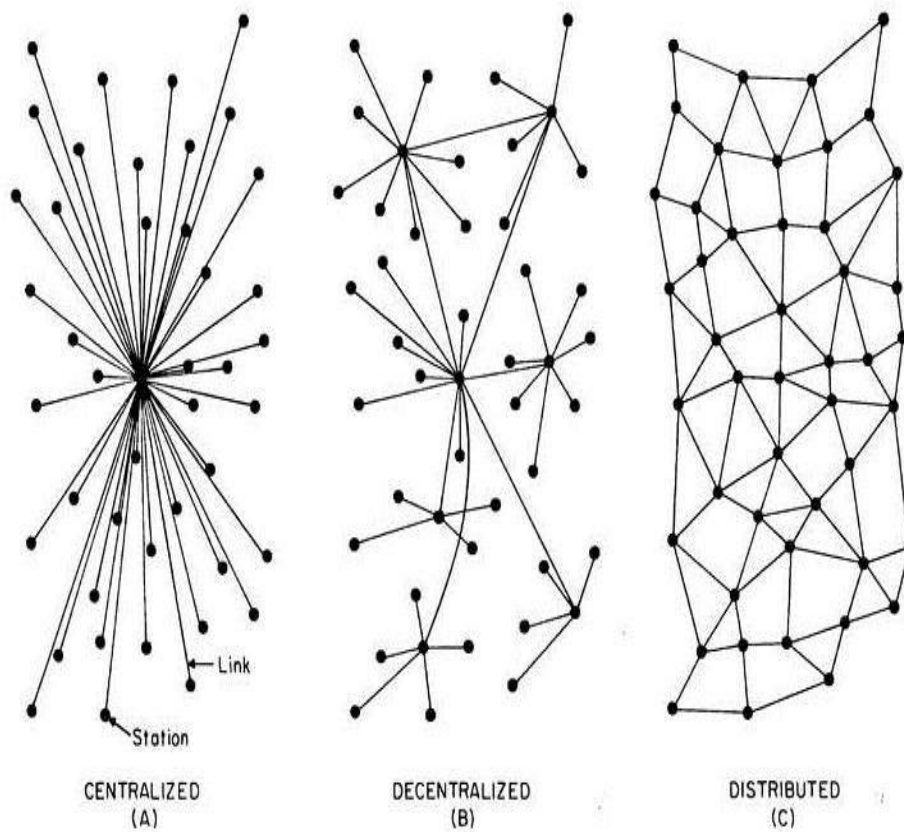
¹³⁹ “In its simplest but also in its deepest sense, the notion of network is of use whenever action is to be redistributed.”

“Distribuído”, de mínima concentração e hierarquia, passando pelo modo intermediário “Descentralizado”, que mantém a presença de relações de hierarquia e centralidades distribuídas (Figura 46).¹⁴⁰ Isso não quer dizer, no entanto, que o sistema não possa crescer e, mesmo, se estabelecer como hegemônico — o que nos leva, de novo, a refletir sobre o risco da imposição de modelo conservador para os experimentos do *Corredor*:

[...] basta a inoperância, ineficácia ou ineficiência de um ou pequeno número de nós centrais, para fazer propagar esses efeitos a toda a rede. No entanto, e por outro lado, fruto de uma relação hierárquica bem vinculada e de uma capacidade de gerar ela própria processos e estrutura organizativa, estas redes são muito aptas a crescer em várias circunstâncias. (GAMEIRO, 2011, p. 14)

¹⁴⁰ Os fundamentos da teoria das redes de Paul Baran foram desenvolvidos para a Força Aérea Americana, que pretendia um sistema de comunicação operante mesmo com a perda de alguns pontos de emissão e recepção. Segundo os experimentos do autor, a robustez do sistema aumentava em razão direta da quantidade de conexões redundantes e na razão inversa da centralização e hierarquia que se estabelecia entre os elementos conectados. O objetivo militar do trabalho permite uma explicação simples: basta destruir um ponto no modelo centralizado — ou alguns pontos no modelo descentralizado — para derrubar todo o sistema de comunicação.

Figura 46
Modos de organização em rede



Fonte: BARAN (1964, p. 2).

Se, em tese, a eficácia da hierarquia nos experimentos em rede é efetiva, não deixa de ser forte o argumento a favor do modelo distribuído, mais próximo de expressar a vertente emancipatória desses projetos: maior chance de permanência e continuidade, um dos principais objetivos coletivamente determinados. Nesse sentido, Paul Baran destaca a importância das *conexões redundantes* para a robustez do sistema, o que encontra boa complementação na abordagem ecológica do conceito de *redundância funcional*.¹⁴¹

Assim, a redundância torna-se fundamental para as redes, tanto no que se refere às suas conexões — *ligações redundantes* entre os diversos nós — quanto em relação às *funções redundantes* exercidas por diferentes membros da rede.¹⁴² Contribuições mais recentes, estudadas por Paulo Gameiro (2011), apresentam uma perspectiva mais dinâmica da teoria, que pressupõe, ao contrário das estruturas estáticas de Paul Baran, maior complexidade em situações “reais”, nas quais os componentes da rede — nós e ligações, basicamente, mas também *laços* e *elos*, ou *modos de ligação* — estão sempre em movimento, modificando constantemente as propriedades do conjunto.

Nessas abordagens, uma característica intrínseca às organizações em rede, que nos interessa especialmente, é a tendência à subversão das relações de hierarquia — centralizadas ou verticalizadas — que caracterizariam os antigos *modelos multidivisionais* (GAMEIRO, 2011), segmentados e especializados, característicos da gestão conservadora, disciplinar, moderna.

Segundo [Mintzberg e Quinn (2001)] [¹⁴³], nas organizações em rede as comunicações laterais são mais importantes que as comunicações

¹⁴¹ “[...] considera-se um tipo funcional de planta como um grupo de plantas que afetam de modo similar o ambiente ou que apresentam uma resposta similar às variações de fatores ambientais [...]. Quanto mais espécies constituírem os tipos funcionais de um dado ecossistema maior será sua redundância funcional, e quanto maior a redundância funcional do ecossistema mais extinções randômicas poderão ocorrer, sem decorrer na perda de um tipo funcional. Dessa forma, a redundância de espécies dentro dos tipos funcionais assegura a diversidade funcional do ecossistema frente às perturbações e perdas de espécies.” (JONER *et al.*, 2007, p. 528) Mesmo que a existência da redundância funcional venha sendo questionada no campo da ecologia em abordagens também recentes (LOREAU, 2004), sua transposição para o campo da organização do espaço e gestão de territórios se mantém válida e pertinente.

¹⁴² A altíssima capacidade de regeneração da Mata Atlântica, quando retirados os fatores de impacto permanentes, seria um indício de sua robustez e resiliência, provavelmente decorrentes do alto índice de redundância nas relações entre as diversas formas de vida em uma floresta megadiversa.

¹⁴³ Mintzberg, Henry; Quinn, James. *O processo da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

verticais, e as hierarquias são muito mais horizontais ou desaparecem totalmente. Este ponto de vista aponta que a estrutura formal ficará mais parecida com uma estrutura informal, onde os colaboradores, em todos os níveis, ignorarão as fronteiras [...] para localizar e contactar directamente os indivíduos cujos conhecimentos ou cooperação necessitam. (GAMEIRO, 2011, p. 8)

Duas outras contribuições de interesse são apresentadas por Mark Granovetter (1973) e Brian Uzzi (1997) no estudo de Paulo Gameiro (2011). Granovetter apresenta a ideia da maior importância dos *laços fracos* que dos *laços fortes* para ampliação e sobrevivência das redes: seriam os primeiros os responsáveis pela possibilidade de conexão entre pontos mais distantes, ao contrário dos segundos, que tendem a consolidar grupos ou redes mais fechadas. Uzzi defende, por outro lado, que as formas de colaboração em rede são menos determinadas por interesses econômicos do que por *relações de confiança e poder* — este último entendido como *peso político*: poder de influência. Também há de se considerar que as redes “reais” nem sempre seguem os modelos teóricos determinados na literatura, mas, geralmente, apresentam características híbridas, integrando modos centralizados, descentralizados e distribuídos em uma mesma estrutura.

Se há uma intenção coletiva de que o *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* seja uma referência para reedição em outros lugares,¹⁴⁴ as organizações e agentes envolvidos terão de lidar com um problema central, e não trivial: como *criar, operar, consolidar, ampliar e reeditar* um processo de gestão em rede.¹⁴⁵ Para Gameiro (2011, p. 9), alguns *pré-requisitos* seriam demandados para este desenho: *conhecimento dos benefícios da participação na rede, confiança e cooperação mútua; capacidade de diminuir a assimetria de poder entre os participantes e fluxos de relações e contactos permanentes entre as organizações*. As conclusões finais do autor nos auxiliam na elaboração de uma proposta direcionada aos agentes e organizações do *Corredor*

¹⁴⁴ A experiência do *Corredor* é um dos modelos do Pacto para Restauração da Mata Atlântica e é o piloto da TNC e CI para certificação internacional de projetos florestais.

¹⁴⁵ Não se trata aqui, apenas, de se cuidar da *comunicação em rede*, uma abordagem comum também na literatura sobre o tema, mas de ir além, de atuar e trabalhar em rede — isto é, de se aproximar da tradução literal do termo em inglês: *network*.

Monte Pascoal Pau Brasil, que serviria ainda como ponto de partida para reedição da experiência em outros lugares.

Demonstrou-se que as organizações em rede [...] podem ser sustentáveis sem o enquadramento clássico que normalmente se dava a qualquer organização. Isto é, sem uma divisão clara e uma especialização do trabalho, sem uma autoridade expressa, e acima de tudo sem unidade de comando e centralização do poder. [...] Por outro lado [...] é necessário considerar que nas redes os seus elementos estão sempre em acção, e que portanto são redes dinâmicas, evoluem e mudam com o tempo. Assim, a questão fundamental para a compreensão das redes [...] passa também pelos seus processos dinâmicos de construção e manutenção. A emergência [...] desse tipo de [organização] evidencia a necessidade de uma rede aberta e pouco dispendiosa [...] permitindo desse modo que um número suficientemente grande de entidades sustentadas em indivíduos micro-motivados, que levem por diante um projeto suficientemente modular dispensando assim os conceitos clássicos da unidade de direcção e centralização do poder. Só assim as organizações em rede devem conseguir processar cada vez mais e melhor informação, para criar um valor acrescentado fundamental — o conhecimento — e assim sobreviver [...]. (GAMEIRO, 2011, p. 22)

Talvez seja necessário acrescentar algo sobre os *elos e laços*, sobre *modos de ligação dos nós* que possibilitariam a diferenciação de tipos de redes em função de seus objetivos. O que estudamos aqui é uma *rede de trabalho* que se apresenta simultaneamente como uma rede de gestão de um território determinado, coletivamente, pelos próprios *agentes e atores*, que nele vivem e atuam, como profissionais ou voluntários. Trata-se, portanto, de uma rede híbrida em que os objetivos e relações profissionais e políticas são prioritárias —, mas não as únicas em interesse e importância.

Os nós dessa rede são, formalmente, instituições — ambientalistas e comunitárias sem fins lucrativos, de Estado e da iniciativa privada — *representadas* por seus dirigentes ou contratados, que aqui assumem, com propriedade, o papel de *atores* — *sujeitos que atuam, representam*, que pronunciam textos sobre os quais têm responsabilidade apenas parcial. Nessa condição, diante da demanda por atuação em processos decisórios, muitas vezes remetem a instâncias superiores, tanto para validação de suas palavras, de seus textos, quanto para reivindicar o peso político-

institucional das organizações representadas. Como *atores*, portanto, não são sujeitos em plena condição de autonomia, e se limitam a estabelecer laços e elos *formais* — contratos, convênios, memorandos de entendimento e combinações registradas em atas — de interesse das instituições que representam (mas não apenas), em nome das quais atuam e se pronunciam.

Na maior parte das situações, no entanto, as mesmas pessoas também se fazem presentes como *sujeitos autônomos*, que *agem e interagem* com liberdade de pensamento e vontade de decisão, para definição das *ações* individuais e coletivas combinadas *informalmente*, sem mediação institucional. Nessa condição, tais sujeitos são tratados como *agentes* e determinam, simultaneamente, não apenas a sua ação individual, *subjetiva*, mas também a atuação das instituições que representam, invertendo, paradoxalmente, a lógica de submissão à hierarquia institucional, na criação de um fluxo de poder em mão dupla.

Ao incorporar tanto a função de *autoria plena do agente* quanto a de *autoria mediada do ator*, o sujeito revelado é o *cidadão*: aquele que determina a ação e a atuação, que governa o território em que age e atua. Ao mesmo tempo em que é determinado para atuação institucional, ele determina a instituição que representa através da efetivação de seu próprio interesse, de sua ação e vontade autônomas. Nesta dualidade verificada entre os diferentes papéis e posições assumidos pelo mesmo sujeito, pode ainda ser afirmado que a direção da ação e da atuação depende tanto da vontade e do interesse do agente e de sua *ação imediata*, quanto das vontades e interesses dos sujeitos posicionados em níveis superiores na hierarquia das instituições representadas. A resultante que determina a ação/atuação efetivamente realizada depende, portanto, do grau de autonomia dos atores em relação às suas instituições — grau determinado tanto pelo caráter da instituição e seu modo de organização, quanto pela personalidade do sujeito, sua tolerância à submissão, sua vontade de autonomia.

Mais importante, ainda, é a *confiança mútua* que se estabelece entre os sujeitos que se encontram nestes experimentos, bem como em relações de *amizade* que, eventualmente, são construídas ao longo do trabalho em rede. Tais relações informais

terminam por se configurar como uma garantia informal de permanência dos fluxos — de decisão, comunicação, financiamento, saberes e conhecimentos — e fortalecimento dos elos e laços que mantêm a rede viva, animada, operante. Pode-se afirmar, dessa forma, que no estudo de organizações em rede, à medida que se afastam do modo centralizado e se aproximam do modo distribuído (BARAN, 1964) — ou, na medida em que as relações de hierarquia são substituídas por relações de igualdade nas conexões —, a atenção e o foco devem estar direcionados para os cidadãos e não para as instituições. Por outro lado, se os cidadãos são responsáveis pela animação de uma rede viva, estão sempre sujeitos a constantes situações de mudança de postos de trabalho nas instituições, não havendo garantia de presença estável dos mesmos na rede. Assim, as instituições cumprem o papel de *estabilizadoras* da rede, ampliando as chances de permanência do conjunto.

A complexidade dessa trama de relações, simultâneas, superpostas e interdependentes — de afeto, confiança, amizade, cooperação, poder, trabalho, financiamento, controle... — somada à *dubiedade dos sujeitos* nos papéis simultâneos de atores-agentes e ao caráter permanentemente dinâmico e veloz da configuração de uma rede de trabalho “real”, no entanto, dificultam uma representação gráfica minimamente adequada à situação de *foco nos cidadãos*. Mesmo assim, podemos lançar mão de um desenho que sirva para uma leitura auxiliar, da evolução no tempo de uma rede de trabalho, relacionada aos resultados alcançados em cada momento, de forma que os sujeitos plenos — os cidadãos — possam se posicionar em relação aos seus próximos passos.

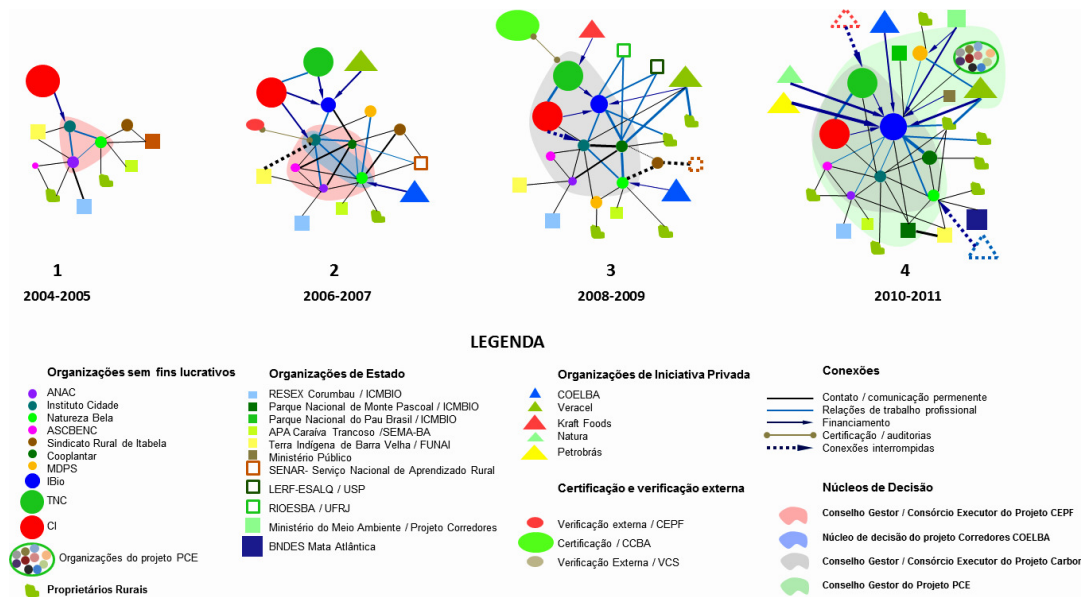
Na representação que se segue (Figura 47), a posição de nós da rede é ocupada pelas instituições atuantes no *Corredor*, representadas pelos seus atores. Isto quer dizer que, a cada figura geométrica — colocada nos nós do desenho — corresponde à *presença redundante* de cidadãos que cumprem, simultaneamente, o papel de atores protagonistas nos processos de desenho e construção da rede e de agentes autônomos, ativos na implementação das atividades coletivamente determinadas. Da mesma forma, à complexidade de conexões entre os nós, que corresponderia à diversidade de possibilidades de relacionamento entre pessoas, é reduzida para apenas quatro tipos de

relações funcionais presentes na rede: comunicação, trabalho, financiamento e auditoria.¹⁴⁶ Neste caso, o contato e comunicação permanentes incluem a presença simultânea da confiança e da amizade, que qualificam esta função, mas não se esgotam nela.

Podemos afirmar que os primeiros projetos no *Corredor* propunham o modelo *Distribuído* de Paul Baran como ponto de chegada, exercendo, na prática, um híbrido deste com o modelo *Descentralizado* para gestão compartilhada. A proposta inicial, de uma rede pluriprotagonista de agentes e organizações atuando, com relativa autonomia, através de processos permanentes de comunicação e interdependência crescente, apontava para a possibilidade de se alcançar uma cobertura efetiva de grandes espaços, temáticos e geográficos, com elementos menores e mais simples que, por si mesmos, não conseguiriam tal alcance. Os quatro momentos que retratam os seis primeiros anos dos experimentos demonstram retratam a ampliação da rede em número de organizações, conexões e complexidade, mas, também, em processos de centralização e hierarquia (Figura 47).

¹⁴⁶ A opção de representação das instituições, que privilegia a estabilidade do desenho, não significa uma opção teórica, mas a dificuldade de espelhar uma estrutura dinâmica e mutante, em que os cidadãos e a complexidade das relações humanas se apresentariam como peças principais de uma rede viva. Deve ser também considerado que este desenho não foi coletivamente construído, expressando apenas um ponto de vista singular na rede.

Figura 47
Evolução da rede de gestão do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil



O momento 1 (2004-2006) ilustra o período de criação — ou catalisação — da rede, a partir do primeiro projeto de recuperação da Mata Atlântica, tendo como fonte de financiamento principal o CEPF. As relações anteriormente existentes entre agentes de Caraíva e Itabela com sindicato patronal e outros proprietário rurais do Corredor permitiram a captação de recursos complementares de pequena monta, do SENAR e dos próprios produtores, que se mostraram essenciais para garantia e ampliação de resultados inicialmente alcançados (Anexo 1). A metodologia de mobilização, nesta etapa, pressupunha ênfase nos cidadãos, na horizontalidade e informalidade das relações, na autonomia e interdependência dos diversos agentes, sem maiores considerações para a formalização das relações institucionais e profissionais.

Neste momento, os fluxos de comunicação eram permanentes, garantidos pelo frequente encontro presencial dos agentes do projeto e por um sistema de comunicação pela Internet operantes na sede da ANAC e do Natureza Bela, financiados pelo projeto. O sistema de gestão tripartite, mediado pelos agentes do Instituto Cidade, incluía, desde a elaboração até a finalização do projeto, cidadãos de Caraíva e Itabela, atuantes na ANAC e Grupo Natureza Bela, com reuniões sempre abertas à participação de qualquer interessado. O desenho inicial demonstrava tendência da rede se estabelecer como no modelo distribuído de Paul Baran, tendo demonstrado grande capacidade de ampliação e conectividade, com a inclusão de novos atores e agentes que propiciaram resultados animadores,¹⁴⁷ incluindo efeitos colaterais positivos, tais como processos de inclusão digital na comunidade de Caraíva, ampliação da representação local em conselhos gestores de Unidades de Conservação e instâncias regionais de deliberação participativa,¹⁴⁸ valorização e potencialização dos saberes locais e transferência de saberes e conhecimentos em vias de mão dupla.

¹⁴⁷ Resultados animadores, mas não garantidos ou verificáveis, no caso da restauração florestal, em virtude da ausência de recursos para manutenção e proteção das áreas restauradas.

¹⁴⁸ Agentes de Caraíva e Nova Caraíva, que já faziam parte do Conselho Deliberativo da RESEX Corumbau, foram eleitos como representantes das comunidades também nos Conselhos da APA Caraíva Trancoso e Parque Nacional do Pau Brasil. Agentes do Grupo Natureza Bela atuavam como representantes de organizações ambientalistas no Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) Extremo Sul da Bahia e na rede de ONGs da Mata Atlântica. Todas as organizações envolvidas no projeto passaram a ter importante atuação também no Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, do qual o Natureza Bela foi um dos criadores.

O momento 2 (2006-2007) mantinha e consolidava a tendência de criação de uma rede distribuída, com manutenção da comunicação frequente e ampliação da redundância funcional dos atores. Em 2007, a rede já contava com duas fontes principais de financiamento, com a inclusão da COELBA como apoiadora de processos de articulação institucional; processos mediados, agora, pelo Grupo Natureza Bela, para formação de Corredores no Sítio do Descobrimento. O sistema de gestão integrada dos projetos contava, então, com a participação de outras duas organizações locais (ASCBENC e a recém-fundada Cooplantar), além do apoio informal e recursos complementares do IBio, TNC e CI. O reconhecimento dos resultados alcançados propiciou a ampliação da representação regional por parte de atores da rede.¹⁴⁹ Apesar de mantido o foco no cidadão e na informalidade das conexões, houve demanda específica pela profissionalização dos serviços de restauração e regularização das relações de trabalho, o que levou à criação da Cooplantar. A inclusão de novas organizações e a transição para ampliação do sistema de gestão compartilhada era duplamente mediada pelo Grupo Natureza Bela e Instituto Cidade: enquanto o primeiro inseria outras organizações ambientalistas da região — MDPS e Instituto Reciclar, ambas de Porto Seguro — através da oferta de oportunidades de atuação profissional conjunta no projeto financiado pela COELBA, o segundo negociava a aproximação das organizações parceiras externas (IBio, CI e TNC) do sistema de gestão compartilhada.

O terceiro momento (2008-2009) foi marcado pela demanda de ampliação de resultados, ampliação e intensificação de cooperação na rede. A participação efetiva das organizações externas (IBio, TNC e CI, além do Instituto Cidade) se mostrou fundamental, tanto para capacitação técnica e profissionalização da Cooplantar em processos de restauração florestal, quanto para o esforço de cooperação que propiciou a elaboração coletiva de novos projetos — carbono florestal e Projeto Corredores Ecológicos, principalmente. A ênfase colocada nos processos de cooperação propiciou maior amplitude e robustez da rede, ancorada pela presença das grandes organizações ambientalistas nacionais e internacionais, bem como no reconhecimento dos resultados

¹⁴⁹ O Grupo Natureza Bela passou a representar as organizações ambientalistas da Bahia no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

então alcançados no âmbito do Estado: ao mesmo tempo em que o *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* é incluído entre os prioritários para investimento do Projeto Corredores Ecológicos, torna-se, também, um território piloto para experimentos de restauração florestal financiada através da venda de créditos de carbono.

A elaboração conjunta dos dois projetos tem como resultado inicial a formação de dois conselhos gestores, a mediação compartilhada da gestão da rede e a formalização das relações institucionais através de memorandos de entendimento e termos de parceria. A rede alcança outros territórios do conhecimento, com a inclusão de centros de pesquisa e extensão¹⁵⁰. Recursos advindos da iniciativa privada passam a ter maior importância no financiamento da rede.¹⁵¹ Em virtude da escolha do IBio como gestor de todos os principais projetos recentes no *Corredor*, verifica-se a tendência a um desenho híbrido, com características herdadas do modelo *distribuído* anterior e do modelo *centralizado* de rede. A manutenção da comunicação frequente, no entanto, bem como da horizontalidade das relações, da ampliação da redundância nas conexões, além do foco simultâneo nas pessoas, organizações e conselhos de deliberação coletiva, ancorado em conexões formalizadas, fez com que a rede, até então, não se visse em risco de concentração excessiva e, ao contrário, vivesse, talvez, seu melhor momento no que se refere a planejamento e gestão compartilhada. A certificação pelo CCBA e os primeiros resultados alcançados no período, apresentados no quadro 3, aliados às boas expectativas dos agentes e atores do Corredor, eram uma evidência animadora que apontava para a consolidação e o fortalecimento crescente da rede, em seu modo distribuído.

O último momento representado, (2010 e 2011), demonstra, no entanto, que a complexidade crescente da rede foi acompanhada por um processo de concentração

¹⁵⁰ LERF-ESALQ/USP, RIOESBA/UFRJ nos processos de capacitação técnica da CooPlantar e IGC – UFMG, através desta pesquisa de doutorado.

¹⁵¹ Antes mesmo de oficializada a certificação pelo CCBA, é realizada a primeira venda de créditos de carbono para a Kraft Foods; o projeto é selecionado em edital para venda de créditos de carbono para a Natura; a Veracel passa a financiar a rede através da contratação direta da CooPlantar para implantação de parte de seu projeto de restauração florestal; a COELBA também adquire créditos de carbono no Corredor em um programa que permite que cada cliente voluntariamente neutralize suas emissões de carbono através da empresa; o Comitê Estadual da RBMA indica o corredor para restauração florestal necessária para compensação ambiental exigida pelo projeto do Gasoduto da Integração Sudeste Nordeste (Gasene), da Petrobrás.

excessiva em um dos nós, desequilibrando o processo de consolidação em curso. Ao invés de evoluir na direção da maior resiliência, a *modernização* do modelo de gestão praticado no *Corredor* retrocedeu, no sentido oposto ao da tendência anterior, para se aproximar do modo *centralizado* de rede, ampliando potencialmente o risco de extinção da utopia emergente: bastaria, então, o enfraquecimento, ou a desestabilização do nó central, para ampliar o risco de perda do investimento coletivo anterior.¹⁵² No mesmo momento em que oito financiadores diferentes multiplicam os valores disponíveis para atividades da rede (Tabelas 2 e 3),¹⁵³ verifica-se, na prática, a redução de relações de redundância, bem como a autonomia dos atores e agentes.

À ênfase no gerenciamento e execução operacional, na centralização administrativa e a concentração temática na restauração se somaria a baixa frequência de encontros presenciais do Conselho Gestor e a falta de fluxos de comunicação permanentes (por falta de recursos!), para ocasionar uma redução significativa do número de atores nos processos de decisão, situação que não apenas reduz a segurança da rede, mas compromete um de seus fundamentos principais: a atuação de cidadãos locais como protagonistas.¹⁵⁴ Um sintoma preocupante observado nesta nova situação foi o aparecimento de insatisfações, desconfiâncias mútuas e a incidência de um número de conflitos até então não observado, com, pelo menos, uma ruptura informal e outra ruptura formal entre as organizações consorciadas. Não se pode afirmar, no entanto, que a rede não estivesse preparada para esta situação, uma vez que já havia sido previsto no memorando de entendimento para os projetos de carbono um *mecanismo para resolução de conflitos*, que os remete para mediação do Conselho Gestor —

¹⁵² Não se trata apenas de uma conjectura: em julho de 2011, Carlos Alberto Mesquita, um dos principais cidadãos do Corredor, foi destituído da diretoria do IBio, no bojo de uma ampla reforma no sistema de gestão daquela organização. Tal fato traz um alto nível de incerteza para o desenho da rede, além de insegurança para os demais atores-agentes do IBio envolvidos nos projetos.

¹⁵³ Não está sendo levada em conta, neste momento, a entrada de recursos do BNDES via Grupo Natureza Bela, uma vez que o primeiro aporte foi feito no final de 2011, apontando para o início efetivo das atividades em 2012.

¹⁵⁴ As decisões passam a ser tomadas em reuniões não presenciais, mas a falta de infraestrutura de comunicação por Internet nas 3 organizações de Caraíva e Nova Caraíva — um retrocesso em relação ao primeiro projeto financiado pelo CEPF, que sustentou uma *“lan house”* comunitária em Caraíva, com boa capacidade de comunicação por Internet via satélite — provoca o afastamento das mesmas nas decisões.

mecanismo que chegou a ser formalmente acionado em pelo menos uma vez em 2010.¹⁵⁵

Apesar destes pontos negativos (até este momento, desconhecidos fora da rede), pode-se considerar como um grande resultado deste período a verificação da contínua participação de agentes locais como gestores, da alta qualidade técnica dos processos de restauração e dos benefícios sociais atestada pelos diversos profissionais recebidos em visitas técnicas no *Corredor*, além do reconhecimento, nacional e internacional, que o projeto alcança, atraindo a atenção de pesquisadores e instituições de Estado.¹⁵⁶ Não se pode negar, também, que a rede demonstrou robustez, resiliência e flexibilidade, ao passar por percalços, resolver conflitos e se manter operante e

¹⁵⁵ Pelo menos três conflitos se explicitaram na rede: o primeiro se relacionava a problemas de entendimento sobre disponibilidade de recursos e a data de início das pesquisas para monitoramento de benefícios sociais, sob responsabilidade do Instituto Cidade, o que gerou atrasos em pagamentos para agentes-pesquisadores de Caraíva e Nova Caraíva, acompanhada pelo acionamento do mecanismo de resolução de conflitos, mediado pelo Conselho Gestor. O segundo foi gerado no bojo de uma negociação para investimento na profissionalização e gestão tripartite dos viveiros de mudas nativas, até então gerenciados pelo Grupo Natureza Bela. Após ter sido aceita pelas três organizações — IBio, Cooplantar e Natureza Bela —, esta última voltou atrás e se recusou a levar a ideia adiante, mantendo o antigo sistema de gerenciamento. Em seguida, durante o processo de elaboração e apresentação da proposta para o edital do programa Mata Atlântica do BNDES, tendo o Natureza Bela como proponente, o IBio manifestou o interesse de não participar, tendo sido a única organização do Conselho Gestor do Carbono que não assinou o projeto.

¹⁵⁶ A experiência de carbono florestal no *Corredor Monte Pascal Pau Brasil* foi adotada como caso de estudo pelo governo do Japão — através do JIFPRO / *Japan International Forestry Promotion and Cooperation Center* e da empresa WayCarbon — para comparação de padrões voluntários e obrigatórios de certificação de créditos de carbono florestal (VCS / *Voluntary Carbon Standards* x MDL / Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), visando posicionamento deste país em relação às negociações do acordo substitutivo do Protocolo de Kioto. Com a mesma intenção de estudo, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em cooperação com Universidad Politecnica de Madrid (UPM), adotou o Corredor como um dos casos de estudo na pesquisa intitulada “A Participação Brasileira no Mercado de Carbono Global: uma análise comparativa entre os mercados regulado e voluntário”. Um trecho da carta de agradecimentos da missão japonesa que visitou o Corredor explicita este reconhecimento: “Técnicamente, as áreas reflorestadas estão respondendo muito bem à intervenção de plantio, monitoramento e controle. É notório também o ganho de qualidade entre as áreas de plantio mais antigas da região e as áreas mais recentes. E, sobretudo, foi uma satisfação enorme conhecer muitas das pessoas diretamente afetadas pelo projeto, como os donos das terras, as associações locais de Caraiva e Nova Caraiva, a Cooperativa de Reflorestadores, os responsáveis pelos viveiros e os coletadores de sementes, ouvir seus relatos e atestar a transformação socioeconômica que vem acontecendo ali. Como relatado pelo Sr. Tanahashi do JIFPRO, doutor em sociologia pela Universidade de Tóquio e com ampla experiência em projetos similares no sudeste asiático, este projeto sem dúvida figura entre os projetos de reflorestamento mais bem sucedidos do mundo.” (Matheus Alves de Brito, representante da WayCarbon, em mensagem eletrônica encaminhada ao Conselho Gestor do projeto de carbono florestal).

animada, direcionando seus esforços para gerar, coletivamente, soluções de superação e avanço.¹⁵⁷

Hoje está mais claro para os agentes e atores do *Corredor* que a capacidade de sobrevivência, consolidação e ampliação do Corredor passa pela retomada do caminho inverso no desenho da rede: catalisação, amplificação e fortalecimento em uma configuração mais robusta, próxima do modo *distribuído*, o que implica na inversão dos atuais procedimentos de gestão e na substituição de alguns instrumentos de gerenciamento e administração. Este direcionamento pressupõe o fortalecimento dos nós mais fracos, da promoção e amplificação de conexões redundantes, bem como a distribuição das atribuições e poderes concentrados entre os diversos atores e agentes, através de processos *indutores de autonomia*. Mais importante, no entanto, é o *fortalecimento das ligações* entre os diversos nós da rede, em todos os sentidos: das oportunidades de atuação profissional integrada e dos laços de confiança e amizade que unem os cidadãos e organizações em torno de objetivos e resultados compartilhados — sendo o principal deles, do ponto de vista da geografia política aqui tratada, a consolidação de um sistema pluriprotagonista de gestão territorial compartilhada.

¹⁵⁷ Em novembro de 2011, foi realizada uma reunião extraordinária do Conselho Gestor dos projetos de carbono dedicada à reformulação do sistema de gestão. Nesta ocasião, foram apresentados os conteúdos relativos às organizações em rede, aqui desenvolvidos, que serviram de base para as propostas de mudança em curso.

VERTICALIDADES: INTERSEÇÕES E CONFLUÊNCIAS

De duas formas podemos compreender a incidência vertical de interseções e confluências *republicanas* nos processos de gestão compartilhada na Mata Atlântica: na definição de um *território* e de um *interesse* comuns, a partir de *consensos parciais absolutos*,¹⁵⁸ revelados ou construídos. No primeiro caso, é plausível pensar como na determinação de um *mínimo múltiplo comum*, enquanto, no segundo caso, tratar-se-ia da determinação de um *máximo denominador comum*. Podemos, ainda, conceber outro modo de incidência vertical — *democrático*, na medida em que se volta para a constituição de uma aliança transescalar para proposição ou defesa de um determinado objetivo não consensual.

¹⁵⁸ Parciais, porque determinados por um grupo limitado de pessoas ou organizações; absolutos porque, apesar desse limite, se caracterizam pela ausência de conflito ou oposição, mesmo quando incluído qualquer cidadão externo a este limite.

Se o experimento do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil* nos fornece um modelo de ensaio republicano em uma *escala local ampliada*¹⁵⁹ (ou microrregional) constituída pelo próprio *Corredor* — com relatos de atividades e resultados demonstráveis —, não existe ainda uma experiência consolidada de ampliação horizontal dessa escala, na direção de outro território ou instância de gestão compartilhada no âmbito regional. Tampouco, ainda, é possível verificar sua reedição em outros lugares ou microrregiões, capazes de atestar a plausibilidade de seu modelo em condições diversas da original. Se a situação impossibilita verificação, essa ampliação ou reedição se torna, portanto, objeto de proposição, isto é, de um *plano de ação e reflexão*. No que se refere à incidência vertical democrática, no entanto, a verificação de alguns resultados transescalares, mesmo que parciais, já poderia ser observada, sem deixar também de ser objeto de proposição.

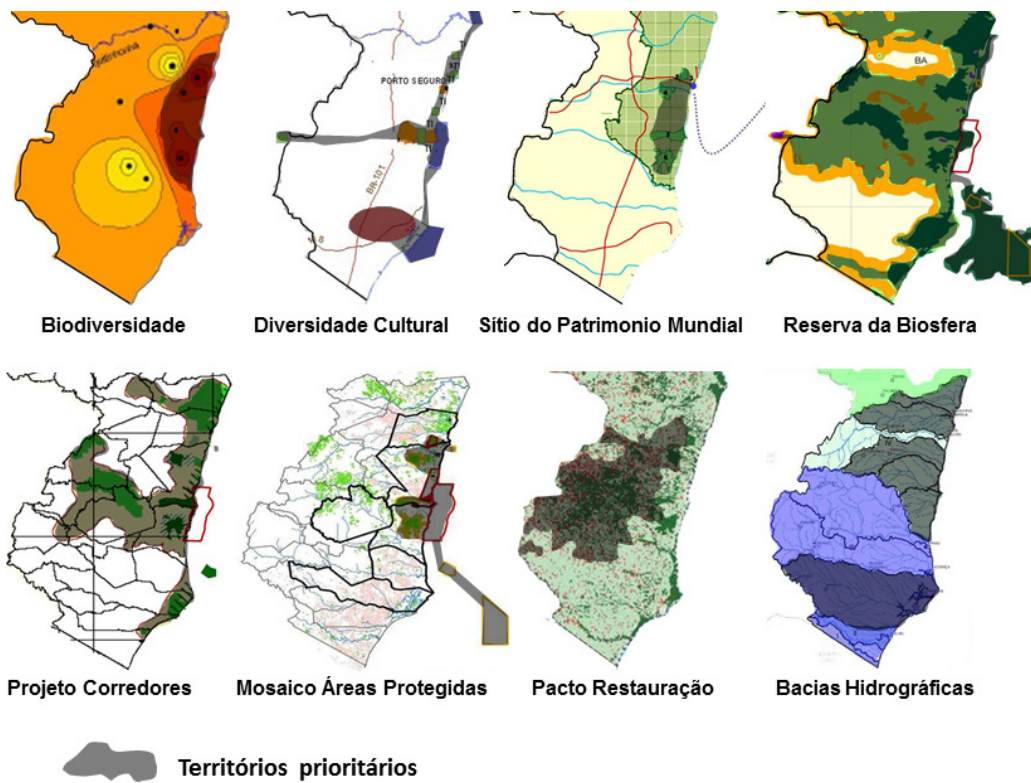
A existência, no extremo sul da Bahia, de várias instâncias de planejamento e gestão territorial participativa, lastreadas pela vontade de cidadãos que ali se dispõem a uma participação contínua, mesmo quando na ausência de resultados significativos, oferece uma base razoavelmente sólida para a determinação de um território comum— e que, ainda, serve de abrigo a uma atuação coletiva de interesse público no âmbito regional. Um método para essa determinação é a seleção, dentre as diversas lógicas e campos políticos paralelos, daqueles em que é possível a identificação de um espaço prioritário de atuação, a partir dos interesses de cada instância (Figura 48).¹⁶⁰

¹⁵⁹ Pois não se trata, aqui, do conceito típico de lugar, correspondente ao “espaço banal”, ou o “espaço local” vivido *naturalmente* no cotidiano através de relações de vizinhança, como propõe Milton Santos (1994), mas de uma microrregião apropriada *artificialmente* pelos agentes do projeto através dos projetos em curso, que inclui os diversos lugares onde atuam — Caraíva, Nova Caraíva, Itabela, aldeias indígenas e propriedades rurais — em uma lógica espacial ampliada, seja a de uma bacia hidrográfica, seja a de um corredor ecológico. De qualquer forma, no caso aqui abordado, trata-se de uma microrregião cujos limites extremos podem ser facilmente alcançados em meio dia de viagem, por carro.

¹⁶⁰ Excluem-se, aqui, as instâncias em que se aplicam lógicas extensivas de planejamento e gestão, sem determinação evidente de prioridades espaciais, tais como os Territórios de Identidade, Território de Cidadania e dos CODES.

Figura 48

Lógicas paralelas: territórios prioritários



Alguns desses territórios prioritários foram explicitamente determinados, de forma democrática, no âmbito de suas próprias instâncias de gestão participativa. É o caso do *Projeto Corredores Ecológicos*, da *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica* e do *Pacto pela Restauração da Mata Atlântica*, que mapearam e tornaram públicas suas prioridades para concentração de atuação. Nas demais esferas, em que tais prioridades não estão explicitadas, é possível partir das premissas determinadas pelas suas diferentes lógicas de planejamento e gestão para proceder algumas inferências, que demandam posterior validação pelos respectivos colegiados participativos. Tal é o caso, por exemplo, dos Comitês de Bacia: uma vez que os dois Comitês Regionais do Extremo Sul Baiano — correspondentes às duas Regiões de Planejamento para Gestão de Águas (RPGAs III e IV) definidas pelo Estado da Bahia — incluem bacias hidrográficas de âmbito estadual e nacional,¹⁶¹ o território prioritário aqui inferido seria aquele determinado pela facilidade de implementação do sistema de gestão territorial integrado — isto é, nas bacias totalmente inseridas no território baiano.

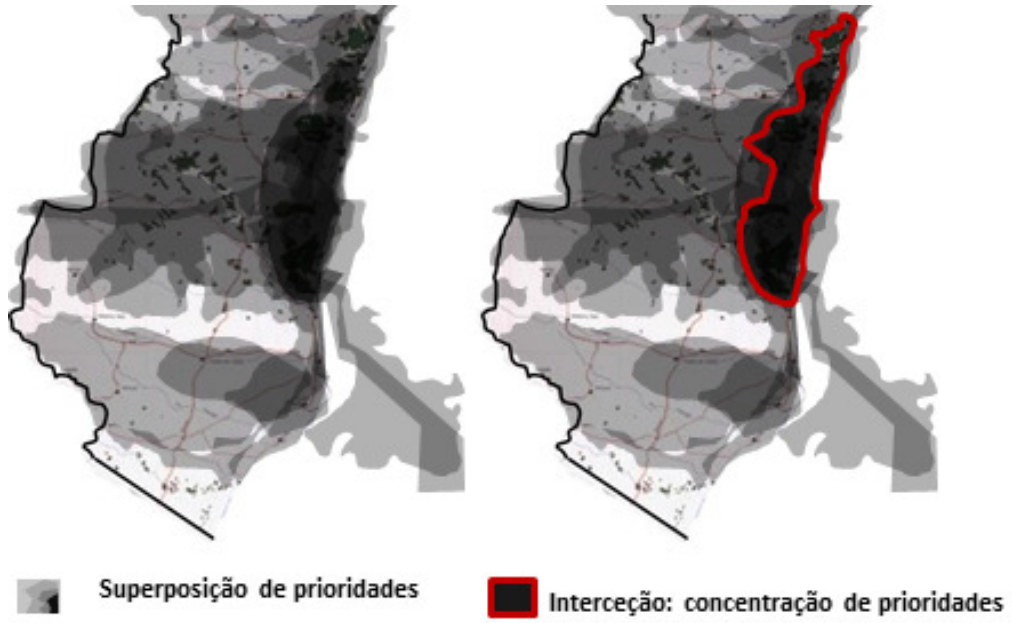
Da mesma forma, a partir das premissas comuns de proteção e conservação da biodiversidade e da diversidade étnica ou cultural, determinadas pelas lógicas de existência do Sítio do Patrimônio Mundial Natural (que define seu foco nos grandes remanescentes regionais de Mata Atlântica) e do Mosaico de Áreas Protegidas (que inclui, além de Unidades de Conservação *stricto sensu*, as Terras Indígenas e Reservas Extrativistas dedicadas à sustentação de comunidades tradicionais), poderíamos inferir um território prioritário a partir da aplicação da ideia de corredores, com objetivo de conexão de núcleos hoje isolados pela fragmentação cultural e ambiental.

A superposição dessas camadas de prioridades no espaço regional, inferidas ou democraticamente definidas, desenha um território prioritário comum a todas as lógicas presentes, em que se concentrariam as diversas prioridades reconhecidas, a

¹⁶¹ As bacias de âmbito estadual, como definidas pela legislação brasileira de recursos hídricos (BRASIL, 1997), são aquelas integralmente inseridas no território de um estado federativo, enquanto as bacias de âmbito nacional são aquelas que se inserem em territórios de dois ou mais estados. Por esta lei, o sistema de gestão de bacias hidrográficas nacionais demanda acordo entre os diversos Estados da União para formação de um Comitê de Bacias, que remete diretamente à União como instância superior de decisão. Por sua vez, os Comitês de Bacias estaduais têm seu sistema de gestão simplificado, já que se remetem diretamente ao Estado, sem necessidade de acordos interestaduais ou remissão à União.

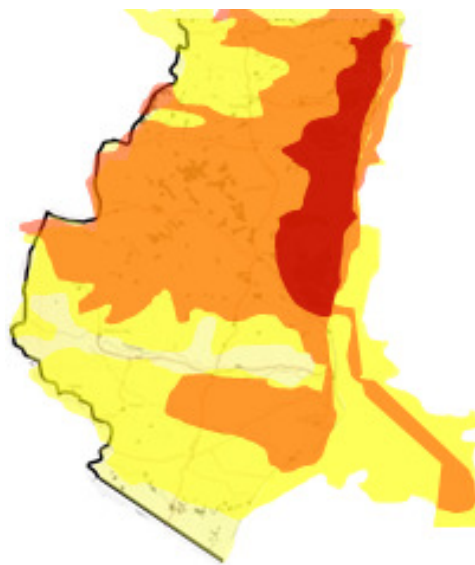
partir das experiências de gestão compartilhada existentes na região (Figura 49). É possível também aqui a aplicação do conceito de *hotspot* — em que se define um espaço geográfico onde encontraríamos a melhor relação entre os múltiplos resultados desejados e os investimentos realizados —, assim como definição de uma sequência de prioridades, ou de territórios sequencialmente prioritários, para determinação de políticas públicas — aqui compreendidas em seu sentido mais amplo, vinculado tanto à ação do Estado quanto ao exercício imediato da cidadania (Figura 50).

Mapa 5
Superposição e interseção: território prioritário



Mapa 6

Prioridade sequencial para atuação coletiva no Extremo Sul da Bahia



- Primeira prioridade
- Segunda prioridade
- Terceira prioridade
- Quarta prioridade

Caso tratemos aqui apenas das lógicas com presença efetiva nos atuais sistemas regionais de gestão compartilhada — em que a presença de cidadãos voluntários nos diversos conselhos determina uma especificidade temática fortemente vinculada à questão ambiental —, a validação dessa proposta pelos mesmos conselhos pode passar pela consideração de outros indicadores para a determinação de um território comum de atuação prioritária. Variáveis como o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios, o impacto sobre assentamentos de reforma agrária, comunidades rurais tradicionais e populações expostas a alto risco social (Figura 51), por exemplo, podem ser consideradas, no caso de validação pelos diversos fóruns regionais participativos, na configuração de um novo *território consensual* para ações de cidadania.

Tal território se tornaria, eventualmente, importante instrumento indutor de compatibilização das diversas políticas públicas estatais, a começar pelas administrações municipais, pelos conjuntos de bacias hidrográficas que conformam as RPGAs (Regiões de Planejamento para Gestão de Águas) e pelos subterritórios determinados pelos CODES, configurando oportunidade de alcance de melhores resultados no exercício do modo democrático da cidadania. Se, por exemplo, utilizássemos a lógica das “áreas focais” do Projeto Corredores Ecológicos, para integração de políticas e programas regionais e municipais, poderíamos afirmar que a atuação neste território seria restrita aos três municípios que o abrangem: Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia. Por outro lado, caso aplicássemos a lógica das “zonas de amortecimento” de unidades de conservação — que determina um espaço de controle, em que os impactos gerados podem afetar as áreas protegidas — mais razoável seria adotar a RPG IV (composta pelas bacias hidrográficas dos rios Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, Frades, Caraíva e Queimado, que levariam em suas águas, para o território prioritário, os impactos a montante). Desta forma, poderia ser também considerada a inclusão de outros 3 municípios neste território: Eunápolis, Itabela e Guaratinga (Figura 52).

Figura 49

Território prioritário: validação sob outras lógicas de interesse público

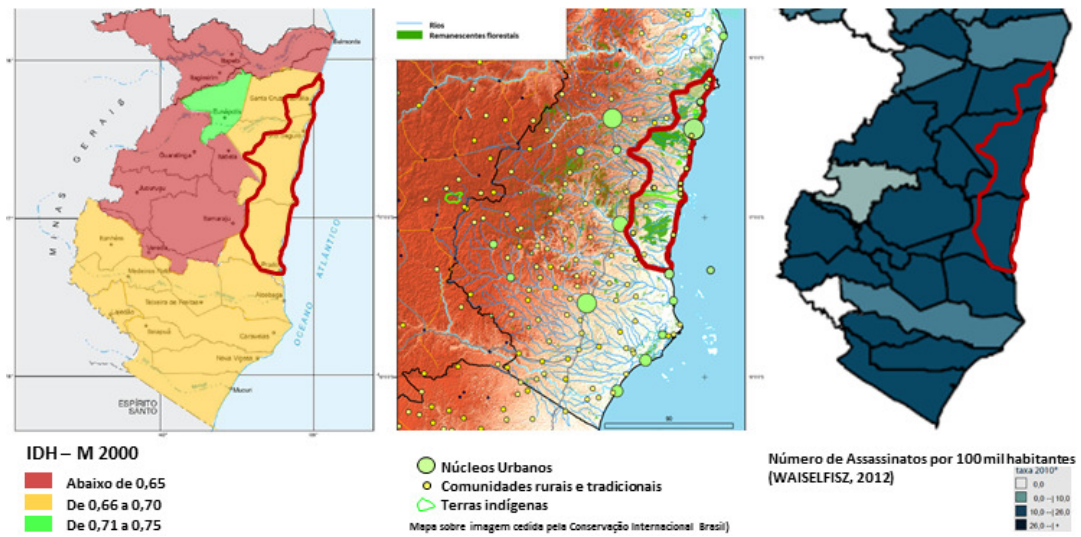
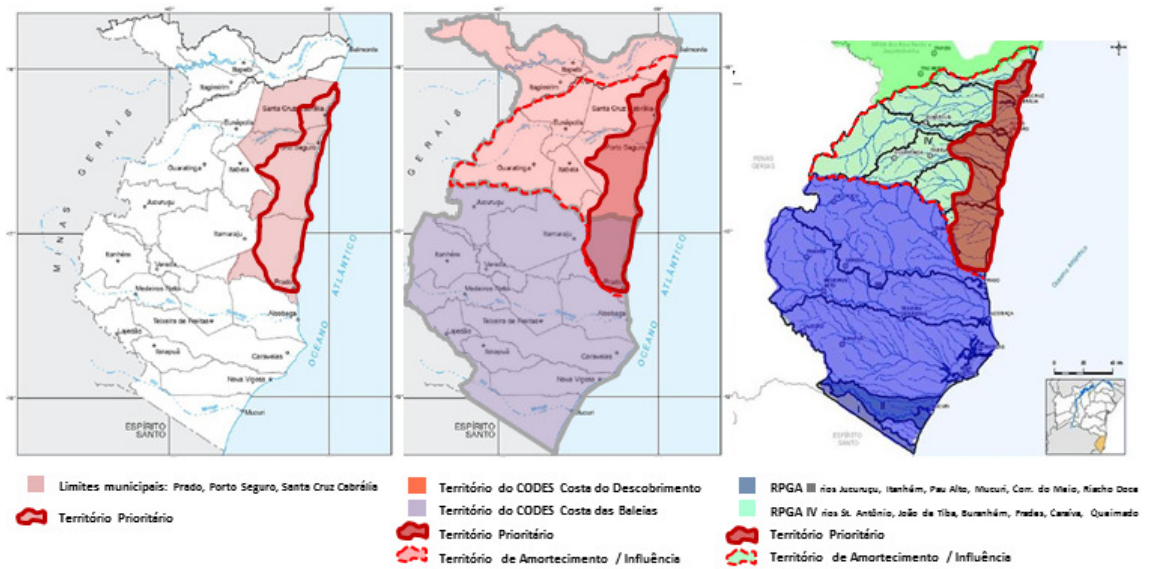


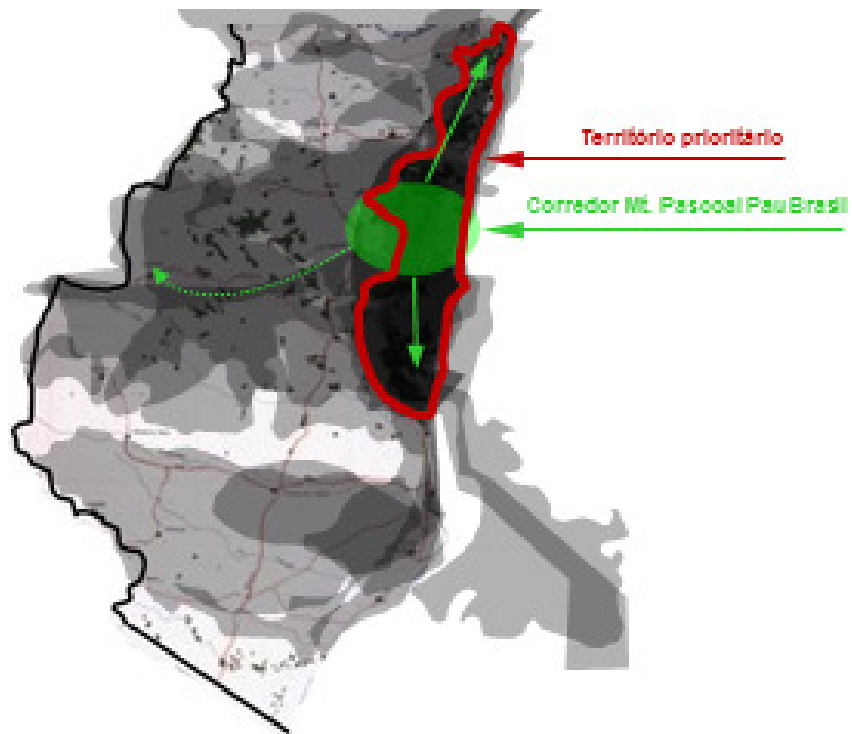
Figura 50

Território prioritário: compatibilização com a gestão estatal



O mesmo território seria, também, por excelência, o espaço experimental de expansão horizontal da rede de gestão compartilhada do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, ao norte e ao sul em um primeiro momento, a oeste em um segundo (Figura 50). Nestes sentidos, contaria com a oportunidade de integração e fortalecimento de outros projetos em curso, protagonizados por organizações que já fazem parte do Conselho Gestor deste Corredor: o MDPS (Movimento de Defesa de Porto Seguro), responsável pela implantação de projetos financiados pelo Ministério de Meio Ambiente no Corredor Ecológico Porto Cabralia (CEPOC), ao norte, e a Associação Flora Brasil, que dirige as iniciativas para formação do Corredor Ecológico Descobrimto Monte Pascoal — que propõe conectividade entre os dois Parques Nacionais com os mesmos nomes, e entre estes e o futuro Monumento Nacional das Serras de Itamaraju — além de hospedar a secretaria executiva do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul, com sede no município de Itamaraju. Já a ampliação horizontal do projeto para oeste conta com a atuação intensiva do Grupo Ambiental Natureza Bela, que mantém contato estreito com proprietários rurais de Itabela, Guaratinga e Eunápolis, bem como com cafeicultores de toda a região.

Mapa 7
Expansão da rede do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil



O estudo de sua incidência sobre as principais atividades econômicas da região permite confirmar o que já havia sido verificado no *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*: a maior parte das propriedades rurais é ocupada por pastagens e as eventuais propostas de atuação comum deverão ser compatíveis, em primeiro lugar, com a pecuária no interior e com o setor de turismo no litoral (Figuras 51 e 52), uma vez que a compatibilização com as atividades de silvicultura e produção de celulose já pode ser considerada uma realidade: a maior parte dos processos de restauração florestal até hoje financiados por créditos de carbono vêm ocorrendo em propriedades fomentadas pela Veracel.

As propriedades que participam dos programas de fomento das empresas de celulose, por estarem mais expostas a lógicas capitalistas mais avançadas — exigência de cumprimento da legislação trabalhista e ambiental, indução de processos de certificação e auditoria externa etc. —, podem ser consideradas um *elemento chave* para conservação e restauração ambiental, uma vez que vêm se tornando exemplos regionais de sucesso econômico associado à adequação legal e ambiental, bem como a novas formas de associativismo, de perfil menos conservador e mais participativo. Reunidos na ASPEX ¹⁶² esses proprietários foram pioneiros no Brasil na busca de certificação coletiva, bem como na elaboração conjunta de um Plano de Manejo Integrado de suas propriedades. Ao orgulho em relação a este pioneirismo se junta a satisfação de participação nas atividades de restauração florestal no *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, que se explicita na resposta de um dos proprietários certificados às felicitações enviadas pela equipe executora do projeto de carbono no Corredor:

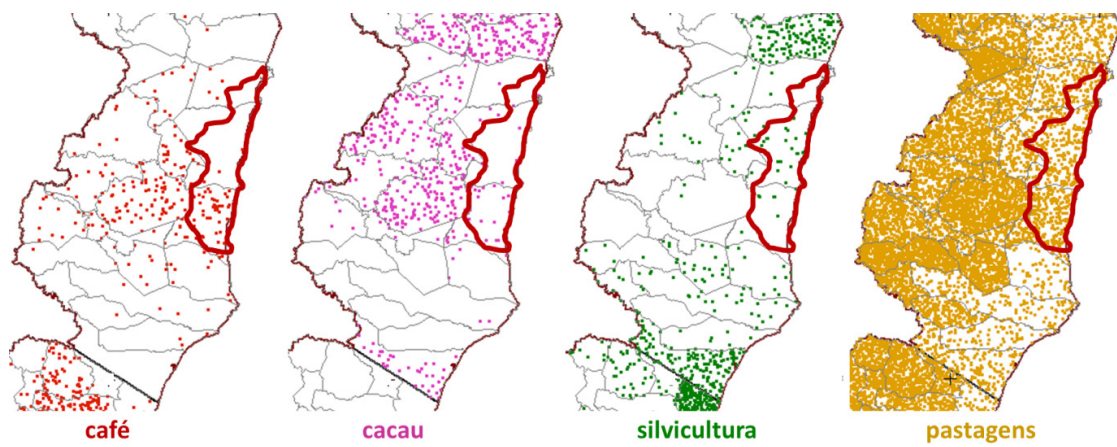
Ficamos muito contentes com essa conquista [da certificação], não só em razão dos benefícios pessoais que iremos colher, mas principalmente, em função da certeza de que estamos nos caminho certo em busca de um crescimento sustentável e economicamente correto para a região. [...] Para nós, o projeto de reflorestamento realizado por vocês em nossa propriedade nos trouxe a certeza de que podemos e devemos sempre contribuir para a preservação do meio ambiente. Foi a realização de um grande sonho. Um grande abraço,

¹⁶² ASPEX: Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia. (Cf. <<http://www.aspexba.com.br/>>).

feliz natal, e desejo que nos próximos anos possamos alavancar novos projetos em benefício do meio ambiente. José Euclides Ferreira Jr.¹⁶³

Figura 51

Incidência do Território prioritário sobre as principais atividades rurais

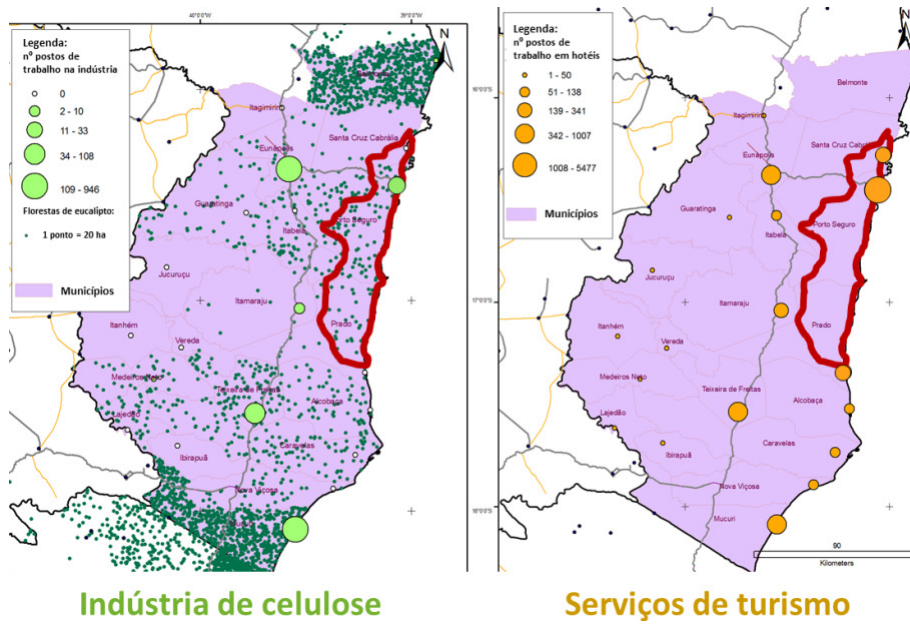


Intervenção minha sobre imagens cedidas pela Conservação Internacional Brasil.

¹⁶³ Mensagem de correio eletrônico enviada à equipe do IBio, em 5 de dezembro de 2012.

Figura 52

Incidência do Território prioritário sobre as principais atividades econômicas



Intervenção minha sobre imagens cedidas pela Conservação Internacional Brasil.

Para a atuação republicana da cidadania, a existência de um território consensual deve ser necessariamente complementada pela determinação de um ou mais temas e interesses comuns dos cidadãos atuantes na região. Alguns desses poderiam ser considerados, já, consensos parciais revelados, que, também, demandariam um trabalho inicial de validação entre os agentes e atores das instâncias regionais de gestão territorial, para posterior validação junto a outros públicos que hoje se encontram ausentes desses fóruns de democracia participativa. Outras possibilidades de interesses públicos consensuais demandam, no entanto, um esforço maior de construção — articulação, tradução, mobilização, negociação, consolidação —, sem o qual não se alcançaria o requisito mínimo para a determinação do modo republicano da cidadania.

Os primeiros ensaios republicanos no *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, nos anos de 2005 e 2006, permitem a confirmação de um primeiro tema consensual, contra o qual não se verificou qualquer oposição nesses seis anos de atuação contínua: *proteção das águas*. Isto não significa que *todos* os proprietários rurais contatados (de quem se poderia esperar alguma oposição) disponibilizaram imediatamente suas terras para recomposição de florestas nativas ao longo de rios e nascentes. No entanto, um número expressivo deles — uma maioria que se aproxima da totalidade — manifestou grande interesse por essa questão, chegando mesmo a oferecer terras para os primeiros experimentos de restauração florestal em quantidade superior à capacidade de atendimento do projeto naquela época.¹⁶⁴

O mesmo experimento permitiu que se revelasse a plausibilidade de outro consenso: a *redução da pobreza*, prioridade também confirmada pelas iniciativas posteriores. Conhecedores da situação social e econômica da região, vários proprietários rurais (outra vez: de quem eventualmente se poderia esperar alguma oposição em relação a esta proposição) elogiaram a possibilidade de geração de renda nas comunidades vizinhas, sendo que alguns manifestaram interesse de incluir

¹⁶⁴ O mesmo entusiasmo não foi, nem de longe, verificado quando, nos projetos posteriores financiados por créditos de carbono, a conversa passava pela oportunidade de atendimento à legislação ambiental, sem custos para o proprietário, passando pela mitigação de impactos sobre o clima, ou pelas outras eventuais vantagens legais e econômicas do processo de restauração, tal como facilidade de acesso a financiamentos no futuro ou melhor relação com a fiscalização ambiental realizada pelo Estado.

familiares dos trabalhadores residentes nas propriedades entre os beneficiários do projeto, através de ocupação temporária nos processos de restauração florestal — o que nunca chegou, efetivamente, a acontecer.¹⁶⁵ A revelação de outros temas potencialmente consensuais pode ser inferida a partir de premissas, objetivos, iniciativas e interesses explicitados nas diversas instâncias regionais de deliberação (Quadro 4).

¹⁶⁵ Em duas ocasiões, no entanto, proprietários rurais efetuaram a restauração florestal com os próprios trabalhadores de suas propriedades, demandando apenas as mudas de espécie nativas, oferecidas gratuitamente pelo projeto.

Quadro 4

Premissas, objetivos, interesses e iniciativas regionais ¹⁶⁶

Instâncias	Premissas	Objetivos	Interesses / Iniciativas
Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES)	<ul style="list-style-type: none"> . Articular ações, organizações e lideranças . Recuperação e proteção da Mata Atlântica . Melhores condições de vida das populações . Gestão territorial coletiva e participativa . Desenvolvimento socioambiental 	<ul style="list-style-type: none"> . Fortalecer e integrar em rede as APs . Influenciar a política pública nos planos de gestão territorial e desenvolvimento . Formação de mini-corredores ecológicos . Fortalecimento da diversidade sócio-cultural 	<ul style="list-style-type: none"> . Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista . Comunicação Social / Jornal do Mosaico . Planejamento e monitoramento pelo Conselho do Mosaico . Acompanhamento da demarcação dos territórios indígenas Kay/Pequi e Barra Velha . Sistema de gerenciamento costeiro . Acompanhamento do monitoramento da cobertura florestal do Extremo Sul . Educação ambiental, fiscalização, restauração florestal e cadeias produtivas (BRASIL, 2011)
Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia (FÓRUM BA)	<ul style="list-style-type: none"> . Espaço Coletivo: abertura permanente . Participação como cidadãos . Presunção de boa fé . Decisões por consenso: direito de veto . Diálogo: igualdade no direito a voz . Transparência e publicidade irrestrita . Complementaridade e sinergia com outras instâncias regionais . Desenvolvimento sustentável . Atuação pelo bem comum 	<ul style="list-style-type: none"> . Desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável . Conservação da biodiversidade . Ordenamento territorial . Adequação ambiental de propriedades rurais . Mitigação / potencialização de impactos sociais, culturais e ambientais . Mediar conflitos da silvicultura com outras atividades e comunidades . Fomentar o uso múltiplo de madeira e produtos florestais de forma sustentável e legalizada, fortalecendo cadeias produtivas . Integração de ações das organizações 	<ul style="list-style-type: none"> . Adequação legal de propriedades fomentadas . Abastecimento de plantas dos núcleos urbanos com uso social das terras remanescentes . Não plantar em áreas de "cacau-cabruca" . Manejo especial junto a Ucs . Abastecimento da faixa librânea . Rota das barcaças: afastamento da RESEX Corumbau e rota de baleias . Monitoramento da cobertura florestal da RPGA IV (retroativo a 1990) . Substituição de madeira nativa p/ artesanato . Economia florestal diversificada . Contribuições para o ordenamento territorial . Formação de corredores ecológicos
Conselhos de Desenvolvim. Econômico e Social (CODES)	<ul style="list-style-type: none"> . Construção participativa . Integração com Zoneamento Ecológico-econômico e Plano Plurianual do Estado . Equilíbrio social de gênero, étnico e racial . Equilíbrio sócio-territorial 	<ul style="list-style-type: none"> . Crescimento econômico dos municípios . Crescimento de pequenos empreendimentos, . Geração de emprego e distribuição de renda . Melhoria da qualidade de vida dos residentes . Fortalecimento das identidades culturais 	<ul style="list-style-type: none"> . Plano de Desenvolvimento Sustentável . Gestão de recursos hídricos / bacias . Lixo / coleta seletiva / aterros sanitários . Regularização / desconcentração fundiária . Reforma agrária / Educação p/ cidadania . Escolas técnicas para agricultura familiar . Demarcação de territórios / Reconhecimento do patrimônio indígena e comunid. tradicionais . Acesso a serviços públicos: energia, saúde, saneamento básico, moradias, hospital regional . Educação profissionalizante / ambiental . Graduação intercultural indígena . Infraestrutura para turismo nas comunidades . Integração das conferências no território . Planejamento regional participativo . Revitalização de nascentes e matas ciliares . Geração de emprego e renda . Regularização ambiental de propriedades . Pagamento por serviços ambientais . Valorizar grupos étnicos / culturas locais

¹⁶⁶ As referências de dados disponíveis em publicações são inseridas na tabela, enquanto os demais dados foram recolhidos em sítios eletrônicos, que estarão, nas *Referências*, listados em ordem alfabética pelas siglas das diversas instâncias (CODES, FORUM BA, MAPES etc.). Todos os acessos a estes sítios foram realizados pela última vez em dezembro de 2011. No caso do CODES, foram utilizados apenas dados da Costa das Baleias, uma vez que o processo de mobilização e planejamento da Costa do Descobrimento é ainda incipiente, sem dados publicados. Para a Costa das Baleias foram consideradas as prioridades determinadas nas oficinas de planejamento participativo, preparatórias para realização do Plano, por quatro grupos de trabalho temáticos, cujos resultados estão publicados: *Políticas Sociais no Campo, Povos e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente* e *Turismo* (apenas as três primeiras prioridades de caráter regional de cada grupo foram consideradas e posteriormente agrupadas em temas semelhantes).

Quadro 4

Premissas, objetivos, interesses e iniciativas regionais (continuação)¹⁶⁷

Instâncias	Premissas	Objetivos	Interesses / Iniciativas
Projeto Corredores Ecológicos (PCE)	<ul style="list-style-type: none"> . Conservação in situ da biodiversidade . Gestão compartilhada e participativa . Integração de UCs públicas e privadas . Manejo integrado de grandes territórios . Conectividade . Inovação e replicabilidade . Políticas integradas . Alternativas econômicas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> . Conservação efetiva da diversidade biológica . Experiências piloto de corredores ecológicos . Apoiar gestão das áreas protegidas . Apoiar criação de novas áreas protegidas . Modelos inovadores / replicáveis de conservação em terras indígenas e áreas privadas . Fortalecimento institucional dos corredores 	<ul style="list-style-type: none"> . Mini-corredor Monte Pascoal Pau Brasil . Mini-corredor Descoberto Monte Pascoal . Cadeias produtivas sustentáveis . Integração institucionais da fiscalização . Planos de manejo de Ucs
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)	<p>Relação harmônica entre sociedades humanas e o ambiente na Mata Atlântica</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Conservação da biodiversidade, atributos naturais, paisagem e recursos hídricos . Valorização da sócio-diversidade e do patrimônio étnico e cultural . Fomento ao desenvolvimento econômico social, cultural e ecologicamente sustentável . Apoio a projetos demonstrativos . Apoio a produção e difusão do conhecimento sobre conservação e desenvolvimento sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão do Projeto Corredores Ecológicos . Prod. de conhecimentos e criação de UCs . Inventário ecológicos, econômicos e sociais e certificação de produtos florestais . Integração da gestão de águas e florestais . Anuário Mata Atlântica: monitoramento . Turismo Sustentável: capacitação e certificação . Políticas Públicas: ampliação da proteção legal . Comunicação e Educação: publicações . Cooperação Internacional: intercâmbio e captação de recursos . Gestores da Mata Atlântica: capacitação
Sítio do Patrimônio Mundial Natural (SPMN)	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão interinstitucional . Bem-estar das populações locais 	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão coordenada, integrando ações nos níveis nacional, estadual e municipal . Recuperação ambiental . Valorização cultural dos Sítios pela sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> . Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural
Território da Cidadania (TC)	<ul style="list-style-type: none"> . Sustentabilidade em todas as suas dimensões . Desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial . Processos endógenos autogeridos . Descentralização, sustentabilidade, redes . Cooperação solidária, inovação, auto-gestão . Territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas . Agricultores familiares e trabalhadores rurais como protagonistas . Colegiados Territoriais como instâncias de planejamento e gestão . Transparência e controle social . Foco e eficácia na utilização dos recursos . Fortalecimento de entidades públicas e civis 	<ul style="list-style-type: none"> . Superação da pobreza e desigualdades sociais, inclusive as de gênero, raça e etnia . Integrar populações e territórios aos processos de desenvolvimento . Fortalecer capacidades sociais de auto-gestão . Acelerar processos locais e subregionais que ampliem oportunidades de geração de renda . Integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial . Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas . Ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania . Inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> . Enfrentamento da pobreza, exclusão social, degradação ambiental e desigualdades . Apoio à participação dos atores e atrizes dos territórios para deliberação pública sobre projetos que afetam diretamente suas vidas . Termos de Cooperação Interministerial para integração de políticas públicas . Editais Públicos de chamada de Projetos . Criação de Consórcios Públicos para operar conjuntamente programas e projetos . Apoio à atividade produtiva, considerando vocações e potencialidades regionais, preservação do ambiente e igualdade . Monitoramento, acompanhamento e avaliação <p>(BRASIL, 2007)</p>

¹⁶⁷ Não foram incluídas informações referentes ao Programa Território de Identidade e aos Comitês de Bacias regionais (RPG III e RPG IV), uma vez que não tornaram explícitas publicamente suas prioridades.

O agrupamento de termos e temas semelhantes permite identificação preliminar de alguns potenciais interesses comuns. Ao considerarmos, por exemplo, a semelhança entre as propostas de “desenvolvimento sustentável” ou “socioambiental”, “alternativas econômicas sustentáveis” etc., podemos verificar que a *sustentabilidade* aparece explicitamente nas publicações de todas as instâncias.¹⁶⁸ Outro conjunto de semelhanças aponta para a necessidade de *integração* — “articulação”, “complementaridade”, “sinergia”... — de políticas, programas, projetos, interesses e ações coletivas. Também a *redução da pobreza e da desigualdade* — “melhores condições de vida”, “mitigação / potencialização de impactos”, “geração de emprego e distribuição de renda” etc. — se consolida como tema potencialmente republicano. Da mesma forma, a gestão compartilhada e participativa, o enfoque territorial, a conservação da biodiversidade e mesmo da diversidade cultural aparecem, de formas variadas, nas premissas, objetivos, interesses e iniciativas de todas as instâncias regionais estudadas.

A mesma necessidade de validação de um território consensual, nessas e em outras instâncias atuantes na região, retorna aqui com maior premência. É notório que a participação de um grupo limitado de cidadãos e organizações em diversos desses fóruns contribui para a repetição de interesses comuns. Porém, nesta região, é certo que foi alcançada uma situação privilegiada para um processo efetivamente participativo de gestão territorial compartilhada: seis ou sete fóruns de deliberação coletiva atuantes, outros dois ou três em consolidação,¹⁶⁹ que reúnem representantes de todas as classes, gêneros e grupos étnicos, além de grandes empresas e pequenos e médios produtores rurais (estes, ainda, como exceções), movimentos sociais, organizações comunitárias e ambientalistas, com uma amplitude que varia da atuação

¹⁶⁸ À exceção do Sítio do Patrimônio Mundial Natural, onde ela poderia, honestamente, ser inferida.

¹⁶⁹ Sem contar com os Fóruns sub-regionais (ou microrregionais) de deliberação coletiva consolidados e com atuação significativa na região: além do Conselho Gestor do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, o Conselho Deliberativo da RESEX Corumbau, o Conselho Gestor da APA Caraíva Trancoso, o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, e, mais recentemente, os Conselhos Consultivos do Parque Nacional de Monte Pascoal e do Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades e APA Santo Antônio e Coroa Vermelha, todos com participação efetiva de representantes pequenas comunidades rurais e tradicionais. Também encontramos atuantes na região o MST, o MLT a CONTAG, além de vários assentamentos reforma agrária a estes vinculados.

em localidades remotas até a extensão globalizada do planeta. Trata-se, portanto, de um alicerce que permite um salto de qualidade no que se refere à gestão compartilhada de um território.

Por outro lado, outros temas que, apesar de aparecerem em algumas das instâncias estudadas, não se manifestam (e nem podem ser honestamente inferidos) em várias delas, apresentam potencial para promoção de alianças voltadas para um embate mais eficaz com setores conservadores na arena da luta democrática: regularização e desconcentração fundiária (ou reforma agrária), desconcentração de riquezas, ampliação e criação de territórios indígenas, ampliação e criação de Unidades de Conservação, por exemplo. Tais temas poderiam, no entanto, se converter em ativos para a negociação de um interesse republicano maior, de alguma vontade consensual que integre todos os temas pautados em um amplo programa de sustentabilidade territorial. Esta proposta, além de demandar a construção coletiva de uma *síntese* mobilizadora, aponta também para a necessidade de um grande esforço de negociação, da construção paciente de sua viabilidade, em processos intensivos de tradução e diálogo, para que se alcance um acordo entre setores que, se demonstraram capacidade de concordância em alguns pontos, são, em outros, aqui, claramente antagônicos. Caso essa possibilidade venha a se concretizar, estaremos, certamente, dessa vez, efetivamente, diante de um *pacto*.

Esta hipótese traz em seu bojo a chance de catalisação de um amplo movimento de cidadania que ultrapassaria, em muito, o âmbito dos ensaios republicanos atualmente realizados. A condição de viabilidade desta hipótese demanda a existência de fluxos convergentes horizontais — além de confluências verticais interescares —, que, ao extravasar o âmbito local e regional, assumem a autoria coletiva do desenho desta utopia transescalar que, anteriormente, vislumbramos no horizonte: a sustentabilidade da Mata Atlântica em seu domínio original.

5

**A CONCLUIR:
O HORIZONTE DA CIDADANIA**

PLANO DE AÇÃO E REFLEXÃO

O momento de finalização desta tese não coincide com o movimento final desta pesquisa-ação. Longe estamos de uma conclusão em relação às iniciativas estudadas e nos encontramos, antes, na posição de ocupar e habitar um espaço em construção, com bases já lançadas, é verdade. Do ponto de vista da reflexão, o que se apresenta agora, portanto, é também um trabalho a concluir, com percurso à frente. Se os espaços intersticiais da Mata Atlântica vierem mesmo a se consolidar como territórios para o exercício da cidadania, em seus diversos modos de governo, a hipótese desta tese será um dia confirmada. O que se apresenta, hoje, em sua defesa, são resultados preliminares promissores, alcançados por cidadãos organizados em rede e que demonstraram capacidade de produzir acordos *localizados* de interesse público, que serviram como base para o processo que chamamos de *gestão pública compartilhada*.

Nas demais escalas, o que pode ser agora apresentado, para avaliação dos cidadãos a quem esta tese se direciona, é uma proposta transescalar de ação coletiva e reflexão conjunta. Como proposta de reflexão, ela se divide em dois planos: o coletivo e o individual. O primeiro se configura como proposta de pesquisa-ação participativa de escala regional, ou microrregional, conforme a decisão coletiva que, esperamos, seja

tomada no decorrer do ano de 2012. O segundo determina os próximos passos de meu projeto de investigação conceitual em busca de uma teoria da *ação emancipatória* e das *territorialidades e soberanias compartilhadas* que melhor configure um conceito renovado de geografia política.

Como proposta de ação coletiva, transescalar, ela não pode deixar de sugerir caminhos alternativos para atuação integrada na escala do domínio. Nesse âmbito, se é verdade que o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica alcançou, em dois anos, razoável reconhecimento enquanto instância de congregação e divulgação das atividades de restauração florestal no bioma,¹⁷⁰ também é verdade que deixou muito a desejar em relação ao que deveria ou poderia, efetivamente, ter sido: um pacto. Nesses dois anos de existência formal, coincidentes com o período de maior intensidade do debate sobre a mudança do código florestal no congresso nacional, o *Pacto*, a ampla aliança — que hoje congrega mais de 170 organizações da sociedade — não demonstrou saber aproveitar este potencial aglutinador para se apresentar como um interlocutor significativo no processo que maior risco traz para sua própria viabilidade.

Apesar do reconhecimento pelos pares, no nível nacional, e dos bons resultados na *aglutinação* virtual das experiências de restauração florestal no bioma, o *Pacto* tampouco se firmou como instância de efetiva *integração* dessas mesmas atividades. Pode ser considerada injusta, ou exagerada, a exigência de que uma iniciativa relativamente recente, em apenas dois anos assuma a tarefa de integração efetiva dessas experiências localizadas e se apresente ainda como interlocutora privilegiada no campo da batalha legislativa em torno da legislação ambiental brasileira; a não ser que se esqueça da ambição de sua meta e da tarefa urgente de construir sua viabilidade: 15 milhões de hectares de florestas nativas em restauração nos próximos 40 anos. A

¹⁷⁰ O Pacto chegou mesmo a ser agraciado com o Prêmio Muriqui, instituído há vinte anos pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), para homenagear e “[...] incentivar ações que contribuam para a conservação da biodiversidade, o fomento e divulgação dos conhecimentos tradicional e científico e a promoção do desenvolvimento sustentável na área da Mata Atlântica [...]”. De acordo com o presidente do Conselho Nacional da RBMA, Clayton Ferreira Lino, “O Pacto é, sem dúvida, o maior movimento brasileiro de restauração florestal, que conseguiu em pouco menos de dois anos reunir as maiores e mais importantes organizações que estão trabalhando para a conservação e a restauração da Mata Atlântica.” (Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_4_premio_muriqui.asp> e <<http://www.pactomataatlantica.org.br/noticia-completa.aspx?p=76&lang=pt-br>>. Acesso em: dez. 2011).

urgência aqui demandada poderia induzir, pelo menos, a inclusão de uma atividade essencial, que continua a não ser listada entre as ações prioritárias do *Pacto*: a participação intensiva de proprietários de terras privadas, comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária.¹⁷¹

Aos inimigos, a lei: a única referência continua a considerar que o papel dos proprietários seria o da mera *adequação* ao Código Florestal. Esse tem sido o modo de pensar majoritário entre os atores do movimento ambientalista da Mata Atlântica: a criminalização do proprietário rural como o desmatador. Este modo não considera, por exemplo, que toda a madeira retirada da floresta nativa permanece estocada nas casas e apartamentos das cidades brasileiras, em todo o domínio da Mata Atlântica; ou que nós, os 140 milhões que a habitam, continuamos a consumir, sem qualquer censura, os diversos produtos agropecuários e madeireiros de procedência desconhecida, produzidos nas terras desflorestadas do bioma, bem como o aço, que mantém, em sua cadeia produtiva, o carvão ilegal gerado de madeiras nativas; muito menos se lembra que, com benefícios fiscais e políticas públicas que desconsideravam a legislação já em vigor, o próprio estado brasileiro incentivou o desflorestamento.¹⁷²

¹⁷¹ Ações prioritárias, divulgadas no sítio eletrônico do *Pacto*, ainda não incluem uma estratégia consistente de mobilização destes grupos sociais: “Geração, sistematização e difusão de conhecimentos sobre restauração florestal; divulgação de experiências de restauração na Mata Atlântica [...]; captação e mobilização de recursos para apoio a ações e projetos de restauração florestal; contribuição para formulação e implementação de políticas públicas que contribuam para a restauração florestal na Mata Atlântica; monitoramento dos projetos de restauração e avaliação de seus resultados; valoração dos serviços ambientais ou ecossistêmicos oferecidos para a sociedade pelas áreas remanescentes e em restauração, reforçando sua importância para a qualidade de vida e os meios de produção, aproveitando oportunidades nos mercados de carbono e água; geração e ampliação das oportunidades de trabalho e renda na cadeia produtiva da restauração florestal [...]; integração dos atuais esforços e estabelecimento de parcerias estratégicas para a cooperação entre signatários do Pacto visando a *adequação ambiental de propriedades rurais ao Código Florestal*; desenvolvimento e disseminação contínua de tecnologias e conhecimentos visando ampliar a escala das ações de restauração, otimizar e promover a melhoria da qualidade de seus resultados, e contribuir para a diminuição dos custos de restauração florestal; promover e incentivar a realização de oportunidades de capacitação e qualificação dos diferentes atores envolvidos em ações e projetos de restauração florestal” (grifo meu). (Disponível em: <<http://www.pactomataatlantica.org.br/acoes.aspx?lang=pt-br>>. Acesso em: dez. 2011).

¹⁷² Na região, além do polo de serrarias, houve também a implantação de estruturas de drenagem e irrigação em várzeas de rios (incluindo florestas aluviais), através do PROVÁRZEAS (Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis) criado em 1978 pelo governo federal, com objetivo de utilização econômica das baixadas de solos hidromórficos e aluviais em todo o território nacional — principalmente para produção de alimentos, mas, também, para pecuária —, em clara afronta à legislação em vigor no País, que proibia qualquer utilização de áreas alagáveis, consideradas como de “preservação permanente”.

Do ponto de vista dos proprietários, é injusta a atitude de se colocar, hoje, nas costas apenas dos filhos e netos desses produtores — incentivados pelo Estado a descumprir a lei —, todo o ônus da recuperação ambiental das áreas degradadas que herdaram, fruto de uma devastação da qual teria se “beneficiado” toda a sociedade brasileira. Hoje, a maior parte do movimento ambientalista cobra desses proprietários o cumprimento de uma lei que, ao considerar o crime ambiental imprescritível, exige que o proprietário arque sozinho com os altíssimos custos da restauração florestal. Não lembram assim que, além dos consumidores finais, em última instância, co-responsáveis *diretos* pela devastação, diversas cadeias de produção, da construção civil à indústria automobilística (duas das “locomotivas” do progresso brasileiro), se ergueram com os recursos baratos da Mata Atlântica. Não é de se admirar que, na maior parte dos casos, tanto proprietários rurais se mantenham avessos ao diálogo com o movimento ambientalista, quanto este não os procure com outra proposta que não seja o cumprimento de uma lei que os produtores rurais consideram injusta.

O exagero que pode estar contido nessa inversão de ponto de vista é intencional, mas pretende demonstrar a necessidade urgente de tal procedimento, se quisermos resultados efetivos de conservação ambiental em terras privadas. Serve, ainda, talvez, para demonstrar aos mais diversos atores do movimento ambientalista a importância de suas visões, seus posicionamentos políticos e seus modos de atuação *normais* para que chegássemos, hoje, às vésperas de uma Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável — a se realizar em pleno domínio da Mata Atlântica — em posição de mera resistência acuada, em situação de extrema fragilidade, na defesa daquele que tem sido a grande âncora da legislação ambiental brasileira: seu Código Florestal. Pois não são exatamente estes produtores rurais, excluídos dos pactos e das demais conversas sobre “meio-ambiente”, os que se organizaram em torno de uma mensagem simples, com forte apelo em toda a sociedade, para reivindicar a mudança da lei que os converte — alguns, antes mesmo de terem nascido — em criminosos comuns? “Não somos criminosos. Produzimos alimentos, contribuímos para a redução da fome e da pobreza, bem como para o desenvolvimento do País”, bradam com orgulho e sinceridade sobre seus tratores em

seus manifestos, de braços dados, no entanto, com madeireiros ilegais, *grileiros* de terras e políticos profissionais por demais interessados na continuidade de suas carreiras para se colocarem em conflito aberto com estes eleitores poderosos.

Enfrentar tal aliança conservadora com outra que, por mais extensa que pareça ser, é claramente minoritária, politicamente frágil, e, para a maioria da sociedade, ainda pouco convincente, é uma opção fraca, reativa, resistente e, se o panorama atual for mantido, fadada à derrota. Não é a única opção que resta, no entanto. O exercício de ouvir respeitosamente o outro, sem se colocar em posição hierárquica superior — ao lado da lei, do Estado ou da ciência moderna — é imprescindível para qualquer acordo que venha a ser eventualmente alcançado neste tema, de altíssimo interesse público-democrático. Às vésperas de nova votação do novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, no entanto, não é possível afirmar que o momento de negociação em torno de um amplo *pacto republicano* na escala nacional do domínio, capaz de produzir uma legislação adequada à biodiversidade e sustentabilidade do bioma, sem deixar de contemplar interesses dos proprietários rurais, já tenha definitivamente passado.¹⁷³

Se o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica praticamente se absteve de participar neste debate — mesmo que grande parte dos seus membros tenha se manifestado — outra instância multiescalar de atuação pela Mata Atlântica se apresentou, com maior efetividade, no campo do embate político, se credenciando como interlocutora qualificada e politicamente consistente ao longo do processo. Seja porque, desde sua origem, contou com a presença de grandes proprietários de terra e atores do movimento ambientalista propensos ao diálogo, ou por se estruturar através de um conjunto de fóruns regionais que se encontram regularmente, ou ainda por adotar o método do consenso como fundamento de decisão, o fato é que Diálogo

¹⁷³ Há quem acredite que isto seria ainda possível. No início de 2012, a própria Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, mantinha alguma esperança, apesar de reconhecer a dificuldade do momento: “[o Ministério não pode ficar] a reboque de uma agenda que tem poder político imenso. [...] é preciso procurar caminhos de convergência e de diálogo. Tem sido muito difícil fazer esse exercício de negociação política. Por mais que a gente pactue, as negociações são extremamente complexas e difíceis. [...] O debate do código segue, não se encerrou. Estamos fazendo uma avaliação do cenário. Ainda tem pedreira pela frente mas, se não tivermos o apoio para convergência e para aquilo que foi construído, muito dificilmente a gente poderá superar algumas barreiras.” (Depoimento disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/01/26/79447-nova-agenda-ambiental-precisa-ir-alem-do-licenciamento-e-da-fiscalizacao-diz-ministra.html>>. Acesso em: jan. 2012)

Florestal da Mata Atlântica foi capaz de produzir um documento consensual entre as partes, chegando a ser tomado como base para um acordo possível entre executivo federal e sua bancada majoritária no parlamento brasileiro.¹⁷⁴

Mesmo que o novo Código venha a ser aprovado, e não vetado pela Presidência da República, a proposta de um ou mais acordos republicanos localizados para além da lei e do Estado — isto é, nos interstícios da democracia — continua a existir como uma alternativa possível. Dessa forma, permanece em aberto o questionamento que definirá sua viabilidade: qual pacto? Quem faz o pacto? Quem paga o pacto?

Hoje não parece haver outra alternativa: o *conteúdo mínimo* de um pacto é o mesmo que aflora na discussão sobre o Código Florestal. Não haverá qualquer acordo possível que não passe pelo reconhecimento da *responsabilidade comum* da sociedade brasileira pela substituição das florestas por outras formas de uso e ocupação do solo. Isto significa, também, a necessidade de descriminalização de todo produtor rural que tenha déficit de florestas em virtude da atual legislação, resguardando esta caracterização apenas para os criminosos de fato, tendo como base critérios claros de diferenciação. A explicitação da *vontade de diálogo*, do *respeito aos interesses* dos atuais adversários e do pressuposto de boa fé entre as partes são outras das pré-condições para um acordo regional em torno de *interesses comuns*.

Assim, à *conservação da biodiversidade* e à *sustentabilidade do bioma*, talvez, os principais interesses do “partido ambientalista”, devam se somar a *rentabilidade das atividades econômicas* e a *sustentação* da economia rural, provavelmente os principais interesses do “partido ruralista”. A inclusão de outras partes interessadas — agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais

¹⁷⁴ Em março de 2011, o Diálogo lançou publicamente sua “proposta de consenso para o Código Florestal”, documento que reunia 16 pontos consensuais, posteriormente detalhado como emendas ao projeto de lei (versões disponíveis em: <<http://www.dialogoflorestal.org.br/legislacao/codigo-florestal/>>). O documento ganhou o apoio também do Instituto Ethos, que congrega empresas vinculadas à questão da responsabilidade social, e foi entregue ao então Ministro Chefe da Casa Civil Antônio Palocci, com a presença de movimentos sociais de trabalhadores (MST – Movimento dos Sem Terra, Via Campesina e CUT – Central Única dos Trabalhadores). A demissão precoce do então ministro Antônio Palocci, que havia assumido a frente das negociações com o congresso, em junho de 2011, interrompeu o processo de negociação em torno das propostas, que não chegou a ser, retomado nas mesmas bases (Disponível em: <<http://www.dialogoflorestal.org.br/noticias/88/instituto-ethos-apoia-as-propostas-de-consenso-do-dialogo-florestal-para-o-codigo-florestal-documento-e-entregue-a-palocci-e-marco-maia>>. Acesso em: dez. 2011).

pela reforma agrária, por exemplo — traria o mérito de incluir, no campo de possibilidades, outros conteúdos de interesse comum eventualmente revelados ou construídos, hoje ausentes da pauta no debate legislativo. Nessa direção, o documento produzido pelo Diálogo Florestal, ao incorporar alguns dos interesses de produtores e proprietários de terra, sem abrir mão das questões mais sensíveis em relação à conservação da biodiversidade, é uma boa base para avaliação dos diversos setores interessados ou que venham a se interessar.

Quanto à última questão colocada, a resposta não pode ser outra e mais simples que esta: ou pagamos todos ou ninguém pagará. A forma capitalista de forçar todos a pagar já é conhecida: incorporação dos novos “custos ambientais”, ou “legais”, que venham a ser identificados e valorados, nos preços finais dos produtos, sem redução da lucratividade. Desta forma, não adianta jogarmos para os ombros do proprietário rural o peso do investimento inicial: se ele o conseguir fazer, seus custos de produção serão repassados para o produto final; se não o fizer (o que é mais provável, por falta de capital, de vontade ou de fiscalização), a situação de degradação ambiental permanecerá tal como sempre esteve nas últimas décadas — situação que não interessa a ninguém, incluindo os proprietários.¹⁷⁵

Nesse caso, uma solução real e possível seria que toda a sociedade, através do Estado e do mercado, assumisse sua responsabilidade, como *sócia* ou *cúmplice*, e transferisse renda suficiente para premiar os proprietários que conservaram a biodiversidade em suas propriedades e para apoiar os demais nos processos de ampliação da cobertura florestal, necessária a esta conservação. O certo é que, em qualquer das circunstâncias apresentadas, pagaremos todos. A decisão, portanto, nem é tanto sobre quem paga, mas sobre como se paga.

¹⁷⁵ Dona Aldir Bortotti, proprietária rural beneficiada pelo projeto de carbono, por mais entusiasta que seja em relação à questão ambiental, nem por isso conseguiria arcar com este ônus: “Eu jamais teria condições de restaurar a minha propriedade. É muito oneroso, a começar pelos encargos sociais. Aderindo ao projeto eu apenas tive que cercar as minhas áreas de APP e RL e me comprometer em mantê-las intactas ao longo de 30 anos.” (Entrevista concedida a Cadija Tissiani, jornalista do Programa de Conservação da Mata Atlântica da TNC - The Nature Conservancy Brazil, em setembro de 2011, ainda não publicada)

Um dos caminhos possíveis seria a proposta de “Pagamentos por Serviços Ambientais” (PSA) pelo Estado, através de isenção tributária, incentivos fiscais para mudança de atividades econômicas ou transferência de renda para que proprietários mantenham suas florestas — ou seriam nossas, uma vez que abrigam um patrimônio comum (a biodiversidade) cuja conservação é de interesse público? A mesma lógica pode ser utilizada para a participação da iniciativa privada, através da compra de créditos de carbono (tal como já acontece nos experimentos do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, para restauração florestal) também para manutenção das florestas existentes, nos processos conhecidos como REDD.¹⁷⁶ Desta forma, estaríamos, aqui, dividindo as responsabilidades comuns, tanto como contribuintes quanto como consumidores, ao que se somariam nossas eventuais contribuições como cidadãos.¹⁷⁷

A estas alternativas se somariam possibilidades não explicitadas, por estarem os dois “partidos” ainda longe de uma conversação sobre interesses comuns, à exceção do setor de silvicultura. Uma possibilidade que se abre, por exemplo, é a de ampliar o retorno — econômico, social e ambiental — das demais atividades econômicas regionais através de cooperação de produtores rurais da região, assentamentos de reforma agrária, povos indígenas e comunidades tradicionais, com universidades e centros de pesquisa, contando com a intermediação de organizações ambientalistas e empresas que já atuam na região associados a institutos de pesquisa da USP, UFRJ e UFLA, além da própria UFMG.¹⁷⁸

Na escala regional, a proposta de um pacto de tal magnitude não deixa de ser um objetivo pretensioso, mas pode contar com uma base razoavelmente sólida para se apoiar. A observação participante dos diversos planos políticos co-incidentes no Extremo Sul da Bahia permitiu a detecção de *consensos revelados* ao longo dos anos, contra os quais não parece haver oposição explícita. A sustentabilidade regional, tomada no seu sentido mais amplo, a proteção permanente das águas e da biodiversidade (sem ônus exclusivos para proprietários rurais), a geração e distribuição

¹⁷⁶ REDD: Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

¹⁷⁷ A maior contribuição como consumidor, no entanto, ainda seria a redução voluntária do consumo, com maior ênfase no que se refere a produtos sem procedência determinada.

¹⁷⁸ Universidade de São Paulo e Universidades Federais do Rio de Janeiro, de Lavras e de Minas Gerais, respectivamente.

de riquezas sem comprometimento do futuro, a redução da pobreza para criação de um mercado regional robusto, sem falar da ampliação das oportunidades de educação para a população local, podem ser considerados temas potencialmente consensuais. Outros itens da pauta de sustentabilidade careceriam de mais conversa e tradução, para que viessem a se tornar *consensos construídos*: implantação de florestas produtivas sobre pastagens degradadas, desconcentração e regularização fundiária, fomento e assistência técnica à agricultura familiar, valorização da etno-diversidade e das comunidades tradicionais da região.

A estratégia conhecida no campo da conservação da biodiversidade como determinação de uma *bandeira*,¹⁷⁹ talvez revele a necessidade, em processos semelhantes, de uma *ideia síntese*, capaz de organizar e condensar a complexidade da equação em uma fórmula simples, sem abrir mão da amplitude e profundidade de seu conteúdo. Esta síntese deve demonstrar, desde as primeiras conversas, capacidade para fazer convergir as diversas demandas, campos e fluxos divergentes em torno de um amplo *movimento de cidadania* de âmbito regional. A partir dos interesses comuns identificados, torna-se plausível a construção coletiva desta síntese, nas diversas instâncias de deliberação regional, para posterior apresentação aos setores da sociedade ausentes destes fóruns.

No Extremo Sul da Bahia, é notória a importância crescente adquirida pelos processos de conservação e restauração da Mata Atlântica para organizações e agentes locais, assim como já era clara sua importância original para os grupos indígenas e comunidades tradicionais. A esta se soma a importância econômica também crescente para os dois setores mais dinâmicos na região, seja em função da beleza cênica para o turismo no litoral, seja na composição de mosaicos florestais sustentáveis¹⁸⁰ para a

¹⁷⁹ As *espécies-bandeira* são espécies animais ou vegetais consideradas mais *carismáticas* — capazes de atrair atenção de *peças comuns* (ou, em outros termos modernos, de um público “não especializado”) — tais como o mico-leão-dourado, a tartaruga marinha, as baleias jubarte e o pau-brasil. Também *biomas* podem servir como bandeiras do pensamento ambientalista globalizado, como é o caso canônico da Amazônia e, em menor escala, da própria Mata Atlântica.

¹⁸⁰ Os “Mosaicos florestais sustentáveis” compõem uma iniciativa conjunta da CI-Brasil, Instituto BioAtlântica, The Nature Conservancy, Fibria, Veracel e Suzano, com o apoio da Kimberly Clark. Seu objetivo é a “construção de uma agenda integrada de ações de conservação”, tendo como imagem símbolo os grandes maciços florestais, conformados pela presença simultânea da floresta nativa e da silvicultura, na paisagem regional.

silvicultura no interior, incluindo nesta situação os pequenos produtores florestais fomentados. A partir dessa observação, é plausível pensar que a própria *floresta* se transforme em uma *idéia-força*, suficientemente potente para atrair os diversos grupos ali atuantes, bem como a atenção de outras partes do mundo, na direção um movimento amplo e convergente. Não soaria absurda ali, por exemplo, a proposta de uma “sociedade florestal sustentável”, como marca da transição para uma economia regional “verde”, ou “de baixo carbono”.

Independente de nomes e bandeiras, em virtude de tendências já verificadas na economia regional, tampouco é absurdo afirmar que, nas próximas décadas, a economia regional deverá migrar de um padrão de substituição de florestas pela pecuária, para o caminho oposto, de substituição de pastagens por florestas. Mesmo a silvicultura tende a se diversificar, com o incremento de plantios voltados para outras atividades que não as de produção de celulose. Não se trata, aqui, apenas do *wishful thinking*, mesmo na forma como a ele antes me referi: além da diversificação da economia florestal ser tema prioritário no debate político regional, experiências concretas e projetos já são realizados através de parceiras interinstitucionais, catalisadas no âmbito do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia.¹⁸¹

Um território comum, que venha a ser coletivamente determinado para atuação cooperativa das diversas instâncias de decisão política, também merece sua bandeira. O apelo simbólico da *herança comum da humanidade*, que nesta região se manifesta através de duas formas, não poderia ser negligenciado em um momento de escolha. A manutenção de um dos títulos *canônicos* da UNESCO seria o mais indicado, não fosse uma questão ética e conceitual importante. É possível que o território consensual, aqui

¹⁸¹ Neste sentido, cabe citar os projetos *Artesão Legal* e *Formas da Natureza*, ambos iniciativas de organizações ambientalistas em conjunto com as empresas de celulose, visando substituição de madeiras nativas por madeiras plantadas no artesanato regional e o provimento de melhores condições de trabalho aos artesãos. Também são significativos o início de experimentos de silvicultura com espécies nativas na região, as propostas de ampliação do fomento florestal e do programa *AgroVida* — de introdução de consórcio de atividades agrosilvopastoris em assentamentos de reforma agrária — executados pelas empresas de celulose presentes no Fórum Florestal. A diversificação da economia regional, também através de atividades agrosilvopastoris consociadas, é uma das prioridades do programa de *Adaptação [às mudanças climáticas] com base nos ecossistemas*, recentemente apresentados na região pela Conservação Internacional, para construção de projetos cooperativos piloto, em conjunto com organizações locais e proprietários rurais.

esboçado, venha a ser semelhante àquele que se refere à porção baiana do Sítio do Patrimônio Mundial Natural, mas aqui surge o problema: os Pataxó, no que concordam com os demais povos indígenas brasileiros, não aceitam que o encontro de 1500 seja considerado um *descobrimento* — pelo motivo que, do ponto de vista nativo, evidentemente, não se tratava disto.¹⁸² Caso o desenho de tal território consensual restrito seja regionalmente validado, não creio haver restrições à menção ao *patrimônio mundial*, mas seria mais razoável, aqui, se apropriar da reflexão de Ailton Krenak (1999), quando nos oferece sua generosa concepção do *encontro das diversidades humanas* como nosso maior patrimônio comum. Daí não ser absurda a proposta de renomeação coletiva deste lugar simbólico, levando em consideração ter sido este um importante sítio mundial de encontros, ou reencontros, da humanidade. Em sua versão expandida, o território consensual se aproximaria do desenho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Extremo Sul baiano, que também se habilitaria, de um ponto de vista formal e institucional, a abrigar projetos cooperativos de ação e reflexão.¹⁸³

Seja em sua versão compacta ou expandida, tal território passará também a abrigar nossa proposta de reflexão coletiva, capaz de estender as práticas localizadas de pesquisa-ação para o âmbito regional ou microrregional. Esta proposta toma como pressupostos tanto as demandas aqui explicitadas por Ailton Krenak — encontro permanente da humanidade, respeito e reconhecimento do *outro*, de seus saberes e culturas diversos, abertura e adequação das instituições públicas e tecnologias, gestão amigável das relações interétnicas e interculturais, educação para a liberdade e a igualdade — como as premissas da Ecologia dos Saberes de Boaventura de Sousa Santos (2006) — a prática dos encontros e das pluralidades, internas às ciências ou entre estas e os outros saberes.

¹⁸² “Os brancos clamam hoje: ‘Nós descobrimos as terras do Brasil!’. Isso não passa de uma mentira. [...] Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. [...] Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos, pensando que descobriram essa terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitasse, desde os primeiros tempos!” (YANOMAMI, 1999, p. 18).

¹⁸³ Na verdade, o território aqui esboçado, em sua versão compacta, quase coincide com a parte terrestre do *Mosaico*, que, no entanto, traz em seu nome uma limitação indesejada, caracterizada pela ênfase nas *Áreas Protegidas*. A versão expandida deste território coincide totalmente com o conjunto das *Bacias Hidrográficas* que deságuam na chamada *Costa do Descobrimento* — conformando a *Região de Planejamento para Gestão de Águas - RPG IV* — que tampouco parecem ser carismáticas o suficiente para nomear um eventual território consensual.

Nesse sentido, um projeto interinstitucional e transdisciplinar vem sendo desenhado, para ser apresentado na região como *Cátedra Unesco*, ainda em 2012.¹⁸⁴ Como as demais iniciativas do gênero, estará vinculada a programas de pós-graduação do Brasil e Portugal, direcionada para sustentabilidade territorial, valorização das diversidades e elucidação de histórias e territorialidades, geografias e culturas, superpostas neste espaço comum.¹⁸⁵ A instalação, até 2013, de um campus da recém criada Universidade Federal do Sul da Bahia em Porto Seguro (primeira universidade pública no Extremo Sul baiano), surge como oportunidade, tanto para criação imediata de cursos de graduação e pós-graduação, quanto para licenciatura intercultural indígena, propiciando melhores condições para o encontro de saberes a ser desenhado.

Tal projeto amplia o horizonte de possibilidades para o aprofundamento e ampliação horizontal da experiência de gestão pública compartilhada do *Corredor Monte Pascoal Pau Brasil*, uma vez que facilita — ou mesmo torna possível — a alternativa de educação continuada para os agentes protagonistas do *Corredor*, uma antiga reivindicação que não havia ainda se concretizado. Isto porque permite que novos processos de pesquisa-ação venham a consolidar a tendência deste território se converter em *laboratório de geografia política* a céu aberto para processos de inovação que não venham a se concentrar *apenas* na universidade, mas que transforma cada rio, cada floresta, cada assentamento ou terra indígena em um espaço cooperativo de encontro e diálogo, estudo e pesquisa, planejamento e gestão, consolidando o que aqui se considera um *território de cidadania*.

¹⁸⁴ “O PROGRAMA UNITWIN E CÁTEDRAS UNESCO é um plano de acção e um movimento a favor da solidariedade académica à escala mundial, lançado pela UNESCO em 1991, e que se destina a reforçar a cooperação entre universidades e, muito especialmente, a apoiar o Ensino Superior nos países em vias de desenvolvimento. O Programa visa estabelecer e reforçar uma cooperação forte e duradoura entre instituições de Ensino Superior e científicas de todo o mundo, dando especial importância à assistência prestada através de ligações inter-regionais e sub-regionais. [...] O Programa centra-se principalmente nos estudos e investigações [em] pós-graduação, pois é a este nível que são mais necessárias as ligações internacionais e onde existe a maior lacuna entre sistemas e instituições de educação dos países industrializados e dos países em vias de desenvolvimento. Por outro lado, o Programa privilegia o emprego de estratégias e mecanismos que visam uma rápida e eficaz transferência de conhecimentos e sua aplicação às condições e necessidades nacionais e locais específicas.” (Disponível em: <<http://www.unesco.pt/antigo/catedrasun.htm>>. Acesso em: maio 2011).

¹⁸⁵ O projeto está sendo desenvolvido por mim e pela Doutora Maria Paula Couto Paes, investigadora do CHAM (Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa), contando ainda com a colaboração da Dra. Rosângela de Tugny, pesquisadora em etnomusicologia da UFMG.

Para tanto, a própria experiência deste *Corredor* deverá passar, de imediato, por alguns testes de viabilidade e eficácia. Uma iniciativa que se pretende exemplar não pode permanecer por longo tempo na categoria de projeto piloto, se não for testada sua eventual *reedição* em outras situações, próximas ou distantes.¹⁸⁶ Tampouco pode se apresentar como *modelo* a ser *replicado* em outros lugares, uma vez que não faz sentido se tentar construir uma *réplica* desta ou de qualquer outra experiência em tempos e espaços diferentes. Ao contrário de um *modelo* a ser *copiado*, ou um *método* completo e fechado, a experiência de mobilização social e articulação institucional ali praticada serve como *referência metodológica* (ROMANO *et al.*, 2002), que cumpre o duplo papel de apresentar seus erros e acertos, bem como de afirmar que o caminho não está totalmente errado, sendo capaz de propiciar (mas não garantir) resultados consistentes também em outros lugares. A reedição aqui pode ser, portanto, entendida como *recriação*, através da *livre apropriação* dos princípios, meios e fins da gestão pública compartilhada, para uma também livre *reinvenção* da iniciativa, a partir das condições localmente existentes, topicamente determinadas.

Com seis anos de experimentação e alguns resultados animadores consolidados, é de se esperar que as experiências de reedição já estivessem em curso — o que, realmente, vem acontecendo mesmo que sem o conhecimento dos agentes do corredor. No entanto, alguns atores do consórcio expressam dúvidas sobre a oportunidade deste momento para esta possibilidade:

Para ampliação de nosso projeto, temos que fazer antes um replanejamento, reavaliar nossas premissas, nossos conhecimentos sobre as práticas de uso da terra, sobre os procedimentos locais. Hoje a gente tem uma maturidade e um conhecimento local que permite a gente fazer um refinamento disso. Acho que já identificamos algumas oportunidades que não estão descritas no projeto, mas que ampliariam o potencial para replicação destas ações. Temos que pensar agora na necessidade de replanejar, reelaborar e revalidar

¹⁸⁶ O termo *reedição*, da forma como aqui é apresentado, é proposto por Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004).

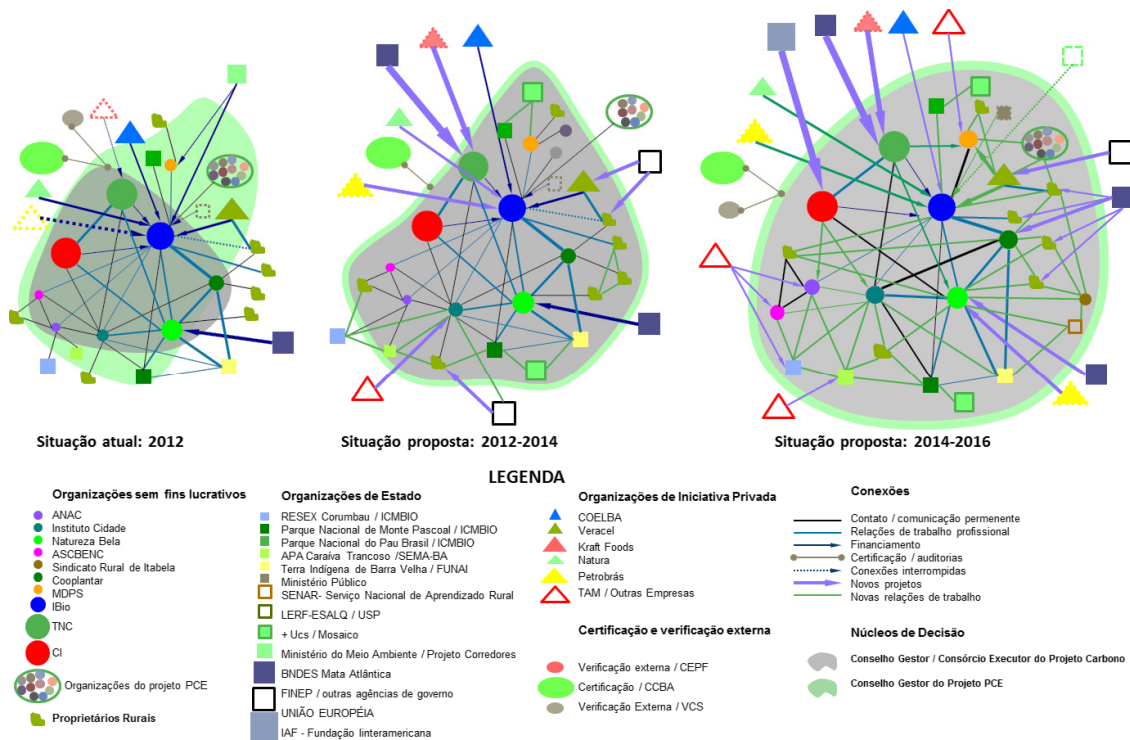
nosso projeto, a partir do que aprendemos nesses anos. (Gilberto Tiepolo)¹⁸⁷

O replanejamento de que trata Gilberto Tiepolo se vincula à necessidade de reestruturação do sistema de gestão compartilhada, para, inclusive, inverter a tendência atual da falta de comunicação e concentração de temas, recursos e poderes. Esta inversão foi apresentada e debatida no Conselho Gestor do Carbono, estando prevista sua efetivação ao longo dos próximos dois anos. A proposta, representada na Figura 53, adiante, mostra, à esquerda, a configuração da situação atual, no início de 2012, coincidente com a quarta e última situação apresentada na Figura 47, correspondente ao final de 2011. A imagem do meio representa a situação de transição desenhada, entre 2012 e 2014, para a qual se projeta, inicialmente, a integração dos dois conselhos do *Corredor* (Conselho do Carbono e do Projeto Corredores Ecológicos), que hoje mantém atuação em paralelo, como poucas convergências. A estratégia prevê ainda a capacitação de organizações ambientalistas e comunitárias, ao sul e ao norte do atual *Corredor*, para elaboração conjunta de um novo projeto de carbono florestal, sobre uma base territorial e temática ampliadas, incluindo as possibilidades de manutenção de florestas maduras, através dos mecanismos de REDD (ver nota 175) e integração dos minicorredores — Descobrimto / Monte pascoal / Pau Brasil / CEPOC (Corredor Porto Cabrália) — em processos cooperativos de restauração florestal, conservação da biodiversidade e inclusão de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária nos processos de geração de renda resultantes.

¹⁸⁷ Trecho de entrevista a mim concedida por Gilberto Tiepolo, no início de janeiro de 2012. Sobre a possibilidade de replicação dos projetos de carbono florestal em outros lugares, Gilberto Tiepolo já não tem tanta dúvida: “A replicação em outros lugares já está ocorrendo. Já existe um projeto da Conservação Internacional de carbono no Mato Grosso do Sul, com base em nossa experiência na Bahia. A TNC também já está replicando o projeto em São Paulo, no sistema Cantareira e também aqui no Paraná. A replicação por parte de membros do consórcio do Corredor, então, já está acontecendo. E, fora dos membros, é normal outras instituições me procurarem aqui e eu passo informações, resultados... Quanto mais outros projetos de carbono forem realizados, mais novos projetos vão também ser facilitados. Outro fator importante que trabalhamos e influenciemos foi a questão do idioma. Antes, para validar uma proposta no CCB, ele tinha que estar na língua inglesa, o que era um fator bastante limitante para os projetos. Hoje, a partir de nossa proposta, da primeira experiência de validação no Brasil por uma entidade também brasileira (o Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é possível que a certificação seja feita em português.” (Gilberto Tiepolo, na mesma entrevista, em janeiro de 2012)

Figura 53

Evolução proposta para a rede de gestão pública compartilhada



A inclusão efetiva desses grupos e proprietários rurais participantes do projeto em processos de comunicação e decisão, através do novo Conselho Gestor integrado, talvez seja o maior e mais importante desafio para a consolidação de um sistema efetivo de gestão pública compartilhada neste território. Um esforço concentrado para elaboração coletiva de novos projetos, visando sustentação desta proposta de ampliação, talvez seja hoje a tarefa mais decisiva no primeiro ano da nova série. Este esforço integra a meta de fortalecimento do caráter pluriprotagonista da rede, que significa diversificação de proponentes, intensificação da comunicação, sustentação dos encontros presenciais, ampliação das redundâncias e otimização dos recursos disponíveis — que não deixarão, tão cedo (ou nunca), de serem escassos. O resultado que se espera, em 2016, é a consolidação do novo território de atuação comum, gerido por um conjunto ampliado de organizações atuando em rede, no seu modo distribuído, e, principalmente, conectado a um amplo, diverso e potente movimento de cidadania.

Por fim, como proposta de reflexão individual, o plano direciona a continuidade da pesquisa teórica para melhor determinação do conceito de geografia política aqui proposto. Tal caminho deve ser capaz de resgatar o caráter emancipatório original de ideias e histórias soterradas nos escombros da modernidade, para convergi-las na geração de um fluxo libertário mais amplo, potente, pluritópico. Para esta construção, cujo desenho apenas se esboça nesta tese, um dos procedimentos não pode deixar de ser o mesmo de uma arqueologia que aqui já praticamos. Quando não se contenta com as escavações superficiais da modernidade, assume a tarefa de ir além das camadas reveladas pelo debate político contemporâneo, “[...] mais fundo que o marxismo e o liberalismo [...]” (SANTOS, 2001, p. 185), na busca de possibilidades hoje tornadas invisíveis pelo paradigma da ciência normal (KUHN, 1998). Neste caso, não é outro o caminho também sugerido por Boaventura de Sousa Santos:

[...] em busca de memórias alternativas do futuro [...] encontrei-as na cultura jurídica multiseular, transnacional e local, [...] nas tradições conceptuais alternativas ao Estado, especialmente no conceito de Estado da república renascentista, que o entendia como o bem-estar geral de uma sociedade autogovernada [...] e] na articulação entre direito e revolução [...]. (SANTOS, 2001, p. 187)

Se o caminho é o mesmo, na direção do mesmo ponto de chegada, pretendemos ir além na determinação de sua amplitude, trazendo à luz pelo menos uma alternativa à reflexão política moderna, fortemente determinada pela exclusividade de seu paradigma da competição, seja no direito, no Estado, no mercado, na ciência ou na guerra. Ir além deste paradigma significa, também, estudar desvios, que não desemboquem nas mesmas alternativas binárias disponíveis para atuação coletiva moderna — revolução ou reforma, rebelião ou participação, resignação ou indignação, alienação ou luta —, que terminam por confinar as demais possibilidades libertárias no campo da utopia. Uma alternativa a essas normalidades, mesmo às progressistas, aqui se apresenta esboçada pelos caminhos do paradigma emergente da cidadania governante: *autogestão complementar*, na forma de *ensaios republicanos*, como parte de processos de *compartilhamento da gestão pública*, através da *autodeclaração de governo*, nos interstícios da democracia moderna.

Um dos seus pressupostos é a consideração, para a reflexão política, das instituições, formas de organização e modelos de atuação das sociedades modernas, como modos legítimos e centrais para a cidadania, mas insuficientes. No sentido de prover esta suficiência, a aproximação, por certo inusitada, das idéias de *anarquia* e *república*, aqui revelam seu potencial: todo cidadão tem o direito incontestável de governar *diretamente*, imediatamente, fora do Estado, desde que na posse evidente de um interesse público também incontestado, isto é, na ausência de qualquer oposição. Para compatibilidade com o paradigma moderno, no caso brasileiro, este é mesmo um direito garantido na constituição do País, se bem entendido o parágrafo único de seu primeiro artigo: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou *diretamente*”. (BRASIL, 1988, p. 1, grifo meu). Vale ainda notar que, destas duas formas constitucionais — representativa e direta — do exercício de “todo poder”, uma se encontra, com todas as críticas que ainda podem ser feitas, bem consolidada e praticada, tanto pela sociedade brasileira como em boa parte do ocidente. A outra, no entanto, carece de maior experimentação e ensaio, voltada para seu aprofundamento e ampliação, uma vez que sua contribuição para a história e geografia contemporâneas tem sido insignificante.

O pressuposto da ausência de oposição garante possibilidade de existência à única forma de anarquia legítima, de um ponto de vista simultaneamente ético e libertário (ou não autoritário), porque também a única que não se propõe a impor, unilateralmente, suas vontades e interesses sobre quaisquer outros: a *anarquia republicana*. A premissa incontornável que ela apresenta — só é legítima uma *ação de governo fora do Estado* se esta não for objeto de disputa — tornaria ilegítima a própria luta contra o Estado *em nome do interesse público*.¹⁸⁸ A premissa traz consigo uma demanda, também incontornável, por um *modo específico de gestão*, diferenciado em relação a qualquer outro modo legítimo e normal do embate democrático. Tendo como fundamento maior a igualdade, a liberdade e a confiança, irrestritas e absolutas, que se encontram no *poder amizade*, este não pode apoiar seu modo de atuação na luta, no embate, na imposição de determinada vontade ou interesse que não seja comum a *todos* (e não apenas a todos os *amigos*).

Quando cruza as fronteiras práticas e teóricas do campo progressista do pensamento político moderno, a proposta da gestão pública compartilhada amplia o território de atuação no universo da emancipação. O espaço revelado para a cidadania plena não coincide com o da democracia participativa (por mais intensa e radical que seja), antes o transborda — da mesma forma que o lugar ocupado pelo *público* é mais amplo que aquele ocupado pelo Estado e organizações da “sociedade civil”, extravasando seus limites. A diferença entre o espaço público e o estatal coincide com a diferença entre o lugar da gestão pública compartilhada e o da democracia, sendo este *resto intersticial*, aquele ocupado pela *autogestão complementar*, o modo republicano da cidadania.

Se vai além da participação política normal, a proposta da cidadania (anarco)republicana não se confunde com propostas de *revolução, reforma* ou *utopias*

¹⁸⁸ A legitimidade da luta contra o Estado, ou qualquer das demais formas estruturantes do ocidente moderno, se mantém inquestionável do ponto de vista da democracia, isto é, da luta em defesa dos interesses da maioria ou de partes da sociedade.

experimentais *isoladas*.¹⁸⁹ Em relação ao primeiro caso, porque não trata de “conquistar o poder”, ou de promover “rupturas radicais” para realização de “uma nova ordem”, seja ela social ou baseada em um novo regime de estado. Em relação ao segundo caso, tampouco se trata de transformar o mesmo poder central, através de “[...] mudanças graduais por meio do compromisso e do diálogo com o inimigo [...]” (SANTOS, 2006, p. 419). No terceiro caso, porque não se trata de inventar um experimento social crítico apartado das demais formas de atuação social, que não pretende se deixar “contaminar” pelos processos históricos normais. Das chamadas utopias sociais, talvez a que mais interesse, para nosso caminho, seja o cooperativismo inicialmente proposto por Robert Owen, que mantém seus frutos vivos, apesar dos ataques ideológicos, à esquerda e à direita, a que é submetida. Sua resiliência histórica pode ser atribuída a duas de suas características mais importantes, que muito nos interessa: a *diversidade*, que se manifesta nas suas múltiplas formas de existência (produção, trabalho, consumo, serviço, crédito, educação, saúde...) e o *hibridismo*, que se manifesta, desde sua origem, na simplicidade como integra capital, trabalho, poder e *vontade*: todos são donos, todos trabalham, todos decidem — todos, voluntariamente, governam.

Mesmo se não se confunde com estas propostas históricas da modernidade, a cidadania como forma de governo bebe destas fontes para se estabelecer como *alternativa paradigmática*. Quando se propõe, por exemplo, a construir “compromissos” em situações de “diálogo com inimigos”, não o faz para transformar a sociedade ou o regime que, eventualmente, os manterão como inimigos (ou adversários, no mínimo) em situações não republicanas. Antes, cria condições para que tais “inimigos” tratem de situações comuns, urgentes ou emergenciais: como no caso dos *polders* ou das ambulâncias em guerra, que mantenham pelo menos os campos de batalha secos e limpos, cuidando cooperativamente dos diques, que a todos protege, ou dos mortos e feridos, que a todos comove, para que, se assim o quiserem, a luta continue.

¹⁸⁹ Refiro-me, no último caso, aos experimentos do chamado *socialismo utópico*, que pretendiam a transformação da sociedade através de propostas de novos modos de atuação em experiências *deslocadas* da cidade industrial — como os falanstérios de Charles Fourier ou a Icária comunista de Étienne Cabet, em território norte-americano (MARX; ENGELS, 1998, p. 62).

Em comum com a ideia de revolução, a cidadania se apresenta, sim, como uma ruptura, mas não com uma determinada estrutura social ou regime estatal. Trata-se, antes, de uma ruptura com a própria ideia de hierarquia, com a necessidade de lideranças ou de derrota do *outro* e imposição unilateral, aos *perdedores*, de outras vontades e interesses. A cidadania governante, tampouco, admite o monopólio do interesse público nas mãos do estado, por desconfiar que a observação marxiana mantém sua atualidade: “O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 13) — ou, em termos de hoje, do capital financeiro. Se, por outro lado, é tarefa legítima de todo estado democrático gerenciar os “assuntos comuns” da maioria, sua execução nunca poderá oferecer garantia de cuidado seja dos interesses minoritários, seja dos *assuntos comuns a todos* — a *res publica* — uma vez que a racionalidade sobre a qual se apoia, a do conflito, raramente permite satisfação de *interesses públicos*, a não ser em raras condições de abundância ou comoção coletiva.¹⁹⁰

Com a ideia de revolução, a cidadania comunga ainda com a vontade radical de *realização de uma nova ordem* — mas trata-se, aqui, de realização *imediata*, efetuada no tempo do agora, não adiada para um *após* qualquer, um ponto no horizonte, de futuro incerto. Pois, ao não concentrar todas as fichas na tomada do poder central, ao apostar também no reconhecimento de outros poderes, bem como de outros modos para exercê-los, cria um espaço de autonomia imediata — ou melhor, o ocupa, uma vez que ele sempre esteve ali, disponível, esperando pelo seu reconhecimento. A nova ordem de que se trata, portanto, é a própria realização imediata da igualdade e da concidadania, sempre adiada para um futuro além do horizonte pelo pensamento moderno.

Se a gestão pública compartilhada não se confunde com as ideias de reforma e com as primeiras utopias socialistas, tampouco delas se afasta radicalmente. Em comum

¹⁹⁰ A literatura moderna progressista negligencia a realização destes interesses como um evento emancipatório, muitas vezes condenando-os prematuramente à inexistência, uma vez que não parece possível inferi-los a partir das premissas do conflito, da competição, da violência fundadora de toda sociedade moderna — ou do pensamento sobre ela. Dessa forma, a revelação efetiva da existência de tais interesses se apresenta como evidência para questionamento do paradigma da competição como modo único de reflexão e atuação coletiva.

com ambas, pratica uma desconfiança histórica, pragmática, em relação às propostas revolucionárias, na medida em que compreende perfeitamente o destino original de toda revolução: pois, não se trata, originalmente, de um retorno à mesma posição, após um ciclo completo? Do ponto de vista semântico, não haveria motivo para qualquer espanto em relação à verificação histórica do fracasso sistemático das utopias impostas à força pelas revoluções modernas — a não ser que se trate, aqui também, de um artifício retórico:

Como é que o mundo "virado-de-cabeça-para-baixo" sempre acaba se *endireitando*? Por que, como estações no Inferno, após a revolução sempre vem uma reação? *Levante* e *insurreição* são palavras usadas pelos historiadores para caracterizar revoluções que *fracassaram* — movimentos que não chegaram a terminar seu ciclo, a trajetória padrão: revolução, reação, traição, a fundação de um Estado mais forte e ainda mais opressivo, a volta completa, o eterno retorno da história, uma e outra vez mais, até o ápice: botas marchando eternamente sobre o rosto da humanidade. (BEY, 2001, p. 15)

A desconfiança em relação às formas revolucionárias de ruptura se faz acompanhar, na autogestão compartilhada, de uma estratégia adequada a uma transição paradigmática: o descortinamento do espaço republicano para exercício da cidadania não pressupõe a extinção imediata do paradigma dominante, mas com ele convive, ou melhor, co-opera. Se assim se aproxima das utopias socialistas, quando investe em *histórias laterais*, alternativas, delas se afasta quando se aproxima do paradigma dominante para propor complementaridade e atuação conjunta. E quando propõe a interconexão perpendicular de espaços políticos paralelos e a catalisação de confluências temáticas, nem tanto investe na superação deste paradigma ou na transformação do mesmo, deixando tais tarefas históricas para o campo democrático. À cidadania republicana interessa, antes e apenas, garantir um espaço, pequeno que seja, mas suficientemente confortável para o exercício da liberdade e da igualdade imanescentes a todo sujeito que explicita sua vontade original de *autogestão*.

A revelação desta liberdade e soberania imanescentes da cidadania governante poderia ser ainda relacionada com outra proposta de emancipação imediata, que questiona, do mesmo modo, tanto os modos hegemônicos de exercício do poder

quanto a passividade do cidadão perante as parcas e fracas alternativas disponíveis no pensamento moderno. No conceito de *Zona Autônoma Temporária*,¹⁹¹ Hakim Bey (2001) também propõe a ocupação de espaços residuais para experiências libertárias, no “mundo real” e virtual, por um tempo determinado — pelas circunstâncias históricas, pelo acaso ou pela reação do Estado.

A Zona Autônoma Temporária é uma idéia que algumas pessoas acham que eu criei, mas eu não acho que tenha criado ela. Eu só acho que eu pus um nome esperto em algo que já estava acontecendo: a inevitável tendência dos indivíduos de se juntarem em grupos para buscarem a liberdade. E não terem que esperar por ela até que chegue algum futuro utópico abstrato e pós-revolucionário. A questão é: como os indivíduos maximizam a liberdade sob as situações nos dias de hoje, no mundo real? Eu não estou perguntando como nós gostaríamos que o mundo fosse, nem naquilo em que nós estamos querendo transformar o mundo, mas o que podemos fazer aqui e agora. Quando falamos sobre uma Zona Autônoma Temporária, estamos falando em como um grupo, uma coagulação voluntária de pessoas afins não-hierarquizadas, pode maximizar a liberdade por eles mesmos numa sociedade atual. Organização para a maximização de atividades prazerosas sem controle de hierarquias opressivas. Existem pontos na vida de todos que as hierarquias opressivas invadem numa regularidade quase diária: você pode falar sobre educação compulsória, ou trabalho. Você é forçado a ganhar a vida [...] Então a maioria das pessoas, todos os dias, tem que tolerar a hierarquia opressiva do trabalho alienado. Por essa razão, criar uma Zona Autônoma Temporária significa fazer algo real sobre essas hierarquias reais e opressivas — não somente declarar antipatia teórica a essas instituições.¹⁹²

Podemos, por certo, assumir a totalidade destas palavras, na medida em que coincidem com aspectos fundamentais de nossa proposta de autogestão complementar, com uma exceção: por não se apresentar como um desafio ou rebelião temporária contra o Estado, ou outras formas de opressão e hierarquia, a autogestão complementar se apresenta como alternativa *permanente* de atuação e ocupação de

¹⁹¹ TAZ – Temporary Autonomous Zone. Hakim Bey é o pseudônimo com o qual o escritor Peter Lamborn Wilson lançou, em 1985, sua proposta libertária de esvaziamento do poder centrado no Estado, através de levantes, rebeliões e ocupações temporárias de espaços determinados apenas pela liberdade e igualdade.

¹⁹² Entrevista de Hakim Bey concedida à revista High Times Magazine, disponível no sítio do jornal eletrônico pontodevista: <<http://www.pontodevista.jor.br/blog/?s=hakim+bey>>.

espaços intersticiais, com vistas à revelação da liberdade e da igualdade imanente da cidadania. A formulação de Hakim Bey permite, no entanto, reinserir, em nossa equação, o *modo libertário* de reflexão e ação para desenvolvimento de nossa investigação conceitual. E se não somos capazes ainda de apresentar um desenho maduro de uma nova teoria da geografia política, alguns de seus postulados podem ser adiantados, como um esboço, um rascunho inicial.

Primeiro: da mesma forma que o senso comum afirma, com sabedoria, que *violência gera violência*, também podemos afirmar que *hierarquia gera hierarquia* e *autonomia gera autonomia*. Não é possível acreditar, portanto, que a paz e a emancipação efetivas surgirão de processos que tenham, nos seus princípios, a violência e a dominação. Somente processos *originalmente* pacíficos e libertários poderão gerar situações estáveis de liberdade, igualdade e respeito às diversidades.

Segundo: toda ação efetivamente emancipatória se origina de impulsos libertários, coletivos, “espontâneos”, sem manifestação de hierarquia. Caso contrário (presença de mandantes, partidos, chefias, vanguardas e retaguardas...), tais ações, vitoriosas ou não, tendem a consolidar novas ou antigas formas de dominação.

Terceiro: estes impulsos libertários originais tendem a gerar espaços de liberdade, ou zonas autônomas, como propõe Hakim Bey, que, em virtude de seu caráter *caótico* — ou *dionísíaco*, nos termos de Nietzsche (2005)¹⁹³ —, tornam pouco provável que eventuais sucessos, mesmo alcançados em período relativamente curto, se consolidem no espaço e se estabilizem no tempo, de forma a se configurar como um resultado emancipatório permanente. Portanto, *a manutenção e consolidação do caráter libertário original, no tempo e no espaço, demanda que tais impulsos se convertam em alguma forma apolínea de organização* — outra vez, nos termos de Nietzsche (2005).

Quarto: assim como o encontro entre o pensamento político ocidental e ameríndio determina a origem do pensamento libertário moderno, as idéias de

¹⁹³ Nietzsche apresenta os deuses gregos Dionísio e Apolo como representações dos dois impulsos naturais antagônicos que determinam a criação artística na tragédia grega. Dionísio é o patrono da música e das artes não figuradas, deus da embriaguez, do desregramento orgíaco e da liberdade absoluta. Apolo é patrono das artes plásticas, deus da moderação, da harmonia e da beleza. A perfeição da criação artística trágica só seria possível na presença de ambos os impulsos — êxtase e harmonia —, que não sobrevivem um sem o outro, em uma obra de arte que se pretenda, simultaneamente, potente e perene.

democracia e a república configuraram seu duplo destino permanente.¹⁹⁴ Na história do ocidente, apenas estes dois *modos apolíneos* de atuação política são compatíveis com a idéia de emancipação — uma vez que todas as demais ordens conhecidas implicam em dominação mais ampla e ilegítima. A vertente indígena no impulso libertário original contribui também para o desenho do modo republicano da cidadania, fundado na igualdade, nas vontades e interesses comuns a todos. A vertente ocidental do mesmo impulso configura o modo democrático da cidadania, fundada na competição e na luta, originadas pela desigualdade entre as *partes*.

Quinto: o *movimento de cidadania* é a forma de organização pacífica dos impulsos libertários originais, enquanto o *levante* é sua forma violenta. Movimentos de cidadania são *organizações em ação*, redes coletivas e dinâmicas, temporárias e informais, que colocam em prática um conjunto de possibilidades pacíficas de atuação, tais como encontros, manifestações, ocupações, bloqueios, mutirões, paralisações, comemorações, festas e happenings. Os levantes, tais como apresentados por Hakim Bey (2001), congregam as formas de manifestação violenta, enfrentamentos, rebeliões, motins, invasões e sabotagens, no espaço material ou virtual.¹⁹⁵ Tanto o movimento quanto o levante são manifestações coletivas do *poder como verbo* (não substantivo), uma vez que deixa imediatamente de existir na ausência da ação. Isto quer dizer também que, neste modo, o sujeito é cidadão somente *enquanto age*, deixando de sê-lo no momento em que deixa de agir. Como ação, o verbo poder não se presta à posse, tomada, ocupação e distribuição, que só podem se manifestar na presença da forma substantiva de poder — o *espaço* político canônico, os *campos* da disputa democrática, exercido pela forma institucional ou formal (apolínea) de governo.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Note-se aqui, mais uma vez, que não usamos os termos democracia e república como regimes de gestão do Estado, mas como modos canônicos de reflexão, deliberação e ação, vinculados às noções complementares de dissenso e consenso, passíveis de apropriação pelos cidadãos para atuação também fora do Estado.

¹⁹⁵ Exemplos maiores dos primeiros são o movimento de libertação da Índia do jugo colonial britânico, os movimentos norte-americanos pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã, e os já citados *Diretas já*, no Brasil, *Primavera Árabe* do Egito e *Los indignados* do 15-M espanhol. Como exemplo típico dos segundos podem ser citadas as rebeliões de 1968 na França e no Brasil e os recentes motins no Reino Unido, no ano de 2011.

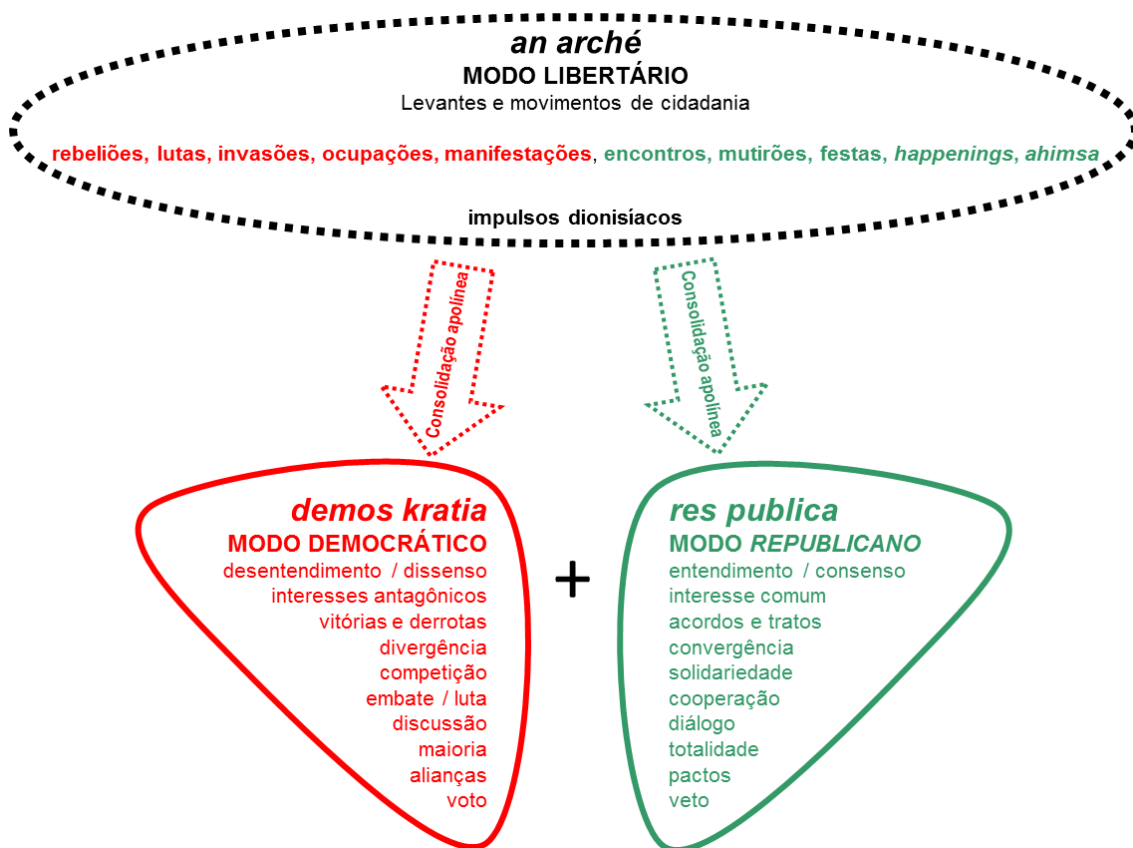
¹⁹⁶ A interação entre os modos substantivos e verbais de poder definem o próprio *modo de produção do espaço*, adequado à configuração deste como conjunto de *fixos e fluxos*, proposta por Milton Santos (2004).

Sexto: o modelo de rede em seu padrão distribuído é a forma de organização mais compatível tanto para o movimento de cidadania quanto para seu modo republicano de gestão, pois se trata da única forma de manifestação do poder substantivo compatível com a ausência de hierarquia, ou com as ideias de horizontalidade e autonomia.

Sétimo: a vitalidade dos processos de cidadania será tanto maior quanto mais os três modos de seu exercício — libertário, democrático e republicano — estiverem simultaneamente ativos e interconectados, em regime de complementaridade e cooperação mútua. A partir deste postulado, torna-se possível uma representação gráfica da estrutura triádica dos modos de atuação da cidadania (Figura 54).

Figura 54

Estrutura triádica para atuação da cidadania



É no convívio mesmo entre os diversos modos e poderes, na prática constante do encontro e do diálogo entre cidadãos — habitantes dos mais diversos lugares determinados pelo paradigma dominante — que o modo republicano da cidadania limita sua atual pretensão à mera *existência*. Como paradigma emergente, não nasce com a intenção inicial de substituição do dominante, não coloca este fim entre suas prioridades e nada demanda daqueles que pensam e atuam de outra forma para consecução dos mesmos fins — a não ser, talvez, alguma atenção e vontade de conversar. Mais simplesmente, se propõe a tomar, como ponto de apoio e de partida, uma *soberania mínima inquestionável*, que possa ser expandida no tempo e no espaço, através do encontro entre concidadãos que co-habitam seus lugares comuns, amistosamente, como vizinhos, co-autores de sua geografia comum — *habitantes poetas*, como sugeriu Henri Lefebvre (1999, p. 82).

Não há transformação, revolução, luta, caminho. Você já é o monarca de sua própria pele — sua liberdade inviolável espera ser completa apenas pelo amor de outros monarcas: uma política de sonho, urgente como o azul do céu. (BEY, 2003, p. 5)

A oportunidade do encontro entre concidadãos soberanos, destes que reconhecem sua igualdade imediata e não abrem mão de sua liberdade inviolável, não pode ser perdida apenas na manifestação coletiva de indignação, direcionada a ouvidos que não querem ouvir e a olhos que não querem ver. Tampouco têm o direito de sufocar os diversos impulsos libertários emergentes em fórmulas de exclusiva competição e violência, para se converter em mais uma manifestação da barbárie moderna, tendo a guerra como modelo único de reflexão e atuação. Se a potência emancipatória desta indignação tem a chance de configurar o verdadeiro estado de exceção na geografia do ocidente, esta se apresenta como único imperativo capaz de se impor a qualquer cidadão, exatamente porque constituinte de sua própria essência — governai-vos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v. 43, n. 1. São Paulo: 2000.

AGNOLIN, Adone. A “razão tênue” de Montaigne: introdução à nova tradução dos *Ensaíos* de Montaigne. In: MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALVIM, Paulo de Tarso. Reservas da Mata Atlântica, Costa do Descobrimento. In: *Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO / Caixa Econômica Federal, 2000.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ARANTES, Antônio Augusto. *Museu aberto do descobrimento: guia cultural*. Campinas: Andrade e Arantes LTDA, 2001.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AYRES, J. M.; Fonseca, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; QUEIROZ, H. L.; PINTO, L. P.; MASTERTON, D.; CAVALCANTI, R. B. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Maminaurá, 2005.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatística dos municípios baianos*. Salvador: SEI, 2010.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha*. Salvador: SEI, 2008.

BARAN, Paul. On distributed communications: introduction to distributed communications network. *RAND Memorandum*, 1964. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf>. Acesso em: outubro de 2011.

BATISTA, Milson dos Anjos. Áreas focais e minicorredores no Corredor Central da Mata Atlântica. In: LIMA, Roberto Xavier (Org.). *Série corredores ecológicos: experiências em implementação de corredores ecológicos*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Crítica da Violência — Crítica do Poder*. In: Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos / seleção e apresentação Willi Bole; trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et al.* São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.

BENJAMIN, Walter. *A origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BEY, Hakim. *CAOS: terrorismo poético e outros crimes exemplares*. (Trad. Patricia Decia e Renato Resende). São Paulo: Conrad, 2003.

BEY, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*. (Trad. Patrícia Decia e Renato Resende). São Paulo: Conrad, 2001.

BOÉTIE, Etienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. 4. ed. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORDA, Orlando Fals; RAHMAN, M. Anisur. *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research*. New York: Apex, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL, Suiane Benevides Marinho. Atividades realizadas pelo Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia no ano de 2011. *Relatório de atividades cedido pela Secretaria Executiva do COMAPES - Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia*. Porto Seguro: COMAPES, 2011.

BRASIL, Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Resumo do relatório circunstanciado de revisão de limites da T.I. Barra Velha. *Diário Oficial da União – Seção 1*, n. 41, 29 de fevereiro de 2008.

BRASIL / INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – 2008. Disponível em:

<http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/mapas_a3/estados/mapa_BRASIL_a3_portrait_08_SDEC.pdf>. Acesso: dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios da cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf>. Acesso em: setembro de 2011.

BRASIL / MMA - Ministério do Meio Ambiente; Conservação Internacional. *O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Conservação Internacional Brasil, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Presentation of Brazilian Discovery Coast as natural and cultural property to be nominated for inscription to the World Heritage List*. Brasília: Ministério da Cultura / Ministério do Meio Ambiente, 1998.

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1997.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 242 - de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional de Monte Pascoal e dá outras providências.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Eduardo Viveiros de Castro: Encontros*. Organização Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. "Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia". Conferência proferida no dia 24 de agosto de 2011 por ocasião de concurso para professor-titular de Antropologia da UFRJ. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/outros/transformacoes.html#nota5>>. Acesso em dezembro de 2011.

CCBA - Clima, Comunidade & Biodiversidade. *Padrões para Concepção de Projetos*. Segunda Edição – Versão em Português. Arlington: CCBA, 2008. Disponível em: <www.climatestandards.org>. Acesso em: maio de 2011.

CHAUI, Marilena. Amizade, recusa do servir. In: BOÉTIE, Etienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAVES, Flávia Teixeira. *Uso do geoprocessamento para o planejamento de corredores de biodiversidade na bacia hidrográfica do rio Caraíva em um modelo de gestão compartilhada*. Belo Horizonte: IGC/UFGM, 2005.

CLASTRES, Pierre. Liberdade, mau encontro, inominável. In: BOÉTIE, Etienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CLASTRES, Pierre. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CI - Conservation International / Center for Applied Biodiversity Science; IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia. *Designing Sustainable Landscapes / Planejando Paisagens Sustentáveis: the Brazilian Atlantic Forest / a Mata Atlântica Brasileira*. Washington DC: Conservation International, 2000.
- COSTA, Heloisa. Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de Termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Ano 1, n. 2, p. 55-72. Recife: ANPUR, 2000.
- COSTA, João Pedro de Oliveira. *A reserva da biosfera da Mata Atlântica*. In: BRASIL, Ministério de Relações Exteriores, [s.d.]. Disponível em: <www.mre.gov.br/CDBBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/arprot/tombadas/resbiosf/apresent.htm>. Acesso em: maio de 2011.
- DIÁLOGO FLORESTAL. *Sementes do diálogo: registros da primeira fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica / 2005-2007* [texto: Olga de Mello; coordenação: Thadeu Melo]. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2008.
- DIMITROV, Dara. The paradox of sustainability definitions. *Apira Conference - Sixth Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting*. Sydney, 2010.
- FLORES, V. David; MARÍN, S. Ramón; ELIZALDE, M. Adrian. *La cibern-ética, una opción transdisciplinar en los proceso de innovación educativa*. 2010. Disponível em: <http://www.tlalpan.uvmnet.edu/oiid/download/La%20%C3%A9tica%20del%20control_04_ING_ISC_PIT_E.pdf>. Acesso em: dezembro de 2011.
- FRONDIZI, Maria de Rezende Lopes (Coord.). *O Mecanismo de desenvolvimento limpo: guia de orientação*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio; FIDES, 2009.
- FURRIER, Max; ARAÚJO, Magno Erasto; MENESES, Leonardo Figueiredo. Geomorfologia e tectônica da formação barreiras no Estado da Paraíba. *Revista do Instituto de Geociências – USP*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 61-70, 2006.
- GAMEIRO, Paulo Alexandre Dias. *As organizações em rede*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/gameiro-paulo-as-organizacoes-em-rede.pdf>>. Acesso em: novembro de 2011.
- GANDHI, Mohandas Karamchand. Modern Hinduism. In: RICHARDS, Glyn (Org.). *A source-book of modern hinduism*. Richardson: Curzon Press, 1996.

- GÓMEZ P., Luis D. Reseña de libros. *Revista de Biología Tropical*, San José, v. 48, n. 4, 2000, p. 1.021-1.025. Disponível em: <www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0034-77442000000400028&lngpt&nrm=iso&tlng=es>.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78, p. 1360-1380, 1973.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os 'Índios do Descobrimento': tradição e turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1999.
- HALÉVY, Jean-Pierre. A voz do Brasil. In: *Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO/Caixa Econômica Federal, 2000.
- HALL, Budd L. From margins to center? The development and purpose of participatory research. *The american sociologist*, p. 15-28, 1992.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgrafia*. Ano IX, n. 17, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/48334312/territorio-e-multiterritorialidade-um-debate>> Acesso em: dezembro de 2011.
- HESSEL, Stephane. *Indignai-vos*. São Paulo: Leya Brasil, 2011.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana; MELO, Adriana. Sobre o ensaio. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- HOLVORCEM, Christiane *et al.* Corredor Monte Pascoal Pau Brasil. In: GUEDES, Fátima Becker; SEEHUSEN, Susan Edda (Org.). *Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios*. Brasília: MMA, 2011.
- JONER, Fernando *et al.* Riqueza, redundância funcional e resistência de comunidades campestres sob pastejo. *Revista Brasileira de Biociências*. Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 528-530, jul. 2007.
- KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

- LATOURE, Bruno. Networks, societies, spheres: reflections of an actor-network theorist. *International Journal of Communication*, 5, p. 796–810, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFORT, Claude. O nome de Um. In: BOÉTIE, Etienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LOREAU, Michel. Does functional redundancy exist? *Oikos*, v. 104, n. 3, p. 606-011. 2004. Disponível em: <<http://biology.mcgill.ca/faculty/loreau/pdfs/loreauoikos04.pdf>> Acesso em: novembro de 2011.
- MACHADO, Fernando da Matta. *Estrada de Ferro Bahia Minas: relatórios de Pedro Versiani – Introdução*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.fernandodamattamachado.com.br/files/Download/introducaoBM.pdf>>. Acesso em: novembro de 2011.
- MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 1-2, p. 113-130, jan./dez. 1997.
- MARTINE, George (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. (Trad. Maria Lúcia Como). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.
- MELO, Adriana Ferreira de. *O Lugar-Sertão: grafias e rasuras*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MENDONÇA, José Rezende. CEPLAC, 1994. Disponível em: <<http://www.r2cpress.com.br/?q=node/81>>. Acesso em: março de 2010.
- MENEZES, Paulo Dimas R. *O cidadão como sujeito de governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB-6VRHNE/1/tese_paulo_dimas.pdf> Acesso em: dezembro de 2011.
- MESQUITA, Carlos Alberto *et al.* COOPLANTAR: A Brazilian Initiative to Integrate Forest Restoration with Job and Income Generation in Rural Areas, *Ecological Restoration*, v. 28, n. 2, p. 199-207, 2010.

MOMBORÉ-UAÇU e D'ABBEVILLE, Claude. Registro do discurso de um chefe Tupinambá no século XVII. Os Tupinambá e a França Equinocial, por Beatriz Perrone-Moisés (antropóloga, USP). *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* (1614; transcrito da tradução brasileira por Sérgio Milliet, São Paulo: Martins, 1945, p. 115-116). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/narrativa-tupinamba>>.

MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

OLIVEIRA, Leila Márcia de Souza. *Construindo espaços públicos: o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e a possibilidade do diálogo para resolução de conflitos*. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2010.

ORUKA, Henry Odera. Mithologies as African Philosophy. In: GRANESS, Anke; KRESSE, Kai (Org.). *Sagacious reasoning: Henry Odera Oruka in Memoriam*. Frankfurt: Peter Lang, 1997.

OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Org. Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PACTO PELA RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA. Planejamento Estratégico 2011-2013. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2010.

Disponível em:

<http://www.pactomataatlantica.org.br/media/Planej%20%20Estrat%C3%A9gico%20PACTO_2010%20-%20FINAL.pdf> Acesso em dezembro de 2011.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Maxakali*. Instituto SocioAmbiental, 1999. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/print>> Acesso em: dezembro de 2011.

PARK, Peter. The discovery of participatory research as a new scientific paradigm: personal and intellectual accounts. *Sociology – the journal of the British Sociological Association*, West Midlands: BSA Publications, n. 1., v. 26, Feb. 1992.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Digo apenas o que vi simplesmente com meus olhos: discurso do chefe Tupinambá Momboré-Uaçú. In: Instituto Socioambiental. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: ISA, 2001. p. 28-29.

PRESA, Juliana Brocca. *Políticas públicas e o incentivo a rizicultura irrigada no sul de Santa Catarina: o que foi o PROVÁRZEAS e suas implicações no meio ambiente*. Florianópolis: UFSC, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Genebra: Éditions Régionales Européennes, 1988.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BRANCALION, Pedro Henrique Santin; ISERNHAGEN, Ingo. *Pacto pela restauração da mata atlântica: referencial dos conceitos e ações de restauração florestal*. São Paulo: LERF/ESALQ, Instituto BioAtlântica, 2009. Disponível em:

<<http://www.pactomataatlantica.org.br/referencial-teorico.aspx?lang=pt-br>> Acesso em: dezembro de 2011.

ROMANO, Demóstenes; SARTINI, Patrícia; FERREIRA, Margarida. *Gente cuidando das águas: meia dúzia de toques e uma dúzia de idéias para um jeito diferente de ver, sentir e cuidar de água*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22. Brasília. *Fórum de Pesquisa 3: conflitos socioambientais e unidades de conservação*. Brasília: [s.n], jul. 2000.

SANDERSON, J.; ALGER, K.; FONSECA, G. A. B.; GALINDO-LEAL, C.; INCHAUSTY, V. H.; MORRISON, K. *Biodiversity conservation corridors: planning, implementing, and monitoring sustainable landscapes*. Washington, DC: Conservation International, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SIQUEIRA, Ludmila Pugliese; MESQUITA, Carlos Alberto B. *Meu pé de Mata Atlântica*. Experiências de recomposição florestal em propriedades particulares no Corredor Central. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2007.

SZTUTMAN, Renato. Apresentação. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Eduardo Viveiros de Castro: Encontros*. Organização Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

THOREAU, Henry David. On the duty of civil disobedience. 1849. Disponível em: <<http://www.ibiblio.org/ebooks/Thoreau/Civil%20Disobedience.pdf>> Acesso em julho de 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1998.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

UZZI, Brian. Social Structure and Competition in Interfirm Networks: the Paradox of Embeddedness. *Administrative Science Quarterly*, v. 42, p. 35-67, 1997.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, 2001/2-2002-1. Rio de Janeiro: IPPUR–UFRJ/DPA Editora, p.13-32, 2002.

VASCONCELOS, Cláudia. À guisa de introdução. In: MONTAIGNE, Michel de. *Os Ensaios*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VASCONCELOS, David Flores; SOLÍS, Ramón Marín; MEDRANO, Adrian Elizalde. *La cibern-ética, una opción transdisciplinar en los procesos de innovación educativa*. Mexico: Universidad Del Valle de Mexico, 2010. Disponível em: <http://www.tlalpan.uvmnet.edu/oiid/download/La%20C3%A9tica%20del%20control_04_ING_ISC_PIT_E.pdf>.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008*. São Paulo: Instituto Sangari, 2008.

WHYTE, William Foot. *Participatory action research*. Newbury Park: Sage Publications, 1991.

YANOMAMI, Davi Copenawa. *Descobrimos os brancos*. In NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

SITES

CODES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Costa das Baleias
(Último acesso: dezembro de 2011)

<<http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=2961>>

<http://www.futuranet.ws/costabaleia/upld/oficinas/28/R_CostaBaleia_201010_RegistroOficinaTem%C3%A1ticaTerrit%C3%B3rio.pdf>

<http://www.futuranet.ws/costabaleia/upld/oficinas/28/R_CostaBaleia_201010_RegistroOficinaTem%C3%A1ticaTerrit%C3%B3rio.pdf>

<http://www.futuranet.ws/costabaleia/upld/oficinas/30/R_CostaBaleia_201010_RegistroOficinaTematicaMeioAmbiente.pdf>

<http://www.futuranet.ws/costabaleia/upld/oficinas/29/R_CostaBaleia_201010_%20_registroOficinaTematicaTurismo.pdf>

DIÁLOGO FLORESTAL

(Último acesso: dezembro de 2011)

<<http://www.dialogoflorestal.org.br/>>

<<http://www.dialogoflorestal.org.br/forum-florestal-do-sul-e-extremo-sul-da-bahia/carta-de-principios-e-regimento/>>

<<http://www.dialogoflorestal.org.br/forum-florestal-do-sul-e-extremo-sul-da-bahia/noticias/74/D30-realizou-oficina-de-avaliacao-D30>>

Hakim Bey – entrevista: <<http://www.pontodevista.jor.br/blog/?s=hakim+bey>>

ISA – Instituto SocioAmbiental

(Último acesso: setembro de 2011)

<<http://mapas.socioambiental.org/website/TerraIndigenaNovo/viewer.htm>>

MAPES - MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA.

(Último acesso: dezembro de 2011)

<<http://mapesbahia.wordpress.com/>>

<<http://mapesbahia.wordpress.com/about/quem-somos/>>

<<http://mapesbahia.wordpress.com/about/objetivos/>>

OCUPY WALL STREET

(Último acesso: dezembro de 2011)

<<http://occupywallst.org/>>

PACTO PELA RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA:

<<http://www.pactomataatlantica.org.br/missao-e-objetivo.aspx?lang=pt-br>>

PCE – Projeto Corredores Ecológicos

(Último acesso: dezembro de 2011)

<http://www.corredoresecologicos.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=4&Itemid=5>

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

(Último acesso: dezembro de 2011)

<http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp>

SPMN / WWF – Sítio do Patrimônio Mundial Natural do Descobrimento

(Último acesso: dezembro de 2011)

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/mata_atlantica/mata_atlantica_acoes_resultados/unidades_de_conservacao/sitio_do_patrimonio_mundial_natural/>

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

I. DADOS BÁSICOS

Nome da organização: Instituto Cidade

Título do projeto: *Recuperation of the Atlantic Forest in the Watershed of Rio Caraíva*
(Recuperação da Mata Atlântica e Proteção das Águas na Bacia do Rio Caraíva)

Parceiros que contribuíram para a implementação do projeto (Apêndice 1):

Organizações co-gestoras: ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva e Grupo Ambiental Natureza Bela

Parceiros em projetos integrados na região: I BIO - Instituto BioAtlântica; Associação FLORA BRASIL; PRESERVA – Associação de Proprietários de RPPNs da Bahia e Sergipe; ASCBENC – Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva; COOPLANTAR – Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do extremo sul da Bahia.

Outros parceiros do terceiro setor: Aliança para a Conservação da Mata Atlântica — Conservação Internacional Brasil e Fundação SOS Mata Atlântica; Sindicato Rural de Itabela; PROECO – Associação pro Ecoturismo de Caraíva; ACIBAVE – Associação da Comunidade Indígena de Barra Velha; COPERSUBA - Cooperativa de Trabalho do Sudoeste da Bahia; RIOESBA – Rede Mata Atlântica de Sementes Florestais; THE NATURE CONSERVANCY; ABAF — Associação Baiana de Florestas Plantadas.

Parceiros do poder público: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Parques Nacionais de Monte Pascoal, Pau Brasil e RESEX - Reserva Extrativista Marinha de Corumbau; Governo da Bahia – SEMARH (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – SFC Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação / APA Caraíva Trancoso; SRH – Superintendência de Recursos Hídricos); Prefeitura de Porto Seguro – Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura de Itabela – Secretaria de Meio Ambiente; CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; IGC UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais; LERF – ESALQ – Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, CEFET BA – Centro Federal de Educação Tecnológica de Eunápolis.

Parceiros da Iniciativa Privada: VERACEL Celulose; COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia; SETE Soluções e Tecnologia Ambiental; ORBIS – Cidade e Meio Ambiente; DAM Projetos de Engenharia; QUEBRA POTE Condomínio Florestal; AGROTERRA.

Datas de início e término do projeto: 1 setembro a 31 agosto 2006

Data de conclusão deste relatório final (mês/ano): dezembro/2006

II. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Forneça qualquer observação que possa ajudar na revisão deste relatório.

Por trás do objetivo geral e dos produtos apresentados existe uma anterior intenção coletiva de estruturar um sistema de planejamento e gestão ambiental de escala regional — ou, em outras palavras, um *sistema de governo* — baseado no conceito de gestão pública compartilhada. Tal conceito se apóia na idéia de integração em rede das ações do poder público, iniciativa privada, organizações ambientalistas e comunitárias em torno de objetivos construídos a partir de *consensos revelados* — no caso, *cuidar das águas através da reposição de florestas*, estendido posteriormente para *formação de um mini-corredor entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil*, através de conexões florestais pelos vales dos rios. Na base deste *sistema de governo* se consolida um amplo movimento de cidadania, protagonizado por cidadãos locais de todas as organizações sociais, públicas e privadas envolvidas no projeto, que serve como principal meio de sustentação social e política para permanência e ampliação dos processos de recuperação ambiental da região.

Também é relevante destacar o advento de uma quebra do orçamento original, em mais de 20%, causada pela inesperada apreciação do Real frente ao Dólar no período do projeto. Esta perda orçamentária, apesar de parcialmente compensada por outras fontes de financiamento, resultou em cortes de investimentos e custeio, causando impacto considerável em alguns resultados inicialmente projetados.

III. ALCANCE DO OBJETIVO GERAL DO PROJETO

Objetivo Geral do projeto: Implementar sistema sustentado de recuperação ambiental permanente e gestão coletiva da paisagem operado por cidadãos da bacia do Rio Caraíva, na Costa do Descobrimento.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

Indicadores do Objetivo Geral:	Resultados obtidos:
1. Sistema de conhecimento (mobilização, comunicação, planejamento e gestão) implementado com participação proativa de cidadãos da bacia: 16 agentes moradores capacitados para atuar nas atividades de levantamento de dados, elaboração de diagnósticos e propostas, obtenção, manipulação e comunicação de dados georeferenciados.	21 agentes locais capacitados para gestão do sistema de conhecimento, sendo 6 em Itabela, 6 em Nova Caraíva e 9 em Caraíva.

2. 60 propriedades rurais disponíveis para atividades de recuperação ambiental.	18 áreas em recuperação (plantios já efetivados); 57 propriedades rurais disponíveis para atividades de recuperação ambiental (respostas positivas no censo); 25 termos de compromisso já assinados.
3. Florestas nativas repostas com participação proativa de cidadãos da bacia: 60 moradores organizando e participando de mutirões de plantio e manutenção de mudas nativas.	Florestas nativas repostas com participação habitual de cidadãos da bacia: 20 cidadãos na organização, mais de 180 participantes de mutirões para reposição de florestas na bacia.
4. Atividades de recuperação ambiental na bacia protagonizadas por proprietários e produtores rurais: 10 experiências de disponibilização de recursos, cessão de terras para restauração de florestas nativas ou criação de RPPNs.	9 proprietários (além da Veracel) protagonistas em reposição de matas com recursos próprios; 1 proprietário (além da Veracel) planejando criação de RPPN.
5. Comitê de Bacia implementado por cidadãos moradores, proprietários, empreendedores, representantes de organizações governamentais e do terceiro setor: mínimo de 2 representantes de cada setor (cidadania organizada, usuários de água para fins econômicos, poder público estadual e municipal) atuando nos processos de criação e institucionalização do Comitê de Bacia, até a conclusão.	Comitê não implementado formalmente, apesar de atuação prática efetiva: rede de cidadãos, empresas, poder público estadual e municipal, organizações comunitárias e ambientalistas com ações integradas de gestão compartilhada da bacia.
6. Fragmentos de mata atlântica conectados e protegidos - mini corredor do Jambreiro: conexão "umbilical" dos Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil por matas ciliares (ou matas de topo), protegidas em comum acordo com os proprietários das terras onde serão plantadas, até a conclusão.	Fragmentos protegidos nos Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil ainda não conectados: mini-corredor planejado, conexões florestais já desenhadas e combinadas com proprietários no caminho prioritário do mini-corredor.
7. Cobertura florestal ampliada para disponibilização de maior quantidade e qualidade das águas na bacia: 200 ha - aproximadamente 0,2% do território da bacia - plantados em fundos de vale (matas de galeria em encostas e faixas de domínio de cursos d'água) e áreas de recarga (matas de topo e reservas legais de propriedades rurais) até a conclusão.	39 ha de plantios efetivados; 107 ha com processo de restauração iniciados.
8. Grupos voluntários de combates ao fogo	1 grupo, já existente, em atuação.

atuantes em prevenção/redução de queimadas e incêndios florestais (4 grupos até a conclusão).	
9. Impactos ambientais existentes identificados e equacionados: 100% das fontes de impacto ambiental (poluição de águas, solos e ar, erosão etc.) identificadas, mínimo de dois projetos de erradicação/mitigação (controle de resíduos sólidos, saneamento, controle de erosão etc.) incluindo orçamento e identificação de fontes de recursos, elaborados até a conclusão.	Impactos identificados, orçamentos elaborados, fontes de recursos identificadas; 6 projetos elaborados (Petrobrás Ambiental, Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundo Nacional de Defesa de Direitos Difusos, Banco Mundial, Veracel e COELBA), 2 aprovados (Veracel e COELBA).
10. 2 experiências em empreendimentos sustentáveis (ou interrupção/substituição de atividades econômicas predatórias na bacia) planejadas até a conclusão.	2 empreendimentos sustentáveis em operação: Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica e 2 viveiros de mudas nativas (em Itabela e Trancoso). Terceiro viveiro planejado para Nova Caraíva.
11. Maioria da população da bacia (51% dos cidadãos residentes) com conhecimento sobre a biodiversidade da região e opinião positiva sobre reposição da Mata Atlântica na bacia.	Pesquisa com toda a população não executada. Pesquisa com 93 proprietários rurais (sem contar a Veracel) obteve 57 respostas positivas sobre interesse de apoio ao projeto através de cessão de terras para reposição de florestas (61,3% do total)

Descreva o sucesso do projeto no alcance do objetivo, do impacto previsto e dos indicadores de desempenho.

Se o *objetivo geral* sintetiza uma vontade de constituição de um *alicerce* firme para continuidade da recuperação ambiental na bacia, é possível afirmar que, ao final do prazo deste projeto, o aspecto da *sustentação e permanência* do processo está mais bem realizado que o da *recuperação ambiental* propriamente dita, uma vez que os resultados que se referem à *sustentação social e política* do movimento parecem vir em números muito melhores que aqueles que se referem à *eficácia* do processo.

Algumas das metas do objetivo geral se revelaram extremamente ambiciosas para o prazo de 24 meses (caso dos indicadores 6, 7, e 11). Outras, talvez, pudessem ser alcançadas caso não houvesse a quebra de orçamento em virtude da apreciação cambial do Real frente ao *Dólar* no período. Os resultados dependentes de outros atores, tal como previsto no indicador 5, têm boas chances de serem alcançados ainda em 2007. Em relação ao indicador 6 consideramos o detalhamento do desenho do mini-corredor em toda sua extensão, além do início de processos de restauração mais significativos (maior escala e tecnologia mais avançada) são sinais extremamente positivos que surgiram ao final do projeto financiado pelo CEPF.

Os principais impactos previstos — o surgimento de uma rede de cidadãos e organizações atuando integrados em processos de reposição de florestas, a mudança de mentalidade em relação à biodiversidade, o surgimento de oportunidades de trabalho e geração de renda vinculadas à recuperação ambiental e a ampliação do horizonte de expectativas de cidadãos locais — parecem ter se realizado, podendo ter sua efetividade melhor avaliada nos próximos dois anos.

Houve algum impacto não previsto (positivo ou negativo)?

O maior impacto não considerado talvez tenha sido o da efetiva inclusão digital de boa parte da população de Caraíva e Nova Caraíva, em virtude da estrutura de computadores e Internet via satélite. Logo nas primeiras semanas, após a montagem da estrutura na sede da ANAC, com duas estações de trabalho novas e mais duas compostas por equipamentos antigos doados, foram oferecidos cursos gratuitos de informática básica para cerca de 60 pessoas da comunidade, que passaram a fazer uso freqüente do serviço da Internet, oferecido aos nativos a preço de custo (energia e manutenção), na sede de sua associação. Posteriormente novos cursos (desta vez pagos diretamente ao instrutor, morador de Caraíva) foram oferecidos para interessados da comunidade, ampliando o número de pessoas com acesso à Internet na cidade. Nas *temporadas* do turismo, os serviços eram oferecidos aos visitantes, gerando recursos complementares para manutenção da estrutura. Professores da rede pública também ganharam direito, sem custos, de utilização da estrutura montada para as atividades regulares da escola. Esta abertura certamente contribuiu para o elevado índice de apoio que o projeto alcançou junto à população de Caraíva e Nova Caraíva. Hoje é comum a utilização quotidiana de Rede na sede da ANAC, principalmente pela população mais jovem e crianças.

Outro resultado, embora originado de uma demanda previsível, não havia sido inicialmente planejado no projeto: a criação de uma cooperativa de trabalho, que tornasse regulares as relações de trabalho e prestação continuada de serviços frente à

legislação trabalhista e previdenciária. A Cooperativa de Trabalho de Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (COOPLANTAR) veio a ser efetivamente criada quase ao final do projeto, com forte apoio das organizações parceiras, em virtude da dúvida sobre a viabilidade de sua continuidade após o prazo do financiamento inicial do CEPF. A explicitação, por parte da Veracel, tanto de seu compromisso com o Banco Mundial (reposição de 400 ha de florestas nativas por ano), quanto do interesse em projetos de mitigação de eventuais impactos socio-ambientais de suas atividades, funcionou como *gatilho* para a mobilização dos agentes locais.

Alguns impactos positivos eram esperados em escala menor. Houve surpresa, por exemplo, quanto à magnitude do apoio de pessoas, especialmente proprietários rurais, a respeito da preservação de biodiversidade e restauração de florestas em suas propriedades. Muito deste impacto pode ser creditado à utilização da metodologia de *pesquisa-ação participativa*, estratégia em que os próprios agentes locais são os responsáveis por todos os contatos, conversas e entrevistas com os fazendeiros. Da mesma forma houve surpresa em relação à quantidade de agentes locais que passaram a considerar atividades de recuperação ambiental como oportunidade profissional e alternativa de auto-sustentação econômica das comunidades. A efetividade e qualidade da participação de agentes locais em Conselhos Gestores de unidades de conservação da região, mesmo que não possa ser totalmente creditada ao projeto, se revela como outro impacto não previsto.

Outra surpresa positiva foi a inclusão e participação, nos processos e resultados, de trabalhos acadêmicos que terminaram por cumprir papel importante nas decisões tomadas pelos agentes locais. Além de uma monografia (sobre Uso do Solo nas sub-bacias prioritárias) e uma dissertação (sobre Gestão Compartilhada da Bacia), ambas desenvolvidas no IGC UFMG, abordando e trazendo recursos complementares para o projeto, outros pesquisadores têm demonstrado interesse no desenvolvimento de pesquisas abordando a experiência que se realiza na bacia.

Chamou atenção também o impacto positivo, em uma pequena economia fortemente condicionada pela sazonalidade do turismo, como é o caso de Caraíva e Nova Caraíva, do aporte de cerca de R\$ 120.000, fora da temporada de verão, ao longo dos últimos dois anos. Boa parte destes recursos foi utilizada para remuneração de agentes locais (*nativos* em sua maioria), envolvidos nas diversas atividades do projeto — coleta de sementes, plantio e manutenção de florestas, pesquisas de campo, mobilização social, administração e operação do escritório, planejamento e gestão do projeto.

Por outro lado pode-se considerar como resultado negativo inesperado (apesar de também não poder ser totalmente creditado a este projeto) o exacerbamento das disputas políticas pelas associações comunitárias locais, hoje mais bem equipadas e com razoável possibilidade de auto-sustentação financeira. A radicalização das disputas políticas chegou a causar momentos de menor eficácia dos agentes do projeto, impacto que deve ser considerado também para continuidade do processo de recuperação ambiental da região.

IV. PRODUTOS DO PROJETO

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 1: Movimento de Cidadania: sistema de comunicação e mobilização social permanente operado por cidadãos locais.	Movimento de Cidadania efetivo, em processo de ampliação, operado com participação de agentes locais como protagonistas.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
1.1. Reuniões realizadas, compromissos e convênios firmados. (mês 2)	Compromissos firmados com Flora Brasil, I BIO, PRESERVA, IGC UFMG, Veracel, COELBA, COOPANTAR, SENAR, Sindicato Rural de Itabela, COPERSUBA, SFC/APA Caraíva Trancoso, SRH BA, Prefeituras de Itabela e Porto Seguro.
1.2. Cidadãos chave identificados e empoderados, intenções e níveis de apoio mapeados, 240 visitas efetuadas	21 agentes locais protagonistas na gestão do projeto (Itabela, Caraíva e Nova Caraíva); cidadãos chave identificados em Monte Pascoal, Montinho e Barra Velha. 109 visitas a proprietários rurais realizadas; níveis de apoio mapeados no caminho prioritário do mini-corredor.
1.3 2 estações de trabalho fixas implantadas: mobiliário e equipamentos instalados em Itabela e em Caraíva, em sedes de organizações parceiras (mês 2).	2 escritórios operantes, com infraestrutura de informática e Internet, nas sedes da ANAC, em Caraíva e Natureza Bel, em Itabela.
1.4 Web-site em operação (mês 2).	Web-site operante (www.riocaraiva.org.br)
1.5 Cidadãos capacitados para operação das estações de trabalho fixas: 4 agentes locais (mês 3).	5 agentes locais capacitados (1 em Caraíva, 4 em Itabela)
1.6 Material distribuído: (12.000 panfletos, 500 cartazes, meses 4, 5, 6, 17e 18).	1100 panfletos, 340 cartazes distribuídos
1.7 Visitas realizadas (2 estações de rádio e 2 jornais locais visitados, meses 4, 5, 6, 17e 18)	Reportagens na <i>Rádio Cidade</i> (Itabela), jornais <i>O Solo</i> (Porto Seguro), <i>Opinião</i> (Eunápolis) e <i>Informativo Veracel</i> e uma revista nacional (<i>Horizonte Geográfico</i>)

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 2: Sistema de planejamento e gestão da paisagem operado por cidadãos locais.	Sistema de Planejamento e Gestão parcialmente operado por agentes locais.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
2.1 Projeto detalhado do sistema (mês 3), sistema operante (mês 6), sistema maturado/consolidado (mês 18)	Sistema operante, em consolidação.
2.2 Agentes selecionados/ capacitados para registrar dados georeferenciados e repassar para as estações fixas (mês 6).	Agentes capacitados para registrar dados georeferenciados em campo, não capacitados para inserção nas estações de trabalho.
2.3 Diagnóstico/modelos elaborados com participação ativa de agentes locais (mês 4).	Diagnóstico Propositivo realizado (Anexos 1 e 2) Modelos de recuperação desenhados e, posteriormente, aperfeiçoados.
2.4 240 visitas efetuadas (mesmas do produto 1), censo realizado (até mês 24)	109 visitas realizadas Censo parcialmente realizado
2.5 Plano elaborado por agentes do Movimento de Cidadania e representantes do Comitê de Bacia (a partir do mês 21).	Planejamento do mini-corredor Monte Pascoal - Pau Brasil elaborado com participação de cidadãos das organizações parceiras (eventuais membros futuros do Comitê de Bacia)
2.6 Pesquisa de opinião para avaliação de resultados do projeto realizada (amostra: 380 indivíduos).	Realizada apenas com proprietários rurais (93 proprietários pesquisados)

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 3: Programa de Educação Ambiental: palestras, cursos e oficinas para agentes locais.	Programa de Capacitação e Educação ambiental efetivo, ampliado e contínuo: 25 cursos / oficinas realizados.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
3.1 Conteúdos organizados (meses 4 e 16).	Conteúdos organizados; novos cursos organizados para atendimento de demandas não previstas.
3.2 Divulgação, espaços, horários, alimentação e transporte de alunos garantidos (meses 6 e 18).	Divulgação e infra-estrutura garantidas.
3.3 Exposições introdutórias apresentadas nos encontros, 30 agentes locais inscritos (meses 4, 6, 16 e 18).	150 participantes no 1º Encontro em Caraíva 80 participantes no 2º Encontro em Monte Pascoal 119 participantes no 3º Encontro em Itabela
3.4 Cursos/oficinas para agentes ambientais realizados: 24 agentes formados (meses 7/8/9 e 19/20/21).	23 cursos e realizados, para cerca de 420 pessoas: informática básica, operação de GPS, produção de mudas, associativismo, cooperativismo, elaboração de projetos, gestão pública compartilhada, apicultura, meliponicultura, doces e compotas, tratorista, mecânica de motores a diesel, fruticultura, administração rural, avicultura, agroecologia, enxerto e poda de cacaueteiro, restauração florestal; coleta e manejo de sementes nativas, manutenção de florestas nativas, combate a formigas, aplicação de herbicidas.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 4: Sistema de produção e distribuição de mudas de espécies nativas.	Sistema de coleta de sementes, produção e distribuição de mudas operante.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
4.1 áreas doadoras disponibilizadas (mês 2).	Áreas doadoras de sementes disponíveis
4.2 4 trabalhadores treinados (mês 3).	12 trabalhadores capacitados para coleta e manejo de sementes
4.3 Material, veículo e equipamentos adquiridos (mês 1), sistema informatizado de controle implantado (mês 4).	Veículo e equipamentos adquiridos, sistema informatizado de controle não implementado.
4.4 2 trabalhadores treinados (mês 3), viveiro instalado e operante (mês 6)	12 trabalhadores treinados; 2 viveiros instalados e operantes em Itabela e Trancoso; 3 viveiros em implantação no território Pataxó; 1 viveiro especializado em coleta de plântulas nas florestas de eucalipto planejado em Nova Caraíva.
4.5 Mudas produzidas e distribuídas: 100.000 mudas ano 1, 200.000 mudas ano 2.	144.000 mudas produzidas, 64.000 mudas distribuídas.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 5: Sistema de plantio e manutenção de florestas nativas	Sistema de Restauração Florestal operante
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
5.1 20 profissionais e voluntários interessados capacitados para plantio e manutenção de florestas nativas (mês 3 e 4).	27 profissionais cooperados capacitados para restauração florestal (condução de regeneração, plantios complementares e manutenção de florestas nativas)
5.2 áreas definidas, fotografadas/registradas com GPS, número de mudas definidos, datas combinadas (mês 4).	áreas definidas, fotografadas/registradas com GPS, número de mudas definidos, datas combinadas, 15 plantios experimentais realizados.
5.3 Recursos materiais equacionados: transporte de mudas e pessoal, equipamentos e alimentação disponível (mês 4)	Recursos materiais equacionados: transporte de mudas e pessoal, equipamentos e alimentação disponível em todos os plantios realizados.
5.4 27.500 mudas distribuídas para proprietários rurais, 25 ha de novas matas plantadas por iniciativa dos proprietários (mês 4 até o fim).	11.000 mudas distribuídas, 9 ha recuperados por iniciativa dos proprietários
5.5 165.000 mudas plantadas por trabalhadores do projeto, 150 ha de áreas recuperadas (mês 4 até o fim).	29.600 mudas plantadas — 26 ha; + 107 ha iniciados com novo modelo de recuperação (tecnologia do LERF ESALQ ¹) em janeiro de 2007
5.6 20 Mutirões realizados, 60 cidadãos atuantes, 27.500 mudas plantadas, 25 ha de áreas recuperadas (mês 4 até o fim).	4 mutirões realizados, 4.900 mudas plantadas, 4,5 ha plantados em mutirões.
5.7 Índices de sobrevivência e crescimento de mudas registrados, replantio/manutenção efetuados (mês 7 até o fim).	Índices de sobrevivência registrados; Índices de crescimento não registrados; Manutenções parcialmente efetuadas.

¹ LERF ESALQ – Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 6: Comitê de Bacia - encontros para discussão, organização de ações e criação do comitê.	Comitê não implementado. Rede de organizações com atuação integrada e efetiva na gestão da bacia.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
6.1 8 cidadãos organizando encontros locais; espaço, transporte e alimentação garantidos (meses 2/14).	62 cidadãos de Caraíva, Nova Caraíva e Itabela participaram na realização de 3 encontros
6.2 4 encontros locais preparatórios realizados (2 em Caraíva, 2 em Monte Pascoal, meses 4 e 16).	3 encontros locais preparatórios realizados em Caraíva, Nova Caraíva e Monte Pascoal
6.3 1 e 2o. Encontros de Cidadãos da Bacia do Rio Caraíva realizados (meses 6 e 18).	1°, 2° e 3° Encontros de Cidadãos da Bacia do rio Caraíva realizados: abril de 2005 em Caraíva; agosto de 2005 em Monte Pascoal agosto de 2006 em Itabela.
6.4 Agenda de Ação Integrada gerada a partir dos encontros de cidadãos da bacia.	Agenda em elaboração permanente
6.5 Fundação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Caraíva (mês 18).	Não implementado. Rede de organizações cumprindo, na prática, papel do Comitê.
6.6 Membros do Comitê de Bacia capacitados: repasse dos instrumentos de planejamento e gesto (mês 24).	Agentes locais capacitados parcialmente para operação do sistema de gestão e planejamento.

Descreva o sucesso do projeto com relação à execução e finalização dos produtos previstos.

Não se pode afirmar que os produtos tenham sido entregues completamente concluídos, se considerarmos todos os indicadores definidos para o período do projeto. À exceção do produto 3, cujos resultados ultrapassaram em muito as previsões iniciais em todos os indicadores, os demais produtos configuram uma imagem de sucesso parcial do projeto no presente e expectativa de grande sucesso em curto prazo.

A positividade dos dados relativos à mobilização social, explicitados na maior parte de indicadores do **Produto 1**, confirmam as boas chances de continuidade sustentada do Movimento de Cidadania para recuperação ambiental da bacia. O sucesso alcançado na articulação da rede de cidadãos e organizações, comprometidos com atuação integrada para restauração de florestas e formação de corredores, talvez seja o resultado estratégico mais importante do projeto nestes primeiros anos. Por este motivo, a consolidação e fortalecimento desta rede passam a ser, também, o maior desafio para cidadãos e organizações atuantes no projeto. Os resultados qualitativos da *articulação institucional* do movimento (ver Apêndice 1) confirmam os bons números dos indicadores: não houve descontinuidade de atuação ao final do período financiado graças a recursos trazidos para a bacia do rio Caraíva por organizações parceiras, que continuam a atuar de tal forma que podem transformar o processo coletivamente construído como piloto nesta bacia em exemplo para reedição em toda região.

Boa parte do sucesso alcançado se deu em virtude do protagonismo de agentes locais, indício de que se apropriaram bem de instrumentos de planejamento necessários a um processo eficaz de gestão pública compartilhada, tal como previsto no **Produto 2**. Apesar da participação destes agentes desde a elaboração do Diagnóstico (Anexos 1 e 2) — ou antes ainda, na elaboração do projeto, o repasse de todos os instrumentos de planejamento territorial, no entanto, se revelou uma meta muito ambiciosa para o prazo de 24 meses. Alguns agentes se capacitaram, por exemplo, para registro de dados de campo em GPS, mas a interpretação e manipulação destes dados em sistemas georeferenciados, demandam maior conhecimento especializado. Quando estes surgiram, com a oportunidade da monografia desenvolvida por Flávia Chaves (2005) no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, não havia tempo hábil e recursos disponíveis para repasse destes conhecimentos para agentes locais. Já o número menor de visitas em relação ao previsto no indicador 2.4, não é sinal de insucesso, pelo contrário: em virtude da boa receptividade e das grandes expectativas geradas pelas visitas e conversas entre os agentes do projeto e proprietários rurais, houve decisão de interrupção temporária de novos contatos com os fazendeiros até que houvesse melhores condições de suprir as demandas já levantadas, muito superiores à capacidade de atendimento atual. As pesquisas do censo ambiental, portanto, passaram a focar principalmente o caminho prioritário escolhido pelos agentes locais para o mini-corredor Monte Pascoal - Pau Brasil. Da mesma forma todo o esforço de planejamento, previsto no indicador 2.5, passou a se direcionar para o detalhamento deste mini-corredor, principalmente nas sub-bacias do rio Jambreiro e Capoeira, gerando um plano de ação em constante processo de revisão, sintetizado em arquivo eletrônico para permanente apresentação em público (Apêndice 2).

Os resultados do processo de *auto-capacitação* dos agentes locais, previsto no **Produto 3**, superam, em muito, as metas previstas, que, neste caso, se revelaram até pouco ambiciosas para a demanda verificada e oferta disponível. Recursos humanos e financeiros complementares, advindos do SENAR — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — através do Sindicato Rural de Itabela e intermediados pelo Grupo Natureza Bela, bem como das outras organizações parceiras (I BIO, Conservação Internacional, Veracel, The Nature Conservancy), também contribuíram fortemente para o grande sucesso deste programa específico. Como resultado observado (mas não previsto) passa a ser notável a qualidade e efetividade da participação de agentes do projeto nos conselhos gestores das unidades de conservação e reuniões de organizações ambientalistas na região (RESEX Corumbau, APA Caraíva Trancoso e Parque Nacional do Pau Brasil).

Nota-se que, em relação ao **Produto 4**, as metas previstas para produção e distribuição de mudas claramente não foram alcançadas. Neste caso, não houve, no entanto, ambição exagerada das metas, uma vez que existe real demanda para um número muito superior ao estipulado como meta para mudas de nativas produzidas. A maior parte das mudas utilizadas no projeto foram produzidas pelo viveiro de Itabela, gerido pelo Natureza Bela, que se mostrou capaz de atendimento no que se refere ao número de mudas, apesar da necessidade de maior garantia da diversidade de espécies demandada por processos mais eficazes de restauração florestal.

Os resultados relativos ao plantio e à manutenção das florestas nativas, previstos no **Produto 5** (Anexos 3 e 4), foram os que talvez tenham sofrido o maior impacto ocasionado pela quebra de orçamento verificada no período, uma vez que tais atividades demandam investimentos de monta, ainda subestimados quando da elaboração do projeto — cerca de R\$ 5.685/ha, ou US\$ 2.650/ha na região, sem contar com eventual necessidade de cercamento em áreas de pecuária. A negociação fechada com a Veracel para financiamento, com recursos próprios, da restauração de 107 ha de mata nativa pela COOPLANTAR no caminho prioritário do mini-corredor Monte Pascoal Pau Brasil, abre a possibilidade de aproximação (ou mesmo alcance, em caso de novos projetos e contratos em negociação) da meta de reposição florestal prevista no indicador 5.5 já no primeiro semestre de 2007.

A formação de uma rede de organizações comunitárias e ambientalistas, atuando de forma integrada com representantes do poder público e da iniciativa privada para recuperação de florestas e proteção das águas, adianta, na prática, as principais ações futuras de um Comitê de Bacia institucionalizado (a ser constituído legalmente por iniciativa do Governo do Estado), tal como previsto para o **Produto 6**. Boa parte deste resultado se deve ao sucesso dos Encontros de Cidadania realizados, que serviram para conhecimento das diversas organizações e integração dos projetos em andamento na região. A participação de vários agentes locais nos Comitês Gestores de Unidades de Conservação em torno da bacia do rio Caraíva (RESEX Corumbau, APA Caraíva Trancoso e Parque Nacional do Pau Brasil) certamente contribuirá para a criação do Comitê de Bacia, assim que houver sinalização positiva da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia neste sentido.

Houve algum produto não concluído? Em caso positivo, como isso afetou o impacto geral do projeto?

Assim como não se pode afirmar que os todos os produtos tenham sido entregues concluídos, tampouco se pode dizer que algum não tenha sido entregue de forma alguma, a exceção, talvez, do **Produto 5**, em que os resultados vieram em nível inferior ao da quebra orçamentária. Em cada um dos demais (à exceção do produto 3) encontramos tanto expectativas iniciais ultrapassadas quanto resultados muito aquém do previsto em vários indicadores. Mesmo nos casos de sucesso é possível considerar que este poderia ser maior se alguns resultados previstos tivessem sido alcançados.

No caso do **Produto 1**, por exemplo, a inexistência de um sistema de comunicação social eficaz impediu que os limites impostos pela falta de infra-estrutura de telecomunicações nos núcleos urbanos da bacia (telefonia fixa e Internet de baixo custo) fossem superados. A ausência de meios de comunicação efetivos entre os agentes do projeto e cidadãos de outros lugares foi um fator limitante para o aprofundamento do Movimento de Cidadania na bacia. Da mesma forma a ineficácia do web site criado como canal de comunicação externa, se não impediu a ampliação deste Movimento, devido à inclusão de outras organizações para atuação integrada, certamente limitou possibilidades para ampliação da mobilização nas bacias vizinhas, bem como a atração de novos recursos, em velocidade maior da que hoje se verifica.

A inexistência de um banco de dados georeferenciados em operação, tal como previsto no **Produto 2**, constitui também um fator limitante para os processos de planejamento dos processos de restauração florestal no mini-corredor Monte Pascoal Pau Brasil no futuro, apesar de não ter impedido uma primeira versão do desenho do mini-corredor, graças a outros recursos integrados (a já citada monografia de Flávia Chaves — Anexo 7). A ausência da pesquisa de opinião entre a população neste momento não trouxe nenhum impacto geral significativo do projeto, uma vez que a opinião de um público estratégico para o projeto foi levantada com sucesso — os proprietários rurais do caminho prioritário no mini-corredor.

A estratégia de implementação dos pequenos viveiros no Território Indígena Pataxó, prevista no **Produto 4**, não obteve sucesso, em função da interrupção dos aportes de recursos federais esperados pela Flora Brasil para implementação dos mesmos. Algumas doações da Veracel e CEPLAC (cerca de 7.000 mudas) não foram suficientes para suprir o grande *déficit* de mudas nativas na região, cuja oferta tem sido desproporcionalmente inferior à demanda por parte dos proprietários. Tampouco os viveiros implementados em Itabela e Trancoso têm sido capazes de atender os processos de restauração florestal no que se refere à diversidade de mudas.

Os indicadores do **Produto 5** apresentam a maior diferença negativa entre o desempenho planejado e o realizado, em todas as modalidades de restauração previstas — mutirões, contratações de profissionais e utilização de recursos próprios dos proprietários, com claros impactos nos resultados gerais de recuperação florestal pretendidos. O acompanhamento técnico dos plantios também demonstrou que a metade dos proprietários rurais não implementou as atividades de manutenção conforme combinado com os agentes locais. O impacto negativo deverá ser revertido em 2007, através dos processos de início da restauração em áreas da Veracel e da correção dos plantios já efetuados, com tecnologia do LERF – ESALQ.

O modelo de implantação dos Comitês de Bacia pelo Estado da Bahia induziu a substituição da idéia original, de formação do comitê de bacia do rio Caraíva prevista no

Produto 6, pela criação de uma *comissão gestora* da bacia, que integraria o futuro Comitê de Bacias do Extremo Sul da Bahia. Em virtude da metodologia proposta pelos representantes da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado (que propunha a formação prévia de uma associação de usuários de água como pré-requisito do Comitê), nem mesmo esta comissão chegou a ser implantada, o que não provocou impactos negativos, uma vez que boa parte das funções do futuro Comitê tem sido implementada pela rede de organizações para atuação integrada na bacia.

V. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA

Forneça um resumo da implementação das ações requeridas para a política de salvaguarda ambiental e social no âmbito do projeto.

O projeto não trouxe impactos adversos significativos em relação a aspectos ambientais, bem como aqueles relativos à saúde humana e segurança na região. Vale, no entanto, ressaltar os impactos positivos advindos da implementação do projeto, resultados que tampouco foram previstos na elaboração do projeto.

Se os primeiros plantios foram efetuados em acordo com costumes e regimes de trabalho correntes na região, a criação da Cooperativa de Trabalho traz como novidade a regularização das relações de prestação de serviços em acordo com a legislação trabalhista e previdenciária brasileira, levando para um patamar superior as formas de contratação em uso na bacia. Todas as atividades de recuperação ambiental seguirão o padrão negociado para os processos de restauração florestal nas terras da Veracel — transporte regular em relação à segurança dos trabalhadores, alimentação de qualidade no campo, cestas básicas de alimentos para as famílias dos cooperados, equipamentos de proteção e segurança para todas as atividades de campo, seguro de saúde e vida para os trabalhadores, além dos encargos trabalhistas e previdenciários previstos na legislação. Também os fundos previstos no Estatuto da COOPLANTAR (Anexo 6) injetam recursos para investimento no desenvolvimento comunitário das comunidades envolvidas, tais como educação cooperativista e alfabetização de adultos.

Em relação ao patrimônio público — cultural e ambiental — o projeto traz impactos positivos consideráveis, uma vez que a região do projeto se insere no Sítio do Patrimônio da Humanidade definido pela UNESCO. As atividades de formação do minicorredor entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil só tendem a fortalecer as intenções de preservação da biodiversidade na região. Vale ressaltar ainda que vários membros da comunidade Pataxó tiveram atuação efetiva como agentes do projeto, assim como participaram do processo de criação da COOPLANTAR. Desta forma é possível imaginar que os trabalhos de recomposição florestal no território Pataxó de Barra Velha venha a trazer benefícios diretos para membros desta comunidade indígena, da mesma forma que as atividades atuais já beneficiam membros da comunidade tradicional de pescadores de Caraíva, assim reconhecidos no âmbito da RESEX Corumbau.

VI. LIÇÕES APRENDIDAS DO PROJETO

Descreva as lições aprendidas durante as diversas fases do projeto. Considere as lições para futuros projetos, bem como para o desempenho futuro do CEPF.

Como era de se esperar, muitas são as lições aprendidas em dois anos de trabalho intensivo com agentes de lugares e culturas diferentes, que nunca haviam atuado juntos. Limitamos o relato a algumas *lições estratégicas*, pela impossibilidade de listar todas as que foram efetivamente aprendidas por todos neste projeto.

A lição principal confirma aposta da visão apresentada logo na primeira carta de intenções: a permanência de processos de recuperação ambiental exige ampliação da base de sustentação social e política em escala regional. Para além das organizações ambientalistas e do poder público, deve estar reservado o papel de protagonista também para os cidadãos locais, habitantes e proprietários, condição sem a qual os ganhos eventualmente conquistados permanecem sob constante risco de reversão.

A delegação de poder aos agentes locais pressupõe, primeiro, confiança incondicional no outro, além de confiança na existência de saberes e competências locais de grande valor, na capacidade de discernimento de cada um, por maior que seja a diferença entre formas locais e externas de pensamento e ação. Esta confiança deve ser acompanhada de atitude crítica e criativa generalizada, na tentativa de construir um equilíbrio eficaz entre organização formal e informal, tradição e inovação, competências locais e externas, saberes do lugar e saberes da ciência. Nem sempre este equilíbrio se revela a primeira vista, o que exige atenção e diálogo constante entre todos os agentes, visando à superação dos gargalos que obstruem os fluxos de pensamento e ação.

Fase de desenho do projeto (aspectos do desenho do projeto que contribuíram para seu sucesso ou fracasso):

A estratégia de desenhar o projeto costurando vontades e idéias já existentes na região, em torno de uma síntese consensual revelada em cada conversa, certamente contribuiu para o que se alcançou de sucesso neste projeto. A efetiva inclusão das propostas dos diversos atores — moradores de Caraíva, Nova Caraíva e Itabela, proprietários rurais, cidadãos atuantes no poder público, na iniciativa privada, nas organizações locais e ambientalistas presentes na bacia — adiantou no tempo a articulação social necessária para sustentação dos processos de recuperação ambiental hoje em andamento, ampliando as possibilidades de acerto na formação de um Movimento de Cidadania consistente.

Por outro lado o entusiasmo e otimismo necessários em um processo de mobilização social contaminaram o planejamento inicial, fazendo com que várias metas fossem excessivamente ambiciosas para o prazo do projeto, mesmo para o caso de que não houvesse qualquer redução orçamentária. Todos os dados disponíveis apontavam para custos de restauração florestal muito menores que os efetivamente praticados. Também contribuiu para alguns casos de insucesso parcial o desconhecimento da validade dos saberes locais em alguns temas para os quais o conhecimento científico disponível apontava para outros caminhos.

Fase de execução do projeto (aspectos da execução do projeto que contribuíram para seu sucesso ou fracasso):

Não apenas o processo de empoderamento (*empowerment*) de agentes locais se faz necessário. A vinculação de reais oportunidades econômicas à questão ambiental e a participação imediata destes agentes na distribuição de recursos e benefícios alcançados faz com que se supere uma desconfiança original presente em muitas opiniões locais: que os projetos são trazidos para que “pessoas de fora” ganhem dinheiro à custa dos “nativos”.

A existência de consensos revelados em diferentes públicos — neste caso, *cuidar das águas plantando florestas nas cabeceiras e beiras de rio*, gradativamente estendido para *conexões florestais em mini-corredores* — pressupõe uma forma de atuação radicalmente diferente da ação político-institucional, muito mais próxima das relações de confiança que se encontram nas amizades pessoais.

Para revelação e implementação de consensos, *peçoas* — ou melhor, *cidadãos* — são mais significativos e eficazes que *organizações e instituições*. Daí ser mais importante que a já imprescindível aliança entre organizações comunitárias, ambientalistas, do poder público e da iniciativa privada, uma aliança entre cidadãos de dentro e fora de todas estas organizações — uma rede de afeto e confiança entre pessoas comprometidas e animadas, de coração e mente, com os resultados consensuais desejados por todos.

Para implementação destes consensos boas combinações informais entre as pessoas parecem ser pré-condições para boas combinações formais entre as organizações. Neste caso somente a atuação horizontal em rede, onde autonomia e diversidade se opõem a qualquer intenção de centralização, controle ou manipulação, pode dar conta de criar novas realidades sem necessidade de explicitação da autoria ou da autoridade responsável.

A verdadeira atuação em rede multiplica resultados com os recursos disponíveis, promove encontros de saberes e direciona os novos conhecimentos para fins coletivamente desejados, tornando mais leves e contínuas as cargas inicialmente pesadas dos desafios futuros. O sucesso e a qualidade dos resultados alcançados neste projeto dependeram fortemente, em todas as situações, da inclusão e integração de novos agentes, novas organizações e novos recursos, apontando para necessidade de ampliação do Movimento de Cidadania e da Rede de Organizações se pretendemos maiores e melhores resultados daqui para frente.

VII. Financiamento Adicional

Forneça detalhes de outros doadores que ajudaram a financiar este projeto e qualquer financiamento adicional que tenha sido obtido como resultado do apoio do CEPF ou do sucesso deste projeto.

Doador	Tipo de Financiamento*	Quantia (R\$)	Comentários
Proprietários Rurais	A <i>Co-financiamento</i>	13.500,00	Plantios e manutenção com recursos próprios
I BIO Instituto BioAtlântica	A <i>Co-financiamento</i>	1.430,00	Estudo de Uso do solo das sub-bacias prioritárias
Conservação Internacional	A <i>Co-financiamento</i>	1.600,00	Viagem de agentes do projeto ao Instituto Terra
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	A <i>Co-financiamento</i>	10.500,00	14 Cursos intermediados pelo Sindicato Rural de Itabela/Grupo Natureza Bela
Veracel, Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e TNC	A <i>Co-financiamento</i>	53.000,00	Oficina de Restauração Florestal – LERF ESALQ
Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e TNC	A <i>Co-financiamento</i>	20.500,00	Curso de Sementes Florestais - RIOESBA
Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e TNC	A <i>Co-financiamento</i>	6.500,00	Apoio à elaboração do projeto de restauração florestal da COOPLANTAR
Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e CBC	A <i>Co-financiamento</i>	4.300,00	Apoio à formação da rede de instituições parceiras
ABAF — Associação Baiana de Florestas Plantadas	B <i>Financ. complementar</i>	4.500,00	Financiamento de viagens para fórum de diálogo entre ambientalistas e empresas florestais
COELBA	B <i>Financ. complementar</i>	85.000,00	Continuidade na bacia do Caraíva e ampliação do projeto para bacias do Mucugê e Rio dos Mangues
Veracel	B <i>Financ. complementar</i>	208.000,00	Contratação da COOPLANTAR para restauração de 107 ha
TOTAL		408.830,00	

*** Financiamento adicional deve ser descrito usando as seguintes categorias:**

A *Co-financiamento do projeto (Outros doadores que contribuíram para os custos diretos deste projeto financiado pelo CEPF).*

B *Financiamento complementar (Outros doadores que contribuíram para projetos de organizações parceiras relacionados a este projeto financiado pelo CEPF).*

C *Alavancagem de novos recursos pelo beneficiário ou pelos parceiros (Outros doadores que contribuíram ou contribuem para a sua organização ou uma organização parceira como resultado direto do sucesso deste projeto financiado pelo CEPF).*

D *Alavancagem Regional (Outros doadores que fizeram ou fazem investimentos substanciais em uma região como consequência do investimento do CEPF ou do sucesso relacionado a este projeto).*

Forneça detalhes sobre a continuação deste projeto e descreva como financiamentos adicionais já obtidos ou em planejamento vão assegurar a sustentabilidade do projeto.

A maior parte dos recursos adicionais obtidos na categoria de co-financiamento foi aplicada na consolidação da base de sustentação técnica para continuidade do projeto, principalmente nas atividades de capacitação de agentes locais, articulação da rede de organizações e criação da COOPLANTAR. Também o recurso negociado com a COELBA permitiu um fôlego extra para operação das organizações parceiras no segundo semestre de 2006, financiando viagens, encontros e manutenção dos escritórios, além de reforma nos viveiros (instalação de irrigação automática) e no caminhão (ampliação da carroceria). Para o ano de 2007 já COELBA acena com a extensão do apoio financeiro, com oferta de R\$ 90.000, para o qual as organizações gestoras elaboram um novo plano de trabalho que deverá atender as seguintes prioridades: 1. melhor qualidade no sistema de coleta de sementes, geração e distribuição de mudas: mapeamento de matrizes, sistematização dos processos e adequação dos viveiros ao uso de tubetes; 2. reedição da mobilização social e extensão do desenho do corredor Monte Pascoal – Pau Brasil para o norte, em direção às Estações Ecológicas Vera Cruz (Veracel) e Pau Brasil (CEPLAC); 3. elaboração de novos projetos para ampliação da escala de restauração e conexões florestais.

Já o recurso captado junto à VERACEL será totalmente aplicado nas atividades de restauração florestal, justamente a mais impactada pela perda cambial do projeto CEPF. Outro financiamento complementar está sendo previsto para intervenções corretivas e manutenção dos plantios já efetivados pela empresa por parte da COOPLANTAR. As negociações prosseguem com esta empresa na tentativa de concentração de todos os seus processos de restauração florestal nos caminhos prioritários definidos coletivamente para os corredores ecológicos na região. Isto significaria a implantação de 400 ha anuais de novas florestas nos mini-corredores prioritários, sem contar com a possibilidade de ampliação desta atividade. No âmbito do debate regional entre organizações ambientalistas e empresas de celulose, que hoje se desenvolve na região com patrocínio da ABAF — Associação Baiana de Florestas Plantadas, a rede de organizações parceiras se prepara, de forma integrada, para discussão do tema da *Eucaliptocultura em torno de Unidades de Conservação*, para o qual o tema de conexões entre florestas nativas estará em destaque.

A profissionalização de agentes do projeto, além da oferta de oportunidades sustentáveis de geração e distribuição de renda para novos agentes, é outro componente fundamental para garantia de continuidade da recuperação ambiental na região. A COOPLANTAR provavelmente passará a concentrar as atenções e recursos captados, quando o assunto se tratar de produção de mudas e restauração florestal. As demais organizações parceiras, além da captação de novos recursos para sustentação das atividades de restauração através da Cooperativa, ampliarão seus esforços para extensão dos corredores na região, incluindo novas organizações em rede e fortalecendo o movimento de cidadania na região. Espera-se que os novos projetos em elaboração sirvam também para alavancagem de recursos que permitam ampliação da escala de reposição florestal no Sítio do Patrimônio da Humanidade a Costa do Descobrimento.

VIII. COMENTÁRIOS ADICIONAIS E RECOMENDAÇÕES

Se as primeiras conversas que levaram ao experimento de gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva se deram em meados da década de 1990, os objetivos e metas alcançados atualmente através do Movimento de Cidadania, financiado pelo CEPF, devem ser considerados como passos iniciais de um processo contínuo. A própria intenção de permanência e sustentação, bem como a ambição das metas e o desafio de construção de viabilidade dos próximos passos apontam para uma longa caminhada, onde qualquer resultado deverá sempre ser considerado parcial, pela própria natureza deste processo.

Não se afirma, com isso, que a continuidade do movimento já esteja garantida, ao contrário. Sua sustentação — captação de novos recursos, expansão e aprofundamento do movimento de cidadania, consolidação e ampliação da rede de organizações para atuação integrada no extremo sul da Bahia, instituição do(s) comitê(s) de bacia e prosseguimento do processo de (auto)capacitação para planejamento e gestão territorial — continua colocada como grande desafio para os agentes do projeto, apesar das evidências de que o processo não será interrompido ao final do primeiro impulso desta que foi a primeira experiência articulada de gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva.

Há aqui uma clara necessidade de maior investimento nas atividades de comunicação social, condição indispensável para ampliação e eficácia do Movimento no futuro. A precária infra-estrutura atual de telefonia nos núcleos urbanos com maior número de agentes engajados no projeto — Caraíva e Nova Caraíva — em nada contribui para a eficácia demandada na comunicação interna, mas a questão não se esgota neste ponto: a visibilidade dos resultados alcançados, bem como dos conceitos e métodos praticados, para dentro e fora da região, determina fortemente a velocidade de reedição do processo em escala regional. Esta questão da comunicação deverá também encontrar resposta adequada com a profissionalização desta atividade no âmbito dos projetos de recuperação ambiental da região.

Outra questão ainda não resolvida é a de demonstrar vantagens econômicas claras para os proprietários rurais que protegem ou recuperam suas florestas nativas. Este desafio demanda, à primeira vista, a existência de recursos massivos para subsidiar a restauração florestal em pequenas e médias propriedades estrategicamente localizadas nos caminhos prioritários dos corredores. Imagina-se, agora, que tais recursos possam vir, senão dos *Mecanismos de Desenvolvimento Limpo*, tal como definidos formalmente pelas convenções internacionais sobre o clima do planeta, de projetos associados à idéia de *sequestro de carbono*, desenvolvidos para empresas interessadas em retorno de imagem pública. É possível, no entanto, que, enquanto esta questão das vantagens não esteja adequadamente resolvida, do ponto de vista dos proprietários, os grandes processos de restauração, nos próximos anos, continuem sob responsabilidade de grandes empresas, compromissadas, seja com processos de certificação, seja com o cumprimento de condicionantes ambientais, tais como a COELBA, a VERACEL e as demais empresas de celulose na região, bem como de seus fomentados.

Apesar da ausência de respostas imediatas para algumas questões estratégicas que poderiam contribuir para ampliação da escala de recuperação ambiental, muitas delas foram resolvidas nestes primeiros dois primeiros anos de atuação. Pode-se afirmar também que algumas tendências verificadas apontam para viabilidade de um cenário otimista no longo prazo. À consolidação da legislação federal de proteção dos remanescentes de mata atlântica, recentemente aprovada no Congresso Nacional, vem se juntar um nível de interesse crescente nas atividades de recuperação de florestas nativas por parte dos proprietários rurais na região. Também se expande a possibilidade de encontros e diálogos, em um crescente processo de desarmamento ideológico e construção de confiança mútua, entre organizações e agentes que, até poucos anos, pouco se conheciam ou conversavam. Da mesma forma, a aproximação de organizações comunitárias, ambientalistas e instituições de ensino e pesquisa apontam para um potencial multiplicador que mal começou a dar seus primeiros frutos.

Todos estes aspectos somados contribuem fortemente para ampliação de horizontes e perspectivas de atuação integrada na região, tanto para os agentes locais quanto para as organizações envolvidas. Por este motivo o Instituto Cidade, em nome de todos os que participaram do projeto, agradece aos financiadores do CEPF, à Conservação Internacional e a todos os cidadãos e profissionais que tornaram possíveis tanto estes primeiros passos como o caminho aberto à frente.

Este relatório se complementa com os seguintes arquivos:

Apêndice 1: Cidadãos e organizações

Apêndice 2: Síntese do Projeto

Anexo 1: Diagnóstico Propositivo (SETE)

Anexo 2: Imagens do Diagnóstico (SETE)

Anexo 3: Primeiro Relatório de Acompanhamento (SETE)

Anexo 4: Segundo Relatório de Acompanhamento (SETE)

Anexo 5: Relatório Final de Avaliação (SETE)

Anexo 6: Estatuto da COOPLANTAR

Anexo 7: Monografia – Flavia Teixeira Chaves. *Uso do geoprocessamento para o planejamento de corredores de biodiversidade na bacia hidrográfica do rio Caraíva em um modelo de gestão compartilhada*. IGC UFMG, 2006.

Anexo 8: Dissertação – Paulo Dimas Menezes. *O Cidadão como Sujeito de Governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva* - Capítulo 3. IGC UFMG, 2006.

IX. COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES

O CEPF tem como objetivo aumentar a disseminação de experiências, lições aprendidas e resultados entre as organizações beneficiárias, os doadores e outros interessados. Nós fazemos isso disponibilizando os relatórios finais dos projetos em nossa website (www.cepf.net) e divulgando-os em nossa newsletter e em outros meios de comunicação. Por favor, indique se você concorda em compartilhar este relatório final nas formas citadas acima.

SIM

Se a resposta for afirmativa, por favor complete as informações a seguir:

Para mais informações sobre esse projeto por favor entre em contato com:

Nome: Instituto Cidade, a/c Paulo Dimas Rocha de Menezes

Endereço: Rua Albita, 131, sala 328, bairro Cruzeiro, Belo Horizonte – MG, CEP 30.310-160

Telefone: +5531 3225 1098; +5531 3261 0267; +5531 9309 7682

Fax: +5531 3281 4798

**Correio eletrônico: paulodima@terra.com.br
e institutocidade@terra.com.br**